



**LISBOA**

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**TESE DE DOUTORAMENTO**

**EM**

**SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS ORGANIZAÇÕES**

**A Questão Étnica como Fator de Estabilidade do Processo Político e do  
Desenvolvimento Socioeconómico em Angola**

**Francisco Domingos Cambanda**

**ORIENTADOR**

**Professor Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça**

Lisboa, novembro de 2015



## **Constituição do Júri de Doutoramento**

**Presidente:** Professor Doutor Manuel Fernando Cília de Mira Godinho, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

**Vogais:** Doutor Paulo Horácio de Sequeira e Carvalho  
Professor Titular  
Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Luanda, Angola)

Doutora Maria Rosa Soares Pedrosa Cabecinhas - **Relatora**  
Professora Associada  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Doutor António Augusto da Ascensão Mendonça  
Professor Catedrático  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto - **Relator**  
Professor Catedrático  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Doutor João Carlos de Andrade Marques Graça - **Orientador**  
Professor Auxiliar com Agregação  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa



Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Sociologia  
Económica e das Organizações.



## **Dedicatória**

Quero dedicar este trabalho de Doutoramento, com o máximo sentimento de respeito, à memória dos povos de África que têm estado a sacrificar as suas vidas, vítimas das discriminações e guerras étnicas no continente.

Desejo, de igual forma, dedicá-lo a todas as crianças do meu país (Angola), em especial a minha querida filha, Almira Neya Benedito Cambanda, com a certeza de que, para o seu futuro feliz e de Paz, os melhores filhos de Angola faremos tudo o que esteja ao nosso alcance, para que as ambições e incompreensões entre os adultos não se convertam em conflitos e que a guerra jamais volte a apoderar-se da nossa Pátria, cultivando em todos nós e nas gerações vindouras um espírito de tolerância e de convivência pacífica entre todos os angolanos, para que esse futuro seja próspero e seguro para todos os filhos desta Angola multiétnica, multicultural e multi-racial, o que requer da nossa geração a contribuição dos que somos adultos, para que a violência, seja de que género for, não se instale jamais entre os angolanos.

Francisco Domingos Cambanda  
Lisboa, novembro 2015.



## Agradecimentos

Quero, antes de tudo, agradecer ao esforço do povo e governo angolanos, por mais uma vez me terem concedido a oportunidade de prosseguir a minha formação; ao povo e governo português por me ter acolhido no seu seio;

Ao meu Orientador, Professor Doutor João Carlos Graça, que a qualquer hora do dia ou da noite não poupou esforços e que com as suas oportunas e necessárias orientações, paciência e calor humano tornou possível concluir esta Tese: o meu muito obrigado, Prezado Professor e Orientador;

Ao Coordenador do PDSEO, Professor Doutor João Peixoto, pelo apoio e paciência a mim dedicados;

Aos professores e trabalhadores do ISEG, por me terem tornado possível desenvolver com êxito o Doutoramento que agora concluo;

À minha esposa Leonarda Elsa de A. K. Benedito Cambanda e a minha filha, Almira Neya Benedito Cambanda, pelos sacrifícios consentidos e que com o seu alento me possibilitaram vencer mais uma etapa da minha vida;

À Doutora Rita Gomes Correia, pelo apoio incondicional na fase final deste trabalho de Tese, sem o qual teria sido muito mais difícil a conclusão desta dissertação;

Ao Professor César Fernando Reis e esposa, pela partilha dos sacrifícios consentidos ao longo destes últimos cinco anos.

A todos os meus compatriotas, que tanto em Angola como em Portugal me brindaram com o incondicional apoio no momento da realização deste trabalho de investigação;

Estes agradecimentos são extensivos a todos compatriotas que me encorajaram a desistir do tema, por se tratar de assunto “bastante delicado e sensível a vários interesses e sectores” da sociedade angolana, o que me serviu de elemento catalisador e alento adicional para prosseguir com a investigação;

Especial agradecimento ao meu grande amigo, Joaquim João Manuel (Quito), pelo apoio incondicional e desinteressado, antes, durante e depois do Doutoramento: o meu muito obrigado “Quito”;

Para todos vocês, os meus sinceros, profundos e eternos agradecimentos.

F. D. Cambanda  
Lisboa, novembro de 2015.



## **Resumo**

O objetivo desta investigação consistiu em realizar um estudo sobre as reais políticas e ações concretas, bem como as práticas de integração étnica em Angola, com o propósito estratégico da concretização do sonho da construção duma Nação que, em meu entender, deve ser constituída por um único povo e um único país, formado a partir da unidade étnica, cultural e territorial, o que requer de todos angolanos, com destaque para os governantes, uma visão estratégica e um espírito unificador, ao contrário daquilo a que se tem assistido nos últimos tempos e de forma generalizada pelo território nacional, sobretudo depois do fim da guerra civil, terminada em 2002: ações e atitudes de negação, veladas nalguns casos, e noutros casos bem mais visíveis, de povos oriundos de províncias alheias às visadas; mais concretamente, populações que, no caso da província da Huíla, não pertencem ao núcleo étnico Nhaneka-humbe.

É preocupante o facto de que, com o fim da guerra civil em Angola, se começou a notar aqui e acolá uma clara exacerbação no seio da sociedade angolana, ocorrendo fenómenos de exclusão etno-tribais, entendidos para efeitos deste trabalho como correspondendo a aproveitamentos por parte de alguns agentes políticos com base étnica, visando alcançarem objetivos diversos: políticos, administrativos, governamentais ou de notoriedade social. Em suma, usando os mesmos métodos a que outrora recorria a autoridade colonial, para alcançarem diversos objetivos estratégicos na sociedade angolana alguns políticos utilizam os procedimentos de “dividir para reinar”, opondo grupos étnicos, elevando ou exaltando uns e subalternizando outros, o que, como é óbvio, tem perturbado de diversas formas o longo caminho que nos conduzirá à plena construção da nação angolana, podendo também interromper o processo de crescimento económico e de normalização política iniciado com o fim da guerra civil em Angola, no ano de 2002.

**Palavras-chave:** 1. Integração Étnica. 2. Nacionalismo. 3. Nacionalidade. 4. Nação. 5. Aplicação do Conceito de Nação ao Contexto Angolano. 6. Conceito de Etnia. 7. Conceito de Raça. 8. Discriminação étnica. 9. Tribalismo. 10. Conflitos Étnicos.



## **Abstract**

The purpose of this research is to produce a study on actual policies and concrete actions regarding the ethnical integration in Angola, with the strategic goal of achieving the dream of building one nation, which in my opinion must be made of a single people and a single country, built with the union of the various ethnical, cultural and territorial bases, a task requiring from all Angolans, and mainly those in governance of the country, a strategic vision and a spirit of unification: alas the contrary of what is mostly occurring in our days, all over the national territory, and mostly after the civil war ended in 2002. This was identified in this research as corresponding to various actions and attitudes, sometimes denied but in other cases well visible, of rejection of people arriving from provinces other than the one concerned. Particularly in the case of the Huíla province, the targets of these practices are persons not belonging to the dominant ethnical group, the nhanekahumbe.

We are facing the disturbing fact that, with the end of the civil war, there is a visible, clear exacerbation within the Angolan society of phenomena of ethno-tribal exclusion. This must be understood as usurpation by some ethnically based political agents, allowing them to achieve various political, administrative, governmental objectives, including the obtainment of positions of notoriety. This means that, by using the same methods once utilized by the colonial authorities, in order to achieve certain strategic objectives in Angolan society, some politicians appeal to classical procedures of “divide to reign”, enticing opposition among diverse ethnical groups, by elevating some and diminishing others, a fact that obviously is very much disturbing in the long way leading this people to the construction of one single Angolan nation, and may also interrupt the process of economic growth and the political stabilization, permitted by the end of the civil war in 2002.

**Key words:** 1. Ethnic integration. 2. Nationalism. 3. Nationality. 4. Nation. 5. The concept of Nation referred to the Angolan context. 6. Concept of ethnicity. 7. Concept of race. 8. Ethnic discrimination. 9. Tribalism. 10. Ethnical conflicts.



## **Índice**

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I - Enquadramento Teórico: Conceitos de Nacionalismo, Nacionalidade, Nação, Etnia e Raça .....</b>	<b>13</b>
1.1. - CONCEITO DE NACIONALISMO .....	13
1.2. - CONCEITO DE NACIONALIDADE.....	18
1.3. - CONCEITO DE NAÇÃO NO CONTEXTO ANGOLANO .....	21
1.4. - CONCEITOS DE ETNIA E ETNICIDADE.....	30
1.5. - CONCEITO DE RAÇA.....	33
1.6. - SINOPSE PARCIAL.....	36
<b>Capítulo II - Contextualização da Situação Angolana .....</b>	<b>39</b>
2.1- BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ÉTNICA DE ANGOLA .....	39
2.2 - RESENHA DO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E DA GUERRA CIVIL EM ANGOLA (1974-2002) .....	50
2.3 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO DESDE 1991 .....	60
2.4 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA E SOCIAL DE ANGOLA NO PERÍODO DE 2002-2012 .....	66
<b>Capítulo III - Resenha dos Conflitos em África.....</b>	<b>93</b>
3.1- A DIMENSÃO ÉTNICA DOS CONFLITOS.....	93
3.2 - CARACTERIZAÇÃO DO REGIONALISMO E A DIMENSÃO REGIONAL DOS CONFLITOS .....	121
<b>Capítulo IV - Notas Metodológicas, Caracterização das Províncias e Análise Quantitativa dos Dados.....</b>	<b>133</b>
4.1.- EXPLICITAÇÃO METODOLÓGICA.....	134
4.2.- CARACTERIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA .....	144
4.3.- CARACTERIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO .....	149
4.4.- CARACTERIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DE LUANDA.....	152
4.5.- ANÁLISE QUANTITATIVA.....	154
<b>Capítulo V - Análise Qualitativa das Entrevistas.....</b>	<b>221</b>
<b>5.1. – HUÍLA.....</b>	<b>221</b>
5.1.1 - Eclesiásticos - Huíla .....	221
5.1.2 - Docentes - Huíla .....	243
5.1.3 - Funcionários Públicos - Huíla.....	265
5.1.4 - Dirigentes Políticos - Huíla .....	272
5.1.5 - Homens de Negócios - Huíla .....	283
5.1.6.- Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província da Huíla.....	290
<b>5.2. – HUAMBO.....</b>	<b>291</b>
5.2.1 - Docentes – Huambo .....	291
5.2.2 - Dirigentes Políticos – Huambo.....	299
5.2.3 - Homens de Negócios - Huambo.....	303
5.2.4- Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província do Huambo .....	310
<b>5.3. – LUANDA.....</b>	<b>311</b>
5.3.1 - Docentes – Luanda .....	311
5.3.2 - Jornalistas – Luanda .....	319
5.3.3 – Dirigentes Políticos – Luanda .....	326
5.3.4 Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província de Luanda.....	331
<b>Conclusões .....</b>	<b>333</b>

<b>Bibliografia .....</b>	<b>343</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>359</b>

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Elementos Distintivos das Categorias de Tribo, Etnia, Nação e Nacionalidade.....	27
Figura 2 – Distribuição geográfica dos grupos étnicos de Angola.....	43
Figura 3 – Mapa Etnolinguístico de Angola.....	43
Figura 4 – Mapa ilustrativo das principais migrações das populações de Angola.....	45
Figura 5 – PIB de Angola vs. preço do petróleo.....	81
Figura 6 – Indicadores económicos e sociais de Angola.....	85
Figura 7 – Entrevistados por províncias e por categorias socioprofissionais.....	140
Figura 8 – Mapa das Províncias de Angola.....	144
Figura 9 – Mapa da Província da Huíla.....	144
Figura 10 – População residente na província da Huíla, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014.....	145
Figura 11 - Distribuição percentual da população residente na província da Huíla por município, 2014.....	146
Figura 12 - Mapa da Província do Huambo.....	149
Figura 13 - População residente na província do Huambo, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014.....	149
Figura 14 – Distribuição percentual da população residente na província do Huambo por município, 2014.....	150
Figura 15 - Mapa da província de Luanda.....	152
Figura 16 - População residente na província de Luanda, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014.....	152
Figura 17 - Distribuição percentual da população residente na província de Luanda por município, 2014.....	153



## **Introdução**

Angola está localizada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, ocupando a parte sudoeste do continente africano, com uma superfície de 1 246 700 km<sup>2</sup>. Segundo os resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em Maio de 2014, o primeiro realizado depois da Independência Nacional, o país tem 24 milhões e 300 mil habitantes, sendo 52 por cento do sexo feminino e estando distribuídos por dez (10) grandes grupos e variadíssimos subgrupos étnicos. Para além de numerosas variações linguísticas, Angola possui cerca de dez línguas, frequentemente denominadas “línguas nacionais”, mas às quais neste trabalho se optou por designar como “línguas locais”, de entre elas: Umbundo, Kimbundo, Tchokwe, Nhaneka-humbe, Kwanhama, Ganguela, Herro, Fiote e Nhemba. Os ovimbundos habitam a região do planalto central, até ao litoral do centro; os ambundos ou kimbundos habitam um espaço abaixo do nordeste e litoral centro-oeste; os bakongo habitam sobretudo a região norte; os kiokos predominam no nordeste e no leste; os nhaneka-humbe habitam o sul e o sudeste, com os kwanhama; os nhemba dividem a região com os ganguela; os herero vivem no sudoeste e os fiotes no nordeste. Destaque-se desde já que português é a única língua oficial de Angola, proclamada enquanto tal pelo primeiro presidente do país, António Agostinho Neto, sendo os outros idiomas línguas regionais e específicas dos grupos étnicos.

Os temas relativos à integração étnica e à possibilidade do surgimento de conflitos interétnicos, assim como a sua influência na estabilidade política e do desenvolvimento socioeconómico do país, têm sido pouco tratados no caso de Angola: quer nos círculos académicos, quer na esfera política da sociedade, ou ainda na perspetiva sociológica. Essa ausência fica decerto a dever-se, pelo menos em parte, à existência de receios relativos a abordagens eventualmente não satisfatórias para sectores conservadores da sociedade angolana, bem como ao facto de se ter vivido em Angola um passado recente bastante atribulado, com um conflito armado que chegou mesmo a ser apresentado, em vastos sectores das sociedades ocidentais, enquanto conflito etno-tribal entre Kimbundos e Ovimbundos.

Parece razoável assumir que as sucessivas guerras ocorridas no solo angolano, primeiro de oposição ao regime colonial e depois no contexto da guerra civil pós-independência, terminada em 2002, promoveram um certo grau de unidade das populações angolanas em torno de um objetivo comum: a conquista da independência nacional e o alcançar da paz. Tais aspetos criaram importantes laços de solidariedade e de inter-relação entre os diferentes grupos étnicos do país e promoveram desse modo uma certa unidade nacional, construindo os fundamentos e os alicerces do processo de construção da nação e criando as condições necessárias para o seu surgimento e desenvolvimento. Esta investigação visa, assim, proceder a um estudo sobre as políticas, práticas e ações concretas de integração étnica em Angola, levadas a cabo com o propósito estratégico da concretização do projeto de construção da nação, enquanto entidade assente na unidade étnica, cultural e territorial: um único povo e um único país. Todavia, apesar do empreendimento de “construção da nação” requerer homens e mulheres com visão estratégica e um espírito unificador, frequentemente tem vindo a assistir-se, de forma generalizada pelo território nacional, a ações e/ou atitudes de discriminação, por vezes veladas, tendo como alvo povos oriundos de outras províncias, ou regiões da mesma província, mas de etnias diferentes. Mais concretamente, têm sido vítimas de tais práticas, no caso da província da Huíla, os não-pertencentes ao núcleo étnico nhaneka-humbe. De facto, com o fim da guerra civil em Angola começou a ser notória, aqui e acolá, uma exacerbação no seio da sociedade angolana de fenómenos de exclusão etno-tribais, por vezes genericamente designados como “tribalismo”. Estas práticas são entendidas, no âmbito deste trabalho, como correspondendo a intuítos de aproveitamento, por parte de alguns políticos, de fenómenos de base étnica, visando alcançar objetivos de diversa índole: políticos, administrativos, governamentais e outros. Ou seja, alguns políticos utilizam nos nossos dias inegavelmente os clássicos procedimentos de “dividir para reinar”, enquanto forma de alcançarem determinados objetivos estratégicos na sociedade angolana, opondo grupos étnicos, elevando ou exaltando uns e subalternizando outros.

Neste contexto, devem ser consideradas ideias subjacentes a este trabalho: a importância do peso histórico deixado pelo sistema de exploração colonial, o qual durante vários séculos dominou o continente africano; a importância também do

facto danoso que foi, e continua a ser, a subsequente incapacidade dos governos africanos para realizarem as legítimas aspirações dos seus povos, no período posterior às independências destes países do jugo colonial; a conjugação desses elementos, enfim, com o facto de que muitas consciências africanas estão ainda estruturadas pelas categorias racistas provenientes da mundivisão antropológica típica da política colonial de hierarquização dos homens. Em resultado destes três aspetos, sobreveio até ao presente uma marcada incapacidade para desenvolver uma consciência cívica e revolucionária plena, o que constitui nos dias de hoje uma importante razão dos fracassos das revoluções em África e dos estados por elas produzidos. Este facto tem sido uma fonte de confrontações políticas, do que emergem como resultante os conflitos étnicos, raciais e sociais, os quais se entrelaçam com conflitos e interesses de natureza internacional. Tendo em linha de conta estas assunções, bem com a generalização de conflitos de base étnica no continente africano, deve constituir uma prioridade inadiável para as autoridades políticas africanas a tarefa de acautelar as políticas de integração étnica nestes países. Estas tarefas passam: pela imperiosa necessidade de se construírem Estados democráticos, inclusivos, onde os cidadãos se sintam partícipes; e também pela garantia de melhorias das condições de vida dos cidadãos, pois esta melhoria pode perfeitamente contribuir para que se minimizem as animosidades, o continente permanecendo pacificado e estável.

Genericamente, pode dizer-se que os graves problemas ocorridos na maioria dos países africanos têm uma parte importante das suas raízes na chamada Conferência de Berlim, ocorrida nos finais do século XIX. A divisão a “régua e esquadro” do continente, não respeitando os diferentes grupos étnicos, culturais e linguísticos e criando fronteiras irrealistas, é decerto uma causa remota ainda hoje muito importante dos conflitos. Nos períodos subsequentes, as divisões etno-tribais, acentuadas pelas potências coloniais europeias nos diversos países colonizados, frequentemente seguindo o princípio de “dividir para reinar”, opondo povos do norte aos do sul e vice-versa, subalternizando alguns grupos étnicos e submetendo de forma violenta outros, constituem provavelmente uma outra causa mais próxima. Todavia, infelizmente esses procedimentos são muitas vezes utilizados ainda hoje por diversos políticos e governantes do continente, sendo usados como justificação e/ou diversão para diversas guerras, para a inadequada

exploração e utilização dos recursos e para vários outros males de que enferma África.

Temos assim que o império colonial, ao implantar-se nos diversos territórios, tendeu por um lado a edificar Estados-nação elaborados de acordo com uma visão de base eurocêntrica, com a perspetiva de que as especificidades culturais africanas iriam ser paulatinamente substituídas pelas culturas europeias, consideradas indispensáveis, quando não abertamente enquanto superiores. Na realidade, porém, em simultâneo os colonizadores, como forma de evitarem que a consciência anticolonial dos africanos despertasse rapidamente, preferiram em simultâneo manter ou estabelecer uma certa distinção entre os grupos socioculturais no seio de cada território ocupado. Assim, o sistema colonial, ao mesmo tempo que pretendia impor a sua cultura, manteve separados aos grupos étnicos, com o objetivo de tirar maior proveito deles e controlá-los.

Dada a heterogeneidade dos povos em África, a etnicidade tem sido alvo da atenção de diversos estudiosos dos processos sociopolíticos deste continente, desde a independência política dos diversos estados até aos nossos dias. Os três primeiros capítulos desta dissertação resultam da análise de vários estudos já existentes e assumem um cunho predominantemente teórico. No quarto capítulo e no quinto capítulo procura-se apresentar uma perspetiva sobre a existência ou não de discriminações étnicas entre as populações angolanas, em especial na província da Huíla, tendo por base as informações recolhidas através das 68 entrevistas aprofundadas levadas a cabo. Trata-se obviamente duma investigação que destaca a dimensão académica do tratamento do problema sob estudo, procurando usar uma abordagem interdisciplinar. Procura-se aí buscar uma compreensão complexa das entrevistas, refletindo sobre o contexto social, político e relacional em que foram apreendidos os relatos, bem como as categorias e relações que se encontram presentes nestes. A investigação assume, entretanto, também uma componente aplicada de recomendações diversas, a qual pode vir a ser utilizada em procedimentos de avaliação por especialistas e outras iniciativas de solução colaborativa dos conflitos, sendo por isso oportuno destacar os fins eminentemente exploratórios desta pesquisa. A partir desta abordagem poder-se-á prestar uma contribuição para a política interna e até mesmo externa de Angola, a qual vive momentos excecionais do ponto de vista do seu crescimento económico e

sociopolítico, mas também enfrenta uma permanente e crescente ameaça de confrontações políticas com base étnica, à semelhança do que hoje acontece alhures no resto do continente africano, com destaque para as regiões mais próximas de Angola.

Nas suas linhas gerais, o trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, cinco capítulos e conclusões sob a forma de reflexões finais, onde se incluem quer um diagnóstico quer um intento de prognóstico relativamente às principais linhas de conflitualidade interétnica em Angola. No primeiro capítulo, intitulado “**Enquadramento Teórico**”, são discutidos os conceitos essenciais da construção da nação e a forma como esses conceitos têm sido aplicados no contexto angolano. Neste âmbito, estabeleceram-se enquanto premissas conceptuais algumas definições operacionais como: teoria do nacionalismo; conceito de nacionalidade; conceito de nação; aplicação do conceito de nação ao contexto angolano; conceitos de etnia e de raça, culminando com uma Sinopse parcial do capítulo

No segundo capítulo, denominado “**Contextualização da Situação Angolana**”, procedeu-se uma breve caracterização da Estrutura Étnica de Angola começando-se por discutir os movimentos migratórios dos povos bantus vindos de entre o rio Níger e o Chade, ou seja, da África central em direção ao Congo até ao sul do Kuanza. Estas deslocações ocorreram a partir do século XIII devido à difusão do ferro, à prática, desenvolvimento e utilização das técnicas agrícolas, bem como à procura das melhores condições de vida, forçando a migração e a divisão dos povos não bantus de Angola: os povos Khoisans, subdivididos em kikuyos kuissis, kuépes, vassequeles, vakuangalas, etc. Nesse quadro teórico, procura-se usar operacionalmente os conceitos anunciados, visando explicar a formação e/ou constituição e desenvolvimento da nação angolana, constituída na atualidade fundamentalmente por povos bantos, mas incorporando igualmente alguns grupos pré-bantos e um número apreciável de outros não-bantos e europeus. Procedeu-se também a uma “Breve Resenha do Processo de Descolonização e a Guerra Civil em Angola (1974/2002)”, analisando-se essencialmente o conturbado processo de descolonização de Angola e o conflito interno que escalou na década de 1970. Este conflito estava todavia fundado no choque de blocos militares associado ao período colonial, em especial desde 1961, ao iniciar-se a luta armada de libertação

nacional, quando forças internas que lutavam contra a opressão colonial portuguesa perceberam que um e outro dos movimentos, o MPLA e a FNLA, constituíam ameaças para os seus propósitos e objetivos. O conflito foi ainda agravado pelos eventos trágicos que antecederam os acordos de paz definitivos (Acordos de Luena), em 2002, com a remoção do obstáculo que retardava a pacificação de Angola.

Fez-se de igual forma, neste capítulo, uma breve “Caracterização do Sistema Político Angolano a partir de 1991”, onde se tratou fundamentalmente das sucessivas reformas constitucionais, visando sobretudo adequar o sistema à realidade angolana, no quadro da situação económica e político-militar das diferentes épocas. Por último, procedeu-se ainda no segundo capítulo a uma Breve Caracterização da Situação Política e Económico-Social de Angola no período de 2002-2012, onde se procurou obter uma perspetiva global dos ganhos da paz e da reconstrução do país desde o fim da guerra em Angola até aos dias que correm.

No terceiro capítulo, denominado “**Resenha dos Conflitos Étnicos em África**”, intentou-se proceder a uma breve análise histórica, visando compreender os conflitos étnicos a que frequentemente se assiste no continente africano. São aí abordados três momentos: o período que antecede os contactos dos africanos com os europeus; o período colonial; o período posterior às independências. A este respeito, importa destacar que os territórios de África apresentavam, antes da chegada dos europeus, evidências de processos endógenos de formação de nações, os quais foram violentamente interrompidos pela imposição de uma cultura colonial, que em muitos casos estava associada a uma exploração descontrolada dos recursos naturais e humanos destes territórios, desde a escravatura até ao momento das independências.

Seguidamente foram identificadas e analisadas as causas fundamentais dos conflitos que atualmente grassam no continente africano, os quais são motivados por fatores endógenos e exógenos. Consideramos fatores endógenos aqueles que decorrem de reminiscências do legado colonial e de uma certa alienação dos próprios africanos, muitas vezes associada a exemplos de má governação, corrupção e deficiente distribuição do rendimento nacional, delapidação do erário público, existência de endinheirados sem causa justa, culto de personalidade e outros males. Classificamos como fatores exógenos aqueles que se relacionam com

a intromissão das potências europeias ocidentais e dos EUA nos assuntos internos dos países africanos, sob variadíssimos pretextos: combate ao terrorismo; proteção das populações civis; ajuda humanitária; diplomacia preventiva; “primaveras” políticas; ou outras justificações.

Ainda neste capítulo procedeu-se a uma “Caracterização do Regionalismo e da Dimensão Regional dos Conflitos em África”, enquanto variável potencialmente importante para o desenrolar dos conflitos internos existentes nos vários países africanos. É de referir que “região” é entendida neste contexto como sendo uma zona homogénea possuidora de características físicas e culturais distintas das outras zonas vizinhas, remetendo-nos o “regionalismo” para uma realidade semelhante. Trata-se aqui, antes de mais, dum reagrupamento de estados em diferentes zonas. Embora sem pretender sobrevalorizar este elemento, importa reconhecer que hoje ele se apresenta bastante dinâmico, contribuindo quer para a política interior quer para a política exterior dos Estados, no sentido da criação de bases para a materialização de políticas de desenvolvimento interno e de boa vizinhança e para uma verdadeira integração económica e política na ordem mundial, o que, por sua vez, constitui um pressuposto da unidade interna dos países e do próprio continente. Essa dimensão deve, de facto, ser levada em consideração e constar das prioridades da Agenda dos Estados africanos, tendo em atenção que vários países africanos, dadas as suas potencialidades económicas e localização geoestratégica, têm sido confrontados com conflitos internos de forças rebeldes e secessionistas. Estas têm sido quase sempre apoiadas por entidades estatais de países vizinhos e não só, aliás sob as mais diversas justificações e pretextos, mas que de facto não poucas vezes visam sobretudo justificar antiquadas aspirações de hegemonia sobre determinadas localidades dos territórios, ricos em recursos naturais.

Resulta assim de todo em todo necessário que, na medida das suas possibilidades de paz interna, os países por um lado estabeleçam entre si políticas consequentes de cooperação económica, as quais beneficiem por igual a todos e suprimam as carências de alguns produtos ou serviços que os países possam oferecer-se mutuamente; e por outro lado, continuem a promover políticas dirigidas à integração económica, já que, do ponto de vista das condições geográficas, resulta que alguns países ocupam, efetivamente, uma importância

geoestratégica de primeira ordem. No caso particular de Angola, o país não está confinado a uma única região, nem é restrita a uma única dimensão. Angola tem estado a contribuir para a construção de uma ordem regional, na União Africana e mundial pacífica e solidaria, fundada nos princípios do Direto e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso territorial, económico e cultural e da sua democracia.

No quarto capítulo, denominado “**Notas metodológicas, caracterização das províncias e análise quantitativa dos dados**”, procede-se a uma caracterização sumária de cada província e a uma análise global dos dados recolhidos através das entrevistas. Esta análise, de cunho mais geral e quantitativo, tem em vista a identificação de tendências nas respostas dos entrevistados a cada uma das questões, tendo em conta o grupo socioprofissional e a região a que pertencem.

No quinto capítulo, denominado “**Análise Qualitativa das Entrevistas**”, leva-se a cabo um tratamento qualitativo aprofundado das entrevistas efetuadas, adotando uma abordagem por província e, adentro de cada uma destas, por categoria socioprofissional.

De facto, estão vertidos nestes dois últimos capítulos os elementos de maior contribuição para o estudo dinâmico e prospetivo do possível surgimento de conflitos étnicos em Angola. Trata-se dum modelo de estudo relativo às linhas principais de conflitualidade interétnica em Angola, no qual foram sobretudo valorizados os dados obtidos a partir duma entrevista estruturada, realizada a 68 indivíduos das províncias acima referenciadas. Esse estudo permitiu apreciar de que forma diferentes grupos de académicos, políticos, funcionários públicos, religiosos, homens de negócios e jornalistas, selecionados qualitativamente, entendem a atuação dos governantes, políticos e entidades étnicas do país no geral, e da província da Huíla em particular, bem como as características dos correspondentes quadros mentais de apreensão da realidade social. Correspondentemente, foi possível construir conjeturas relativas às formas como tudo isso se projeta nos cenários com que os entrevistados relacionam o futuro da estabilidade do país. As entrevistas foram aplicadas aos angolanos das mais diversas origens étnicas, raças e idades, tentando-se refletir o núcleo central dos

sistemas de valores e crenças dos sujeitos. Espera-se ter verdadeiramente contribuído, nesse contexto, para um valioso intercâmbio de diversas opiniões.

Podemos dizer que nesta investigação está identificado um grupo de problemas, no seguimento especificados. Temos em primeiro lugar o problema correspondente ao enquadramento teórico do tema, visando conferir operacionalidade aos conceitos de nacionalismo, nação, etnia e raça; seguidamente, consideramos o problema relativo ao uso do conceito de nação e à sua aplicação ao contexto angolano; em terceiro lugar, temos a discussão relativa à necessidade de aprofundamento e promoção da integração étnica em Angola, enquanto identidade cultural coletiva e pública, quer pelo poder político quer pela sociedade civil, em particular na província da Huíla; em quarto lugar, emerge a questão da análise das possíveis perturbações no processo de integração étnica e a indagação sobre possíveis conflitos étnicos em Angola, que possam ocorrer a partir da província da Huíla; por último, consideramos o problema associado à valorização das consequências políticas, económicas e sociais resultantes de um possível conflito étnico em Angola.

Na presente investigação foram identificados os seguintes objetivos preliminares: realização de estudos permitindo colocar de sobreaviso os políticos, governantes e a sociedade civil no geral, relativamente aos perigos resultantes das discriminações étnicas no país, em particular na província da Huíla, e de eventuais confrontações interétnicas a partir desta província; assumiu-se também a importância de valorizar devidamente as experiências que Angola e os angolanos têm de conflitos armados, bem como dos conflitos étnicos nos mais diversos países do continente africano; intentou-se avaliar as reais possibilidades de confrontações étnicas em Angola a partir da província da Huíla, produto da exacerbação do tribalismo, entendido este último como aproveitamento, por parte de agentes políticos e visando atingir fins diversos, de linhas de divisão fundadas nas pertenças étnicas; por último, procurou-se contribuir para um diagnóstico e ensaiar um prognóstico relativamente às linhas principais de conflitualidade interétnica em Angola, tendo como base a província multiétnica da Huíla.

Com vista à indagação destes problemas, estabelecemos o seguinte grupo de hipóteses: 1) A adoção, por parte do regime político e com efetivo apoio da sociedade civil, de políticas que favoreçam e estimulem a integração étnica dos

povos de Angola, em particular na província da Huíla, pode assegurar e fortalecer o sistema político, bem como permitir o desenvolvimento económico-social; 2) A promoção do espírito de tolerância, respeito e convivência na diversidade contribui para o processo da integração étnica em Angola, em particular na Huíla; 3) É absolutamente necessária a adoção pelo Estado angolano de políticas que permitam reduzir as assimetrias regionais; 4) Paralelamente, é também imprescindível aprofundar a instrução dos cidadãos (alfabetização), de modo a que aqueles não sejam facilmente manipulados por interesses inconfessos.

Dada a exiguidade genérica de abordagens relativas à possibilidade de ocorrência de um conflito étnico em Angola a partir de uma província multiétnica, assume-se residir precisamente nesse aspeto a maior quota de importância e interesse estratégico deste trabalho. Desejavelmente, este estudo poderá contribuir para despertar a sociedade, em particular aqueles que no dia-a-dia gerem os destinos do país, de forma a acautelarem a sua postura e atuação, assumindo a sua natureza estratégica, priorizando a componente da unidade e tolerância entre os diferentes povos, etnias e culturas de Angola. Esta investigação visou, assim, essencialmente proceder a um estudo relativo às tendências de discriminação étnica em Angola no geral e na província da Huíla em particular, bem como indagar sobre políticas e ações concretas e práticas de integração étnica no país, com o propósito estratégico da concretização do projeto de construção duma nação, que entendemos ser constituída por um único povo e num único país, formado a partir da unidade étnica, cultural e territorial, o que inquestionavelmente requer de todos angolanos, em particular os seus dirigentes, uma visão estratégica e ações comprometidas com a unidade nacional, ao contrário daquilo a que não raro se assiste nos últimos tempos e de forma generalizada pelo território nacional, detetando-se ações e/ou atitudes de discriminação velada nalguns casos, e noutros casos bem mais visíveis, de povos oriundos de outras províncias, ou de outras regiões da mesma província, mas que de etnias diferentes. Esse facto, no caso da província da Huíla, reporta-se em particular a pessoas que eventualmente não sejam pertencentes ao núcleo étnico nhaneka-humbe. A partir desta abordagem poder-se-á prestar uma modesta contribuição para a política interna e até mesmo externa de Angola, a qual vive momentos excecionais do ponto de vista do seu crescimento económico e sociopolítico, mas também

enfrenta uma permanente e crescente ameaça de confrontações políticas com base étnica, à semelhança do que hoje acontece nos mais diversos países do continente africano, incluindo regiões bem próximas de Angola.



## **Capítulo I - Enquadramento Teórico: Conceitos de Nacionalismo, Nacionalidade, Nação, Etnia e Raça**

### **1.1. - Conceito de Nacionalismo**

Deve antes de mais sublinhar-se que o nacionalismo constitui um tema vastíssimo de considerações em matéria de teoria social. De acordo com certas linhas argumentativas, podemos defini-lo como uma corrente de pensamento e uma prática política traduzindo-se em ações, quer defensivas quer ofensivas, respondendo a interesses dum grupo social determinado, incluindo ligações ou movimentos que podem de facto corresponder ou não a uma nação, ou outras categorias ou grupos. Genericamente, pode também acrescentar-se que o nacionalismo consiste numa doutrina e numa prática correspondentes à busca da própria independência, da própria integridade e identidade: seja visando emancipar-se da dependência política ou subordinação cultural, seja enquanto forma de reagir perante ameaças externas de incorporação, agressão ou marginalização, como é em particular o caso do nacionalismo que emergiu no quadro do processo de colonização dos países do chamado Terceiro Mundo.

O nacionalismo e outras categorias afins dão lugar a muitas interpretações e formulações, como por exemplo aquelas sustentando que nacionalistas são todos os que sentem amor pela pátria, cultura comum, tradições etc., ou as que argumentam que nacionalismo equivale à aspiração à independência política, ao prestígio da nação, liberdade etc., ou as que defendem que o nacionalismo corresponde a uma devoção mística pela identidade, um dogma, de acordo com o qual o indivíduo vive por e para a nação enquanto fim intrínseco, uma razão de ser para o indivíduo, ou ainda as que o identificam com uma doutrina, uma forma de exercer a hegemonia e a expansão ao longo da história. Este quadro amplo de conceção de nacionalismo permite que se estabeleça uma classificação e se possa apresentar um certo número de variantes de nacionalismo no mundo de hoje, podendo-se assim falar de um nacionalismo de tipo europeu, para identificar os movimentos que, no interior dos estados-nação europeus, promoveram e promovem ações autonómicas ou de independência, como são os casos dos

catalães, escoceses, galeses e bretões, ou ainda os casos dos países do leste da Europa com o fim do Bloco Soviético e várias ações mais recentes, etc.

Nesta mesma perspetiva, pode-se de igual modo falar de um nacionalismo de tipo africano pós-colonial, o qual, não sendo essencialmente reivindicativo, ou de luta pela autonomia, como no caso europeu (embora nos últimos tempos tenha talvez obviamente sofrido influências do exemplo daquilo que se tem passado nos estados-nação europeus), vai aparecendo aqui e acolá, com ações autonómicas ou de independência, sendo que, basicamente, se trata aqui dum nacionalismo defensivo e da construção da Nação, combinando nalguns casos duas variáveis: territorial e étnica. Da mesma forma, certos autores referem por vezes um nacionalismo meso-oriental, de base religiosa, sobretudo islâmica; um nacionalismo latino-americano, com uma base populista e que tem procurado reagir face à hegemonia norte-americana; um nacionalismo de tipo asiático, fundamentalmente anticolonialista e de reivindicação dos valores da civilização oriental, com matizes antiocidentais; por último, identifica-se bem assim um nacionalismo estado-unidense, de carácter abertamente messiânico, auto investido com a “missão de salvar o mundo”, ostentando a visão de que está a cumprir uma missão na terra, sendo portador de valores únicos, que o deixam numa posição excecional no mundo. Esta conceção expressa-se de diversas formas na prática política contemporânea dos EUA, assumindo frequentemente o carácter formal de alegação de defesa dos direitos humanos, da democracia, da liberdade, etc.

Elias Chinguli, citando Ernest Gellner, sustenta que este autor, “não começou por definir o conceito de nação, preferindo associá-lo ao aparecimento do nacionalismo, porque procurou demonstrar que “o nacionalismo só faz sentido nas sociedades industriais, caracterizadas pela divisão do trabalho, pela mobilidade geográfica e social e por uma educação das massas populares” (2005: 16). Por outro lado, na sua obra (edição espanhola) *Naciones y Nacionalismo*, o referido Ernest Gellner defende que “o nacionalismo é fundamentalmente um princípio político que advoga que deve haver congruência entre a unidade nacional e a política. Quer seja como sentimento, quer como movimento, a melhor maneira de definir o nacionalismo é atendendo a esse princípio. Sentimento nacionalista é o estado de irritação que suscita a violação do princípio ou o da satisfação que acompanha a sua realização. Movimento nacionalista é aquele que surge com

impulso de um sentimento deste tipo” (2008: 67). Deve no entanto notar-se que Gellner não tratou sobretudo de abordar o nacionalismo enquanto ideologia, por considerar que as ideologias invertem a realidade através dos seus mitos, procurando associar o fenómeno nacionalista ao princípio político, que defende que a unidade nacional e a unidade política devem ser congruentes, ou seja, que deve existir uma correspondência nos dois sentidos.

Pelo seu lado, Anthony Smith sustenta que “o nacionalismo enquanto ideologia e movimento deve ser intimamente relacionado com identidade nacional, um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos e uma linguagem específica” (1997: 10). Assim, trata-se dum imperativo de legitimidade política: as fronteiras étnicas não se devem sobrepor às fronteiras políticas, nem devem separar os detentores do poder de um determinado estado das restantes populações. O conceito de nacionalismo não deve, assim, ser isolado dos conceitos de estado e de nação. O estado é uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação do nacionalismo, uma vez que este problema, ou mais amplamente este fenómeno, só ocorre quando existe também a centralização do poder político, em que o monopólio do exercício da violência legítima num dado território, sob a forma de aparelho estatal, se encontra suficientemente separado do resto da vida social.

Nesta ótica, ao analisarmos o nacionalismo, devemos manter a perspetiva mais ampla possível, assumindo como centro a identidade nacional. Esta deve ser encarada como fenómeno cultural coletivo, sendo que uma abordagem deste tipo requer, por sua vez, no dizer de Smith “uma análise histórico-sociológica das bases e formação das entidades nacionais. Isto significa que devemos antes de mais, compreender os antecedentes pré-modernos das modernas nações e relacionar identidade nacional e nacionalismo com questões de comunidade e identidade étnica” (1997: 10). Como é razoavelmente consensual, o nacionalismo enquanto ideologia e linguagem emergiu na Europa no século XVIII, sendo por isso necessário examinar, ainda de forma que muito sucinta, a matriz cultural que o gerou e o papel dos intelectuais no seu aparecimento:

Assim, o mesmo autor considera de igual forma que “o nacionalismo, enquanto ideologia, é uma doutrina das unidades de poder político e um conjunto de prescrições sobre a natureza dos detentores do poder. É também uma doutrina

nas relações globais legítimas dessas unidades. Mas existe uma dimensão económica da atividade nacionalista. O nacionalismo prescreve uma autossuficiência de recursos e uma pureza de estilo de vida em concordância com o seu compromisso para com a autonomia e autenticidade; não o conseguindo, os nacionalistas lutam pelo controlo máximo sobre as suas terras de origem e sobre os recursos destas. Para além disso, o nacionalismo atua ainda a nível social, prescrevendo a mobilização do «povo», a sua igualdade enquanto cidadãos e a sua participação na vida pública, para o «bem-estar nacional». Considerando a nação como uma família em maior escala, o nacionalismo procura inspirar aos membros da sua nação um espírito de solidariedade e irmandade nacional; proclama, por conseguinte, a unidade social de cada nação” (1997: 117).

O mais extraordinário papel na obra de promoção do nacionalismo tem cabido aos intelectuais: trate-se da Europa dos séculos XVIII ou XIX, trate-se dos intelectuais dos mais variados quadrantes depois disso, incluindo os intelectuais africanos, que desempenharam e têm desempenhado em diversos casos um papel preponderante no aparecimento dos nacionalismos africanos, sendo que nesta longa caminhada estão sempre presentes as possibilidades criativas e dramáticas dos diversos meios e estilos artísticos, visando reconstruir as paisagens, os sons e as imagens de cada nação ou «espaço territorial», em toda a sua especificidade concreta. Quanto ao caso dos nacionalismos africanos, e no dizer de Pepetela, estes têm estado “a imaginar e inventar nações, a partir de uma conceptualização político-nacional, que se tem materializado em diferentes símbolos nacionais, também artificialmente criados e nos quais a comunidade se reconhece e com os quais se identifica. Neste contexto, a nação é artificial porque inventa e impõe uma falsa unidade e uma falsa coesão nacional étnica, cultural, linguística e territorial, sem tempo de maturação e completa interiorização e assimilação pelas populações” (Pepetela cit. in Oliveira, 2001).

No entanto, é argumentável que esta mesma falsa unidade e falsa coesão nacional étnica, cultural, linguística e territorial, sem um adequado tempo de maturação e sem a completa interiorização e assimilação pelas populações, as quais não têm sido devidamente acauteladas visando aprofundá-las, parece constituir uma das fontes de constantes perturbações nos países africanos, aspeto

esse que será aprofundado mais adiante, no Capítulo II, onde se procede a uma breve resenha dos conflitos étnicos em África.

Uma faceta não menos importante a reter e considerar quando analisamos e operacionalizamos o conceito de nacionalismo, problema para o qual Ernest Gellner chama especial atenção, é o facto de que “o problema do nacionalismo não surge em sociedades sem estado. Se não há estado, ninguém, evidentemente, pode colocar-se se as suas fronteiras coincidem ou não com as dimensões das nações. Se não existem dirigentes, não havendo estado, ninguém pode propor-se se pertence ou não à mesma nação que os dirigidos. Quando não existe estado nem dirigentes, ninguém pode sentir-se frustrado por não satisfazer as necessidades do princípio nacionalista” (2008: 71). Este aspeto reveste-se de grande importância, na medida em que nos alerta para o facto de que a questão do nacionalismo e dos nacionalistas deve ser encarada como um processo holístico, no seu aparecimento e desenvolvimento. Sobretudo, destaca-se o facto de que, quer as antigas entidades estatais quer as novas entidades, em função da real situação histórica concreta, podem criar e desenvolver novos nacionalismos e novos nacionalistas. Por esta razão, é justo admitir que várias entidades estatais, pelo mundo fora, têm propiciado e acelerado o surgimento de novos nacionalismos e nacionalistas. O exemplo mais evidente tem sido os movimentos reivindicativos, que nos últimos tempos têm emergido em vários quadrantes, particularmente nalguns países africanos, com consequências políticas, económicas e sociais a todos os títulos negativas.

Em todo o caso, convém quanto a isto ter presente também o que escreve José Manuel Sobral, ao analisar a questão da formação das nações e do nacionalismo, destacando o facto de que “o nacionalismo não está ativo apenas nas suas dimensões mais horrendas e visíveis. Também se manifesta nas mais invisíveis e impregnadas no quotidiano: as que conferem e inculcam uma determinada identidade ao nascido num ou noutro local, que é parte da sua identidade pessoal” (Sobral, 2003).

Enfim, e mais uma vez recorrendo a Elias Chinguli citando Gellner, sublinhe-se bem assim que “a importância do nacionalismo é inseparável do processo de formação da nação”, destacando que “é o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. Reconhecidamente, o nacionalismo utiliza a proliferação de

culturas ou a riqueza cultural pré-existente, herdadas historicamente, embora o faça seletivamente e muito frequentemente as transforme de forma radical” (Gellner, cit. in Chinguli, 2005: 16).

## **1.2. - Conceito de Nacionalidade**

A ideia de nacionalidade corresponde, em primeira instância, a um tipo de comunidade histórica de agrupamento de seres humanos que está muito diretamente ligada ao desenvolvimento histórico-social. De facto, verifica-se indiscutivelmente que aquela está vinculada à época moderna e ao triunfo das relações capitalistas de produção, constituindo uma das formas de comunidade histórica e emergindo regularmente da comunidade étnica, com um elevado grau de consolidação destes traços de homogeneidade cultural, o que pressupõe a aspiração destes indivíduos a uma organização política autónoma, em correspondência com a sua idiosincrasia.

Este conceito é, todavia, utilizado de diferentes formas, o que frequentemente dá lugar a múltiplas confusões, na medida em que às vezes se identifica nacionalidade com cidadania, quando na verdade o primeiro termo tem sobretudo uma componente étnica, ao passo que o segundo termo tem uma componente essencialmente jurídica, identificando os indivíduos de um determinado estado. Assim sendo, a nacionalidade constitui a base para a constituição da nação. Na verdade, desde o século XIX começou a ser frequente falar-se do “princípio das nacionalidades”, ou seja, emergiu em pleno a ideia de que cada Nação deveria ter o seu Estado. Na sequência disso, começou-se a referir habitualmente o Estado-nação, aquele Estado correspondente a uma Nação específica, a qual, mais do que hegemónica ou predominante, tende pois a ser a única no dito Estado. Todavia, e na prática da vida, é necessário reconhecer que a imensa maioria dos Estados são multinacionais, multiétnicos e muito poucos são estados-nação no sentido restrito do termo. Os estados multiétnicos constituem a maioria dos países, pois que o heterogéneo tem de facto constituído a norma.

Em matéria de teorizações relativas ao fenómeno da nacionalidade é necessário, pelo menos, mencionar também as importantes propostas de Ernest Gellner (1997; 2008) e de Benedict Anderson (1989; 2012), segundo as quais a

intensificação semântica típica das sociedades modernas, resultante em particular da crescente divisão do trabalho e correspondente aumento da importância das interdependências, teria sido correlativa duma progressiva tendência para a uniformização etnolinguística e nacional no âmbito de cada unidade dotada de independência política. A título de ilustração, é crucial que num moderno estado-nação todos os cidadãos se entendam facilmente, falando e escrevendo no mesmo idioma, enquanto por contraste numa sociedade plurinacional tradicional é bastante normal que, por exemplo, o proprietário terra-tenente fale e/ou escreva em alemão, enquanto o camponês apenas fala em checo, porque a necessidade de interação recíproca permanece, em todo o caso, muito limitada e podendo proceder com recurso apenas a intermediários pontuais ou circunstanciais.

Neste contexto também, a tendência crescente acompanhando a modernização teria sido a da produção de unidades culturais em grande medida “fabricadas” (mais ou menos espontânea ou deliberadamente, consoante os casos), com a constituição de grupos de antepassados míticos propiciando uma proximidade imaginada de início apenas fictícia, primordialmente característica das pequenas “comunidades” tradicionais, mas agora transportada para outro contexto e referida a grupos humanos muito mais amplos do que aquelas: as nacionalidades, ou mais exatamente as nações. Longe de ser um resquício de tempos passados, o nacionalismo seria pois, quanto a isto, um típico fenómeno da modernidade, ocorrendo, entre outros fatores, graças à crescente alfabetização e ao cada vez maior protagonismo dos diversos grupos de intelectuais. Noutros termos, quanto maior a divisão do trabalho e as interdependências, maior também a intensidade semântica, maior a importância da informação de literacia, maior a influência social dos intelectuais... e maior, finalmente, a tendência para a correspondência “perfeita” entre a entidade política, no âmbito da qual a cidadania e a participação também entretanto progridem, e a coesão ou homogeneidade étnica/nacional. Esta nação, porém, ainda mesmo que pensando-se de forma “comunitarista”, constituiria sobretudo um resultado dos processos políticos ou, noutros termos, o Estado produziria a Nação; e o elemento comunitário seria, de forma prevalecte, um elemento “imaginado”: o nacionalismo seria uma resultante da modernidade política, correspondendo as nações a “comunidades imaginadas”.

Dentro desta mesma linha argumentativa, assumindo plenamente, e para recorrer à célebre fórmula de Massimo d’Azeglio, que “primeiro se deve obter uma Itália politicamente unificada para depois então se poder produzir italianos”, é necessário mencionar também a importante obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), pela sua repetida ênfase precisamente no aspeto “inventado” ou artificial desses “constructos sociais” que são as chamadas “tradições nacionais” enquanto forma de religiosidade cívica, mais ou menos espontânea ou deliberada, da generalidade dos estados modernos, decerto que sim.

Mas também, por exemplo, pelo destacar, a respeito dos típicos nacionalismos europeus do século XIX, quando comparados aos dos século XX, que os proponentes daqueles assumiam em geral com bastante tranquilidade, e por vezes de forma muito explícita, o elemento da “escala mínima” supostamente necessária à viabilidade intrínseca de um estado-nação, o que fazia a generalidade dos empreendimentos nacionalistas de oitocentos revestir mais frequentemente um carácter congregador do que um pendor secessionista. E também pelo sublinhar do quanto a questão das nações e dos nacionalismos é muito *sui generis*, precisamente porque inclui a componente do patriotismo cívico, ou a da dedicação/lealdade a uma certo grupo de formas políticas como são os estados soberanos, mas não se reduz completamente a ela: é que este patriotismo existia já bem antes dos tempos modernos, e continuou aliás depois a existir, correspondendo sobretudo às elites políticas de entidades multinacionais, como era o caso com o antigo Império Austro-Húngaro, por exemplo, sem todavia desembocar nesse grupo de casos num verdadeiro nacionalismo, antes tendendo mesmo conscientemente a excluir este.

Assim, o aspeto do patriotismo cívico é decerto importante, mas no caso dos nacionalismos ele tende sem dúvida também para a inclusão de um elemento pensado enquanto “comunitário” (mais ou menos “inventado” ou espontâneo, “imaginado” ou não), o qual propende para o reconhecimento de importância crucial também a aspetos linguísticos, mas também religiosos, económicos e outros. Adentro destes, merece também ser destacada a relevância da componente económica dos projetos, situando-se o intuito deliberado da formação de mercados nacionais coerentes, não raro, na primeira linha da agenda das preocupações.

Em todo o caso, e isso é merecedor de destaque e de sublinhado, o fenómeno nacional comporta toda esta grande diversidade de aspetos sem todavia se reduzir a qualquer deles, antes parecendo constantemente transcendê-los a todos, para de novo a todos permanentemente reincorporar. Na verdade, a nacionalidade e a nação buscam permanentemente elementos no passado e atualizam-nos; são quanto a alguns aspetos tradicionais, mas ao mesmo tempo são eminentemente modernizadores; centram-se por vezes em determinados traços (língua, etnia, religião, território...), mas dir-se-ia não poderem limitar-se a nenhum deles; amalgamam, reciclam e transcendem materiais de diversíssimas origens e naturezas, para permanentemente sintetizarem novidade e destilarem acrescidas vitalidade e capacidade de regeneração das sociedades humanas.

### **1.3. - Conceito de Nação no contexto angolano**

No âmbito dos temas relativos à população, o estudo da Nação como fenómeno sociológico, e dos seus efeitos sobre a organização do Estado, tem uma importância superlativa, quer na ordem jurídica quer na ordem política e não só, na medida em que nos faz compreender melhor o processo de formação das nações. Partamos da formulação que Anthony Smith dá a este grupo de problemas quando destaca que “apesar de muitas nações dos nossos dias serem, de facto, multiétnicas, ou antes, dos estados-nação serem multiétnicos, muitas formaram-se inicialmente em torno de uma etnia dominante, que anexou ou atraiu outras etnias ou fragmentos étnicos para o estado, ao qual deu uma denominação e um título cultural. Já que as etnias são por definição associadas a um determinado território, e não raramente a um povo escolhido com uma terra” (1997: 58). De facto, e embora esta perspetiva se afigure justa, parece ser também fundamental entender, e considerar devidamente, a possibilidade da formação ou construção das nações sem uma etnia antecedente adjacente, porque na verdade algumas nações têm vindo a ser formadas, em vários estados, através de uma tentativa de fusão de várias culturas. Este problema é ainda maior na África subsariana, cujos estados foram criados muitas vezes ignorando deliberadamente as etnias pré-existentes, procurando os estados recém-independentes, muitas vezes, promover um patriotismo puramente territorial.

Nesta perspetiva, no mundo atual surgiu toda uma série de teorias relativas à formação das nações africanas, as quais tendem a romper com os modelos clássicos do processo de integração nacional, ou seja, referindo-se a condições diferentes das da Idade Moderna, quando várias outras nações, sobretudo europeias, se formaram: Anthony Smith defende que “a maioria dos estados não-ocidentais começou como colónia de potências europeias exteriores (geralmente ultramarinas). Na maioria destes casos estavam ausentes as identidades culturais e políticas. Qualquer identidade ou solidariedade que uma população colonial possuísse foi inicialmente resultado da incorporação e das mudanças originadas pelo poder colonial” (1997: 134). Ou seja, o poder colonial produziu e introduziu comunidades étnicas em todos os lugares onde passou. E também acelerou o processo da nação, criando simultaneamente etnias. No entanto, no caso de África tudo isto tem de ser considerado em dois momentos diferentes. Por um lado, o processo do tráfico dos escravos, com o correspondente acentuar das divisões entre etnias: quer dizer, umas etnias especializaram-se na captura de escravos ao mesmo tempo que outras eram escravizadas. Um segundo momento constitui o início da penetração e colonização dos territórios, com a exacerbação deliberada, pelas potências coloniais, das divisões etno-tribais, opondo uns aos outros e aplicando o princípio de “dividir para reinar”.

Outra “contribuição” objetiva do colonialismo corresponde à própria estrutura territorial, a divisão dos países com o estabelecimento de fronteiras sem sustentação nem sequer geográfica; e sem sustentação tão-pouco de base étnica, o que significou que várias comunidades étnicas foram divididas por essas fronteiras e, portanto, tais identidades ficaram repartidas entre diferentes países, produto da arbitrariedade colonial na repartição do mundo.

É enfim necessário considerar ainda um outro elemento, não menos relevante nesta problemática: a importância da comunicação no processo de gestação da nação. Refiro-me à língua, bem como à literatura, necessárias para a comunicação, incluindo todos aqueles fatores que facilitam as comunicações, como são os transportes, as vias ou estradas, etc. Nesta ótica, e como regra geral, no processo do surgimento ou constituição da Nação convergem um conjunto de fatores casuais e/ou condicionantes que são diferentes e distintos pela sua natureza, antiguidade e grau de expressão nesse processo, bem como pelo seu

carácter endógeno ou exógeno. As formas de comunidade entre os homens têm estreitos vínculos com o carácter do regime social, mudando ao mesmo tempo que este.

É preciso recordar que, de acordo com uma visão socio-histórica que incluiu as correntes reclamando-se do marxismo, mas está bem longe de reduzir-se a estas, nas comunidades ancestrais as formas de convivência humana seriam as Gens e a Tribo, constituindo o elemento fundamental, aquele que distinguia aos seus componentes do resto, a origem comum, o parentesco consanguíneo, ou seja, os laços de consanguinidade. Com os subsequentes processos de desintegração e recomposição, a estabilidade das tribos teria decaído e os vínculos de consanguinidade perdido o seu significado; a união de várias tribos deu lugar a grupos humanos com carácter homogéneo, não sendo por isso o laço de união o parentesco, mas sim a comunidade de língua, do território e da cultura. Destaque-se, neste âmbito, que o fenómeno da Nação não podia obviamente ocorrer nem na sociedade escravagista, muito menos na sociedade feudal, por ter sido impossível o estabelecimento naquelas sociedades de vínculos económicos, que são a condição necessária para uma unidade territorial duradoura e para uma unidade estável da cultura.

Neste contexto, só na época de predomínio das estruturas económicas do capitalismo, quando este derrubou e substituiu o feudalismo, dando origem à formação de um mercado único, apareceram as premissas para o surgimento da Nação, embora devamos reconhecer que os movimentos nacionalistas apareceram muito antes. Em tal sentido, os fatores endógenos e exógenos para o surgimento da nação várias vezes convertem-se em atributos, ou elementos da Nação. Ou seja, a Nação é uma forma histórica de comunidade dos seres humanos, que corresponde a uma fase de desenvolvimento histórico, e é uma forma de comunidade que surge num certo momento histórico-social concreto. Nesta ótica, parece ser razoável afirmar-se que o fenómeno “Nação” não existiu sempre e provavelmente não virá a existir perpetuamente, se tivermos em conta os mais diversos processos integracionistas que operam, embora muito lentamente e com avanços e retrocessos, um pouco por todo o mundo e nas mais diversas regiões.

Alguns psicólogos definiram um conjunto de necessidades básicas dos seres humanos, cuja satisfação constituiriam um imperativo absoluto. Neste âmbito, os

seres humanos necessitam sentir umnexo com uma estrutura, que sirva como seu meio e como seu vínculo, permitindo-lhes e comunicar com os demais e ligar-se com eles, obtendo o seu reconhecimento e apreciação, o que ao ser humano confere uma sensação de segurança, evitando sentimentos de solidão e abandono. Esta necessidade de vínculo, simultaneamente corporal, material e psíquica, ao mesmo tempo é uma componente psíquica de identidade, a qual tem uma carga emocional bastante considerável. Historicamente, os seres humanos agrupam-se sob a forma de diversos vínculos, tendo surgido, por exemplo, casais e famílias em função da produção de bens materiais, e considerando que a humanidade tem de produzir e reproduzir-se.

Nesta perspectiva, a nação é uma de entre várias formas possíveis de comunidade humana, com carácter histórico, a qual surgiu na Idade Moderna, entre outras razões como resultado e exigência das relações capitalistas de produção, sendo que a mesma foi forjada e consolidada sob a ação conjunta das relações mercantis, que levaram ao estabelecimento de um mercado interno unificado e à atuação unificadora do Estado, a qual tem por missão a socialização política, visando formar os cidadãos em determinados valores ou incutir estes na sociedade, sobretudo através do sistema de ensino, formando as novas gerações.

Sobre estas questões, ao analisar aquilo que se denominou a Nação cívica da classe intelectual, e ao caracterizar de forma mais completa a natureza da identidade política territorial, que os nacionalistas não-ocidentais se têm esforçado por criar, e que tipo de comunidade eles procuram idealizar e realizar, Anthony Smith destaca a importância do territorialismo. Nestes casos, ele há-de ser “um compromisso político, não apenas para com limites particulares, independentemente de como tenham surgido, mas para com uma localização social e espacial particular, entre outras nações territoriais.

A base deste compromisso é a crença na importância da residência e da afinidade, por oposição à descendência e à genealogia. «Viver em conjunto» e estar «enraizado» num terreno e num solo particulares, tornam-se os critérios de cidadania e as bases de uma comunidade política. Tais critérios estão com frequência ligados a noções de regresso à simplicidade e autossuficiência agrárias e às virtudes rústicas corrompidas pelo fausto urbano.

A nação é concebida como uma pátria territorial, o local do nosso nascimento e da nossa infância, a extensão do coração e do lar. É também o local dos nossos antepassados, e dos heróis e das culturas da nossa antiguidade. Daí que, do ponto de vista de um nacionalista territorial, seja bastante legítimo anexar os monumentos e os artefactos de civilizações anteriores no mesmo local, usurpando as suas conquistas culturais para diferenciar e glorificar a nação territorial, à qual podem (até à data) faltar conquistas próprias” (1997: 146).

Procede-se seguidamente à identificação de algumas premissas que se afigura razoável assumir como básicas, para que se possa considerar o processo de formação da nação de base territorial, na maior parte dos países africanos pós-coloniais, incluindo Angola. Pode-se, quanto a isso, destacar as seguintes:

1. Existência de um número suficiente de indivíduos, vinculados pelas necessidades económicas de tipo mercantil, que no seu desenvolvimento vão forjando um mercado unificado nacional. É necessário que estes indivíduos tenham nexos coerentes com o mercado mundial, constituindo esta a comunidade de vínculos económicos;
2. É necessário também que estes indivíduos estejam fixados num mesmo território desde longa data, ou seja, existindo várias gerações a viver nesse território, e se sintam vinculados a esse território, desse modo sendo constituída uma comunidade territorial;
3. Por outro lado, é imperioso que entre esses indivíduos exista e se desenvolva uma afinidade idiomática suficiente, visando o surgimento duma língua dominante que possa ser comum e que seja determinante, constituindo esta a comunidade idiomática;
4. Enfim, é importante que, sobre a base desses vínculos económicos, territoriais e idiomáticos, existam condições para a confirmação duma autoconsciência nacional.

A partir destes pressupostos, as classes e grupos sociais, sobretudo a classe dominante, interessados no alargamento e consolidação destes vínculos ou esferas de comunidade, em especial os vínculos económicos, utilizam o Estado como instrumento de construção e consolidação da nação, convertendo-se essas

condições em indicadores do Estado. Entende-se, por isso, que as condições constitutivas que definem e identificam a Nação são, em primeira instância, constituídas por: obtenção e desenvolvimento dos vínculos económicos, rotura da economia autárquica fechada, alargamento e domínio das relações monetárias e mercantis, vinculadas estreitamente aos indivíduos. Ao mesmo tempo, é necessário que o Estado favoreça esse processo, promulgando leis, assegurando a ordem interna, definindo os interesses dos seus cidadãos, quer no interior, quer no exterior do país. Quanto a isto, registre-se o que é defendido por José Manuel Sobral quando, ao analisar o chamado “paradigma modernista”, e tendo em linha de conta a teoria proposta por Ernest Gellner na sua obra de referência sobre o tema das nações e dos nacionalismos (cf. Gellner, 2008), destaca que este vê o nacionalismo como “um princípio político que defende a congruência das unidades política e nacional, sendo que esta congruência só se opera a partir de um determinado momento — os Estados desenvolvem-se antes das nações” (Sobral, 2003: 1095).

Essa comunidade de território, forjada por um largo tempo do grupo humano, pode contribuir para a formação de condições psíquicas vinculadas ao meio físico, em que esse grupo humano se desenvolve. Este sentimento de legítima posse de terra, que se assegura na memória histórica de forma folclórica e embrionária, consolida-se e é incrementado, na medida em que cresce a autoconsciência nacional, a qual por sua vez beneficia deste sentimento de legítima posse e, portanto, o fator territorial hierarquiza-se no discurso e na mitologia, produzindo expressões como por, exemplo, “nossa terra”, “nossa cultura”, “nossos hábitos e costumes”, etc. O Estado atua enquanto garante e defensor dessa comunidade de território, utilizando esse sentimento e dando-lhe um sentido sagrado de território nacional.

Anthony Smith destaca por outro lado que “uma nação (...) é uma determinada população humana que partilha um território histórico, mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum, e direitos e deveres legais comuns a todos os membros. (...) a nação é uma comunidade de mitos e memórias comuns, tal como o é uma etnia. É também uma comunidade territorial (...) No caso da etnia a ligação com o território apenas pode ser histórica e simbólica, no caso da nação é física e concreta” (1997: 58). Implícita no raciocínio de Smith correspondente ao trecho citado está a ideia de que a

existência da nação implica também consentimento, sendo que, portanto, nem a estrita violência, nem a coação, nem mesmo a força das armas formam verdadeiramente uma nação. O espírito da nação deve forjar-se a partir do livre arbítrio, da anuência e da vontade sem imperativos. O passado comum das pessoas, um povo e a sua vontade de viver juntos, constituem em última instância as características relevantes que indicam a existência duma Nação.

Tendo em linha de conta os aspetos acima descritos, e com vista a proporcionar uma melhor compreensão dos elementos que podemos tomar como distintivos das categorias de “tribo”, “etnia”, “nação” e “nacionalidade”, propõe-se o quadro abaixo, que inclui os aspetos histórico-naturais, sendo esses a comunidade territorial e a raça, os aspetos histórico-sociais, sendo esses a comunidade idiomática, a cultura partilhada, a comunidade de vínculos económicos e a autoconsciência, acrescentando a ambos os aspetos o grau ou índice distintivo principal, desta forma procurando-se clarificar o nível de incidência destes aspetos nas variáveis Tribo, Etnia, Nacionalidade e Nação:

**Figura 1-** Elementos Distintivos das Categorias de Tribo, Etnia, Nação e Nacionalidade

ASPECTOS HISTÓRICOS NATURAIS		ASPECTOS HISTÓRICOS SOCIAIS					ÍNDICE DISTINTIVO PRINCIPAL
	COMUNIDADE TERRITORIAL	RAÇA	COMUNIDADE IDIOMÁTICA	CULTURA PARTILHADA	COMUNIDADE DE VÍNCULOS ECONÓMICOS	AUTOCONSCIÊNCIA	
TRIBO	X	X	X	X	-	AUTOCONSCIÊNCIA DE PERTENÇA TRIBAL FAMÍLIA MÍSTICO-RELIGIOSA	LAÇOS DE CONSAGUIDADE
ETNIA	X	X	X	X	-	DE PERTENÇA ÉTNICA(±)	VÍNCULO TERRITORIAL-CULTURAL
NACIONALIDADE	X	-	X	X	(±)	AUTOCONSCIÊNCIA DESENVOLVIDA AO GRAU DE ASPIRAR AUTONOMIA SOBERANA POLÍTICA	EXPRESSÃO POLÍTICA DE IDENTIDADE
NAÇÃO	X	-	X	X	XX	AUTOCONSCIÊNCIA NACIONAL	COMUNIDADE DE VÍNCULOS ECONÓMICOS

**Fonte:** Iniciativa do autor.

Ficou acima expressa a ideia, que se afigura genericamente aceitável, de que o fenómeno Nação não podia ocorrer nem na sociedade escravagista nem na sociedade feudal, por ter sido impossível naquelas sociedades a observância dos vínculos económicos, que são uma das condições necessárias para uma unidade

territorial duradoura e para uma unidade estável da cultura. Como se pode, então, perceber que no caso de Angola, um país que viveu mais de quinhentos anos de colonialismo e trinta e seis anos como país independente, se fale de nação? Existirão, de facto, todos os pressupostos criados e identificáveis para falarmos de nação angolana? Ou este é apenas um discurso político, que visa basicamente impulsionar e consolidar o processo de formação ou constituição e consolidação do fenómeno da Nação?

Resulta, por tal facto, necessário referir que, do ponto de vista do discurso político, é pertinente e até legítimo que se fale de nação angolana, como obra das classes e grupos sociais interessadas no alagamento e consolidação dos vínculos ou esferas de comunidade. Todavia, do ponto de vista académico e até de rigor científico, parece ser mais correto dizer-se que a Nação angolana é ainda um fenómeno em processo de construção e consolidação, tendo em atenção os aspetos seguintes: sendo um facto a existência de um território e duma população habitando nesse território, outros aspetos porém, tal como a comunidade idiomática e de vínculos económicos, este último de importância capital neste processo, não parecem ainda estar suficiente e cabalmente desenvolvidas, ao ponto de se poder ter a pretensão de afirmar já neste momento, e para além de qualquer dúvida razoável, que existe a nação angolana de forma acabada.

Esta posição sobre a matéria em análise justifica-se desde logo pelo facto de que, embora por altura da independência de Angola, e na perspetiva do processo da construção da Nação, se tenha declarado o português como idioma oficial ou a língua veicular, para que os angolanos comunicassem entre si e se pudessem entender, na prática, volvidos pouco mais de trinta e cinco anos desde a independência nacional, nem todos angolanos ainda comunicam em português. Ou seja, dada a diversidade étnica e de “línguas nacionais”, como vulgarmente são chamadas (embora considere preferível designá-las como línguas locais), que têm um peso significativo no dia-a-dia dos angolanos, em vastas áreas, sobretudo as do meio rural, os angolanos não comunicam entre si facilmente, havendo por esta razão um grande défice neste particular. Quanto a isto, a minha perceção é de que seria desejável que todos os cidadãos do país pudessem comunicar com os diferentes povos, dos diversos grupos étnicos de Angola, sem quaisquer limitações, quer sejam elas de carácter idiomático ou outras. No entanto, a realidade e prática

da vida no território angolano tem-nos demonstrado que esta comunicação não tem sido muito fácil, por diversas limitações, sobretudo aquelas que estão diretamente ligadas à existência de elevados índices de analfabetismo, que ainda se verificam na maior parte da população, muito particularmente a população do meio rural.

Relativamente aos vínculos económicos de tipo mercantil, deve reconhecer-se que estes parecem estar em franco desenvolvimento em Angola, sobretudo com o fim da guerra civil, que grassou o país por longos anos, se tivermos em conta que, até há muito pouco tempo, era impensável desenvolver-se em todo o território nacional uma produção que permitisse a criação e consolidação de um mercado nacional unificado, embora os angolanos tenham nexos importantes com o mercado mundial, nomeadamente por causa da exploração e exportação de recursos naturais como o petróleo, diamantes e outros. Essa situação melhorou significativamente nos últimos anos, encontrando-se as ligações internas hoje em dia muito mais facilitadas. De facto, o conflito armado que grassou o país desde a independência nacional impediu a consolidação e alargamento duma rede de transportes, ou de vias de acesso, entenda-se estradas, que possibilitassem a circulação de pessoas e bens em todo o território nacional. Só foi possível alcançar este desiderato a partir de 2002, com o calar das armas e o alcançar da paz na maior parte do território angolano.

O mercado nacional, ou simplesmente os vínculos económicos, assumem no processo da construção da nação, quer de base étnica quer territorial, uma importância superlativa, dado ser este processo a permitir divisar aquilo que o território é capaz de produzir, criando-se assim um ciclo de trocas comerciais: ou seja, de forma que seja verdade a afirmação de que “produtos de todo país são comercializados e consumidos em todo país”. Num artigo de Paulo de Carvalho, publicado na Revista Angolana de Sociologia, com o título “Estado, nação e etnia em Angola”, o referido autor conclui, de forma pertinente, pela apresentação da ideia de “haver em Angola um Estado, várias etnias e uma pátria, mas não estar ainda consolidada uma nação – seja por ausência de consciência nacional, seja por ausência de direitos de cidadania e por deficiências no acesso à instrução e na distribuição do rendimento, seja ainda pelas fortes assimetrias regionais que colocam o interior muito abaixo do litoral no que ao desenvolvimento humano e ao

desenvolvimento económico diz respeito. A aposta na solidificação da consciência nacional em Angola deve ser não apenas da sociedade, mas fundamentalmente do Estado” (Carvalho, 2008).

#### **1.4. - Conceitos de Etnia e Etnicidade**

A etnicidade e a etnia são usualmente assumidas como conceitos identificando a síntese dum certo número de características distintivas e de componentes, determinando a identidade dum grupo humano específico. Trata-se duma síntese que forma parte da natureza essencial do grupo e que supostamente exerce uma influência axiomática na mente dos seus integrantes, sendo que à componente étnica é frequentemente atribuída uma grande importância, estabelecendo-se não raro uma identificação hierarquizada de primeira ordem, na qual à etnicidade corresponde a primeira forma de identidade.

Consideremos o trabalho de Okwudiba Nnoli, o qual sustenta que “a etnicidade é um fenómeno muito complexo. É caracterizado pelo etnocentrismo, pela consciência comum e pela identidade e exclusividade. Ao contrário de qualquer outro fenómeno social, não é mutável. Pode alterar-se na forma, no local e no papel que desempenha na vida de uma sociedade. Podem surgir novos elementos no seu conteúdo. A sua ligação com outros fenómenos sociais pode alterar-se, colocando novas questões. (...) A etnicidade não existe em estado puro. Está sempre intimamente associada com opiniões políticas, jurídicas, religiosas e outras, que constituem também componentes importantes” (1992: 94). Parece ser perceptível na posição de Nnoli uma contribuição importante na abordagem da etnicidade, a qual tem a ver basicamente com a associação dessa entidade aos fatores de ordem política, jurídica, religiosa e outros, o que, como é óbvio, deverá por si mesmo constituir um alerta para os africanos quanto à necessidade de se ter sempre presente a problemática étnica, dado que esta constitui potencialmente um dos importantes fatores de surgimento de conflitos no continente. É bem verdade que desde as independências políticas dos estados africanos, e até aos nossos dias, a etnicidade tem centrado boa parte da atenção dos estudiosos do processo sociopolítico africano. Isso compreende-se, se nos ativermos ao facto de que a etnicidade implica o conjunto de elementos vinculados com a problemática identitária adentro dos novos estados africanos.

A mera definição do termo “etnia” tem provocado numerosos debates no meio das ciências sociais. Embora longe de pretender comprometer-me demasiado com os referidos debates, devo esclarecer que entendo aqui a etnia como um grupo sociocultural organizado, consciente da sua existência e reprodução, cujos membros apresentam certas características comuns de pertença ao referido grupo, de tal modo que se distinguem dos membros de outros com características de pertença diferentes das suas. Para Elias Chinguli, e citando Anthony Smith, “a etnicidade é um vínculo primordial entre os membros de uma comunidade natural que é anterior à formação do Estado e que, por sua vez, este se encarrega de preservar, por via do exercício do poder político (...). A etnicidade enquanto elemento determinante na construção do estado aparece como um projeto permanente, porque todo espaço físico é atravessado por fluxos, por isso, ela deve ser reativada em função de uma idade de ouro e de outros elementos, visando controlar fluxos perniciosos e até capazes de diluir a identidade do grupo, uma vez deixados de fluir com naturalidade” (2005: 19-20).

Entretanto, afigura-se neste ponto prudente procurar clarificar duas questões que parecem ser cruciais e simultaneamente diferenciar-se, sobretudo do ponto de vista político, mas também com o objetivo duma melhor compreensão do conceito de etnia, sendo pois necessário distinguir claramente entre a categoria étnica e a comunidade étnica. Como categoria étnica devemos entender um grupo humano, de indivíduos que apresentam características identificáveis por qualquer observador externo. Todavia, o grupo pode não ter consciência desses traços enquanto elemento identificador, ou seja, trata-se nesse caso de elementos que podem chamar a atenção ao mundo externo, sem que o grupo em si tenha consciência disso. Por contraste, a comunidade étnica pressupõe a autoconsciência étnica e a vontade coletiva de defender a sua identidade<sup>1</sup>. Trata-se, por conseguinte, de duas categorias sucessivas, significando que um maior número de grupos humanos se encontra na categoria étnica, podendo ou não transitar para a comunidade étnica, o que se produz fundamentalmente quando se observam fatores

---

<sup>1</sup> Quanto a este assunto, retenhamos os pontos de vista defendidos por Paulo de Carvalho, ao argumentar que “a identidade étnica é fortemente determinada pela descendência (ainda que fictícia) e pela linhagem (ainda que putativa). A etnia funciona como uma ‘grande família’, na qual existe sentimento de entrelaçamento entre várias famílias biológicas a partir de antepassados comuns. O território é outro dos aspetos importantes a considerar, mas neste caso é preciso ter em conta que a associação ao território assume maior importância que a residência ou posse da terra. Existem nomeadamente comunidades étnicas que deixaram de residir no território histórico, mas mantêm com ele laços de proximidade, uma ligação espiritual. A proximidade cultural é o elemento mais objetivo da identidade étnica. A este respeito, podem enumerar-se uma língua comum, práticas religiosas coletivas e a partilha de hábitos e costumes comuns” (2008a: 64).

internos, tais como a ação das elites grupais que mobilizam a comunidade ou o grupo em questão.

Tal como defende Anthony Smith, “são estas associações que lhes conferem um propósito social como fontes de coesão política. São as fixações e as associações, mais do que a residência ou a posse da terra, que têm importância para a identificação étnica. É o local a que pertencemos. É também, muitas vezes, uma terra sagrada, a terra dos nossos antepassados, dos nossos legisladores, dos nossos reis e sábios, poetas e sacerdotes, que faz dela a nossa terra natal. Uma etnia pode persistir, mesmo quando há muito divorciada da sua terra natal, através de uma enorme nostalgia e ligação espiritual” (1997: 38).

Para os fins deste trabalho, o melhor entendimento do conceito de etnicidade vai permitir-nos a apreensão do conceito de conflito étnico, sendo que, a partir da sua definição, não apenas poderemos entender a problemática dos conflitos étnicos em África, como simultaneamente seremos remetidos para a compreensão do surgimento do fenómeno da discriminação étnica em Angola, em particular na província da Huíla. É relativamente consensual que na década de noventa a análise dos conflitos em África assentava fundamentalmente nos pressupostos económicos, em detrimento dum fator muito importante como é a etnicidade. Nos dias que correm, entretanto, parece ser necessário sublinhar a importância desta última, com vista a tentar explicar o eclodir de vários conflitos armados, não apenas os conflitos pós-eleitorais, mas sobretudo os novos conflitos em países, até agora tidos como economicamente, socialmente e politicamente estáveis. Podemos, a este respeito, destacar a contribuição de Anthony Giddens, autor segundo o qual “a etnicidade é um conceito de significado puramente social. Por etnicidade entendem-se as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos da sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal. (...) Para muitos a etnicidade é um elemento central da identidade do indivíduo e do grupo” (2008: 248-249).

Estes elementos são importantes, para podermos compreender aquilo que se tem passado com o que muitos designam por “estados falhados” de África, uma situação na qual, quer da parte de quem contesta o poder central, quer da parte

dos grupos que são contestados, a utilização de referências remetendo para a base étnica tem sido um traço muito comum. Como é óbvio, o referido “falhanço” de alguns estados não se pode atribuir apenas a fatores de ordem étnica, dado que a intervenção estrangeira foi aí também direta, e de resto bastante explícita, mas seria igualmente errado ignorar por completo o peso que sem dúvida os fatores étnicos adquiriram. Isto torna-se superlativamente verdade, tendo em conta que no processo de construção de um Estado-Nação moderno e da respetiva apropriação integral do território pela entidade soberana, tenderam a ocorrer diversos problemas facilmente compreensíveis, considerando quer a possível apropriação parcial dos dispositivos da soberania por parte de grupos étnicos particulares, quer a distribuição diferenciada dos referidos grupos étnicos pelo território. Quanto ao caso angolano, e como refere Paulo de Carvalho, “existe em Angola consciência étnica, que se manifesta na existência de laços de proximidade entre os integrantes de uma mesma comunidade étnica. Esses laços são bastante visíveis mesmo nas áreas urbanas, onde se nota inclusivamente proximidade geográfica e laboral com base na identidade étnica. A este respeito há duas dificuldades a referir, nomeadamente: (1) o facto de poder haver dúvidas sobre o espaço geográfico de cada grupo étnico e (2) o facto de haver pequenos grupos que não se consideram enquadrados numa etnia, mas se consideram etnias à parte. No primeiro caso, vimos anteriormente ser possível a identidade étnica mesmo sem residência ou posse da terra, desde que se mantenha a ligação espiritual com o espaço geográfico. O segundo caso é mais complexo, visto estarmos diante da possibilidade de desintegração de comunidades étnicas mais amplas; dá-se também o caso de pequenas comunidades étnicas não reconhecerem a anexação espacial a comunidades étnicas maiores. Mas isso não anula o facto de haver identidade étnica em Angola e de ela englobar a maioria da população” (2008b: 67).

### **1.5 - Conceito de Raça**

Finalmente, e ainda que de forma breve, é necessário tecer algumas considerações sobre o conceito de raça, um exercício sempre muito difícil e até mesmo polémico, dado tratar-se de uma das noções mais discutíveis no âmbito da ciência sociológica, visando diferenciá-lo dos conceitos de etnia e de comunidade étnica. O conceito de raça, como se sabe, constitui um elemento importante, por se tratar em vários casos, da primeira fronteira de identificação da etnia. Grosso

modo, a raça pode ser definida como constituindo um conjunto de características físicas hereditárias, biologicamente determinantes, como sejam a cor da pele, as características do cabelo, os lábios, olhos, crânio, etc., enquanto sinais mais marcantes. Rosa Cabecinhas e Lígia Amâncio argumentam que “considerando as doutrinas racistas totalmente destituídas de base científica, a UNESCO (1960/1973: 379) recomendou o abandono da palavra ‘raça’ no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias. Desde então, o termo ‘grupo étnico’ tem sido empregue para referir situações de grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante” (2003: 5)<sup>2</sup>.

Deve-se entretanto destacar também que, conforme Anthony Giddens sustenta de forma bastante estruturada, “existem diferenças físicas claras entre os seres humanos, e algumas destas diferenças são hereditárias. (...). As diferenças raciais devem, por isso, ser entendidas como variações físicas assinaladas por membros de uma comunidade ou sociedade como sendo socialmente relevantes. Diferenças na cor da pele, por exemplo, são tratados como relevantes, enquanto diferenças na cor do cabelo não o são. A raça pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permite que os indivíduos e grupos sejam localizados, e lhes sejam atribuídos vários atributos ou competências, com base em características de natureza biológicas. As distinções raciais são mais do que formas de descrever as diferenças humanas: são também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade na sociedade” (2008: 248).

Por outro lado, embora as referidas diferenças físicas sejam indesmentíveis, é igualmente inegável que o peso da sua importância para a vivência social é imensamente variável consoante os contextos, sendo ele muito maior nalgumas circunstâncias institucionais e culturais, bem menor noutras. A título de exemplo, a componente “racial” é absolutamente fundamental para o estudo de um fenómeno

---

<sup>2</sup> Neste contexto, registemos o que é sustentado por Carlos Lopes, afirmando taxativamente que “raça, no sentido biológico, não existe. Todas as diferenças de tipo ‘racial’, ou seja na realidade de fenótipo, limitam-se a 0,001% do genoma humano. Pesquisas no âmbito das ciências sociais demonstram sem dificuldade que o uso de diferenças fenotípicas entre grupos humanos, para legitimar a dominação de uns sobre outros, estão presentes de uma forma quase permanente em todas as regiões do globo. As outras formas permanentes de dominação são o género e as classes. Apesar do carácter falacioso do conceito de raça, e da desmontagem do seu valor pseudocientífico, é inegável que, como construção social, raça é algo real. E também agrega as coletividades que compartilham aspetos físicos observáveis, tal como a cor da pele, textura do cabelo e compleição corporal, sendo vivenciada por uma parte importante das pessoas” (2009: 94-95).

como o da escravatura na Idade Moderna, diretamente associada como esteve aquela à expansão colonial europeia (só populações classificáveis como “não-brancas” eram, portanto, suscetíveis de redução à escravidão, embora existissem também muitos não-brancos do lado dos grupos proprietários de escravos), mas a mesma componente “racial” é relativamente irrelevante no caso da escravatura na Antiguidade Clássica: para os gregos e os romanos antigos, a cor da epiderme não era de todo um fator determinante quanto à possibilidade, ou não, de se ser reduzido à condição de escravo.

Assim, ainda mesmo reconhecendo a existência de aspetos irredutivelmente biológico (fenotípicos) associados àquilo que habitualmente se designa por raça, é importante manter presente também que existe sempre uma mediação institucional, há quadros percetivos culturalmente induzidos, os quais estão sempre presentes como mediação nas formas como socialmente estes factos biológicos são experienciados. Em todo o caso, deve destacar-se acima de tudo que, quando falamos de raça ou de comunidade racial, nos reportamos a conceitos que são claramente discrepantes dos de etnia ou de comunidade étnica, pela simples razão de que “raça” é uma categoria de base marcadamente biológica, enquanto a “etnia” constitui uma categoria predominantemente histórica e social, movendo-se por isso em dois planos ou dimensões diferentes. Todavia, como opina Anthony Smith, “na prática, as etnias são frequentemente confundidas com as raças, não apenas neste sentido social, mas mesmo nos sentidos antropológico e físico de subespécies (...). Esta confusão é produto da influência generalizada de discursos e ideologias racistas, com as suas noções pretensamente «científicas» de lutas raciais, organismos sociais e eugénias” (1997: 37).

Quer dizer, a palavra “etnia” é muitas vezes usada erroneamente como um eufemismo para raça, ou como um sinónimo para grupo minoritário. Embora sem dúvida muitas vezes os dois conceitos estejam associados, a diferença crucial entre ambos reside no facto de que a “etnia” compreende os fatores culturais, como a nacionalidade, a filiação tribal, a religião, a língua e as tradições, enquanto a “raça” corresponde apenas aos fatores morfológicos, como cor da pele, constituição física, estatura e traços faciais, entre outros. No limite, e tal como destacámos, a etnia impõe costumes comuns e sugere, enquanto “comunidade étnica”, o reconhecimento recíproco, constituindo por isso uma categoria eminentemente

social, enquanto a raça não apenas dispensa aquele reconhecimento como se apoia de forma explícita num conjunto de características objetiváveis e de base assumidamente biológica, as quais ficam aliás frequentemente associadas ao reconhecimento por outrem, e não raras vezes a processos conscientes de estigmatização.

### **1.6 - Sinopse parcial**

Neste primeiro capítulo do trabalho de dissertação intentou-se proceder a um enquadramento teórico das categorias de “nação” e “nacionalismo”, dado tratar-se de categorias que encerram um eminente significado político, bem como das categorias de “nacionalismo”, “etnia”, “etnicidade” e “raça”, visto que estas constituem importantes elementos relativos à construção social das identidades. Procedeu-se, de igual forma, ao enquadramento teórico das categorias de “nação” e “nacionalidade” enquanto fenómenos sociológicos, tendo sido referidos os seus efeitos sobre a organização do Estado, os quais assumem uma importância superlativa, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista político, na medida em que proporcionam uma melhor compreensão do processo de formação ou constituição das nações. Também se procurou operacionalizar o conceito de nação, em concreto reportando o seu enquadramento ao contexto angolano.

Destacou-se, de forma particular, o facto de que o conceito de nacionalidade constitui um tipo de comunidade histórica e de agrupamento de seres humanos, o qual está muito diretamente interligado ao desenvolvimento histórico-social, por via de regra emergindo da comunidade étnica, pressupondo a aspiração destes indivíduos a uma organização política autónoma, em correspondência com a sua idiossincrasia e constituindo, por este motivo, a base mesmo para a constituição da nação. Entretanto, quer os fenómenos de pertença étnica, quer a nação e a nacionalidade constituem categorias social e culturalmente construídas, que permanentemente remetem umas para as outras, sem todavia poderem ser reduzidas às demais. Em particular, os processos históricos de construção de nações têm reconhecidamente operado nalguns casos em estreita ligação à identificação dum componente étnica correspondente (mais ou menos genuína ou “inventada” que seja ela, não é esse agora o nosso problema), noutros casos porém destacando sobretudo a participação política e em geral os elementos de índole

cívica, direta ou indiretamente relacionados com a existência de estruturas políticas, em particular um Estado soberano.

É nosso objetivo que o entendimento e clarificação de todas estas categorias e conceitos permita uma melhor compreensão e abordagem quer da estrutura étnica de Angola, quer dos fundamentos e natureza do surgimento e desenvolvimento dos conflitos em África, trate-se de conflitos reais ou meramente potenciais, manifestos ou apenas latentes. Deste modo, intentar-se-á uma aproximação à compreensão das possíveis causas da emergência do surto de fenómenos de discriminação étnica em Angola, muito particularmente na província da Huíla, e sobretudo na sequência do fim da guerra civil, ocorrido em 2002.



## **Capítulo II – Contextualização da Situação Angolana**

Recorde-se neste início de capítulo que nos referimos neste trabalho a “Angola, país localizado na zona sub-equatorial e tropical do hemisfério sul, ocupa parte sudoeste do continente africano entre os paralelos 4º 21’2’’ e 18º 02’ 10’’ de latitude sul, e os meridianos 11º 38’40’’ e 24º 03’20’’ de longitude E. O país estende-se de norte a sul numa extensão de cerca de 1 300 km; de oeste, aproximadamente em 1 250 km. Faz fronteira com o Congo Brazzaville, RDC, Zâmbia e Namíbia. Tem uma superfície total de 1 246 700km<sup>2</sup>” (Cambanda, 1996).

A sua população, de acordo com os resultados preliminares do primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação depois da Independência Nacional, realizado no mês de Maio de 2014, é de 24 milhões e 300 mil habitantes, sendo 52 por cento do sexo feminino, constituindo por isso as mulheres claramente a maioria da população de Angola, distribuída por nove grandes grupos étnicos e variadíssimos subgrupos étnicos.

### **2.1- Breve Caracterização da Estrutura Étnica de Angola**

A abordagem a que neste capítulo se procede da estrutura étnica de Angola não pretende trazer o que quer que seja de grande relevância ou originalidade, em termos daquilo que se conhece quanto à estrutura étnica daquele país. Ocorrem todavia, nos dias de hoje, vários questionamentos relativos aos números de grandes grupos e de subgrupos étnicos angolanos. A presente exposição ocorre neste trabalho de tese, antes de mais, com a intenção de mostrar quão complexa é a referida estrutura étnica, requerendo de todos uma atenção especial, muito particularmente daqueles que no dia-a-dia gerem os destinos desses povos.

Deve referir-se que a questão da unidade nacional constitui, ainda hoje, uma das preocupações essenciais nos países africanos em geral e particularmente em Angola. Embora as fronteiras herdadas da colonização sejam respeitadas no quadro das convenções internacionais, elas não deixam de ser artificiais pelo facto de terem separado arbitrariamente os povos, desse modo destruindo os Estados pré-coloniais, ou nações étnicas, que foram constituídos ao longo de vários séculos de movimentos migratórios bantus: Lukonde Luansi argumenta que “como se sabe,

Angola é neste contexto um mosaico de diferentes grupos étnicos e tipos humanos que antes da penetração europeia tinham diferentes estruturas de organização política, cultural e social” (2003: 1).

Devemos referir outrossim que, do ponto de vista teórico, os povos de Angola dos nossos dias formam, no quadro do processo da construção da Nação, um só povo, apesar da possível ocorrência de fenómenos particularistas abusivamente reclamando-se da identidade nacional, isto é, como sustenta Fernando Wilson Sabonete, daquele “regionalismo camuflado na política de unidade nacional expressa na palavra de ordem ‘de Cabinda ao Cunene, um só povo uma só nação’, expressa pelo primeiro presidente de Angola Dr. António Agostinho Neto” (2010: 9). Entretanto, e se olharmos o habitualmente consagrado mapa etnográfico de Angola, devemos admitir desde logo também que o mesmo está muito longe de poder ser considerado consensual no contexto de muitos círculos da sociedade angolana. Quanto a isto, atente-se em particular no que é argumentado por Paulo de Carvalho, categórico em apontar que: “como se sabe, não há notícia de uma carta étnica de Angola, elaborada por angolanos ou por académicos distantes da ideologia colonial. A carta étnica que é até hoje utilizada, transcorridos cerca de 33 anos [hoje em dia, aliás já 40 anos] após a proclamação da independência política do nosso país, foi elaborada por etnólogos e antropólogos ligados ao poder colonial, que descuraram a identidade étnica dos povos de Angola e fabricaram grupos étnicos inexistentes. (...). Há outras criações que considero folclóricas da “antropologia” colonial, como sejam os casos dos “Lunda-Cokwe” e dos “Khoi-San” – todos eles, junções fabricadas de grupos e identidades, que serviram apenas os desígnios coloniais” (2008b: 175).

Por outro lado, e como os angolanos bem o sabem, tem ocorrido certa oposição da parte de alguns cientistas sociais e setores da vida política quanto a projetos de categorização e/ou cartografia de base étnica. Advogam aqueles o facto de que, como opina Helder Bahu, aceitar “um estudo dos grupos étnicos em separado constitui uma espécie de agitação à divisão entre grupos étnicos, sendo que na atualidade, a maior parte dos grupos étnicos de Angola não se revê no grupo da classificação elaborada no período colonial, baseada essencialmente em critérios linguísticos de proximidade cultural” (2011: 50-51).

Ainda assim, apresentamos infra o referido mapa etnográfico, apesar do reconhecimento de que o mesmo pode estar longe de corresponder à realidade, na medida em que todos os grandes grupos étnicos de Angola, em grande ou menor medida, apresentam variantes ou subgrupos étnicos, facto esse aliado ainda à vaga de casamentos inter-étnicos, que muito se têm registado e registam no país, com particular destaque para o período posterior ao alcance da independência nacional em 1975.

Num texto de Carlos Serrano intitulado as “Elites em Angola, a Informalização do Poder e a Invenção da Tradição”, aquele autor aponta aquilo que apelidou de “casamentos de aliança e suas estratégias familiares determinando quais os casamentos que possíveis entre indivíduos que transitem de regiões diferentes, de grupos étnicos diferentes ou de partidos políticos rivais e que desta maneira conduzam à inclusão de atores estranhos ao espaço social e/ou político a que tem acesso” (2010: 2). O mesmo Serrano, socorrendo-se de Abner Cohen, sustenta que os modelos de casamento são inerentes à distribuição e manutenção do poder entre grupos, constituindo assim um dispositivo de amizade e aliança entre os seres humanos. Diz ainda, e recorrendo à história, que nos primórdios da colonização em Angola muitas vezes os portugueses se apercebiam destes dispositivos e deles participavam para conseguirem certas formas de aliança com as chefias locais, visando participar do comércio que se estabelecia nos caminhos que do litoral conduziam ao interior.

As populações africanas, principalmente por meio dos chefes dos grupos, não eram agentes passivos relativamente a esses comércios; pelo contrário, eram indivíduos que procuravam no comércio estabelecido com os europeus determinadas variedades de mercadorias, tais como bens de prestígio ou armas necessárias ao confronto com outros grupos, que podiam legitimar o seu próprio poder. Dessa maneira necessitavam de alianças, não só com os europeus que comerciavam diretamente, como também com os africanos europeizados, que serviam de intermediários nesse comércio. Neste contexto, e segundo sustenta este autor, “estes casamentos de aliança não são apenas a união de diferentes famílias do mesmo universo cultural ou étnico, eles têm também um componente transétnico que no novo contexto nacional amplia a construção de novas redes de influência e de controlo político” (2010: 6).

Assim sendo, o facto da colonização está bem presente, e de várias formas, na própria grelha classificativa dos grupos étnicos habitualmente reconhecidos. Nesta perspetiva, e tal como sustenta Helder Bahu, podemos aproximar-nos duma

melhor compreensão do facto de que “atualmente, verifica-se um pouco por todo lado uma serie de manifestações de grupos étnicos que não aceitam a ideia de serem “subgrupos” de outros. A fundamentação da ideia de classificação dos referidos grupos baseou-se nas afinidades linguísticas, culturais e proximidade em relação ao colonizador. O princípio da proximidade em relação ao colonizador definiu o grau de importância dos diferentes grupos étnicos angolanos. Assim, os mais próximos do colonizador tomaram a dianteira em termos de designação englobando todos outros grupos mais pequenos e mais distantes do colonizador” (2011: 56).

Outros fatores que contribuem para que o atual mapa étnico oficial seja questionado resultam da própria guerra vivida no território por longos anos, o que não só terá contribuído para uma certa unidade étnica, como também levado à impossibilidade de, nos dias de hoje, se olhar para uma determinada região ou zona enquanto pertença duma etnia homogénea exclusiva. Em suma, todas as regiões em maior ou menor grau são no presente multi étnicas, não se podendo, por tal motivo, estabelecer territórios enquanto rigorosamente pertença deste ou daquele grupo étnico. Se no passado mais longínquo houve migrações externas protagonizadas pelas grandes correntes bantus, que contribuíram para a multi-étnicidade das sociedades africanas em geral e de Angola em particular, aquilo que serviu de base para a configuração do mapa étnico de Angola, num passado mais recente, foram sobretudo os vários conflitos protagonizados no território angolano, bem como o fenómeno dos casamentos de aliança ou inter-étnicos.

Assistiu-se e assiste-se a vagas de migrações internas, o que tem induzido a reconfiguração do mapa étnico de Angola. Entendemos aqui a “migração” tal como ela é habitualmente definida nas ciências sociais, isto é, “o ato de migrar, a ida de um país para outro”. Essa deslocação é provocada por diversas razões, podendo ser voluntária ou involuntária e correspondendo habitualmente o motivo fundamental à criação de novas possibilidades de existência numa zona preferida. Neste âmbito, Simão Milagres e Lutina Santos, ao analisarem os Fluxos Migratórios em Angola, consideram como “fenómeno migratório o fluxo de um conjunto considerável de pessoas, traduzido nos movimentos de entrada e saída. (...) o fenómeno migratório pode ter impacto ao nível da diversidade étnica, pode



recolectores que procuravam campo aberto para lá das florestas tropicais do Congo. No norte de Angola encontraram as extensões abertas de savana, bem irrigadas e com uma fauna rica. Para muitos destes primeiros caçadores, Angola tornou-se uma escola de cultivo e criação de gado; aquilo que não descobriram por si mesmos foi-lhes ensinado pelos migrantes” (2009: 49-50). Sublinhe-se que antes da penetração das grandes correntes bantus no atual território angolano este já era habitado, sabendo-se ainda que esses primeiros povos viveram no território na Idade Paleolítica e referindo-se igualmente que tais povos da Proto-História de Angola não eram de raça negra, mas sim de raça Bochimane, com antepassados de várias raças ao sul do equador, localizados principalmente em Boskope, em Florisbad e por isso chamados «Boskopoides». Estas populações ainda existem no sul de Angola e fazem parte do povo angolano atual, embora habitualmente numa condição muito pobre e miserável.

Os referidos povos não falavam nenhuma das línguas bantu, como ocorre com todas as outras etnias de Angola. A sua língua pertence ao grupo Khoi-San e aventa-se que nunca formaram reinos ou estados em Angola. Quer dizer, antes mesmo da chegada dos povos bantu o atual espaço territorial angolano conheceu os seus nativos, que não são provenientes de movimentos migratórios conhecidos. Não falavam nenhuma língua bantu, não foram colonizados, não são de raça negra, apresentando uma cor acastanhada e amarelada. Viviam, e ainda vivem, da recolha de frutas e da caça, muitos deles em pequenos grupos e encontrando-se no sul de Angola, em algumas regiões do Cunene, Huíla, Cuando-Kubango, e Namibe. Estes povos são conhecidos como Khoisans ou Boxímanes e falam a língua Khoi-Khoi. Sempre apresentaram, e predominantemente apresentam ainda um regime social precário. Essas populações pereceram em grande número com a chegada dos povos bantu, nalguns casos porque foram deliberadamente perseguidas, enquanto outros foram empurrados para o sul de Angola, nas províncias da Huíla, Cunene e Cuando-Cubango, onde atualmente vivem em pequenos grupos e em fase de extinção. Nos tempos mais recentes tem havido um esforço por parte das autoridades locais visando agrupá-los, recuperá-los, dar-lhes uma vida mais digna e conferir-lhes algumas noções de língua portuguesa, para que possam comunicar com os demais e participar no processo de construção e consolidação da nação angolana.



Esta realidade histórica de grandes fluxos migratórios, por vezes adquirindo um carácter violento, é um elemento importante a levar em consideração quando se pensa a realidade social de vários países africanos, e de Angola em particular, colocando-se assim aos mesmos grandes desafios, pois diversos conflitos étnicos que neles mergulham, as suas raízes têm por sua vez sido fonte de grandes perturbações políticas, induzindo confrontações desastrosas para muitos países do continente e tendo servido de pretexto para o uso inadequado de recursos que deviam servir o desenvolvimento dos povos. Todavia, e de acordo com diversos outros autores, antes da chegada da colonização europeia aos territórios que hoje conformam Angola decorria naquele espaço um processo histórico-natural e equilibrado, com uma componente evolutiva e outra revolucionária, da formação da nação. Esse processo foi, entretanto, violentamente interrompido pelo processo colonial, visando impor a cultura da metrópole, e sobretudo em consequência da exploração abusiva dos recursos naturais e humanos do território, desde a escravatura até 1975.

Na verdade, e de acordo com diversos registos históricos, “em África, o período que vai do século VII a XV e que corresponde à chamada época feudal europeia é um período de desenvolvimento económico, político e cultural em nada inferior ao da Europa (...). Houve desde tempos remotos, contactos comerciais entre a África e os países do Mediterrâneo através das rotas de caravanas transarianas (...). A ideia de um isolamento africano em relação ao mundo exterior e de uma ausência de contactos entre vários povos africanos foi uma invenção colonialista para justificar o preconceito de uma África imóvel “sem civilização”, “descoberta” pela primeira vez pelos navegadores europeus que lhe teriam trazido o progresso” (AAVV, 1990: 87-90).

No caso de Angola, em 1482 chegaram os primeiros portugueses e em 1490 desembarcaram os mercadores no porto de Mpinda, enquanto no sul os reinos do Kwanza mantinham a sua unidade interna, caracterizando-se por uma vigorosa oposição à penetração colonial. Foi neste mesmo século que se registou também o movimento migratório bantu, o qual constituiu a grande massa populacional de Angola, repartindo-se por grupos somato-linguísticos muito variáveis em força numérica, estando o cômputo fixado em milhões. Deve neste âmbito destacar-se que o termo bantu foi sugerido pelo linguista alemão Willam Bluk, em 1856, para

designar o conjunto de pessoas que tinham a mesma raiz, sustentando o mesmo autor que, apesar das diferenças linguísticas, a população angolana tem a mesma origem e, portanto, a mesma raiz. Os bantus angolanos repartem-se em nove grupos etnolinguísticos, os quais por sua vez se subdividem em cerca de uma centena de subgrupos, tradicionalmente designados tribos, mas que do ponto de vista científico-académico se afigura ser mais razoável designar por grandes grupos étnicos e subgrupos étnicos, podendo-se tal como aponta José Redinha (2009: 30-49), destacar os seguintes:

**Grupo Kikongo ou Bakongo.** Falam a língua kikongo estão localizados nas províncias de Cabinda, Zaire, Uige, sudoeste do Bengo (Ambriz) e norte do Bengo (Kibaxi). Estes povos têm reputação de bons agricultores, comerciantes, defensores da sua cultura material e espiritual. Os Bakongos constituem habitualmente bons elementos na organização social, política e cultural, considerando aquilo que outros tomam como sua “superstição” enquanto elemento ligado à sua cultura. Ocupam aproximadamente 15% do território angolano, estando subdivididos em Kimbeles, funos, musolongos e kikongos.

**Grupo Kimbundo ou Quimbundo.** São aqueles que falam a língua Kimbundu, localizando-se nas províncias do Bengo, Malange, Kuanza-Norte, norte do Kuanza-Sul, Luanda, e nalgumas regiões do leste, correspondentes a cerca de 20% território nacional. Os antigos quimbundos foram notáveis organizadores de estados e contam na sua história afamados sobas guerreiros, nomeadamente Ngola, Jinga e os Quinguris dos Bangalas. Sob a autoridade do chefe Ngola foi instituído pelos Portugueses, no século XVI, o reino designado por “Angola”. Os quimbundos do interior, tanto a norte como a sul do Cuanza são habitualmente bons agricultores de subsistência e de culturas ricas. As populações quimbundas do litoral encontram-se muito integradas no tipo de vida dita ocidental, participando nas atividades do estado e dos particulares. Utilizam a atividade piscatória na ilha de Luanda como sua cultura material. Realizam o culto da sereia na Ilha de Luanda, oferecendo sacrifício. Também são, por via de regra, bons artistas do carnaval. Podem, mais especificamente, ser luandas, ngolas, libolos, Kibala, etc.

**Grupo Lunda-Quioco.** Oriundos da África Central, sofreram por um intervalo de tempo não inferior a um século o domínio dos estados dos Lundas na Katanga Ocidental, tendo no século XVII emigrado para os territórios que constituem Angola, estabelecendo-se no sul da Lunda, sendo aqueles que falam a língua Tchokwe nos dias de hoje, localizam-se nas Províncias do Moxico, Lunda-Norte e Sul, Noroeste do Bié e Norte do Kuando-Kubango. Muitos deles podem ser localizados no sudoeste da Zâmbia e sul da R. D. Congo. São caçadores por excelência, mas também agricultores. Consideram usualmente a sua língua como a mais importante de todas e toda a pessoa que fala kokue, mesmo que não seja da mesma região, é considerada e tratada como filho. Os Lunda-kokues como também podem ser chamados, têm uma cultura de união: quando a região se encontra ameaçada eles habitualmente lutam unidos. São considerados também guerreiros, lendariamente não recuando na tomada das suas decisões. Representam perto de 8% da população angolana.

**Grupo Mbundu ou Ovimbundo.** É constituído por quinze subgrupos principais, sendo entre eles particularmente notáveis os Bienes, os Bailundos, os Ganda, os Caconda, os Galangue, os Quiaca, os Hanha, os Quissange, os Sele, os Dombe, etc. Falam a língua umbundo e localizam-se nas províncias de Bié, Benguela, Huambo, sudoeste do Moxico, norte da Huíla, sul do Kuanza-Sul e norte do Namibe. Ocupam cerca de 37% do território nacional. Trata-se do grupo étnico maioritário da população angolana na atualidade e foram os primeiros a utilizar a técnica da agricultura mecanizada, usando o arado e não só, e a partir do século XIX também a técnica de fertilizantes. São habitualmente defensores da sua própria cultura, mas também comerciantes por excelência, resultando em parte disso o seu carácter simples e a sua forma habitualmente afável de lidar com os demais.

**Grupo Ganguela.** São aqueles que falam a língua Nganguela, estando localizados sobretudo nas províncias da Huíla (uma parte), Kuando-Kubango (noroeste), Sul do Moxico e Norte do Namibe. Ocupam cerca de 7% do território nacional. Oriundos de antigas populações de caçadores, praticam hoje a agricultura, principalmente na sua área oriental. O sector mais ocidental, por influência dos criadores de bois do sudoeste, dedica-se também bastante à

pecuária. A agricultura em estação de chuva, a criação de gado e a pesca lacustre sazonal, bem como a apicultura, constituem as suas atividades económicas. Preservam a sua cultura, associada nomeadamente à existência dos kahuemas (cultura dos palhaços).

**Grupo Nhaneca-Humbe:** São aqueles que falam a língua Nhaneca-Humbe, encontrando-se estabelecido nos territórios do curso médio do Cunene, que constitui a bem dizer a espinha dorsal do seu domínio, sobretudo na província do Namibe e o Sudoeste da Huíla, ocupando perto de 5% do território nacional. A sua língua aproxima-se da língua umbundo. São tradicionalmente caçadores e criadores de gado. “Nos dias de hoje já não são considerados nómadas”, embora muitos deles realizem constantes deslocações em busca dos melhores pastos para o gado. Todavia, deixam os restantes membros das famílias fixados num determinado lugar.

**Grupo Ambó:** Este grupo ocupa um vasto território ao longo e ao meio da fronteira sul de Angola, sobretudo nas províncias do Cunene, sul do Namibe, Sul do Kuando-Kubango e sul da Huíla. Esta população representa 20% do seu total, os restantes 80% estando localizados na Namíbia, especialmente no Othakati, província setentrional daquele estado. Os Cuanhamas, grupo culturalmente predominante, caracterizam-se tradicionalmente pela sua bravura, sendo também considerados bons caçadores e cavaleiros.

**Grupo Herero e Xindongas:** Este grupo faz parte da família dos ovambos e ocupa algumas áreas das províncias do Cunene e Kuando Kubango. Correspondem a uma percentagem próxima de 5% da população angolana. São também criadores de gado e a sua ancestral vocação de criadores manifesta-se no curioso aspeto de desprezarem os grupos étnicos que comem peixe. Dotados lendariamente de um cerrado etnocentrismo, não admitem cruzamento com outros povos e nutrem verdadeiro desprezo pelos grupos de cultura étnica diferente da sua.

## **2.2 - Resenha do Processo de Descolonização e da Guerra Civil em Angola (1974-2002)**

Ao longo do processo de colonização de Angola e de outros países africanos, o país colonizador no caso (Portugal), procurou sempre ir adotando vários ideários justificativos da dominação. Um deles, decerto dos mais importantes no último período, correspondeu, segundo argumenta Maria do Céu Pinto, à “ascensão do luso-tropicalismo, que tornou um dos competentes essenciais da ideologia salazarista, ocorrido no contexto pós segunda Guerra Mundial, marcado pelo processo de descolonização de África, em que Portugal teve que alterar o seu discurso colonial. A adaptação ao novo cenário internacional realizou-se sobre o plano jurídico, com a revisão constitucional de 1951 com a supressão da noção de colónias e de império colonial e foram criadas as chamadas províncias do ultramar, definidas como partes integrantes do Estado português, solidários entre eles com a metrópole. Logo, indivisíveis, dotados de uma ossatura administrativa e jurídica centralizada em Lisboa” (2010: 21).

No entanto, na prática o Estatuto do Indigenato continuou a legitimar uma política assente na divisão racial e na supremacia cultural portuguesa, sendo que só na década de 1950 e em paralelo com a organização dos estudantes africanos em Portugal, que se começou a verificar a criação de partidos políticos, movimentos e organizações, constituídas na maior parte dos casos por grupos com laços familiares, religiosos, profissionais e até mesmo geracionais. O reforço do sistema repressivo contra os angolanos e sobretudo com a chegada das ações da PIDE em Angola, a partir de 1957, assestou um sério golpe às atividades clandestinas e as operações iniciadas em 1959, culminaram com a prisão de vários nacionalistas angolanos, tendo sido instaurado um processo que se conheceu com o célebre nome de “Processo dos 50”. Ainda assim, foi no início da década de 1960 que se deu o início da luta armada contra o poder colonial em Angola, uma guerra que viria a durar 14 anos, pois, os acontecimentos do 25 de Abril de 1974 na metrópole, vieram precipitar a situação nas colónias portuguesas em África. Com a proclamação da independência nacional a 11 de Novembro de 1975 e dadas as incompreensões que mais abaixo se analisam, próprias da era da Guerra-Fria, surgiu a guerra pós independência ou guerra civil entre angolanos, que se tinham confrontado com o poder colonial.

Deste modo, Angola terminou há treze anos um grave conflito armado interno (guerra civil), que durou cerca de três décadas e que chegou a possuir características de conflito regional e internacional. Tal como argumenta Eduardo González Calleja “a guerra civil é um tipo de violência total entre segmentos de uma mesma população que persegue como objetivo prioritário o aniquilamento ou sometimento sem condições do adversário a derrota do regime imperante ou a dissolução de um Estado” (2000: 301).

O conflito interno que Angola viveu, teve o seu fulcro na década dos anos 70, mas teve o seu fundamento no chamado “choque de civilizações” gerado no processo colonial, e em especial desde 1961, ao iniciar-se a luta armada de libertação nacional, quando diversas forças internas que lutavam contra a opressão colonial portuguesa perceberam que um e outro dos movimentos, o MPLA, a FNLA e a UNITA, constituíam ameaças para os seus propósitos e objetivos. Acresce o facto importante de que a luta de libertação nacional em Angola foi levada a cabo em pleno período da guerra fria que, conforme argumenta José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, foi um conflito “onde países e forças no planeta estavam separados por vontade própria e soberania em campos ideológicos opostos, assumindo nessa era determinadas posturas, de acordo com os seus interesses antes propostos (Santos, 1989).

No entanto, para fins das abordagens pretendidas para este trabalho de investigação, afigura-se oportuno delimitar o espaço temporal e deixar expresso que o conflito interno angolano foi sobretudo engendrado a partir de Abril de 1974, quando um movimento revolucionário derrotou a ditadura fascista em Portugal, dando lugar a um complexo sistema de relações entre as forças antifascistas da metrópole e os movimentos anticoloniais de África Lusófona. Foi neste contexto que o MPLA, tendo mais capacidade negociadora, e por ter mais claramente definidas as opções de luta e as perspetivas de integração nacional do que os outros dois movimentos, se encontrou em vantagem. Explica-se isso, entre outras causas, pelo seu arraigo histórico, controlo político real das zonas libertadas, bem como relações internacionais que o convertiam num ator principal da transição para a independência. Tudo isso levou a essa força política a negociar uma saída para o conflito colonial mediante a formação de um Governo de Transição, cuja composição foi regulada pelos Acordos de Alvor de 1974, dos quais foi garante o Governo português.

Ao produzir-se, nos fins de 1974, a formação do governo de transição, o resultado era favorável ao MPLA do ponto de vista bilateral, dada a relação de cooperação estabelecida com as forças militares portuguesas dentro de Angola, dirigidas pelo Almirante Sousa Rosa Coutinho. Este facto resultou muito desfavorável no plano da perceção por parte das entidades rivais, a FNLA e a UNITA, as quais assumiram que a hegemonia do MPLA lesava interesses vitais para as suas aspirações de poder. Deve porém dizer-se que, em minha opinião, tal favoritismo não existiu verdadeiramente, ou não foi relevante, já que do ponto de vista multilateral MPLA, governo português, FNLA e UNITA negociaram uma saída para o conflito interno bastante equilibrada, tendo em atenção que os Acordos de Alvor estabeleciam a constituição de um governo de transição no qual o MPLA se encontrava em minoria, perante duas forças que lhe eram opostas, o que se refletiu na distribuição de cargos ministeriais e naquilo que tinha sido o pacto. Relativamente às quotas de poder, tudo o que foi alcançado resultou de facto, em boa medida, da flexibilidade do MPLA, que por aquela altura era reconhecido como o grupo mais influente e já mostrava possibilidades reais de se converter num poder hegemónico.

Desta forma, deve concluir-se que as outras duas forças reagiram prematuramente, inviabilizando os Acordos de Alvor e o funcionamento do governo de transição, incentivando por outro lado as atividades de “fracionismo” interno no seio do MPLA, que haviam dado em 1974 origem ao conflito denominado “Revolta do Leste”, processo este que havia resultado bastante desfavorável para a direção histórica do MPLA no seu congresso de Luzaka (1974). Na realidade, desde as negociações de Alvor entre Portugal (1974) e os três movimentos políticos angolanos participantes, não se chegou a um intuito de cumprimento sério dos acordos, por não se ter formado um consenso adequado para uma distribuição mais ordenada das quotas reais de poder, o que gerou uma confrontação resultante dos eventos surgidos naqueles momentos, a qual se prolongou por vários anos.

Esta conjuntura teve a sua base, em primeiro lugar, no tendencioso processo de divisão e manipulação dos conflitos que o regime colonial vinha utilizando nas suas colónias, o que dificultou consideravelmente o desenvolvimento do nacionalismo moderno em Angola e a sua expressão enquanto projeto político de

unidade nacional, incidindo no frágil consenso alcançado em Alvor. Neste contexto, por volta de Junho de 1975 começaria o choque armado denominado “confrontações de Luanda”, processo desencadeado inicialmente como uma reação defensiva das populações guiadas pelo MPLA contra as atividades insuportáveis do chamado “MPLA/Chipenda”, apoiadas por mercenários zairenses e pela FNLA, que vinham cometendo abusos e crimes contra populações indefesas e desafiavam a unidade territorial e a soberania de todo o país, o que forçou a direção do MPLA a assumir uma posição de ofensiva armada contra as instalações militares da FNLA e os secessionistas.

Perante esses factos, do meu ponto de vista a UNITA manteve uma ambígua postura de neutralidade. Assim, gerou-se uma relação sumamente conflituosa, de carácter excludente, na qual os três principais atores, o MPLA, a FNLA e a UNITA, se viram envolvidos numa nova fase armada do conflito interno, o que teve por sua vez uma dimensão regional e internacional, pois rompeu-se com “status quo” definido nas trabalhosas negociações de Alvor e deu-se início a uma guerra civil que apenas concluiu em 2002, na qual a intervenção de forças estrangeiras desenvolveu um importante papel de escalada armamentista e manipulação, em especial por parte dos Estados Unidos de América, dos seus aliados zairenses por aquela altura, bem como do regime segregacionista sul-africano.

Quanto à potência colonial, nunca lhe foram poupadas as críticas, segundo aquilo que normalmente se aponta, por ter contribuído para a violação dos acordos de Alvor, essencialmente pelo facto de ter silenciado a invasão de que Angola era vítima por parte dos exércitos regulares estrangeiros e de forças mercenárias. Tratava-se, de resto, duma invasão que já era conhecida e divulgada em todo mundo, mas que nem sequer merecia comentários por parte das autoridades portuguesas daquela altura, que de facto já não exerciam a soberania estatal, pois não tinham o controlo efetivo do território, a não ser em áreas controladas pelo MPLA, nas quais a colaboração entre militares portugueses e os elementos armados desta entidade constituía um fator de estabilidade.

No dizer do primeiro presidente de Angola Dr. António Agostinho Neto, “assim, o MPLA enfrentava no terreno várias forças (...) que integravam uma espécie de brigada internacional fascista contra o povo angolano, e nesta aliança se incluíam também forças reacionárias portuguesas, integradas por ex-militares e

colonos extremistas de direita que participavam na invasão ao sul do país, tudo o que o governo português não havia combatido e de passagem legitimou tacitamente pelo seu silêncio e passividade” (1975: 9-10).

Numa entrevista concedida ao Jornal de Angola no dia 18 de Fevereiro de 1996, acerca do fracasso dos Acordos de Alvor, a então Advogada Maria do Carmo Medina, que na década de 70 participou na comissão de redação dos referidos acordos como membro da delegação do MPLA e tendo sido mais tarde Magistrado do Ministério Público, afirmou de maneira categórica: “a resposta à pergunta do porquê não tiveram êxito os Acordos de Alvor e a cimeira de Nakuru, e todos os compromissos que foram assumidos, é uma questão do meu ponto de vista ainda hoje (por aquela altura) é um pouco delicada de ser atacada. Porque, apesar de haverem passado 20 anos [e hoje já passam 39] (...) as feridas abertas ainda não sararam. O meu ponto de vista é o seguinte: havia movimentos de libertação, mas não convergiam para a meta única mais elevada, que era a obtenção da independência nacional e a conquista, digamos, da libertação do colonialismo, uma meta comum e supra partidária.

O que nos mostram os dados da história é que, a partir de 1962, a FNLA começou a atacar ao MPLA. Quer dizer, a luta do MPLA não foi uma luta unicamente contra o colonialismo. Em relação à UNITA, no fim da década de 60 começou a atacar elementos do MPLA, nas chamadas zonas de influência. Portanto, a FNLA atacava no norte e a UNITA atacava nas zonas do Moxico, onde estava instalada.

Daí que era muito difícil que um simples acordo, que foi negociado em poucos meses, fosse sanar essa rivalidade histórica. O que aconteceu é que, quando os movimentos de libertação se encontraram perante o governo de transição, esse antagonismo não estava superado, estava, digamos assim, em carne viva. Portanto, não houve aquele espírito de superar essas divergências e avançar para uma independência que beneficiasse a todo o povo” (JA, 1996: 8).

Como se sabe, a intervenção posterior das formações armadas da entidade estatal sul-africana, gerou uma escalada sem precedentes desta relação conflituosa interna inicial, o que deu lugar a uma mudança na natureza do conflito, tendo este adquirido rapidamente dimensões regionais e globais, tudo isto, dentro do quadro do grande conflito ideológico típico da época, o conflito Este-Oeste, tendo resultado

como vítimas as populações angolanas. Ou seja, Angola do ponto de vista prático teve que jogar um papel preponderante no cenário do conflito da África Austral, se tivermos em conta que por altura da independência, Angola, à semelhança dos outros países colonizados especialmente africanos, herdou características e particularidades da época colonial, entre os quais se destacam contradições inter-étnicas, conflitos fronteiriços com os seus vizinhos e múltiplos interesses forâneos, que se destacavam nesse sentido. Nesta conformidade, com o processo de radicalização política, a presença duma organização que declarava distanciamento dos tradicionais laços com o ocidente criou, em minha opinião, um cenário totalmente novo na área, o qual era obviamente inaceitável, se tivermos em conta que colocava pela primeira vez a região dentro da órbita de influência tanto do Leste como do Ocidente.

Aliás, esta conjuntura pôs em perigo, do ponto de vista estratégico, não só as fronteiras da Namíbia, mas também o domínio político da África do Sul na região austral do continente africano, o que se consumou com a independência da Namíbia na década de 80 e a abolição do apartheid na década de 90. O ambiente em Angola estava, de facto, influenciadíssimo por considerações de natureza geoestratégica. Na opinião de Jardo Muekalia, alto dirigente da UNITA que se notabilizou como representante desta organização junto da administração norte-americana na era de Ronald Reagan e George Bush I, “a crescente intervenção soviética e cubana agravou a internacionalização do conflito, suscitando o interesse, cada vez maior, tanto da África do Sul, que, dominada pelo regime do apartheid e potência regional da época, via o comunismo como a maior ameaça à sua existência, como da América do Norte, que, na sua projeção geoestratégica, considerava a expansão soviética na região como uma afronta aos seus interesses. Henry Kissinger, então Secretário de Estado americano, disse na altura que ‘não era preocupante que emergisse em Angola um regime comunista. Porém, fazia diferença se os soviéticos dominassem o país’” (2012: 37).

Considerado nestes moldes, o cenário criado na dita região, depois da independência de Angola, foi definido claramente como uma confrontação entre sectores politicamente “progressistas” ou de esquerda, e outros, de direita ou “reacionários”, apesar do difícil que seria, e foi, encontrar modalidades que pudessem conduzir não só à eliminação dos fatores que haviam engendrado o

conflito, mas também à pacificação tanto de Angola como da região meridional de África, pois a distensão do sistema internacional, que havia surgido um pouco antes, tendia para uma crise e os temas anticoloniais e antirracistas complicavam-se de forma extraordinária, tanto na então OUA e o MNOAL como nas Nações Unidas. Aliás, se tivermos em conta que a “guerra fria”, como concepção, consistia, segundo a “doutrina Truman”, em tomar medidas necessárias na perspectiva de conter o avanço do comunismo, é de supor que a solução dos conflitos no âmbito da confrontação ideológica Este-Oeste estaria ou estava condicionada ao quadro da produção duma distensão internacional.

No entanto, é oportuno referenciar que, no caso angolano, os esforços para a superação das contradições entre os próprios angolanos e para a solução do conflito interno remonta aos primeiros anos da independência do país, especialmente pela atitude conciliadora que algumas forças que dirigiam os destinos de Angola mantinham. A título de exemplo, podem-se mencionar os esforços que conduziram em 1978 ao anúncio, feito pelo primeiro presidente de Angola, da Política de Clemência para todos os que regressassem à convivência pacífica e pretendessem participar no desenvolvimento do país.

Nesta mesma senda, em 1978 a Assembleia nacional (Parlamento angolano), aprovou a resolução sobre a Política de Clemência e Harmonização Nacional e em 1988 deu-se um outro passo, com a lei de Amnistia, constituindo estes textos de suporte legal a tal política conciliadora, que em numerosas ocasiões foi aceite e respeitada por personalidades e grupos da FNLA e da FLEC, com vista à solução do conflito interno, tentando-se buscar desta forma a inserção de todos na sociedade, podendo contribuir com o seu trabalho para a reconstrução e desenvolvimento do país (AAVV, 1987: 21). São várias as iniciativas então encetadas, e desde muito cedo, para a solução do conflito engendrado ainda ao logo da luta armada de libertação nacional, tal como acima se mencionou, mas nem sempre tal esforço era correspondido de boa-fé pelas partes envolvidas, o que de certa forma prorrogou a obtenção da paz para Angola.

Todavia, e como é reconhecido, por via de regra os conflitos terminam na mesa das negociações. Nesta perspectiva, o governo de Angola parece ter mantido sempre como princípio, o facto de que o conflito interno angolano não seria passível de solução por via das armas, mas sim por via das negociações. Foi

necessário ter em consideração a tradição africana de conciliação, para além da conjuntura iniciada com as mudanças políticas globais, no âmbito das quais, se uma crise importante explode nalgum lugar do nosso planeta, quase de maneira instantânea diversas reações têm lugar em diversos continentes. E o caso de Angola não escapou a regra. Ao nível da direção estatal do país, sempre se percebeu adequadamente que se se desejava resolver de forma duradoura o conflito interno de Angola na mesa de negociações, expondo e superando as diferenças entre os angolanos, pois de contrário o país, e em especial as famílias angolanas, continuariam a lamentar mortes e destruições, que só beneficiariam aqueles que vêm na venda de armas, um excelente negócio lucrativo, bem como as forças externas interessadas no desmembramento da integridade territorial do país.

Diga-se de passagem que os armistícios e os tratados de paz são possíveis entre governos, sendo que raramente isso ocorre entre governos e os anti-governos; e todavia foi justamente isto que aconteceu no caso de Angola. Apesar dos vários esforços e acordos conhecidos pelos angolanos, a paz só chegou muito mais tarde. Apesar dos eventos trágicos que antecederam os acordos de paz definitivos (Acordos de Luena), em 2002, com a remoção do último obstáculo que retardava a pacificação de Angola, a paz efetiva no país só foi possível graças às conversações entre angolanos desavindos durante muitos anos. E urge destacar que, já por aquela altura, os mecanismos de participação democrática do país estavam a ser criados e aprofundados, de forma que cada grupo étnico, e cada cidadão, manifestem pacificamente o seu desacordo relativamente a esta ou aquela forma de governar o país, sobretudo em torno da formação e do funcionamento do regime político.

No seu prólogo ao livro “Las Tribus de Europa”, do jornalista Ramón Luís Acuña, o então Secretário-geral da UNESCO, Frederico Mayor Zaragoza, expressava: “A democracia é o único contexto em que pode ter lugar a coexistência pacífica, harmónica, sinérgica, inclusive, de todas as culturas, de todas as etnias, de todas as pessoas. Porque cada pessoa é, em cada instante, única biológica e socioculturalmente, sendo esta unicidade aquilo que constitui o ponto de referência conceptual, a pedra angular sobre a qual deve identificar-se todo o complexo social. Os direitos humanos são, por sua vez, pessoais, universais, quer

dizer, de cada pessoa e de toda a pessoa. É levando a diversidade ao limite de cada pessoa que poderemos depois, sem tensões nem conflitos, respeitar, proclamar e fomentar as identidades dos povos. No entanto, «Estado» constitui tão-somente uma maneira simples de expressão duma ampla e complexa gama de relações entre os indivíduos de que aquele se compõe. Para compreender o verdadeiro sentido de relações existentes entre os diversos Estados, é necessário estudar o comportamento humano e as relações interpessoais tanto dentro do Estado como entre os distintos Estados, já que não parece existir uma linha divisória que separe de uma maneira exata a política nacional da internacional” (1993: 8).

Assim, deve destacar-se que na maior parte dos países no mundo, independentemente do regime político que adotem, as diferentes forças políticas e a sociedade civil podem e devem ter diferenças políticas e ideológicas, quando de política interna se trate e da sua implementação. Todavia, também é verdade que, relativamente à projeção do país para o exterior, regra geral é desejável e necessário um certo consenso nacional ou pelo menos da parte mais viva do país quanto à defesa do interesse nacional ou estatal, pelo que a sua política internacional deve basear-se nos fundamentos da sua política exterior, interpretando a primeira como um programa mínimo sobre o qual se deve articular um consenso dinâmico, que deve ser constante objeto de negociação dentro do funcionamento do sistema de relações do regime político com a sociedade civil.

Entretanto, deve igualmente destacar-se que sobre este delicado assunto existe uma forte manipulação por parte dos Estados Unidos de América e dos seus aliados ocidentais, visando impor uma cópia dos seus regimes políticos aos estados dito “subdesenvolvidos”, ao que não é alheio uma importante parte do sistema das Nações Unidas, inspirada na ideia da “diplomacia preventiva”. Considero assim que quer em Angola quer em qualquer parte do mundo, mas sobretudo em África, para se criar sólidas garantias de paz, não basta compreender que não se pode iniciar a guerra, e inclusive assumir os correspondentes compromissos formais. É preciso fazer-se muito mais, visando eliminar as próprias causas que criam os perigos da guerra. Isto exige grandes esforços para o ulterior saneamento da atmosfera do país, de forma a ultrapassar as crises e conflitos existentes e superar os potenciais, bem como o genuíno compromisso de reforçar as relações de coexistência entre os

angolanos dentro da diversidade de pensamento e de respeito pelos interesses e justas aspirações dos grupos etno-linguísticos e outras componentes da sociedade.

O Secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, Manuel Augusto na sua intervenção no debate aberto do Conselho de Segurança da ONU sobre desenvolvimento inclusivo e publicado no jornal de Angola do dia 10 de março de 2015, salientou que “é nos países de carácter multiétnico que os desafios da inclusão se revelam de maior complexidade. Para a ultrapassagem da tendência natural à exclusão do outro, baseada na diferença, é fundamental que os Estados abordem os problemas da etnicidade com particular sensibilidade, de modo a não permitir que qualquer grupo seja marginalizado, promovendo a plena convivência e a igualdade de oportunidades para todos” (JA, 2015: 3).

Quanto a este aspetos, quer a África em geral, quer Angola em particular, ainda se deparam com imensas limitações que urge superar, assentando as bases permanentes de diálogo, visando dissipar novos conflitos e criar uma cultura de paz e de convivência pacífica. Jardo Muekalia sustenta que “no contexto da nossa sociedade, identificaram-se várias contradições, entre as quais, a de natureza religiosa, racial, tribal (étnica), política, económica, regional e de género. Estas contradições existirão sempre, quer queiramos quer não. O importante é encontrar as soluções para os problemas políticos, sociais e económicos suscetíveis de exacerbá-las. São contradições que não devem atingir o estado de antagonismo, devendo ser resolvidas através do diálogo e da mobilização de todos para a luta multiforme pela construção da nossa pátria comum” (2012: 151-152).

Foram assim passadas neste ponto em revista algumas causas do surgimento dos conflitos que Angola viveu no período acima referenciado, bem como sugeridas formas da sua superação. De igual forma, ficaram definidas as bases conceptuais que destacam a importância do diálogo e do tratamento negocial dos conflitos. Voltar-se-á a este assunto no capítulo quatro, o qual constitui o cerne do meu trabalho de investigação, visando produzir suficientes teorias que possam ajudar a equacionar e dar soluções a possíveis discriminações existentes no país, contribuindo assim para uma convivência pacífica entre todos os angolanos.

### **2.3 - Caracterização do Sistema Político Angolano desde 1991**

Recordemos a regra geral enunciada infra, relativa aos países do Terceiro Mundo que durante longos períodos viveram debaixo do domínio colonial. É notório que ao se libertarem deste, com a proclamação das suas independências, e como já tivemos oportunidade de referir, “adotaram na maioria dos casos, formas de organização política semelhantes à das suas metrópoles, não só porque tais sistemas tiveram uma existência de mais de quatro a cinco séculos, mas porque na maioria dos casos, senão mesmo em todos, grande parte dos países do 3º mundo, ao conquistar as suas independências, encontraram-se perante uma aguda falta de quadros nacionais, capazes de empreender a tarefa teórica de organização autóctone destas sociedades, adotando regimes constitucionais semelhantes as suas ex-metrópoles, cuja atividade em muitos casos foram apoiados e assessorados por estas.

Deve-se recordar que alguns países de Europa ocidental durante vários séculos, haviam desenvolvido e adotado o Direito Constitucional Latino-Romano, com vertente lusa e hispânica ou italo-francesa, o que se projetou no mundo colonial tanto em África como na América Latina, adotando-se como Direito Constitucional, um regime político centralista, inspirado no racionalismo” (Cambanda, 1996: 58).

Angola, país africano e do terceiro mundo, independente há 40 anos e colónia portuguesa durante cinco séculos, por altura da independência do país, tudo indica ter-se inclinado, em muitos aspetos, no sentido da adoção do sistema jurídico da ex-metrópole, embora obviamente tenha sido necessário reformar e adaptar alguns instrumentos jurídicos autóctones associados ao novo regime político que se institucionalizava no país. Nesta perspetiva, o sistema político angolano da primeira República (1975-1992) pode genericamente ser considerado como racionalista, dotado duma componente centralista e unitária, nomeadamente de unidade administrativa, educacional e linguística, com vista ao objetivo da reconstrução nacional e visando contrapor-se ao tribalismo e às discriminações étnicas, dando ao governo características presidencialistas, com administração por províncias e municípios, o que se acentuou ao desaparecer em 1978 o cargo de Primeiro-ministro.

As províncias, nesta etapa, foram regidas e governadas por Comissários provinciais subordinadas diretamente a Presidência da República. Desta forma, esta entidade, por razões estratégicas, ficou relacionada diretamente com os municípios e comunas, ligando estes muito estreitamente às opções do poder central. Afigura-se entretanto pertinente destacar que, no caso angolano, o regime constitucional sofreu de forma claramente perceptível três grandes influências:

- Luso-hispânica, sobretudo resultante do facto de o país ter sido colonizado por Portugal;

- Marxista, proveniente do facto de ter recebido assessoria em toda a vida económico-social e político-militar por parte de Cuba, da ex-URSS e de outros estados socialistas europeus, a partir de 1975 e mesmo antes desta data;

- Europa não-soviética, sobretudo alguns países nórdicos e ex-Jugoslávia, devido às relações de apoio, estabelecidas durante a luta de libertação nacional, ao que podemos agregar também elementos de inspiração social-democrata.

Com a introdução de algumas alterações à Constituição de 1975, à luz das mudanças políticas e económicas operadas em 1987, e também através da introdução do SEF (Saneamento Económico e Financeiro), observou-se a conseqüente proclamação da economia de mercado no país, embora se possa observar que no fundamental houve elementos de continuidade, no que diz respeito ao regime político angolano, se tivermos em atenção que, em termos gerais, o sistema político continuou e continua a ser racionalista e centralista. Todavia, deve-se fazer notar a importante mudança de conteúdo que se refletiu na modificação do artº nº1 da lei constitucional, ao considerar-se que “a República de Angola é uma Nação soberana e independente que tem como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social” (LC, 1991: 9).

Destaque-se que no seu funcionamento o regime político angolano manteve muitos fundamentos de centralismo, o que esteve associado em parte à conjuntura crítica que se vivia por aquela altura no país. Recordemos que o regime político funciona como um subsistema do sistema político, regulando as relações entre o Estado e os partidos políticos, estabelecendo as normas de subordinação entre as classes e grupos de poder, bem como definindo normas de relação entre o estado e a sociedade civil. Quanto ao estado angolano, os traços de centralismo podem por

um lado ser, conforme escrevi, reportados ao estado de guerra durante muito tempo vivido, mas também à herança jurídica romana, mais concretamente luso-hispânica. Este traço de centralismo teve importantes repercussões, as quais devem aqui ser devidamente destacadas, sobretudo levando em consideração a convivência do elemento referido com um outro, de origem oficialmente marxista e soviética. Sem embargo deste último, porém, a tendência prevalectante do independentismo angolano, tal como consagrado no programa do MPLA e depois nos documentos oficiais da República Popular de Angola, foi a da assunção da possibilidade de um forjar da nacionalidade angolana baseado desde logo na inquestionável uniformidade linguística, aliás recorrendo ao idioma da potência colonizadora e capitalizando-o no sentido do cimentar, em tonalidade anticolonial, da produção da nova nação: os angolanos são uma nação (em construção) dotada de um estado ao qual corresponde um território supostamente uno e indivisível, à maneira da definição clássica da república francesa; e essa unidade é crucialmente reafirmada e reforçada pela uniformidade e universalidade idiomática internas, conferidas precisamente pela lusofonia.

Este elemento é de importância crucial, sobretudo pelo vivo contraste que permite estabelecer com o que foi a história efetiva dos antigos territórios soviéticos, cuja enorme diversidade nacional foi escrupulosamente reconhecida, e mesmo amplamente alimentada e reforçada, pelos poderes políticos ao longo de toda a trajetória histórica da ex-URSS. Na verdade, e tal como é destacado por Jeremy Smith (1999), a própria revolução soviética de 1917 teve à partida uma indisfarçável marca russofóbica, aliás bem patente na nacionalidade não-russa da maior parte do diretório bolchevique; e este elemento russofóbico obteve consagração inclusive no período subsequente, durante o qual Estaline procedeu à tentativa de reconciliação do imaginário russo com o ideário revolucionário-soviético, tendo esse compromisso ficado consagrado no carácter de *Affirmative Action Empire*, “império da discriminação positiva”, que classicamente a URSS assumiu, de acordo com a designação que lhe foi celebrenemente atribuída por Terry Martin (2001; ver também Suny e Martin, Eds., 2001). Mesmo no período posterior a Estaline, quando se intentou sobrepor uma pertença nacional geral, soviética, às diversas pertenças nacionais de base, este aspeto de multinacionalidade e tendência para o reconhecimento de um enorme mosaico de particularismos

étnicos-nacionais permaneceu com um importante e inconfundível traço distintivo da experiência soviética; e depois dela, também da jugoslava. Por contraste com estas trajetórias, é digno de nota o caráter marcadamente unitário, centralista e promotor da lusofonia que foi o da experiência angolana ao longo de todas as décadas desde a independência em 1975.

Quanto ao caso da Constituição de 1991, o mais notável aspeto da mudança política consistiu no estabelecimento do pluripartidarismo e na modificação das estruturas do Poder Popular (Parlamento), pois foi relevante a supressão das antigas Assembleias Populares Provinciais e Municipais, sendo que por aquela altura a Assembleia Nacional (Parlamento) ficou constituída pelo critério de que “por direito próprio, cada província é representada na Assembleia Nacional por um número de cinco (5) deputados, os restantes (...) deputados são eleitos a nível nacional, considerando-se o país para este efeito um círculo eleitoral único: para as comunidades angolanas no exterior, é constituído um círculo eleitoral representado por um número de três (3) deputados, correspondendo dois (2) para a zona de África e um para o resto do mundo” (LC, 1991: 21).

Neste contexto, o estatuto legal dos deputados da Assembleia Nacional representantes das províncias define-os como trabalhando em tempo integral, estando profissionalizados e sendo porta-vozes das preocupações e reclamações das respetivas províncias. Acrescente-se ainda que, na prática, o último período do texto citado nunca foi concretizado, tendo-se avançado argumentos das mais diversas justificações, dentre as quais a mais propalada é a alegada falta de condições para o controlo efetivo dos votos da comunidade angolana na diáspora.

De forma resumida, podemos reter que Angola já tentou três revisões constitucionais desde a abertura do país ao sistema multipartidário. Antes, porém, o país deveria conhecer o início da sua primeira atividade constituinte, de Janeiro a Outubro de 1975, na observância no quadro dos acordos de Alvor, celebrado entre as autoridades coloniais portuguesas, o MPLA, a UNITA e a FNLA, tidos então como os únicos e legítimos representantes do povo angolano. As linhas essenciais assentavam na constituição de um estado soberano, unitário e democrático, onde a exclusão por razões de cor, raça, credos políticos e religioso deveriam ser banidas.

A partir desta interrupção do processo constituinte da primeira República, por razões de todos conhecidas, a autoria da primeira lei constitucional da então

República Popular de Angola pertenceria ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), tratando-se de um documento que vigorou até à celebração de um novo acordo de paz, de Bicesse, negociado desta vez entre o governo e a UNITA no dealbar da década de noventa do século passado. Entretanto, sucessivas alterações pontuais àquela lei constitucional foram ocorrendo, visando adequá-la ao quadro político do momento, até à assinatura dos acordos de paz de Bicesse. A materialização do acordo de Bicesse culminou com a adoção do regime multipartidário, o qual só foi possível com a primeira revisão constitucional promulgada em 1991, cujo texto consagrou algumas conquistas típicas de um estado democrático e de direito. Convencionou-se habitualmente designar o período iniciado em 1992, com a realização das primeiras eleições multipartidárias, por segunda República.

Todavia, esta revisão não abarcou a generalidade dos aspetos políticos então discutidos. Ficou por resolver a alteração dos símbolos nacionais como o hino, a insígnia e a bandeira, que não podiam ser confundidos com os dos partidos políticos existentes em Angola. O acordo de princípio era que estes temas deveriam ser levados a debate, discussão e aprovação na vigência da legislatura seguinte, inviabilizada com a prevalência de um quadro político-militar que não permitia a realização de um processo eleitoral em condições normais pelas 18 províncias do país. Superados diversos obstáculos e percorridas várias etapas para a efetivação deste processo, a assembleia nacional criou uma Comissão Constituinte em 2004, que trabalhou durante dois anos sem chegar a acordo nestes aspetos, ficando no entanto o reconhecimento de que efetivamente se tinha avançado bastante em aspetos essenciais da nova lei magna para Angola. Era na altura dito comum a afirmação de que divergências não tanto insanáveis impediam o alcançar de consenso em relação ao regime político a vigorar no país. A oposição defendia o semipresidencialismo, com a existência de um primeiro-ministro com maiores poderes de facto, enquanto o MPLA não se afastava do mesmo, mas reforçando o pendor presidencial.

Encalhadas as discussões neste quesito, houve um abandono dos trabalhos por parte dos partidos políticos na oposição, detentora na altura de um certo poder pressionante, em virtude do facto de o partido no poder não deter os dois terços exigidos por lei para fazer aprovar a nova constituição. Antes das eleições gerais de

2012, o partido no poder fez aprovar a atual Constituição do país, vista e aprovada pela Assembleia Constituinte, aos 21 de Janeiro de 2010, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 111/2010, de 30 de Janeiro aos 03 de Fevereiro de 2010 e promulgado pelo Presidente da República a 5 de Fevereiro de 2010, documento que alargou as garantias fundamentais dos cidadãos, mas também concentrou maiores poderes numa só pessoa, o Presidente da República.

Tal como sustenta Mário Pinto de Andrade e o coletivo de autores, “entre as alterações introduzidas pela atual constituição, para a problemática em análise, destacamos a mudança relativa modalidade de eleição do Presidente da República, figura que assume a chefia do executivo, chefia do estado e de comandante em Chefe das Forças Armadas segundo o art.º 109 da constituição, “é eleito Presidente da República, e chefe do executivo, o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votados no quadro das eleições gerais...”. Consequentemente deixou-se de se realizar eleições presidenciais, passando a realizar-se apenas as eleições para a Assembleia Nacional nas quais também é eleito o Presidente da República...” (Andrade, 2014: 17).

Para efeitos deste trabalho podemos definir operacionalmente como sistema político angolano a organização política da sociedade no seu estado atual, quer dizer, desde 1991, incluindo enquanto subsistema o regime político e destacando-se a relação deste com a formulação e execução da política interna. Todo esse grupo de elementos deverá desejavelmente relacionar-se de maneira funcional, criando-se deste modo uma base de consenso nacional, uma certa forma de pacto indicando o comprometimento dos principais atores políticos, bem como da sociedade civil no geral, com vista ao trabalho e à dinâmica de conceção e elaboração de políticas assegurando a integração dos mais variados grupos étnicos e raças do país. O principal propósito neste quesito consiste em assegurar a estabilidade do processo político e o desenvolvimento económico-social de Angola, um país pluriétnico, plurirracial e pluricultural: “uma Nação de várias nações”, cuja identidade se foi forjando ao longo de séculos, numa história conflituosa, feita de trocas sócio-económicas, biológicas, culturais e linguísticas entre intervenientes de múltiplas origens, alguns deles provindos de fora do continente.

## **2.4 - Caracterização da Situação Política e Económica e Social de Angola no Período de 2002-2012**

A guerra que assolou o país por mais de três décadas deixou as infraestruturas angolanas destruídas ou severamente danificadas. As estradas e as linhas ferroviárias tornaram-se praticamente intransitáveis na maior parte do país, devido à destruição de pontes, à implantação de minas terrestres e à degradação dos pavimentos por falta de manutenção. Os serviços de abastecimento de água e de saneamento foram seriamente afetados, estando durante longo tempo muito aquém nas necessidades das populações, o que criou como é óbvio, condições muito difíceis para as mesmas, sobretudo no meio urbano. Na realidade, a guerra prolongada foi um dos principais fatores determinantes da pobreza do país. É incontestável o impacto negativo que a guerra produziu: sobre a vida e liberdade das pessoas, condicionando a sua circulação e desencadeando fluxos migratórios em direção às áreas urbanas ou ao estrangeiro; sobre o funcionamento dos mercados; sobre as infraestruturas básicas várias, de fornecimento de água, saneamento e energia; e sobre os sistemas sociais de saúde e de educação. Estes efeitos revelaram-se desastrosos para o desenvolvimento socioeconómico do país, tendo contribuído para que crescentes faixas da população se depauperassem rapidamente. Quanto a isto, Marzia Grassi afirma mesmo categoricamente que “a dimensão ‘informal’ é parte integrante da vida e sociedade da Angola contemporânea, é realidade facilmente identificada na emergência de movimentos de pessoas e mercadorias que, terminado o conflito armado que devastou o território durante três décadas, caracteriza atualmente o país” (2008: 39).

Pelo seu lado, Renato Aguilar investigador da Universidade de Gotemburgo, Suécia, no seu apontamento com o título “Algumas Soluções para o Desenvolvimento de Angola” na obra sobre Economia Política e Desenvolvimento de Angola considera que “a guerra constituiu uma característica crucial na Angola independente. Foi uma guerra prologada e extremamente destrutiva. A maior parte das infraestruturas, principalmente fora de Luanda, foram destruídas ou gravemente danificadas. Uma grande parte da população foi deslocada dentro do território ou forçada a fugir para países vizinhos” (2011: 176).

Todavia, a guerra não aparece isolada enquanto fator de empobrecimento das populações. Vale a pena realçar que a instabilidade política e militar, associada à guerra e dela decorrente, introduziram elementos de perturbação na definição e

condução das políticas macroeconómicas, os quais foram ampliados pela circunstância da transição para a economia de mercado. Esta convergência de fatores explica porque é que as políticas económicas globais e setoriais foram instáveis, tendo-se originado uma série de desequilíbrios económicos e sociais, que pouco a pouco vão sendo corrigidos. As consequências sobre o sistema económico e sobre as estruturas do Estado foram profundas. A destruição provocada pelas ações militares, as dificuldades em assegurar corretos serviços de conservação e manutenção, e em geral a menor eficiência, provocaram em conjunto uma extensa degradação das infraestruturas económicas e dos equipamentos sociais.

Vale a pena, quanto a isto, recordar como Jardo Muekalia, na obra referenciada, clarificou pontualmente os objetivos estratégicos da UNITA desde que esta se retirou das cidades em 1976, e iniciou a nova era de guerrilhas para combater aquilo que denominou “ocupação Russo-Cubana de Angola”. Uma destas estratégias foi adotada na importante conferência que teve lugar na base de Sandona, entre 5 e 10 de Maio de 1976, uma base nas margens do rio Kwanza, e que passou a designar-se Conferência do Rio Kwanza. Foi presidida pelo seu líder partidário, tendo a conferência adotado um manifesto, o “manifesto do Kwanza”, onde entre outros objetivos, se destacava: “no quadro do esforço geral de luta, a nossa missão particular naquela região era a de atacar e destruir o Caminho-de-ferro (CFB) para impedir o seu funcionamento, emboscar os principais eixos rodoviários com dois objetivos: primeiro, dificultar o reabastecimento logístico de unidades militares do inimigo, destacadas no interior e, segundo, inviabilizar o desenvolvimento económico suscetível de sustentar os esforços de guerra do governo” (2012: 57-58).

Este objetivo e outros não menos importantes, no quadro da estratégia da UNITA sobre a guerra em Angola, espelham claramente o grau de destruição que o país experimentou ao longo de vários anos: foi de facto uma destruição sem precedentes e que a história de África jamais algum dia registou. Neste contexto, revestiu enorme importância o acordo de paz celebrado em Abril de 2002, o qual trouxe para Angola uma nova luz e uma possibilidade real para o seu futuro. Permitiu que desde cedo se lançassem tarefas de emergência, de combate à pobreza, que se procedesse à reconstrução de múltiplas infraestruturas económicas e sociais e à unificação da economia regional; ou seja, grosso modo,

permitiu iniciar o processo de reconciliação nacional, com a reabilitação de infraestruturas básicas, sobretudo daquelas que têm incidência direta na vida das populações, com prioridade absoluta, pois constituem um dos instrumentos fundamentais para assegurar a paz duramente conquistada e conferir um mínimo de dignidade humana aos angolanos de forma geral.

Neste contexto, a desminagem e a reconstrução das estradas e pontes, com o objetivo de pôr o país em comunicação em todo o território e permitir a circulação de pessoas e mercadorias, foi a ação imediata nesta senda. Quanto às estradas e pontes, é de referir que a rede rodoviária prioritária angolana, segundo fontes do Instituto de Estradas de Angola (INEA), consiste em cerca de 15.500 km de estrada, dos quais 7.950 estão pavimentadas. Antes do alcançar da paz em 2002, estimava-se que cerca de 80 por cento da rede rodoviária se encontrava em mau estado de conservação e interrompida em muitos troços. Na realidade, desde a independência em 1975, a circulação de pessoas e mercadorias sempre esteve seriamente limitada devido às ações da guerra e aos consequentes danos causados às infraestruturas, nomeadamente a destruição de cerca de 350 pontes rodoviárias e ferroviárias, ocorrendo durante longos anos uma ausência quase total de serviços de manutenção das estradas, em particular nas zonas diretamente afetadas pela guerra. Relativamente aos caminhos-de-ferro, as três linhas ferroviárias que ligam os principais portos de mar (Benguela, Luanda e Namibe) com o interior tiveram as suas operações sempre foram muito limitadas, em virtude da interrupção devida à destruição das pontes e outros danos, causados pela guerra e pela falta de serviços de manutenção.

Por outro lado, o governo de Angola, tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza, apresentou e aprovou a sua “Estratégia de Combate à Pobreza” (ECP), um instrumento do Executivo, logo após a celebração do acordo de paz assinado em Abril de 2002, visando garantir que todos possam beneficiar, de forma equitativa, do processo de reconstrução e desenvolvimento nacional que se iniciava: neste quadro o “objetivo global da ECP consiste na consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável, motivando-o a participar ativamente no processo de desenvolvimento económico e social”; e como objetivos específicos, “apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e

desmobilizados para zonas de origem ou reassentamento, integrando-os de forma sustentável na vida económica e social, reconstruir, reabilitar e expandir as infraestruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano; valorizar o capital humano nacional, promover o acesso ao emprego e autoemprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a proteção dos trabalhadores; criar um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução da pobreza; consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da Administração pública, aproximando-a mais do cidadão e das suas necessidades, e assegurar transparência e responsabilização na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos; minimizar o risco da fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como sector vital para o desenvolvimento sustentável” (ECP, 2004: 45).

Desde Fevereiro de 2002, data que marca o fim das hostilidades no quadro da guerra civil em Angola, com o início duma era de paz, e passados desde então catorze anos, o balanço nos setores económico-social e político é, do meu ponto de vista, claramente positivo e até interessante, embora contrastado ainda, sobretudo no sector socioeconómico, tal como sustenta J. M. Rocha, com uma série de assustadoras “assimetrias regionais, provocando uma estratificação social indecente e imoral, ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida franjas consideráveis da população” (2010: 31).

Embora esta afirmação seja acertada, não é menos verdade o facto de que são hoje bastante visíveis os ventos de reconstrução e reconciliação nacional nos mais variados sectores da vida socioeconómica, e até mesmo no âmbito estritamente político. A reconstrução de infraestruturas económicas e sociais, por exemplo, antes destruídas pela guerra, é um facto inquestionável e reconhecido, quer no contexto interno quer no internacional, o que tem elevado o prestígio do regime e do sistema político angolanos. Esta minha ressalva, como é óbvio, não conflitua com a posição de Rocha, tendo em conta o ano da publicação dos seus dados e o tempo entretanto decorrido.

No discurso de abertura, proferido pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, na conferência de imprensa ocorrida durante a sua missão em Angola, a 24 de Abril de 2013, afirmou aquela: “Angola tem incontestavelmente feito grandes progressos nos últimos dez (10) anos, desde o fim do conflito em 2002, auxiliada por recursos naturais abundantes, especialmente petróleo e diamantes. O Governo tem investido fortemente nas mais importantes infraestruturas, tais como escolas, hospitais, grandes projetos habitacionais, água e energia elétrica, melhoria das instituições prisionais e na reabilitação de milhares de quilómetros de estradas. Continua o trabalho de remoção de milhares de minas terrestres que têm assolado o lindo, fértil e extremamente despovoado interior do país” (Pillay, 2013).

Alguns dados do Instituto Nacional de Estradas de Angola, por exemplo, ilustram bem o gigantesco esforço no quadro do programa de reconstrução nacional no país, ao revelar-se que em “2007 mais de mil quilómetros de estradas nacionais estavam a ser reparadas, mil e 200 quilómetros de infraestruturas rodoviárias estavam de igual forma a ser reparadas no quadro do Programa Especial do Governo de reabilitação de estradas nacionais 2005/2006, aprovado pela Comissão Permanente do Conselho de Ministros a 29 de Junho de 2006.

A empreitada, a cargo do Ministério das Obras Públicas (MINOP), envolveu o Instituto de Estradas de Angola (INEA), governos locais, bem como empresas contratadas. Por exemplo, as estradas das mais diversas províncias como Lobito/Benguela, Ondjiva/Humbe (Cunene), Catete/Maria Teresa (Bengo), Maria Teresa/Alto Dondo (Bengo/Kwanza Norte), Alto Dondo/Lucala (Kwanza Norte), Huambo/Caala, Huambo/Alto Hama, cruzamento de Bitchequete/Massabi (Cabinda), bem como Kifangondo/Catete (Bengo), são algumas que estavam abrangidas pelo programa.

O programa, que iria reabilitar as estradas da rede fundamental, incluía a recuperação no prazo de 12 meses, de dez quilómetros de arruamentos urbanos, distribuídos por localidades ao longo do traçado.

Trezentos e oitenta e cinco quilómetros da empreitada seriam financiados com recursos externos, enquanto 460 quilómetros de estradas fundamentais e mais 10 quilómetros de arruamento urbanos foram financiados com recursos ordinários do tesouro nacional. Os recursos ordinários do tesouro financiaram

igualmente as obras de reabilitação integral dos 107 quilómetros de estrada entre as localidades de Ondjiva e do Humbe (Cunene), 40 quilómetros da estrada Cruzamento de Bitchequete/Massabi, 50 quilómetros entre Catete e Maria Teresa e 73 quilómetros entre Maria Teresa e Alto Dondo.

Com recursos ordinários do tesouro foram realizadas igualmente obras de reabilitação definitiva dos 120 quilómetros de estrada entre Alto Dondo e N`Dalatando, 39 quilómetros entre N`Dalatando e Lucala, asfaltagem de cerca de 10 quilómetros das ruas do Dondo, de N`Dalatando e de Lucala. Os 20 quilómetros de estrada entre o Alto Hama e Caála e os 51 quilómetros entre Kifangondo (arredores de Luanda) e Catete (província do Bengo) tinham sido enquadrados no Orçamento Geral do Estado para o ano em curso” (INEA, 2007).

A mesma fonte adiantou, em Fevereiro de 2012, a recuperação de 3 mil quilómetros de estradas na região leste do país, a fim de facilitar a ligação das províncias do Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul com o resto do país; e informou também que, paralelamente à empreitada, seria executado um programa de acompanhamento e conservação visando evitar a degradação acelerada das vias reparadas e construídas. Este projeto inseriu-se no Programa de Investimentos Públicos e, a partir do ano de 2012, a prioridade foi para a Estrada Nacional 180, onde se destaca a recuperação dos troços Dundo/Saurimo/Luena, Dundo/Xá Muteba, Luena/Bié e Luena/Kuando Kubango: segundo referiu Molares de Abril, coordenador da Comissão de Gestão do Instituto Nacional de Estradas de Angola “INEA” numa nota publicada no Jornal de Angola do dia 16 de março de 2012, "a zona leste irá ser este ano alvo de uma particular atenção não só pela sua extensão, mas essencialmente pelo nível de investimentos feitos até ao momento no sector das infra-estruturas rodoviárias" (JA, 2012a).

No que respeita à reparação de estradas, foram também recuperados na província da Lunda Sul os troços Saurimo/Muriege/Muconda, numa extensão de 191 quilómetros, incluindo sete pontes, bem como a estrada Muconda/Luau, incluindo quatro pontes, numa extensão de 116 quilómetros. A recuperação das estradas destruídas durante o conflito armado representa um dos maiores ganhos dos 13 anos de paz, o que tem permitido ligar as cidades, facilitando as trocas comerciais e intercâmbios culturais entre povos. Hoje em dia, no país todos reconhecem que a reconstrução nacional registou ao longo destes anos uma

dinâmica acentuada, sobretudo na criação e reabilitação de infraestruturas rodoviárias e pontes, registando-se um crescimento aceitável no domínio das infraestruturas.

Finalmente, dados do Instituto de Estradas de Angola (INEA) dão conta que, durante os 10 anos de paz, foram recuperados mais de quatro mil quilómetros de estradas do país, bem como 60 pontes definitivas e 300 metálicas, no âmbito do Programa de Reabilitação das Infraestruturas Rodoviárias Nacionais, elaborado em 2004. O Presidente da República de Angola e chefe do Executivo, num discurso proferido no dia 4 de abril de 2012, por ocasião da cerimónia central das comemorações do “dia da paz” e dos dez anos do fim de guerra, anunciou aos angolanos de que “o Programa de Reconstrução Nacional que devia terminar em 2015/2016 vai ser concluído antecipadamente no início de 2013. Todas as principais vias de comunicação rodoviária e ferroviária estão praticamente reabilitadas. A linha do Caminho-de-ferro de Benguela, por exemplo, já está às portas do Luena e espero que em Agosto próximo possamos voltar cá para inaugurar a Estação de Caminho-de-Ferro. Espero também que nesta altura possam os comboios circular do Lobito até esta cidade” (Santos, 2012a).

Num outro apontamento, na sua edição de quarta-feira, 15 de Agosto de 2012 o Jornal de Angola com o título “grandes investimentos nos transportes nacionais: Angola faz recuperação inédita na rede dos Caminhos-de-Ferro” e citando o Ministro dos Transportes Augusto da Silva Tomás, numa visita à cidade do Lubango, escreve-se que “a velocidade com que o Executivo reabilitou e modernizou os Caminhos-de-Ferro é algo inédito no continente africano, tendo para essa empreitada o estado angolano gasto mais de 3,3 mil milhões de dólares na reabilitação e modernização 2.700 km de linhas férreas e 148 estações. A reabilitação incluiu a aquisição de 243 unidades, entre locomotivas, vagões e carruagens, centros oficinas e centros de formação profissional especialmente para os Caminhos-de-Ferro, sendo por isso uma “autêntica revolução”, que implicou o estudo e análise da evolução mundial dos caminhos-de-ferro. Os custos dos três caminhos-de-ferro no seu conjunto já consumiram 3,3 mil milhões de dólares, embora havendo ainda outras tarefas por realizar” (JA, 2012b: 4).

No âmbito das infraestruturas sociais são de igual forma bastante visíveis os níveis de recuperação, com a reconstrução e/ou construção de novos hospitais,

centros de saúde e escolas em toda a dimensão do território nacional. Por outro lado, segundo refere um artigo inserido no Atlas Geopolítico, “depois de uma guerra de mais de trinta anos, o programa de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR) em Angola permitiu, a partir de 2002, a desmobilização de 80.000 combatentes da UNITA, vencido e transformado em partido político, da qual uma fração foi integrada na polícia. A “limpeza” das forças Armadas angolanas, exército regular, num contexto económico favorável continuou: o país, segundo produtor de petróleo no continente, converteu-se num imenso canteiro de obras. O reassentamento dos ex-combatentes, com as suas famílias, concerne a cerca de 1 milhão de pessoas e mais de 3 milhões de deslocados. Meio milhão de angolanos refugiados no exterior regressou ao país. Cem mil residem ainda na RDC e na Zâmbia. A limpeza de minas continua a ser uma prioridade, particularmente nos eixos das estradas e dos caminhos-de-ferro” (AAVV, 2010: 156).

Deve destacar-se que as linhas do desenvolvimento sustentável de Angola foram desenhadas em três documentos fundamentais: a Agenda Nacional de Consenso, de natureza política, promotora duma visão estratégica comum entre as forças políticas e a sociedade civil; a Estratégia da Redução da Pobreza, de natureza governativa, visando o relançamento económico-social e a redução dos índices de carência e de vulnerabilidade alimentar das populações; a Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025), de natureza governativa, com planos de ação e programas referentes a infraestruturas básicas e sociais, desenvolvimento dos sectores produtivos e dos serviços financeiros. Estes objetivos gerais foram expostos e desenvolvidos, de igual forma, no Programa eleitoral do MPLA, que foi democraticamente submetido em 2008 e 2012 à avaliação do eleitorado angolano, vendo-se suportados pelo voto da maioria das populações com 82% e 71.1% dos votos, respetivamente.

É essencial ressaltar por outro lado que todas as iniciativas de dinamização do desenvolvimento em Angola, no passado, foram esbarrando desde praticamente a sua independência, em 1975, com uma série de vicissitudes, das quais a guerra foi certamente a mais séria das adversidades. Com a independência, como é óbvio, esperava-se a consolidação da dinâmica que se herdava do passado, o que não só não ocorreu, antes pelo contrário: assistiu-se não apenas a uma deterioração do crescimento económico, como a um não aproveitamento racional de algumas das

suas potencialidades. Alves da Rocha destaca neste âmbito que “são indiscutíveis os desequilíbrios sectoriais e regionais que constroem a economia a conseguir um melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada e dos recursos naturais de que dispõe.

A situação de desequilíbrios sectoriais e regionais é uma consequência direta da importância das relações económicas com o exterior, nomeadamente as exportações de produtos de base não transformados, que determinam, em mais de 90%, o crescimento do produto Interno Bruto. Este estado, aliado às deslocções de população como resultado do conflito militar, contribuiu para que o crescimento verificado se processasse muito desarmoniosamente” (Rocha, 2010: 32).

Imperioso se torna destacar também que os vários programas antes mencionados, ligados fundamentalmente quer à reconstrução do país, quer ao combate à pobreza galopante que ainda grassa nas populações angolanas, têm como objetivo único a inversão destes indicadores; hoje já se pode dizer que este desiderato se vai alcançando. Uma cidadã brasileira vivendo e trabalhando em Luanda numa empresa de construção emitiu as suas impressões quarta-feira, 26 de Agosto de 2009 num site com o título “a reconstrução de Angola”, tendo enfatizado: “Várias pessoas criticam a reconstrução de Angola por acharem que se trata apenas de grandes arranha-céus que estão sendo feitos em Luanda. Ou que o progresso só chegue para os condomínios de luxo do Talatona que estão povoados de expatriados de várias partes do mundo.

Posso dizer que tenho grande parcela de culpa dessa visão deturpada, afinal aqui no blog é só isso que eu conto. A questão é que eu vivo em Luanda, trabalho numa empresa de construção civil, o que torna muito mais fácil falar sobre isso.

No entanto, o projeto de Desenvolvimento e Reconstrução do país vai muito além. São inúmeros os troços (estradas) que já foram entregues. O que sem dúvida traz benefícios para toda a população seja rica ou pobre. Já existe um grande investimento na agricultura em várias províncias, o que gera emprego direto para os angolanos e diminui o custo dos produtos.

Lubango está-se a tornar num grande polo educacional, com várias Universidades e cursos técnicos a serem desenvolvidos por lá. Hospitais modernos para atendimento da população carente já podem ser vistos pelas periferias de

Luanda. Remédios para combate à malária são distribuídos de graça em toda a rede pública de saúde (bom, pelo menos é isso que falam na TV). Até postos de assistência médica móveis já são vistos pelas Musseques.

No lugar das famosas candongas que cobravam o que queriam, principalmente em dias de chuvas, já existem autocarros (ônibus ou camionetas), circulando pela cidade. Existe muito a ser feito, muito mesmo. Afinal de contas, são mais de 70 por cento da população vivendo abaixo da linha da miséria, ou seja, ganham menos de U\$1,00 por dia.

Existem vários projetos de requalificação de bairros degradados que vão tornar-se bairros de luxo. No projeto Sambizanga, por exemplo, todo o bairro será remodelado e as famílias que hoje vivem em condições precárias serão removidas para casas com total infraestrutura em outro local.

Muitas pessoas criticam esse modelo, dizendo que aquelas pessoas que estão lá têm o direito de ficar lá. Não sei o que é certo ou errado, mas de uma coisa eu tenho certeza, nada é de graça nessa vida. E se para bancar a realocação dessas pessoas for necessário que as suas casas deem lugar a arranha-céus de luxo que vão sim enriquecer os empreiteiros, mas é de lá também que vai sair o dinheiro para financiar o projeto de requalificação. Por que não? Afinal de contas todos ganham! O país ganha com o turismo, e as famílias ganham com a infraestrutura das novas moradias e geração de empregos. A classe dominante fica mais rica, o que não é nenhuma novidade em nenhuma economia do mundo” (MA, 2009).

É este espírito da verdade e reconhecimento que os angolanos precisam e apreciam, seja da parte de quem vive e convive connosco no dia-a-dia, seja daqueles que, no exterior, estão de olhos postos em Angola, observando o gigantesco esforço que os filhos desta pátria, sem exceção, têm experimentado e levado a cabo, visando a reconstrução do seu país e colocá-lo nos lugares cimeiros no contexto de África e do mundo. Necessário se torna, por isso, que os angolanos se unam em torno desses objetivos e procurem resolver as eventuais diferenças, aproveitem a oportunidade de paz que todos duramente conquistamos, porque, em abono da verdade, os únicos que perderam e consentiram sacrifícios, nesta luta protagonizada por irmãos desavindos, foram os angolanos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Todavia, para Marzia Grassi “o movimento de pessoas e a troca de mercadorias de e para Angola certificam-se de que o dinheiro é a questão em torno da qual se processam todas as outras práticas sociais, inclusive as relações entre indivíduos e instituições [...]. Os muitos anos de guerra resultaram

No seu discurso sobre o Estado da Nação, proferido pelo Presidente da República Eng. José Eduardo dos Santos, na cerimónia de abertura da IV Sessão Legislativa da II Legislatura da Assembleia Nacional, no dia 18 de Outubro de 2011, assinalou: “ao fazermos uma opção política e ideológica pela democracia pluripartidária e pela economia social de mercado, escolhemos realizar a democracia política, económica, social e cultural, fundada na igualdade e no respeito das liberdades e garantias dos cidadãos. O nosso objetivo é edificar uma economia de mercado que sirva os angolanos e garanta a melhoria crescente das suas condições de vida.

A economia nacional ainda está em fase de estruturação, mas não há economia de mercado sem empresários e proprietários privados e desejamos que sejam os empresários privados angolanos, grandes, médios e pequenos, que comecem a controlar desde já a nossa economia produtiva e de prestação de serviços, à medida que o Estado for reduzindo aí a sua presença.

Vão surgir e estão a surgir pessoas ricas. O Estado não está contra os ricos, mas é bom que se diga que a preocupação maior do Executivo é combater cada vez, com mais energia a fome e a pobreza, de modo a reduzi-las progressivamente até à sua completa anulação. O sector privado pode e deve contribuir, fazendo mais investimentos para criar mais empregos bem pagos, pagar impostos e aumentar a riqueza nacional” (Santos, 2011).

Persiste o facto de que, quando se fala em Angola no exterior, a primeira imagem que se tem é ainda de um país regido pela miséria e fome e sobretudo por altos índices de corrupção. Reconheçamos, sem qualquer dúvida, que isso existe. Mas é preciso dizer-se também que Angola, assim como a maioria dos países africanos, foi mais uma das vítimas da ganância política. Todavia, assim é com a história universal. Muitos países desenvolvidos passaram também por diversas crises violentas: pode tomar-se como exemplo os Estados Unidos, os quais passaram por uma sangrenta guerra civil antes de iniciarem uma trajetória rumo ao desenvolvimento. Felizmente, Angola tem estado a mudar e tem dado excelentes exemplos de reconstrução do país com o fim da guerra. Sendo um país

---

na desestruturação dos laços de confiança e solidariedade entre os indivíduos, de tal forma que, seis anos após o seu final [e hoje já são 13 anos], continuam a influenciar as relações sociais entre os sujeitos. Os elos construídos durante a guerra, motivados por razões de segurança e sobrevivência, encontram-se atualmente dissolvidos ou modificados perante esta reconstrução e monetarização das relações entre os indivíduos (2008: 39).

rico em recursos minerais, Angola tem-se destacado como um grande produtor de petróleo e despertando interesse de grandes multinacionais. Além disso, mantém a sua tradicional economia baseada na exploração das minas de diamantes.

Para quem não tem medo de desafios e busca oportunidades de trabalho, Angola mostra-se como uma grande opção. O país oferece boas oportunidades nas áreas de construção civil, tecnologia, agricultura, saúde, entre outras. Numa nota da Agência de Notícias Angola Press (Angop) com o título “A Paz representa o renascer de Angola”, divulgada sexta-feira 20-04-2012, 20:27, por ocasião da sua visita a Angola e quando dissertava para estudantes da Universidade Agostinho Neto, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, considerou que os dez últimos anos representam o renascer de Angola, após um conflito que dividia o país e impedia os angolanos de viver em paz e em segurança: “A conquista da paz foi daquele momento em que se adivinhava (...), deixando para trás 27 anos de sofrimento da nação angolana. A esperança que nasceu pela primeira vez em Bicesse, em 1991, concretizou-se finalmente em Luena, 21 anos depois” (Barroso, 2012).

Ao proferir uma palestra sobre o tema “Europa e Angola em 2012: um novo caminho conjunto”, afirmou Barroso que a pacificação foi também um momento de celebração pessoal, por sempre ter acreditado que isso seria possível, sim, salvaguardando a integridade territorial da nação, ao contrário dos que defendiam a divisão do país. Sublinhou que tem acompanhado com satisfação o ritmo das transformações no país e o vasto e notável esforço de reconciliação e reconstrução: “Angola apresenta hoje um impressionante desempenho económico e a sua situação financeira melhorou consideravelmente com os indicadores económicos a apresentarem valores muito positivos”, realçou (Barroso, 2012).

Mencionou um crescimento na casa dos dois dígitos, atingindo 20% entre 2005 e 2007, uma taxa de inflação que ronda os 10 % este ano (2012), contra os 100 % em 2002 e uma redução significativa do endividamento de 73% do PIB em 2003 para 25% em 2011. Referiu que Angola se afirmou também internacionalmente, ao assumir a presidência da SADC, CPLP e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, tendo também acolhido o campeonato africano das nações em futebol em 2010. No entanto, referiu também o presidente da Comissão Europeia, a principal conquista é imaterial e foi atingida com a progressiva

reconciliação nacional e a consolidação da paz; considerou como dois importantes marcos políticos o consenso nacional, que permitiu que as eleições legislativas de 2008 decorressem de forma pacífica, e a adoção em 2010 da nova Constituição.

Segundo Durão Barroso, uma década é um período importante na vida de um homem, mas curto na vida de um país, sobretudo que tenha renascido da guerra. Disse que Angola tem de assegurar a durabilidade e a sustentabilidade do atual desempenho económico e consolidar a democracia, fazendo simultaneamente face a consideráveis desafios sociais. Apelou a uma participação massiva de candidatos e de eleitores nas eleições prevista para aquele ano (Barroso, 2012), formulando votos de que decorressem de forma livre e ordeira, tendo afirmado ainda que a estabilidade política e democrática não depende apenas do bom desenrolar de eleições, mas também da sorte reservada aos mais vulneráveis. Depende da coesão social, que passa pela luta de inclusão social e pela luta contra a pobreza. O presidente da Comissão Europeia foi categórico, ao referir que ainda existem grandes desafios em Angola, visando reduzir a população vivendo abaixo do limiar da pobreza e a elevada taxa de mortalidade infantil, apesar dos investimentos, que quase triplicaram desde 2002, bem como uma taxa de escolaridade ainda insuficiente: “É essencial que os dividendos da paz se estendam agora para o domínio social de forma a continuar a construir uma sociedade mais inclusiva”, concluía o presidente da Comissão Europeia (Barroso, 2012).

Em conferência de imprensa, apresentando o balanço da sua visita a Angola, o presidente da Comissão Europeia Durão Barroso acrescentou, porém, que se deve estreitar o diálogo, tanto ao nível político e governamental, como adentro das sociedades em geral, visando o bem destas. Acrescentou que a UE está e estará ao lado de Angola e dos angolanos visando a consolidar a sua democracia e instituições democráticas, bem como construir um futuro mais próspero e justo, o que é o desejo de ambos os lados. Para o presidente da Comissão Europeia Durão Barroso, seria “miopia política”, da parte da UE, não reforçar as relações com um país como Angola, que cada vez mais se afirma no quadro regional e global. Por outro lado, referiu que regressa sensibilizado pela forma como foi recebido e que pode verificar que a cumplicidade de ontem é a mesma de hoje, no sentido positivo do termo, tendo acrescentado que esta cumplicidade vai permitir à União Europeia e a Angola traçar um caminho comum, para bem dos respetivos povos. Após

reunir-se com o presidente da Assembleia Nacional, no período da tarde, o presidente da Comissão Europeia falou aos jornalistas. Declarou ter “grande confiança no futuro de Angola”, país que visitou em “momentos dramáticos, momentos difíceis da sua História”. Segundo garantiu: “Vejo que Angola, não apenas está a crescer economicamente, mas que está a construir as bases para uma institucionalização democrática para a realização de eleições livres e justas”, “Acho que isso é muito importante para este país africano, e também para o aprofundamento das relações entre a União Europeia e Angola” (ANGOP, 2012).

Por outro lado, com o título “Sucesso de Angola louvado por Obama”, o Jornal de Angola do dia 20/09/11, pág. 43, citando o Presidente dos Estados Unidos de América, Barak Obama quando este recebia o novo Embaixador angolano naquele país, afirmou: “Nesta última década, Angola não apenas recuperou da guerra civil devastadora como desenvolveu igualmente uma economia que se posiciona entre as maiores do continente africano” (JA, 2011). Devemos portanto manter a convicção de que nós, os angolanos, somos capazes de protagonizar em Angola uma reconciliação bem como uma reconstrução e um processo de desenvolvimento sui generis, diferente daqueles processos que os líderes africanos nos habituaram a ver no continente, porque para isso o país conta quer com recursos humanos, assentes sobretudo na juventude (se bem que generalizados à maioria do nosso povo), quer com recursos naturais capazes de sustentar e alavancar o nosso projeto de desenvolvimento.

Todavia, temos também problemas muito importantes, em particular no setor da agricultura, e no contexto quer do desenvolvimento do país, quer do combate à pobreza, em virtude de esse constituir um campo bastante dinâmico e capaz de gerar e proporcionar empregos, sejam diretos ou indiretos, a um vasto número da força de trabalho ativa em Angola, contribuindo também para que paulatinamente o país deixe de importar aquilo que pode perfeitamente ser produzido internamente. O sector económico não petrolífero, em particular o sector agrícola, foi seriamente afetado pela guerra, tendo os níveis de produção agrícola baixado drasticamente. Dados do ministério da agricultura têm apontado uma recuperação satisfatória deste setor, sobretudo a partir de 2003.

Estima-se que o sector primário tenha crescido 12%, sendo que doze anos depois da assinatura dos acordos de paz Angola conseguiu reduzir os índices de

pobreza, fome e malnutrição. Bem assim, está-se decididamente a combater a “petrodependência” ou “petrodolarização” da economia angolana, fenómeno que consiste na dependência excessiva da economia angolana na produção do petróleo e na conseqüente dolarização da economia.

Com o título “Angola pode alcançar objetivos do milénio”, o Jornal de Angola do dia 19 de Outubro de 2012 informa que Mamaoudou Diallo, representante das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), declarou que “Angola está na lista dos dez países africanos que mais progressos fizeram na redução pobreza e malnutrição e já se antevê que venha a alcançar, em 2015, os objetivos de desenvolvimento do milénio, que preveem baixar para metade o número de pessoas com fome, admitindo que o governo de Angola, através do Ministério da Agricultura e demais sectores, desenvolveu uma série de programas de combate à pobreza e à malnutrição, do qual resultou, em dez anos, uma redução desta em 57,1 por cento” (JA, 2012c). De recordar que no Pacto sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adotado pelas Nações Unidas em 1966 e ratificado por Angola em 1991, os Estados membros deliberaram ter como objetivo garantir a “todos a um nível de vida adequado para si próprios e para as suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e habitação adequados” (JA, 2012c), sendo que a Cimeira do Milénio, realizada em 2000, estabeleceu como meta atingir, até 2015, a redução em 50 por cento da incidência da pobreza, isto é, da população mundial com rendimento inferior a um dólar por dia.

Foi com este enquadramento internacional que se iniciou, em Angola, o processo de elaboração da Estratégia de Combate a Pobreza (ECP). Para o representante da FAO em Angola, são indicadores positivos que permitem à sua organização continuar a credibilizar todas ações do governo angolano nesta vertente. Para o reforço destas ações, o Ministério da Agricultura de Angola elaborou, com a participação da FAO, um programa nacional de desenvolvimento agrícola, cujo foco será o do incremento da agricultura familiar no seio das comunidades, o que se espera venha a trazer resultados suficientes, quando entrar em fase de implementação.

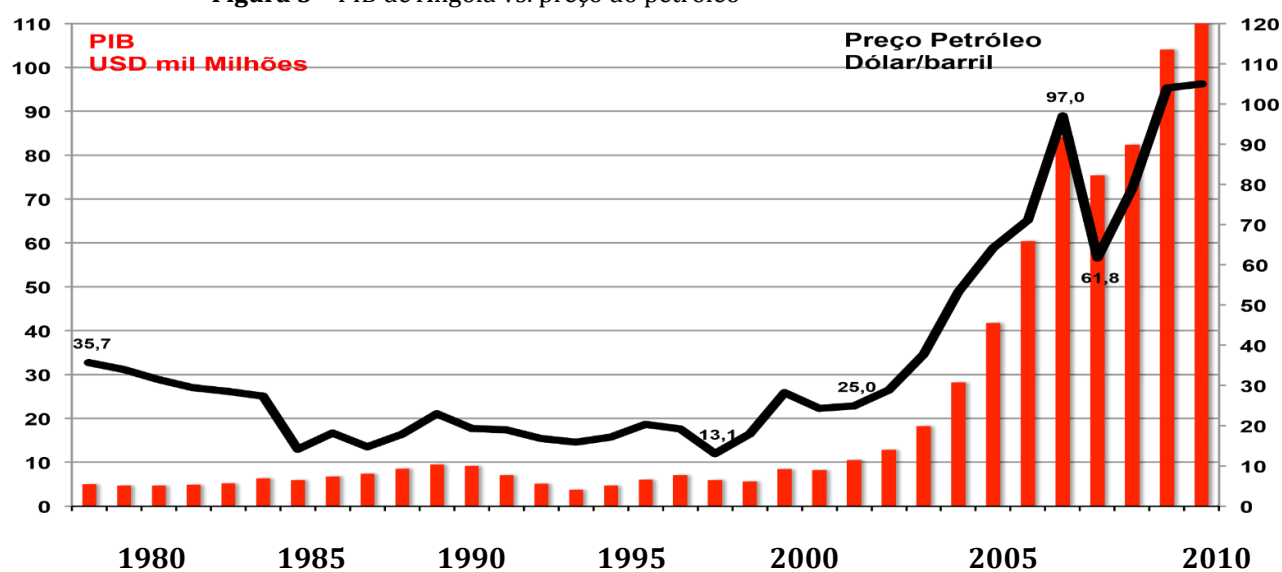
Para além disso, dados do relatório produzido pela FAO, Programa alimentar mundial (PAM) e Fundo internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) indicam que Angola, Brasil e Moçambique diminuíram as taxas de fome e

subnutrição, entre 1990 e 2012, sendo que Angola regista a melhoria mais significativa. Dos 63,9 por cento de subnutridos identificados no relatório de 1990-1992, persistem agora 27,4 por cento, o que representa uma diminuição de 57,1 por cento, embora o nível observado continue ainda a corresponder a cinco milhões de pessoas (Abril, 2012).

Em termos gerais, faz todo sentido colocar-se a seguinte questão: como é que, na prática, funciona a economia angolana? Com a mudança do regime económico em 1980 e com o fim da economia centralizada (socialista), passando para a economia de mercado, e dada a agressividade do conflito que se vivia por aquela altura, a economia ressentiu-se muito seriamente, dando poucos sinais de crescimento. Também nos princípios dos anos 90, mais concretamente com os acordos de paz de Bicesse, e com o ressurgimento da guerra no contexto pós-eleitoral, a economia angolana de novo se ressentiu.

Entretanto, e tal já se sublinhou, hoje Angola está nos radares económicos internacionais, sobretudo a partir de 2002, o ano da paz, no qual o PIB era de aproximadamente 11,4 mil milhões de dólares, tendo-se depois registado em 2012 perto de 120 mil milhões. Em suma, num período de dez anos o PIB, a preços correntes, foi multiplicado por dez. Porque é que isso aconteceu? A principal razão aponta para o facto de a evolução da economia angolana estar muito estreitamente relacionada com a evolução do petróleo, tal como se pode ver no gráfico abaixo, que mostra a evolução do preço do petróleo e a liga à evolução do PIB angolano.

**Figura 5 – PIB de Angola vs. preço do petróleo**



Fonte: FMI e ONU Estatísticas das contas nacionais  
Economia Angolana; uma visão de Carlos Rosado de Carvalho (Carvalho, 2013).

Numa conferência realizada da Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndamufayo na cidade do Lubango, o economista Carlos Rosado de Carvalho assegurou que “a evolução da economia a partir de 2002 praticamente decalca a evolução dos preços do petróleo, registando-se alguns desequilíbrios em 2008, com a crise financeira mundial, em que o PIB, devido à queda do preço do petróleo, também baixou. Há portanto uma influência muito grande, sendo por isso, acima de todos os demais fatores, o preço do petróleo a condicionar o crescimento da economia angolana. Neste contexto, podemos afirmar que a economia angolana funciona ciclicamente: quando há um aumento nos preços do petróleo, a produção também cresce, e esta dupla coincidência do aumento do preço do petróleo e da produção corresponde a um disparar das exportações.

Como se sabe, as exportações líquidas fazem parte do PIB, o que também faz disparar o consumo, quer o consumo privado, quer o consumo público, ao mesmo tempo que o petróleo proporciona dinheiro para se fazer investimentos, o que induz um crescimento adicional do PIB” (Carvalho, 2013).

O aumento do petróleo também faz com se tenha excedentes externos, ou seja, Angola tem estado a exportar mais do que importa; esses excedentes geram uma acumulação de reservas externas que ajudam a estabilização da moeda nacional, num país que vive fundamentalmente de exportações. Naturalmente, uma moeda estável ajuda a baixar a inflação e desta forma tem havido progressos notáveis desde 2002: a inflação em Angola passou de 109% para um dígito pela primeira vez em 2012, tudo devido ao facto de que as receitas de petróleo ajudam o orçamento, o que por sua vez ajuda a controlar a dívida pública havendo de igual forma desde 2010-2012, uma queda impressionante da dívida pública.

Trata-se fundamentalmente duma resultante do modo como funciona a economia angolana, dependendo tudo muito da variação do preço do petróleo. Segundo os caprichos dessas flutuações: se o petróleo estiver bem, a economia angolana está bem; e se o petróleo estiver mal, a economia estará mal, à semelhança do que aconteceu em 2008 e acontece desde finais de 2014 com a queda do preço do barril de petróleo de 120 dólares para 60 dólares/barril, obrigando o executivo angolano a adoção de fortes medidas de contenção e

revido em fevereiro de 2015, o orçamento geral do estado que havia sido aprovado em dezembro de 2014.

Como é que tudo isto se refletiu no desenvolvimento de Angola (antes da queda do preço do petróleo em 2014), tendo em atenção que não basta só crescimento? Com o título “Índice de Desenvolvimento Humano: Angola entre os países com maiores ganhos, esperança média de vida sobe de 48 no ano passado (2012) para 51,5 anos”, o Jornal de Angola do dia 16 de março de 2012 referia o relatório do PNUD sobre o IDH de 2013, o qual indicava que “Angola é o quinto país entre aqueles que cujas economias registaram ganhos mais significativos no índice de Desenvolvimento Humano (IDH), superiores a dois por cento ao ano desde 2000. O país registou uma subida importante na esperança média de vida à nascença, ao passar de 48 (em 2012) para 51,5 anos (em 2013), tendo o país subido uma posição nos últimos cinco anos, para 148º, mantendo a tendência de aumento ligeiro da sua pontuação” (JA, 2012a).

No entanto, afigura-se preferível a análise a que Carlos Rosado de Carvalho procede, quando investiga a repercussão do crescimento económico de Angola no índice de desenvolvimento humano IDH, que é calculado pelas Nações Unidas na sua evolução entre 2000 e 2012. Tem basicamente duas componentes sociais: a educação e a saúde; e uma outra dimensão, relacionada com a economia e o rendimento. Essas duas dimensões dão a síntese, a qual nos revela que Angola melhorou em termos de IDH desde 2000 para 2012. No entanto, continuamos a ser o 148º entre 187 países, e isto é uma classificação que não honra a ninguém. Tivemos essa evolução positiva basicamente através do indicador rendimento, que está ligado fundamentalmente com o petróleo. Mas isso não quer dizer que também em termos sociais, tivesse havido uma melhoria. Ou seja, em termos gerais nós somos o 148º entre 187. Nos indicadores sociais, porém, somos o 162º; por conseguinte, a nossa posição desce. Mas já na economia, e em termos rendimento, somos 113º entre 187. Em conclusão: houve progresso em termos de desenvolvimento humano? Houve sim, mas a verdade é que as nossas classificações em termos sobretudo de indicadores sociais, saúde e educação, são piores do que em rendimento, o que quer dizer que a nossa subida no ranking fica a dever-se fundamentalmente ao aumento do rendimento, que por sua vez está relacionado com o aumento da produção e dos preços do petróleo.

Os indicadores sociais utilizados são fundamentalmente a esperança de vida e a média de escolaridade também dos adultos e a esperança de escolaridade das nossas crianças e o que acontece é que em 2000 os angolanos tinham uma esperança de vida de 45 anos. Melhorou-se pois, porque a esperança de vida passou de 45 para 51 anos, aproximando-se da esperança de vida quer do mundo, que era de 67 e passou para 70 anos, quer da África subsaariana, que era de 49,5 e passou para 54 anos. Mas a verdade é que a esperança de vida dos angolanos ainda é muito baixa. O que mais impressiona, pela negativa, é a média de escolaridade dos alunos angolanos e dos adultos angolanos, entendidos como os angolanos com mais de 25 anos, porque em média os angolanos com mais de 25 anos andaram 4,7 anos na escola. Houve um ligeiro progresso, porque em 2002 tinha-se 4,4 e passou-se disso para 7 anos; alcançámos a África subsaariana e aproximámo-nos do mundo, tendo em conta que o mundo tem em média 7,5 anos. Todavia é uma escolaridade muito baixa e debatendo-se com graves problemas de qualidade de ensino. Quer dizer, Angola em muitos casos pode estar a certificar pessoas que, eventualmente, não têm as competências inerentes aos seus certificados. No entanto, interessa destacar que em 2000 as crianças que entravam para a escola provavelmente andariam na escola durante 4,6 anos, e agora quem entra na escola terá em média um índice de escolaridade de 10 anos, que é um índice bastante positivo, embora se tenha algumas reservas quanto a tal facto, designadamente porque é muito necessário apostar mais na qualidade. Em todo o caso, grosso modo há melhorias quer no IDH, quer na esperança de vida, quer no nível de escolaridade, embora os patamares de Angola continuem ainda muito baixos (Carvalho, 2013). A evolução positiva destes indicadores “sociais” é bem perceptível no quadro infra, Figura 6, onde entretanto também se torna notória a significativa discrepância entre o que tem sido a evolução do desempenho de Angola em matéria de PIB e a sua evolução relativamente a indicadores de desenvolvimento humano.

**Figura 6 – Indicadores económicos e sociais de Angola**

	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População total	10 333 844	13 924 930	16 544 376	17 122 409	17 712 824	18 314 441	18 926 650	19 549 124	20 180 490	20 820 525	21 471 618
Pobreza em % da população (menos de \$1.25 PPC, dia)	-	54,31	-	-	-	43,37	-	-	-	-	-
Esperança média de vida à nascença (anos)	41,14	45,20	48,54	49,01	49,44	49,85	50,25	50,65	51,06	51,46	51,87
Taxa de Mortalidade até aos 5 anos (por 1,000 nados vivos)	225,90	216,70	204,50	200,90	196,80	192,30	187,70	182,40	177,50	172,60	167,40
Instrução primária concluída (% do grupo etário relevante)	-	-	-	-	-	46,05	45,52	46,76	54,32	-	-
Frequência da instrução primária (% do grupo etário relevante)	84,97	-	-	-	114,90	122,23	121,35	123,84	140,45	-	-
Frequência da instrução secundária (% do grupo etário relevante)	11,36	14,86	-	-	-	25,51	27,13	31,31	31,52	-	-
PIB corrente, US\$, milhares	10 260 193	9 129 594	28 233 699	41 789 493	60 448 887	84 178 084	75 492 416	82 470 894	104 115 867	115 341 559	124 178 241
Crescimento anual do PIB (%)	-0,30	3,01	18,26	20,74	22,59	13,82	2,41	3,41	3,92	5,16	6,80
Agricultura (% do PIB)	17,94	5,66	8,49	7,66	7,86	6,64	10,20	9,84	9,29	7,19	10,06
Indústria (% do PIB)	40,85	72,12	67,09	67,52	66,57	67,49	59,05	59,93	62,12	61,78	57,80
Serviços, etc. (% do PIB)	41,22	22,21	24,42	24,82	25,57	25,87	30,75	30,23	28,59	31,04	32,14
Exportações (% do PIB)	38,91	89,63	86,02	79,85	76,40	78,10	55,01	61,39	65,35	61,94	55,78
Importações (% do PIB)	20,93	62,83	53,64	38,98	43,52	51,23	55,41	42,95	42,16	39,74	40,72

Fonte: Estatísticas do Banco Mundial

Quanto ao PIB a preços constantes, que permite realizar comparações internacionais, pode-se apreciar que o crescimento da economia angolana entre 2000-2012 continuou a ser muito positivo, embora convenha dizer que os acréscimos já são muito menores (e depois disso a tendência certamente se manterá), porquanto, segundo o mesmo Carlos Rosado de Carvalho, “o PIB em termos nominais, em 10 anos, foi multiplicado por 10. Os valores a preços constantes, entretanto, passaram de 37 mil milhões de dólares para 60 mil milhões, isto é, foram multiplicados por menos de três, enquanto aumentaram mais de 10 vezes em termos correntes. Assim, quando se diz que Angola cresceu 10, 15 ou 4%, está-se usualmente a dizer que Angola cresceu 10, 15 ou 4 por cento a preços constantes, sendo esse argumento que se deve utilizar para se proceder a comparações internacionais” (Carvalho, 2013).

Sem embargo dos argumentos antes avançados, parece entretanto ser pertinente dizer também que hoje já se assiste a uma recuperação significativa da economia não petrolífera, pese embora o peso do sector petrolífero na economia angolana ainda seja bastante acentuado, e encontrando-se em grande medida divorciado do resto da economia, se tivermos em conta que este sector é capital-intensivo e utiliza recursos humanos altamente especializados, provenientes do exterior. Neste contexto, a contribuição direta deste sector para a redução da pobreza, pela via da geração de emprego local, é tendencialmente marginal. Este sector, porém, tem um grande peso de contribuição indireta para a redução da pobreza em Angola, pela via das receitas tributárias cobradas pelo Estado. O sector

petrolífero continua a ser uma das principais fontes de recursos dos programas do governo, inclusivamente da estratégia de combate à pobreza. No entanto, Alves da Rocha traz quanto a isto uma abordagem que constitui um contributo muito interessante, valendo a pena invocá-la aqui, todavia sem que isso signifique a negação do supra exposto. Na realidade, a dependência de Angola ao petróleo torna o país muito dependente e bastante vulnerável quando este autor considera que “uma parte ainda que maioritária da sociedade angolana está impressionada com as elevadas taxas de crescimento do PIB depois de 2002. Neste coro de elogios alinham alguns observadores estrangeiros. No entanto, uma análise mais cuidada do processo de crescimento económico angolano mostra uma realidade diferente de um acaso de sucesso. A sustentabilidade do processo de crescimento está por assegurar, a política de estabilização está demasiado exposta às vicissitudes do mercado internacional do crude e podemos estar a experimentar um processo de crescimento sem desenvolvimento” (Rocha, 2010: 115).

Todavia, é de todo em todo crucial que se continue a priorizar a recuperação e desenvolvimento do sector agrícola, por constituir um dos segmentos incontornáveis na batalha do combate à pobreza, sendo por isso que o fomento da agricultura no país deve passar também por sérias políticas de Estado. A agricultura constitui hoje uma área em que o Estado deve continuar a apostar, no quadro do combate a fome e a pobreza, tendo em linha de conta de que ainda é no meio rural que vivem milhões de pessoas em condições de extrema pobreza, e com uma agricultura de subsistência que não lhes permite orientar-se para o mercado, nem assegura a ocupação de milhares de jovens. Nesta perspetiva, o combate à pobreza e o fomento do emprego no país passam, e continuarão a passar por muitos anos, por boas políticas públicas destinadas a criar um empresariado forte no campo, um setor que, pelas suas potencialidades, é também decisivo para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

Na verdade, é fundamental ter-se sempre presente que no campo ainda vivem muitos milhões de pessoas, sendo por tal facto necessário que se deve também criar aí mesmo, as condições propícias para o desenvolvimento do empresariado nacional, que queira apostar no setor agrícola e na pecuária. E devemos reconhecer que, grosso modo, os investimentos feitos na agricultura têm dado alguns resultados animadores, embora ainda não suficientes em termos de

emprego e de oferta de bens produzidos no campo, para o que têm contribuído não só os empresários, mas também as cooperativas agrícolas espalhadas por todo o país. É de todo legítima, a afirmação de Alves da Rocha, ao considerar que “o sistema produtivo angolano continua a enfermar de varias deficiências estruturais, como sejam a excessiva dependência em relação ao petróleo, falta de desenvolvimento da indústria e da agricultura, a fraca qualidade governativa e administrativa do Estado, a corrupção, o elevado défice de recursos humanos qualificados, as assimetrias regionais e socioeconómicas, a forte carência de infraestruturas de novas tecnologias de informação e comunicação, as deficientes infraestruturas de transportes, produção e distribuição de eletricidade e agua (...) entre muitas outras deficiências” (2010: 115-116).

Quando falamos de crescimento e desenvolvimento, em qualquer país que seja, devemos ter sempre em conta o fator estabilidade: quer política, quer económica e social, como já referido em diversas passagens deste trabalho. Aliás, esta temática de paz e estabilidade constitui o cerne mesmo desta investigação. Foi neste ambiente de “paz e estabilidade” (entendida como o calar das armas no quadro da guerra civil que grassou o país por longos anos), que Angola, em pouco mais de dez anos, gizou e conseguiu, em termos gerais, reconstruir o país e iniciar o processo de desenvolvimento, feitos que muito poucos países atingiram, mesmo sem nunca experimentaram o sabor de um conflito armado nas dimensões daquele que Angola viveu. Neste contexto, a paz constitui, sem margem de dúvida, um imperativo indispensável para qualquer país e povo que queira enveredar pela senda da convivência normal e do desenvolvimento.

Todavia, o calar das armas da “guerra quente” em Angola tem estado a criar condições para que os cidadãos comecem a exigir dos governantes a criação de melhores condições de vida e a resolução de graves problemas que a sociedade enfrenta, resultantes da destruição provocada pela guerra, sobretudo quanto àqueles aspetos que incidem diretamente na vida dos cidadãos, tais como a energia elétrica, agua e saneamento, habitação condigna, emprego, formação profissional, etc., num país em que os enormes recursos naturais detidos ainda contrastam largamente com os níveis de depauperação da maioria das suas populações, especialmente nos grandes centros urbanos e no meio rural. Esta realidade social da maioria das populações de Angola, em particular da juventude, que constitui

mais de 50% dos angolanos, aliado ao facto de que se assiste hoje, no país, a uma minoria de governantes, e correspondentes círculos próximos do poder, ostentando riqueza à custa do sacrifício das grandes massas populares, tem levado ao desencadear nos grandes centros urbanos, em particular na capital do país, de várias manifestações, exigindo-se em muitos casos a retirada do poder do atual chefe do executivo.

A tudo isto se acrescenta ainda, como problema particularmente incisivo, o baixo nível geral dos recursos em matéria de instrução. Lucas Benghy Ngonda, ao analisar o conceito do desenvolvimento numa perspetiva sociológica citando o economista John Kenneth Galbraith, e no que ao caso africano ao Sul do Sahara diz respeito, defende que o maior obstáculo ao desenvolvimento reside na fraca base cultural das sociedades africanas, entendendo este autor pela base cultural o elevado grau do analfabetismo e sublinhando que nessas sociedades se encontra um número muito limitado de pessoas instruídas ao nível superior e os sistemas escolares são nitidamente insuficientes a todos os níveis. Aponta que a maioria destes países estiveram debaixo da dominação colonial a qual não contribuiu para o seu desenvolvimento, deixando assim estes países mal equipados em recursos humanos, sendo que para ele o mais grave ainda é a dificuldade destes países em estabelecer um sistema de governo eficaz. Embora no artigo e na perspetiva de Galbraith se fale da carência de uma elite instruída e competente para ocupar postos políticos e administrativos, tendo assim como consequência o enfraquecimento que retarda o desenvolvimento do sistema do ensino, “na verdade, o que acontece nalguns países africanos e em Angola em particular, até existe uma elite bem formada, embora muita dela não esteja comprometida com a pátria, o que como bem se ilustra”, ameaça estes países com o ressurgimento do tribalismo, regionalismo, anarquia no sistema de governação, desorganização social, cujos homens do poder prosseguem muito particularmente o interesse pessoal (Ngonda, 2008).

Atento ao conjunto destas situações e com vista a gizar estratégias de contorná-las, no seu discurso de tomada de posse no dia 26 de setembro de 2012, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou: “um lugar privilegiado vai ser atribuído ao diálogo com a juventude. A nossa juventude precisa de canais

eficientes para se envolver na solução dos problemas que afetam toda a sociedade, contribuindo com o seu dinamismo, o seu entusiasmo e a sua criatividade.

Para a realização desta prioridade serão reforçados os mecanismos de diálogo com sindicatos, as organizações sociais e profissionais, as igrejas, os empresários e outros parceiros sociais, a fim de se obter a sua colaboração na definição das políticas de desenvolvimento e das estratégias para a sua aplicação” (Santos, 2012b).

Numa entrevista à SIC, no dia 07 de Junho de 2013, o Presidente de Angola quando foi questionado sobre a situação política e social, considerou remotas as hipóteses de instabilidade política e social em Angola, uma vez que o Executivo e o partido MPLA “estão atentos a todas as situações que preocupam os cidadãos e procuram trabalhar com as associações e a sociedade civil na solução dos problemas”. O Chefe de Estado declarou que o governo está sempre preocupado com os problemas de carácter social e dá “atenção muito particular à execução da sua agenda”, procurando resolver os problemas da saúde, através da extensão da rede dos serviços sanitários às zonas mais recônditas, e da educação, aumentando constantemente a rede escolar (Santos, 2013a).

Na sua Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida por José Eduardo dos Santos, o Presidente da República, na abertura da II Sessão Legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional, no dia 15 de Outubro de 2013, referiu que “o país conseguiu avanços consideráveis também na redução da pobreza. O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza é o maior programa de inclusão social do país, implantado em todos os municípios desde 2012.

O Governo pretende alcançar agora percentagens de redução da pobreza abaixo dos 35 por cento, contra os 65,6 por cento de 2002. De entre outras ações, a implementação do subprograma “Ajuda para o Trabalho” e o acesso a produtos básicos essenciais subvencionados pelo Estado vão beneficiar, numa primeira fase, 200 mil famílias em 80 municípios. Nas fases posteriores, esse número vai crescer significativamente.

Os grandes desafios para os próximos tempos serão a passagem do mercado informal para o formal e a resposta adequada a dar à procura no domínio da habitação social” (Santos, 2013c).

Ao referir-se aos programas de assistência às crianças em situação vulnerável, assistência a pessoas idosas e deficientes, combate à pobreza, destacou: “penso que a sociedade está consciente desse esforço do Governo e até com a sua própria participação, esbata todos os fatores conducentes a uma possível perturbação ou instabilidade social”. E acrescentou ainda José Eduardo dos Santos: “mas há focos de contestação. De quando em vez, há grupos de jovens, que se organizam para realizar manifestações, particularmente em Luanda, mas nunca reúnem mais de 300 pessoas” (Santos, 2013c).

Algumas ações desse género em Angola já foram mesmo apelidadas de “primavera angolana falhada” e o Presidente, ao referir-se a tais situações, foi liminar: “eles tentaram, logo depois das revoltas na Tunísia, no Egipto e depois do conflito que eclodiu na Líbia. Tentaram aqui também incitar a juventude para realizar grandes manifestações, utilizaram as redes sociais para comunicarem as suas mensagens e estabelecerem mecanismos de mobilização e sensibilização. Mas não pegou. E não pegou porque em Angola existe uma ação positiva no sentido de se melhorar as condições dos cidadãos, trabalhar para o bem comum e a maioria da população compreende que há esta vontade, esta entrega dos governantes, dos quadros, salvo raras exceções, para trabalhar para este bem comum” (Santos, 2013c).

Com base nesses pronunciamentos, e por iniciativa do Chefe de Estado angolano logo após a sua entrevista à SIC, teve início, em todo o país, aquilo que se usou apelidar como projeto “Diálogo Juvenil”, que contou segundo o relatório ao Fórum, apresentado pelo Ministro da Juventude e Desportos Gonçalves Muandumba, “com mais de 50 mil jovens de todos estratos sociais e ouviu mais de sete mil e quinhentos jovens, dos 15 aos 35 anos de idade, realizado nas 18 províncias do país, nos 161 municípios e em mais de 250 horas de diálogo” (Muandumba, 2013). Aponta-se ainda que a taxa de participação feminina foi de 30 por cento, estando a masculina fixada em 70 pontos percentuais. No decorrer dos encontros provinciais, acrescenta o relatório, apuraram-se as linhas de tendência dos temas mais identificados pelos participantes, estando o emprego, educação e ensino, habitação e saúde na linha da frente das preocupações dos jovens angolanos.

No domínio social, o relatório refere que foram categorizadas seis áreas de intervenção, tendo a categoria “educação e ensino” reunido maior número de indicadores de preocupação e sugestão. Toda essa ação de iniciativa presidencial culminou com um encontro no dia 14 de setembro de 2013, onde participaram mais de três mil jovens de todos os municípios e províncias do país, tendo esse Fórum Nacional da Juventude sido realizado sob orientação do Chefe de Estado angolano, José Eduardo Dos Santos, e sendo antecedido por um conjunto de encontros municipais e provinciais num período de 40 dias.

Pode-se dizer que o diálogo juvenil, que mais tarde evoluiu para o Fórum Nacional da Juventude, foi um balão de ensaio para a participação da juventude no equacionamento e resolução dos seus problemas, em particular, e da sociedade no geral, pois que, tal como prometeu o próprio chefe de Estado, nesse fórum iria recomendar ao Executivo que sejam aprovados programas municipais e provinciais de apoio à juventude, desdobrados de um programa nacional que tenha em conta as conclusões e propostas do fórum nacional da juventude, e que esses programas seriam fiscalizados pelo Conselho Nacional da Juventude, plataforma de concertação juvenil que congrega organizações juvenis de todos os partidos políticos da sociedade angolana: na sua intervenção nesse Fórum, o chefe do Executivo angolano e Presidente da República Eng.<sup>o</sup> José Eduardo dos Santos considerou que “o Executivo levará à prática as recomendações do Fórum Nacional da Juventude recentemente realizado. É uma experiência de diálogo e concertação em que o Ministério da Família e da Promoção da Mulher se inspirou para auscultar a vontade das mulheres e reforçar a sua luta pela igualdade do género e contra a violência doméstica. As mulheres e a juventude são duas componentes essenciais do nosso mosaico social. Elas são o garante do futuro da Nação e o nosso capital decisivo. É nossa responsabilidade criar as condições para que este capital cresça e frutifique, gerando uma Angola próspera, pacífica e democrática” (Santos, 2013d).

Tem sido consenso geral que esta foi uma iniciativa atenta e inteligente do Presidente da República, relativamente às preocupações duma grande franja da população angolana, a qual, à semelhança de outros jovens do mundo, é uma franja bastante exigente e imediatista, devendo por isso cada vez mais ser engajada na procura de soluções dos seus próprios problemas. Não é de todo aconselhável que

o ritmo das mudanças seja superior à nossa capacidade de mudar, e que os acontecimentos se desenrolem mais depressa do que o nosso entendimento deles. É nessas alturas que se sente que nos falta o controlo sobre as vidas das pessoas.

A ansiedade dá origem ao medo, e o medo provoca a raiva, a raiva transpira violência, e a violência, quando combinada com armas, torna-se uma realidade fatal. Tal como referido por Jonathan Sacks, “o maior antídoto para a violência é o diálogo, deixar falar os nossos medos, escutar os medos dos outros e, nessa partilha de vulnerabilidades, descobrir a génese da esperança (...), pois todos apostamos no futuro, e os nossos futuros estão inexoravelmente interligados” (2006: 13).

Daí, devo dizê-lo, o meu mais profundo apreço e consideração pessoal pela iniciativa presidencial de dialogar com a juventude, num momento crucial das nossas vidas e do país, que ensaia passos firmes por forma a superar as incompreensões, guerras e destruições e para que todos juntos participemos na construção de uma Angola una e indivisível, um espaço bom para todos vivermos. Todavia, é de todo necessário que as intervenções procurem pautar-se pela busca de um desenvolvimento que beneficie a todos no país, pois como observa Lucas Ngonda, “o desenvolvimento é a procura permanente de um equilíbrio económico e social difícil de se atingir. É a procura permanente de formas de dar resposta à vida social e dar ao Homem um lugar que lhe garanta o progresso económico, cultural e social no seu próprio meio ambiente. O desenvolvimento das sociedades contemporâneas deve garantir o progresso moral e material da vida do Homem e desenvolver instituições que tenham o Homem como centro de todas as preocupações, usufruindo do progresso da ciência e da tecnologia para melhorar sua existência” (2008: 28).

## **Capítulo III - Resenha dos Conflitos em África**

Tentar analisar, nos dias que correm, a existência dos conflitos em vários países de África, implica necessariamente remetermo-nos em primeira instância ao passado histórico, quer anterior ao contacto dos africanos com os europeus, quer do período colonial, quer ainda do período pós-colonial (com as independências nacionais dos países africanos), e tentar entender, embora não justificar, os atuais conflitos étnicos e outros a que frequentemente se assiste no continente africano.

### **3.1- A Dimensão Étnica dos Conflitos**

Poucos estados africanos têm condições de ter uma narrativa histórica e cultural comum. Atualmente, muitos governantes enfrentam o problema de unificar nações que têm ligações culturais e religiosas bem diferentes, ocorrendo uma formação arbitrária das fronteiras do Estado no período da dominação colonial. A consolidação da legitimidade do Estado, no contexto atual de crise no continente, corresponde em parte a um problema de identidade entre as múltiplas etnias que compartilham as mesmas fronteiras políticas. Antes de iniciado o processo de colonização ocidental da África, as etnias que habitavam o continente desenvolviam a sua própria tradição, independente das outras, de forma bastante fragmentada e compartimentada. O contacto entre elas não foi suficiente para gerar mitos e tradições compartilhadas.

A identidade africana emerge, isso sim, em consequência da construção do “outro”. Considerando a inexistência de uma identidade comum entre os povos pré-coloniais, apenas poderemos perceber a dinâmica da formação dos Estados africanos a partir da conexão entre identidade e ameaça. O Estado africano, para se consolidar, enfrentou duas frentes de ameaça: em primeiro lugar as potências coloniais, contra as quais foi importante o fortalecimento do movimento pan-africano, criando uma identidade comum da região e uma necessidade de libertação de todo o continente. A segunda ameaça é, algo paradoxalmente, representada pelo próprio pan-africanismo, o qual desafiava a legitimidade, a

soberania e a estabilidade dos Estados-nacionais a favor de uma identidade transfronteiriça.

Pode-se dizer que a identidade africana foi construída com base no sistema fragmentado correspondente às fronteiras herdadas do Ocidente. A legitimidade dos novos líderes, a unidade e o desenvolvimento destes novos atores do sistema internacional dependiam do consenso criado em torno da manutenção da divisão em Estados. Ou seja, antes da chegada dos europeus aos territórios de África, desenvolvia-se nos mesmos um processo histórico-natural e equilibrado, com uma componente evolutiva e outra revolucionária, de formação das nações africanas, mas esses processos foram violentamente interrompidos com o objetivo de impor a cultura colonial e, sobretudo, como resultado da exploração descontrolada dos recursos naturais e humanos destes territórios, desde a escravatura até às independências dos países africanos. Deve quanto a isto registrar-se que, tal como defende Armando Castro, “quando nos séculos XV e XVI os europeus apareceram na África Negra os habitantes tinham em geral um grau elevado de civilização nas condições do meio tropical em que viviam, com uma agricultura equilibrada, uma vida social e artística com aspetos que denotavam um nível superior ao dos próprios «descobridores», e um sistema coerente de conceção da vida” (1980: 97).

Josef Ki-Zerbo numa entrevista com René Holesntein, quando lhe pediam o seu ajuizamento sobre a mundialização de um ponto de vista histórico, replicava que “ o papel de África nunca mudou a partir do século XVI, é esse o nosso problema. Alguns estados-nação desempenham o papel de locomotivas e outros desempenham há alguns séculos, o papel de vagões. Mesmo que a locomotiva aumentasse a sua velocidade, isso em nada mudaria o estatuto das locomotivas; nunca se viu carruagens a ultrapassar a locomotiva! (...). A África evoluiu como todos outros povos do mundo, de maneira progressiva (...).

No século XVI, começou a invasão do exterior: uma ingerência de relevo com as “grandes descobertas” de África a sul do Saara e de América Latina. Estas descobertas implicaram, como se sabe o tráfico dos negros (...). O tráfico dos negros foi o ponto de partida de uma desaceleração, de um arrastamento, de uma paragem da história africana. Não digo da história em África, mas de uma inversão, de uma viragem da história africana” (2006: 21-25).

Para a África e para os africanos, e mesmo para o mundo ocidental, pensamos ser ponto assente que os graves problemas que ocorrem na maioria dos países africanos, de uma forma geral, têm as suas raízes e parte das suas responsabilidades no sistema colonial, e muito em particular na Conferência de Berlim, ocorrida no fim do século XIX. A divisão “a régua e esquadro” do continente, não respeitando os diferentes grupos étnicos, culturais e linguísticos, criando fronteiras irrealistas, será a causa razoavelmente mais remota e ainda hoje mais importante dos conflitos em África, sendo por isso a partilha da África, a divisão dos territórios africanos pelas principais potências europeias durante a conferência de Berlim, a principal consequência do colonialismo. Nos períodos subsequentes, as divisões etno-tribais, acentuadas pelas potências coloniais europeias nos mais diversos países colonizados, seguindo o princípio de “dividir para reinar”, opondo povos do norte aos do sul e vice-versa, subalternizando alguns grupos étnicos e submetendo de forma violenta outros, no interior de cada país, deve plausivelmente ser a causa mais próxima dos problemas. Todavia, essa realidade é infelizmente muitas vezes utilizada por vários políticos e governantes atuais do continente, de forma a justificar quer as guerras, quer a inadequada exploração dos recursos naturais, quer ainda a utilização dos mesmos estritamente em proveito próprio e das suas famílias, para além de outros males de que enferma o continente.

É de notar que em épocas remotas a África era composta por diversas etnias diferentes na língua, na religião e nos costumes. A confeção artificial de 53 países juntou diversos grupos etno-culturais, muitos deles rivais, que foram forçados a coexistir dentro das mesmas fronteiras. Ou seja, a necessidade de intensificar os laços e sentimentos comuns fez nascer arranjos artificiais, tanto com o propósito de consolidar cada Estado separadamente, quanto para criar um regionalismo africano. A experiência colonial gerou Estados pluri-étnicos, que aglomeravam não só etnias diversas, mas que dividiam a mesma etnia entre várias fronteiras. A estabilidade do sistema e o fortalecimento dos governos pós-coloniais dependiam em grande parte do desenvolvimento de ideologias nacionalistas e de mobilização social baseadas numa lealdade criada de cima para baixo, das elites para a população.

As conclusões de um trabalho conjunto de investigadores cubanos e angolanos, condensado num documento denominado “A Questão Nacional em Angola”, destacou estes aspetos ao ressaltar que “a interferência europeia foi um elemento perturbador no relacionamento entre africanos desde o início, quer pelas intervenções diretas quer pelas consequências do desenvolvimento do comércio Atlântico. Modificou as rotas e a importância relativa dos produtos do comércio intra-africano, a decadência de uns estados e a ascensão de outros, desestabilizou sociedades, aumentou os conflitos internos, estimulou guerras de agressão a vizinhos, corrompeu chefes, incidiu na demografia” (AAVV, 1985: 29).

Ou seja, o império colonial, ao implantar-se nos diversos territórios, tendeu por um lado a edificar Estados-nação coloniais à medida da visão euro-centrista, com a perspectiva de que as especificidades culturais africanas iriam ser paulatinamente substituídas pelas culturas europeias consideradas indispensáveis, senão mesmo superiores. Na realidade, porém, os colonizadores, para evitarem que a consciência anticolonial dos africanos despertasse rapidamente, preferiram preservar uma certa distinção entre os grupos socioculturais no seio de cada território ocupado. Assim, o sistema colonial, apesar de querer impor a sua cultura, preferiu manter separados aos grupos étnicos, com o objetivo de tirar maior proveito deles e controlá-los.

Afigura-se útil sublinhar que estas partilhas em nada consideraram os interesses das populações autóctones; bem pelo contrário, estas divisões e estas fronteiras políticas artificiais tiveram sobre aquelas diversas consequências marcadamente negativas. Estas vicissitudes explicam, pelo menos em parte, o facto de por exemplo as populações atravessarem as fronteiras com a maior facilidade, por vezes a título definitivo. Em concreto, no caso de Angola e nos dias que ocorrem, as autoridades têm experimentado sérias dificuldades em opor-se as estas deslocações, em parte dada a extensão das fronteiras. No caso dos movimentos que se realizam para Angola, deve registar-se que são essencialmente determinados por razões económicas ilícitas, procurando acesso fácil para as áreas diamantíferas. Ora, como já foi notado, este facto pode revestir-se de aspetos muito problemáticos:

Simão Milagres e Lutina Santos, dois funcionários seniores da Direção de Emigração e Fronteiras de Angola (DEFA), defendem que “quando os Estados não

têm capacidade de controlar estes fluxos, nomeadamente, os de imigração e emigração, podem estar a pôr em causa a sua organização interna ou mesmo a criar condições que podem modificar o ambiente político, económico e também cultural e comprometer a segurança nacional. (...) O fenómeno migratório pode ter impacto ao nível da diversidade étnica, pode contribuir para alterar os valores sociais e alterar os padrões demográficos tanto dos países de partida como dos países de destino” (2013: 22-23).

Nesta perspetiva, as migrações para Angola, sobretudo de cidadãos de países africanos bem como asiáticos, têm plausivelmente assumido um carácter criminal, pelo menos em parte, e têm mesmo correspondido a uma variedade de invasão silenciosa de Angola por parte de governos vizinhos e não só, na medida em que, apesar de grandes esforços que as autoridades angolanas têm empreendido, visando a contenção deste fenómeno, não tem havido correspondência por parte de alguns parceiros africanos de Angola, para se empreender um esforço conjunto neste sentido. Seja como for, e tal como argumenta Robert Guest, não restam dúvidas de que “os colonialistas deixaram cicatrizes profundas (...), o legado do colonialismo continua presente, mesmo depois de os colonos terem partido. (...) As fronteiras de África ainda são fonte de problemas. Arbitrariamente riscados em mapas pouco precisos quando as potências europeias dividiram o continente entre si no séc. XIX, os limites atuais dos países partem tribos ao meio e juntam grupos étnicos mutuamente hostis. Isto causa frequentes tensões e por vezes faz correr muito sangue” (2004: 19).

O processo de descolonização na África subsariana ocorreu, de facto, no âmbito duma complexidade de fatores exógenos e endógenos, que são de imprescindível importância histórica e política para a interpretação e compreensão da realidade africana moderna. Josef Ki-Zerbo, por seu lado, sustenta que “a colonização realizou uma segunda forma de economia-mundo. Primeiro, através do tráfico dos negros e da escravatura, África tinha contribuído para impulsionar a Europa para a industrialização. A colonização foi muito mais curta do que o tráfico dos negros. Mas foi mais determinante. O colonialismo foi um sistema que substituiu inteiramente o sistema africano. Fomos alienado, isto é, substituídos por outros” (2006: 25).

O regresso ao passado pode, neste contexto, constituir uma condição de compreensão da realidade, não tanto uma olhada nostálgica que prescinde da importância de se falar do futuro no continente. Todavia, o projeto de futuro, a liberdade e o desenvolvimento sempre constituíram a base, ou o ponto de partida da luta e na transição para as independências, essa consciência da liberdade sempre foi fundamental, embora também desvirtuada pelas ambiguidades dos projetos políticos subsequentes. Desde logo, a descolonização africana, iniciada após o fim da Segunda Guerra Mundial, acendeu a esperança pelo fim dos conflitos étnicos na região.

Com a Guerra Fria, porém, emergiam nas políticas nacionais ditadores patrocinados pelas duas potências globais, o que pouco contribuiu para apaziguar as tensões no continente. Quer dizer, durante a descolonização muitas diversidades internas entre os vários grupos ficaram relegados para segundo plano, diante do interesse de todos pela independência, mas, quando esta foi alcançada, diversas elites no poder e fações afastadas do controle político começaram a enfrentar-se. As reivindicações pela participação no desenvolvimento das questões públicas, na maioria das vezes, eram encaradas como ameaças à unidade do país e repudiadas violentamente, o que só agravava as reivindicações secessionistas.

Assim, na tipologia dos factos violentos, segundo Eduardo González Calleja, a guerra aparecia “como a máxima expressão possível de uma confrontação armada, tanto pela entidade dos atores coletivos que intervêm (desde Estados e coligações de Estados até grandes instituições e organizações ou vastos grupos sociais), como pela quantidade e qualidade dos recursos desdobrados (desde o grau de apoio social e institucional ao controlo de recursos materiais como dinheiro armamento, ou recursos de influência como a mobilização de combatentes, as alianças com forças interiores ou exteriores ou o controlo dos espaços chave do poder político), e pela transcendência dos objetivos que perseguem, que são a conquista total do Estado, a transformação profunda das regras de jogo político ou a realização de mudanças substanciais na organização social no seu conjunto” (2000: 301.)

A intangibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo constituiu plausivelmente uma medida sábia dos africanos, com vista a evitar a atomização dos países. Todavia, isto também pode ter contribuído de certa maneira para a

eclosão de novos conflitos, guerras civis e movimentos separatistas que mataram e matam milhões de pessoas, mutilaram e ferem outras tantas, causaram e causam um gigantesco número de refugiados. Kepa Sodupe e outros autores enfatizaram de que “o processo que levou as independências em África transformou de maneira excecional o mapa político de África e esteve carregado de grandes esperanças no que concernia a autonomia política e ao bem-estar económico. Mas a complexidade interna de muitos Estados africanos, assim como a imposição de modelos políticos e económicos alheios à realidade africana, deitaram por terra grande parte das esperanças mencionadas” (2009: 19).

De facto, no período pós-colonial, ou seja, a partir do momento das independências dos países africanos, muitas forças que lideraram estes processos e em função dos seus interesses programáticos, estavam aliados em blocos geoestratégicos no âmbito da “Guerra Fria”, o que obviamente fez com que assistíssemos a que países e forças diversas no planeta estivessem separados por vontade própria e aspetos de soberania, colocando-se em campos ideológicos opostos, assumindo-se naquela era, determinadas posturas de acordo com os seus interesses antes propostos.

Neste quadro, os diferentes conflitos, embora tivessem uma base essencialmente ideológica no continente, não deixaram de ter também um fundamento etno-tribal e até mesmo religioso, na medida em que as lideranças contestatárias sempre procuraram legitimar as suas ações evocando a defesa dos interesses de determinados grupos que diziam e dizem defender, por eventualmente não se “reverem” nos sistemas políticos existentes. Assim, afigura-se bastante acertada a apreciação da investigadora cubana Leyda Oquendo que, ao referir-se da questão étnica em África, destacou: “...quem ignore a conotação e persistência desta problemática perderá a pista em África, da mesma maneira que quem não situar no seu justo lugar, com a adequada calibração, as origens, causas e consequências do problema étnico em África, jamais oferecerá prognósticos reais para o desenvolvimento ulterior do continente.

As táticas políticas ou de qualquer índole em África para converter-se numa estratégia consequente, progressista ou reacionária entre os elementos a esclarecer e utilizar, terá obrigatoriamente que incidir no problema étnico situado no mesmo “*raking*” que os problemas económicos globais” (1982: 8).

Ficou expressa no primeiro capítulo a tese de que a unidade e a coesão nacional étnica, cultural, linguística e territorial têm sido em parte artificiais e mesmo falsas, isto é, têm ocorrido sem tempo de maturação e sem a completa interiorização e assimilação pelas populações; não têm sido devidamente acauteladas, visando aprofundá-las, o que parece ser uma das fontes de constantes perturbações nos países africanos, importando por esse motivo apreender de igual forma os argumentos de Elias Chinguli, quando este afirma que “a dimensão étnica dos estados africanos pós-coloniais e as dinâmicas que se lhes associam, sobretudo, no quadro dos novos conflitos em que a etnicidade aparece como fonte e o secessionismo/irredentismo como objetivos desses conflitos” (2005: 25).

Recorde-se que a partir da década de noventa a caracterização dos conflitos acentuou uma nova configuração, na medida em que as rivalidades antes existentes entre estados vizinhos, sobretudo no âmbito da “Guerra Fria”, foram substituídas por rivalidades étnicas que partilham o mesmo território do estado pós-colonial.

Se entendermos a etnia como um grupo sociocultural organizado, consciente da sua existência e reprodução, e cujos membros apresentam certas características comuns de pertença ao mesmo grupo, de tal modo que se distinguem dos membros de outros com características de pertença diferentes das suas; e se a etnicidade é um conceito de significado puramente social, devendo entender-se como as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes, e vendo-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos da sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal; e também porque a etnicidade é um elemento central da identidade do indivíduo e o grupo, torna-se então perceptível a importância de que se reveste estas duas variáveis (etnia e etnicidade), mobilização etno-política para as guerras no continente.

Conforme refere Maria do Céu Pinto, “os anos do pós-Guerra Fria têm sido marcados por uma conflitualidade crescente, marcada sobretudo pela eclosão de guerras internas, como conflitos étnicos. Estes conflitos têm lugar em Estados fracos e subdesenvolvidos, principalmente na África a sul do Sahara (os “*failed states*”). Os conflitos internos põem uma série de problemas. Um deles é que as partes envolvidas, desde facções do exército, a milícias, guerrilhas e grupos de

criminosos são, por vezes, difíceis de identificar nestes conflitos. Frequentemente, têm mais incentivos (estratégicos, económicos, sociais e de prestígio pessoal) em continuar a guerra do que em sentar-se à mesa das negociações. Além disso, nesta era em que vivemos, certas ameaças transnacionais como o terrorismo, crime organizado e a proliferação armamentista têm grandes probabilidades de se conjugar, constituindo ameaças de uma dimensão inaudita” (2005: 17).

Nesta perspetiva e tendo em atenção os conceitos acima expostos, a situação geral dos conflitos armados passados e recentes em África, tal como destaca Elias Chinguli, “tem sido dominada pela sublevação dos grupos étnicos, que seguem estas definições, contra as instituições dos Estados pós-coloniais; esses Estados foram constituídos a partir de mosaicos de povos, em muitos casos, comportam grupos étnicos que são transnacionais. Por essa razão, as consequências facilmente atravessam as frágeis fronteiras” (2005: 27).

Esta forma de abordar os conflitos étnicos em África, sem no mínimo tentar desmistificar causas mais recentes que estão na base dos mesmos, parece enfermar de um perigoso reducionismo, na medida em que deixa de fora muitas e quiçá importantes causas do surgimento dos conflitos nos países africanos, sendo por isso muito difícil oferecer um conceito consensual, porque se corre sempre o risco de elaborar definições restritas, que na pior das hipóteses em nada contribuam no esclarecimento de situações tão complexas em que se combinam, regra geral, causas tanto endógenas como exógenas.

Ted Gurr fornece um quadro mais amplo de análise que permite aferir a natureza étnica do conflito, ao mesmo tempo que permite apreender quais os fatores fundamentais à mobilização etno-política. Gurr aponta em particular os seguintes fatores: “o ressentimento em relação a perdas do passado, a existência de desvantagens coletivas, a repressão, o quadro cognitivo e a autenticidade da liderança” (1996: 169.)

Por seu lado, Mwayila Tshiyembe num artigo publicado no *“Monde Diplomatique”* e citado por Elias Chinguli, afirma que “as relações entre os vários grupos dentro dos Estados africanos pós-coloniais são combatidas pelos mitos criados pelos líderes nacionalistas africanos” (2005: 29). De facto, assistimos hoje em vários países de África a situação em que quer da parte de quem contesta o poder central, quer da parte do contestado, a utilização da base étnica tem sido um

traço comum. Nesta ótica, podemos com base nestas características considerar que os conflitos em África têm uma sobrada dose que aponta para o conflito étnico. Uma característica comum a todos esses países é o facto de que não têm capacidade suficiente para responder às crescentes reivindicações sociais, económicas e políticas que fazem parte da “cesta básica” da dinâmica dos conflitos, surgindo nesses casos todos os ingredientes para a instrumentalização da etnicidade.

David Miles e Andrew Scott ao analisarem por quê a África ser o continente tão pobre, sustentaram que uma explicação do fraco desempenho do crescimento da África é a sua diversidade etno-linguística. Para eles “muitos países africanos são constituídos por diversos grandes grupos culturais, cada um com língua e costumes próprios. Em parte, isso é herança do colonialismo europeu que, ao final do século XIX, gerou fronteiras nacionais mais voltadas às necessidades europeias do que à homogeneidade étnica”. Segundo ainda os mesmos autores, “nações etnolinguisticamente diferentes tendem a ter frágil política governamental. Essas sociedades polarizadas podem ser mais inclinadas à competitiva busca de renda, quer dizer, cada grupo tenta extrair recursos dos outros grupos étnicos, e a ter dificuldade para alcançar um acordo quanto aos bens públicos, por exemplo, a localização de estradas e rotas de transporte. Isso como é óbvio, por sua vez, resulta em má infraestrutura social, porque produz um hiato entre o retorno para os indivíduos e o retorno para a sociedade” (2005: 127-128).

Teoricamente, e do ponto de vista quer do direito quer da sociologia, conflito é o choque exclusivo de direitos, pretensões ou interesses contrapostos. Segundo James Doughrty e Robert Pfaltzgraff, o “termo conflito, geralmente se refere a uma condição na qual um grupo identificado de seres humanos (seja tribal, étnico, linguístico, cultural, religioso, socioeconómico, político ou de outro tipo) compromete-se numa oposição consciente frente a um ou mais grupos humanos identificados o que estes grupos buscam o que lhes parece ser metas incompatíveis (...) o conflito é uma luta em torno de valores e reclamos de uma condição. Poder e recursos escassos na qual as metas dos oponentes são neutralizar, prejudicar ou eliminar os seus rivais. O conflito é uma interação que envolve a seres humanos (...) Implica mais do que uma competência (...) a competência converte-se em conflito quando as partes tentam reforçar a sua própria posição reduzindo aos demais,

coartando aos demais para que não alcancem os seus próprios fins, pondo ao seu adversário “fora de combate” ou inclusive destruí-los” (1990: 198).

No ser humano individual, a distinção entre o conflito interno e o externo ou social parece relativamente claro: o primeiro supõe uma confrontação no plano pessoal perante uma difícil eleição entre valores incompatíveis, enquanto o segundo se refere a uma incompatibilidade entre esse e outros indivíduos ou grupos. Por esta razão, o conflito interno pode conceber-se como um conflito entre componentes internos do indivíduo. Quando se trata de grupos ou organizações, os conflitos internos de uma determinada entidade são inquestionavelmente conflitos sociais (conflitos entre atores antagonistas), se os considerarmos a um nível de sistema, embora muitas vezes guardem uma certa analogia com os conflitos internos ou perplexidades do indivíduo, considerados a outro nível.

Por conseguinte, os diálogos, discussões ou contendas que se produzem, por ocasião da adoção de uma decisão, no seio de organizações ou grupos, podem considerar-se, a um nível de sistema, como conflitos sociais entre elementos individuais. Em minha opinião, o tipo mais importante do processo conflitivo é o processo de reação, no qual o movimento de um dos atores modifica de tal certo modo o campo do outro ator, o que determina um movimento de outra parte. Tudo isto, por sua vez, modifica o campo do primeiro interveniente, obrigando-o a um segundo movimento e assim sucessivamente.

O assunto abordado, até agora, enquadra-se dentro da teoria geral dos conflitos e vale de passagem referir que no caso dos conflitos internacionais, por exemplo, estes existem desde o aparecimento dos primeiros estados; e a solução dos mesmos tem por objetivo a eliminação das tensões entre estados ou a manutenção dos mesmos dentro dos limites compatíveis, com a prossecução pacífica por parte desses poderes dos seus próprios fins (individuais ou coletivos). Se é ponto assente que a história europeia da primeira metade do século XX é, de certa forma, uma história de sangrentos conflitos tribais, já nos anos mais recentes assistimos à carnificina nos Balcãs, enquanto a Ásia e as Américas também tiveram os seus problemas, sendo que nos dias que correm é em África que os conflitos, sobretudo os conflitos étnicos, parecem mais agudos. Com as memórias do genocídio do Ruanda, em 1994, ainda bem frescas, as velhas e novas guerras civis em vários países do continente dão poucos sinais de poder acabar em breve.

Diferenças étnicas e religiosas têm sido pretexto para violências no Sudão, Nigéria, África do Sul, Zimbábwe, Namíbia, Quênia, Libéria, Costa do Marfim, Uganda, Somália, Etiópia, Eritreia e em ambos os Congos. E nos últimos tempos emergiram conflitos na República Centro-Africana, na Nigéria e tantos outros. Os conflitos étnicos africanos são muitas vezes imaginados como sendo a expressão espontânea de velhos ódios. Como aponta Robert Guest, não há dúvidas de que a animosidade etno-tribal sempre existiu, mas raramente explode com dimensões de carnificina, a menos seja deliberadamente inflamada por líderes sem escrúpulos.

Nos tempos pré-coloniais as tribos frequentemente lutavam por diversas coisas, como os pastos e a água, mas as suas batalhas eram geralmente breve, locais e pouco sangrentas. Hoje em dia, as tribos lutam pelo controlo de uma presa muito maior: o estado-nação. O historiador Basil Davidson citado por Robert Guest, defende que “os novos estados pós-coloniais são transplantes estranhos, baseados normalmente nos modelos francês e britânico e não nas velhas instituições indígenas, não conseguem ter legitimidade aos olhos da maioria dos cidadãos africanos e rapidamente provam serem ineficazes na proteção e promoção dos interesses desses cidadãos, à exceção de uns poucos privilegiados”. Contra este estado ilegítimo dizia Davidson, a maioria concebe formas de se defender. A principal forma que encontraram para tanto é o tribalismo ou tal vez mais precisamente, do clientelismo.

Não são os sentimentos tribais em si que criam problemas; é a sua politização. A maioria dos conflitos étnicos em África radica na manipulação das lealdades tribais pelas autoridades coloniais. E a maioria dos conflitos de hoje devem-se à sua persistência na política moderna dos estados, não às paixões primordiais” (2004: 131-132).

Todavia, o grande problema tem sido o fanatismo: tratar mal os indivíduos, não por qualquer coisa que tenham feito, mas porque pertencem a um determinado grupo étnico. As pessoas encontram todo tipo de razões injustas para se odiarem; e governos injustos para as explorarem a todas. Do meu ponto de vista, na maioria dos países africanos os políticos quiseram, em determinadas fases da sua história, exaltar, em vez de apaziguar, as paixões étnicas, fizeram leis que discriminavam explicitamente os seus próprios cidadãos com base em critérios tribais ou étnicos; e isto trouxe como resultados imediatos as desgraças ou as

catástrofes: Massimango Kagabo, investigador do Colégio de México aponta que “a nível político, vários líderes governamentais dos países africanos, em busca de assentar solidamente o seu poder e ao mesmo tempo na luta por criar e manter uma unidade quase artificial e frágil dos seus respetivos Estados, não vacilaram em proclamar uma política de unidade nacional, enquanto negavam a realidade étnica presente nas suas sociedades estatais. Tratou-se de uma verdadeira cruzada contra qualquer manifestação étnica capaz de pôr em perigo os novos planos de integridade nacional” (1995: 172).

Os políticos, em muitos países africanos, jogam com as brigas tribais em maior ou menor medida e os resultados, embora em nenhum outro lado tão desastrosos como aqueles a que se assistiu no Ruanda, são regra geral nefastos, como tem acontecido em vários países do continente como na Nigéria, RDC, Costa do Marfim muito recentemente e outros países do norte de África, com a chamada “Primavera Árabe” e vários outros fenómenos. Isto é assim, não obstante o facto de no caso da “Primavera Árabe” haver muito que se diga, dado que aquela foi excessivamente empolada, o que não se pode considerar como novo, porque na verdade essa tendência se tem manifestado e se manifesta de formas diferentes, já a partir dos anos de 1960, quando começaram as primeiras independências de África.

A “Primavera Árabe” e todas outras formas da sua manifestação, nos diferentes pontos do continente, constituem de facto uma nova forma de neocolonialismo, e desta vez do neocolonialismo selvagem. António Luvualu de Carvalho sustenta num artigo publicado no Jornal de Angola de 16 de Março de 2012, que “o primeiro neocolonialismo manifestou-se pacificamente com ajudas económicas que apareceram de bandeja e depois retornaram às suas terras de origem ou aos cofres das antigas potências coloniais com juros chorudos.

De igual forma, o neocolonialismo clássico surgiu com a criação em 1958, do Franco da Comunidade francesa em África “Franco CFA”. Logicamente que a França ao verificar que estava a perder as suas colónias, decidiu criar um elo de exploração continua e a moeda foi o método escolhido” (JA, 2012a).

O ex-presidente do Ghana, Jerry Rawlings, citado pelo Jornal de Angola, aquando da sua visita à República Federativa da Nigéria, é apontado como ter afirmado que “os conflitos e guerras em África resultam dos desequilíbrios socioeconómicos e que a

melhor forma de desenvolvimento é a que não despreze os direitos dos povos”, (...). “Apesar de alguns países africanos terem atingido um certo nível de desenvolvimento, fizeram-no em detrimento dos direitos humanos, da liberdade e da justiça”. (...) alguns males herdados da era colonial, os desequilíbrios socioeconómicos e o aspeto étnico fazem pairar constrangimentos sobre a economia e esses desequilíbrios podem ser corrigidos pela criação de uma atmosfera propícia à justiça e à liberdade no continente” (JA, 2013).

Mas a pergunta necessária que se pode colocar, no caso dos conflitos nalguns países africanos, é a de saber quais as condições que de alguma maneira contribuem e estimulam a mobilização para a ação etno-política. Embora a resposta não possa ser dada de forma acabada e de forma pré-determinada, parece existir uma série de razões, no caso dos conflitos no continente, como sendo as desvantagens coletivas que levam muitas vezes a perceção de uma discriminação coletiva; o grau de autonomia de que o grupo goza dentro do contexto coletivo; e finalmente o conjunto de ações de que o grupo é alvo, com a difusão de um conjunto de valores que estimulam a ação coletiva. Quer dizer, a característica essencial que parece manter-se nos Estados pós-coloniais, muitos dos quais com mais de cinquenta anos, é a enorme capacidade de manipulação, dando lugar ao aparecimento de uma nova forma de submissão de índole paroquial em que as etnias se mobilizam em torno do “filho da terra”, em função do carisma de muitos líderes. Elias Chinguli identifica uma série de “características apelativas destas novas conflitualidades e que tem uma multiplicidade de atores, e que podem ser resumidas em lealdade política, identidade étnica ou comunitária (...) e os interesses económicos que resultam de reivindicações na redistribuição da riqueza nacional ou, no caso de projetos secessionistas ou irredentistas, da sua necessidade para a viabilidade de projetos de estado” (2005: 33).

Torna-se urgente encontrar uma solução, dada a expansão e extensão desses conflitos e a maneira como destroem a estabilidade sociopolítica e o progresso económico africanos. A etnicidade proporciona uma solução meramente pessoal para os problemas genéricos da exploração e da opressão. Portanto, em certas circunstâncias, o elemento étnico pode revestir-se de uma importância maior do que a que lhe é conferida pelo seu papel objetivo no esquema geral. Por conseguinte, são necessários todos os esforços, visando garantir que as

contradições étnicas não assumam proporções explosivas. Nesta perspetiva, penso que qualquer exposição realista sobre identidade étnica deve portanto, evitar os extremos opostos da polémica primordialista-instrumentalista com o seu interesse, por um lado, pela estabilidade de padrões culturais no terreno e, por outro lado, pela manipulação estratégica de sentimentos étnicos e pela maleabilidade cultural contínua. Em vez disso, devemos construir a própria noção de identidade cultural coletiva, em termos históricos, subjetivos e simbólicos.

Anthony Smith sublinhou que “a identidade cultural coletiva refere-se não só a uma uniformidade de elementos ao longo de gerações, mas também ao sentido de continuidade por parte de gerações sucessivas de uma determinada unidade cultural de população, à memória partilhadas sobre acontecimentos e períodos anteriores da história dessa comunidade e a noções alimentadas por cada geração sobre o destino coletivo dessa unidade e a sua cultura” (1997: 11).

Por seu lado, Robert Guest visualizou e muito bem a real situação do continente africano quando sublinhou que África é o continente mais pobre do planeta, e o único que, apesar de todos os avanços tecnológicos que enchem carteiras e barrigas por toda a parte, ficou mais pobre nos últimos trinta anos. Para fundamentar as suas afirmações, esse autor lançou alguns dados, que devem estar há muito ultrapassados no tempo e no espaço, dada a constante e profunda depauperação das populações africanas quando sentenciou: “os números são assustadores: metade dos 600 milhões de habitantes de África Subsariana vive com apenas sessenta e cinco cêntimos (...) Muitos africanos raramente têm algum dinheiro. Constroem as suas próprias casas por vezes com barro e paus. Cultivam os seus próprios alimentos e quando a chuva falha, têm fome e quando a chuva é de mais (...) perdem casas e haveres. O país africano médio tem um produto interno bruto (PIB) de apenas 2 mil milhões de dólares- praticamente a receita de uma pequena cidade europeia. Nem mesmo os africanos querem investir em África cerca de 40% da riqueza privada de África está aplicada em “*off-shores*” (Guest, 2004: 15).

Esta constitui, sem dúvida, um caso clara daquela “alienação mental” dos africanos a que Josef Ki-Zerbo se referia, em concreto, o facto de que, ao invés da maioria dos africanos, aqueles que têm estado a dirigir os destinos dos países e mesmo aqueles que detêm um certo poder económico, em vez de investirem em

África, preferem exportar os recursos financeiros para bancos essencialmente de países ocidentais e não investi-los no continente, embora se evoque não poucas vezes as questões estratégicas ligadas à internacionalização das economias desses países. A verdade, porém, é que essa é também uma forma de proteger parte significativa do produto das acumulações em cofres e aplicações longe dos países africanos, para que a sua propriedade esteja garantida no futuro, mesmo que qualquer “primavera” se achesse no caminho dos detentores do poder em África.

Aliás, Renate Zahar na sua obra *Colonialismo e Alienação: Contribuição para a Teoria Política de Frantz Fanon*, sublinhava que “a alienação é um dos meios pelo qual o homem perde a sua liberdade”. No entanto, parece-nos pertinente ressaltar por outro lado o facto de que, tal como sustenta o mesmo autor, “a intervenção dos países capitalistas nas relações internas das colónias modificou as suas estruturas, a ponto de se desenvolver todo um sistema de conexões entre os países capitalistas em expansão e os países colonizados dependentes (...). O colonialismo provocou modificações estruturais que impedem que se aplique os padrões da sociedade europeia pré-burguesa: os países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes. A estrutura da sua produção não comportava sectores hipertrofiados estreitamente ligados a alguns mercados estrangeiros e com forte penetração de capitais igualmente estrangeiros. Essas economias não se desenvolviam ou estagnava, segundo a evolução do mercado mundial desta ou daquela matéria-prima ou do produto agrícola” (1976: 10-39).

Se existe acordo e consciência comum dos grandes desafios que os africanos têm de enfrentar, com particular destaque para as lideranças do continente, visando tomar um rumo que nos permita inverter o quadro negativo em que o continente se encontra, com todos os graves problemas que todos conhecemos e muito bem, é de igual forma pertinente que haja, da parte das grandes potências, abstinência da intromissão nos assuntos internos destes países. O mundo civilizado não deve permitir que se repitam os velhos erros derivados do processo colonial sobretudo na sua fase inicial. É fundamental e necessário que se dê uma oportunidade a África e aos africanos, para que esses possam demonstrar o que são capazes de obrar, visando tirar o continente da situação de calamidade e indigência em que se encontra: o Presidente do Conselho de Estado e de Ministros da República de Cuba Raúl Castro Ruz, numa entrevista ao Jornal Gramma (JG),

defendeu que “devemos aprender a arte da convivência civilizada, baseada no respeito pelas diferenças, (...), na cooperação nos temas de interesse comum, que contribua na solução dos desafios que o mundo enfrenta” (Ruz, 2015).

É vergonhoso, e até mesmo abominável, que o mundo desenvolvido continue a viver à custa do sacrifício e morte de milhares de africanos. É urgente encontrar um mecanismo mais civilizado, que permita uma cooperação onde a reciprocidade de vantagens entre sujeitos do Direito Internacional Público seja a prática, porque não é menos verdade, tal como aponta um artigo da Revista Além-Mar, “os conflitos na África são também alimentados pela hipocrisia das políticas de cooperação europeias que, com uma mão, compram matérias-primas e, com a outra, vendem armas” (RAM, 2008: 3).

No entanto, diga-se também que é perfeitamente visível o facto de que uma grande parte dos dirigentes africanos parecem ser corpos estranhos no seio dos seus próprios povos, por se distanciarem permanentemente daquilo que é mais sentido pelas populações africanas. A falta de soluções, por parte dos líderes africanos, dos graves problemas de que ainda enfermam as sociedades africanas e das necessidades básicas das suas populações, tem sido fonte de descontentamentos, resultando o eclodir de manifestações, que de forma oportunista têm sido aproveitadas por grupos contestatários internos e pseudonacionalistas, os quais, com a ajuda dos Estados Unidos da América e das potências ocidentais, organizam, financiam e muitas vezes participam em ações subversivas contra estados soberanos de África, removendo governos democraticamente eleitos e assassinando os seus líderes. Trata-se, a todos os títulos, de um verdadeiro genocídio e de terrorismo de estado, que está a ser protagonizado pelas potências ocidentais e pelos Estados Unidos de América, com o pretexto de salvar os povos “oprimidos” de África.

Muitos líderes africanos, por não acautelarem e tomarem medidas conducentes à resolução dos graves problemas acumulados ao longo de anos em África, colocam a segurança e independência dos países do continente numa “bandeja de ouro” e oferecem-nas aos apetites das potências ocidentais. Estas têm, por via disto, o acesso facilitado aos recursos naturais que ainda o continente pode oferecer, sem grandes esforços e sem limitações. É fundamental e urgente que os líderes africanos adotem, tal como opina Henri Bartoli, “uma nova estratégia e um

novo conjunto de prioridades devem ser definidos, e, devem-se lembrar que o desenvolvimento é «um direito do homem», ele pede a adoção de uma «abordagem radicalmente nova das políticas de desenvolvimento» (...). É necessário que todos atores da vida económica, social, política, cultural” nos países africanos tomem duma vez por todas, “a consciência dos desafios do seu tempo. Mais do que um exemplo, é de uma representação do desenvolvimento, orientando para um princípio ordenador de que se faz senti a necessidade, e mais do que de uma matriz disciplinar, de uma matriz pluridimensional na qual todos os aspetos do desenvolvimento encontrem a sua expressão” (2003: 18-21).

As convulsões sociais e a ingerência externa, dos Estados Unidos de América e do Ocidente, nos assuntos internos dos países africanos, podem retardar cada vez mais o desenvolvimento dos povos e nações africanas. Não temos dúvidas de que a pobreza, a corrupção, a má distribuição do rendimento nacional, delapidação do erário público, existência de endinheirados sem causa justa, o culto de personalidades e outros males, são também as principais causas das convulsões. Estes fatores, porém, não podem nem devem justificar a intromissão das potências ocidentais europeias e dos Estados Unidos da América nos assuntos internos dos países africanos, a pretexto de defesa das populações, como foi o caso da Líbia, um país que sempre manteve mais de 89 por cento do tesouro nacional nos bancos do governo, sendo a maior parte do tesouro Líbio constituído por ouro.

Segundo por vezes se diz, foi precisamente por isso que a elite global pôde apenas, durante o conflito, congelar as contas externas da Líbia. Só depois de a invasão terminar, aí sim, teve ocasião de livremente pilhar os cofres da Líbia, o petróleo e a água, na qual a França está profundamente interessada. Sempre fui sensível a manifestações comprometidas com a coerência entre o discurso e a prática, para com atos de patriotismo ou nacionalismo, independentemente de quem os pratique e do tempo ou local onde ocorram. No entanto, entristece-me profundamente, ver a forma ignóbil como, nos dias de hoje, foi possível a um Prémio Nobel da Paz, lançar, através da OTAN, uma guerra desigual e impiedosa contra um país africano, membro das Nações Unidas e assistir de bancada à trucidação do seu Presidente. Tenho sobradas dúvidas de que, nos dias de hoje, os verdadeiros ditadores encontrem apoiantes que, durante meses a fio, ofereçam

forte resistência às forças conjugadas da OTAN, além de outros que no terreno deram e dão as suas vidas para defender um líder.

As convulsões que atingem a África, sobretudo as que a região do norte de África vive nos dias de hoje, tendem a provocar um “efeito dominó” ao sul do Sahara, o que, vindo a acontecer, obviamente iria prejudicar sobremaneira o desenvolvimento político, socioeconómico e até do próprio processo democrático que se tem ensaiado por estas paragens nos últimos tempos. Nesta conjuntura, é urgente que os países africanos procurem primar pela segurança social, democracia, proximidade entre governos e governados, ao invés de esperar influências estrangeiras. Ficou já expresso que 40% da riqueza privada de África está aplicada em “*off-shores*” e que os próprios africanos, incluindo os seus líderes, nem sequer preferem investir nos seus países; desta forma se retira uma considerável capacidade ao continente, de poder com esses recursos criar postos de trabalho, oferecendo emprego a milhares de africanos e por via disto combatendo a fome e a pobreza. O que é muito mais grave ainda é o facto de que, com o eclodir dos conflitos nestes países, todos os ativos colocados em bancos externos, normalmente no Ocidente, são imediatamente “congelados” a pretexto de serem riquezas suspeitas; e raras vezes são depois aplicadas a favor dos países e povos do continente.

A África e os africanos têm de mudar o rumo dos acontecimentos e a forma de estar, no sentido de se reverter tão depressa quanto possível, a forma de gerir os recursos do continente e deixarmos de lamentar a suposta “falta de recursos”, sobretudo financeiros, para o seu desenvolvimento, continuando a observar-se imagens de catástrofes humanas que em nada dignificam a dimensão e grandeza do povo africano e a diversidade dos recursos naturais que o continente ostenta. Temos de ter a capacidade de ultrapassar as nossas diferenças, porque o que nos une é muito mais grandioso do que aquilo que nos divide. Aqueles que querem continuar a ver o continente africano sob sua órbita conhecem bem as nossas debilidades e psicologia. Sabem bem que os africanos são exageradamente propensos ao poder e à governação e procuram por isso, a todo custo, aproveitar-se da nossa diversidade étnica, cultural e até racial, nalguns casos, visando semear as divisões no seio dos africanos, fomentando guerras que em nada dignificam o continente, servindo exclusivamente para que a indústria armamentista norte-

americana e ocidental continue a produzir e vender armas, obtendo desta forma “fabulosos” recursos financeiros.

Aliás, parece-me pertinente analisar os seguintes desenvolvimentos da história recente da humanidade e das relações políticas internacionais: com o fim da “Guerra Fria” no fim da década de 80, era de supor, como é óbvio, que não havendo o “inimigo” ideológico (o comunismo), não fazia sentido a desenfreada e descontrolada corrida à carreira armamentista. A humanidade esperava uma redução considerável de alocação de recursos financeiros para a indústria bélica, e que se prestasse maior atenção à “ajuda” ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Assiste-se, no entanto, ao inverso desta perspetiva: para grande surpresa de todos, menos certamente, para os governos norte-americano, ocidentais e os monopólios da indústria bélica, de facto os gastos com a produção de armas, nos dias de hoje, são incomparavelmente superiores, com relação aos anos da “Guerra Fria”, desenvolvendo-se na atualidade poderosas armas de destruição massiva, sendo por isso pertinente fazer-se o seguinte questionamento: para quê e para matar a quem, se hoje não existem dois blocos ideológicos diferentes e, portanto, o inimigo “visceral” “comunista”?

Qual é o destino a dar a assombrosa e impressionante produção de armas na atualidade? A resposta é óbvia: é necessário que os governos ocidentais orquestrem conflitos na periferia e assim os monopólios de armas continuem a vender, sendo que em tempo de crise há que encontrar saídas, não importando quais forem as consequências, desde que o primeiro mundo não seja afetado. Bastante esclarecedor é o Relatório Brahimi, citado pelo artigo de Maria do Céu Pinto ao referir: “A evolução desses conflitos influencia e é afetada por atores externos: figuras políticas, vendedores de armas, compradores de exportações ilegais, potências regionais que enviam as suas forças para esses conflitos, e Estados vizinhos que albergam refugiados sistematicamente forçados a abandonar as suas casas. Com tais efeitos transfronteiriços, por atores estatais e não-estatais, estes conflitos efetivamente são ‘transnacionais’ por natureza” (2005: 21).

Em resumo: existem conflitos em África causados uns por fatores endógenos (como são aqueles que existem devido as reminiscências do legado colonial), outros decorrentes da alienação dos próprios africanos (má governação, corrupção, a má distribuição do rendimento nacional, delapidação do erário

público, existência de endinheirados sem causa justa, culto de personalidades e outros males). No entanto, divisamos de igual forma conflitos provocados por fatores exógenos, como são a intromissão das potências ocidentais europeias e dos Estados Unidos da América, nos assuntos internos dos países africanos, sob variadíssimos pretextos, tais como “proteção das populações civis”, “ajuda humanitária”, “diplomacia preventiva”, etc. Noutros termos, devido a novas visões teóricas sobre o papel das Nações Unidas no mundo e a uma coincidência com a filosofia norte-americana e europeia ocidental relativa à chamada “nova ordem mundial”, produziu-se um perigoso questionamento dos princípios básicos do Direito Internacional contemporâneo, o qual está baseado no tríptico: soberania, autodeterminação dos povos e não ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Este questionamento é, do meu ponto de vista, claramente visível num instrumento elaborado na década de 90 pelo ex-Secretário Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali “Agenda para a Paz”, aplaudido por uns e criticado por outros, onde perigosamente se recomenda aos países do Terceiro Mundo novos conceitos como os da “Soberania Limitada”, “Diplomacia Preventiva”, “Desdobramento Preventivo”, “Ajuda Humanitária”, “Direitos Humanos,” etc., embora em abono da verdade se deva dizer que o mesmo tentou também, por aquela altura, tratar de corrigir a perceção errada, mas tão comum, de que as Nações Unidas são uma organização dedicada fundamentalmente à manutenção das paz, pois havia muito tempo que o maior esforço desta organização não tinha sido dedicado às questões económicas e sociais.

Obviamente, este trabalho era muito mais importante do que nunca, já que se reconhecia cada vez mais que os conflitos têm a sua origem nos problemas económicos e sociais. Mas Boutros Boutros-Ghali teve também o mérito de ter reconhecido muito cedo que “no novo contexto do mundo de hoje, a definição de Segurança já não se limita a questões de terras e de armas. Esse conceito inclui também o bem-estar económico, a viabilidade dos direitos Humanos; as relações entre a Paz e a Segurança Internacional e o desenvolvimento são agora inegáveis” (1992: 1).

Não se pretende analisar neste trabalho o papel das Nações Unidas nos conflitos em África, muito menos do comportamento político de muitos que foram Secretários Gerais da Nações Unidas. Impõe-se no entanto, destacar que na

“Agenda para a Paz”, proposta por Boutros-Ghali, por exemplo, são visíveis as propostas dirigidas para o Terceiro Mundo e, em primeira instância, para o continente africano, já que é aí onde se confrontam gravíssimos e perigosos problemas económicos, sociais, ambientais, violações dos direitos humanos, etc., suscetíveis de gerar crises nacionais e confrontações entre grupos humanos, o que conduz a conflitos e guerras.

Como adverte Eduardo González Calleja, no seu artigo Reflexões sobre o Conceito de Guerra Civil, “a essência da natureza histórico-política da guerra civil não reside nas suas manifestações violentas, por demais, enormemente heterogéneas, mas sim no seu carácter de conflito político em grande escala, de luta em máximo grau para conservar ou conquistar o poder de um Estado. Socorrendo-se de Charles Zorgbibe no seu estudo histórico-jurídico sobre o tema, o autor aponta que ‘o critério da guerra civil não reside no carácter das hostilidades: pode adotar a forma de operações militares clássicas ou a mais fluida de uma guerra de guerrilhas; nem na natureza das partes que se enfrentam: pode enfrentar facções políticas ou classes sociais, etnias ou grupos religiosos; no próprio móbil do conflito, pode estar em jogo o regime político de um Estado existente ou a criação, por secessão, de um novo Estado” (2000: 304).

A Somália, na década de 90, foi precisamente o balão de ensaio das intervenções norte-americanas e europeias no terceiro mundo, e mais especificamente em África, sob a bandeira das Nações Unidas, a mando do Conselho de Segurança e a coberto das chamadas “Ajudas Humanitárias”, sendo que o caso da Líbia constitui a mais flagrante, abusiva, grosseira e vergonhosa violação da soberania dos países de África e um verdadeiro terrorismo de Estado, com assassinatos de líderes africanos levado a cabo por potências europeias ocidentais e pelos Estados Unidos de América.

Estas ações intervencionistas, um verdadeiro terrorismo de Estado, têm sido uma prática constante nos últimos tempos, por parte dos Estados Unidos da América do Norte e seus aliados do Ocidente, depois dos acontecimentos de 11 de setembro de 2002, embora grosso modo possamos subscrever o que diz Maria do Céu Pinto: “no pós-Guerra Fria, e principalmente no pós-11 de Setembro, os estados desenvolvidos (liderados pelos EUA) têm vindo a concentrar os seus recursos militares nos conflitos do Médio Oriente: Afeganistão e Iraque. As

operações de paz mais sofisticadas, envolvendo meios mais modernos estão agora no mundo árabe. Esta área tenderá cada vez mais a tornar-se uma prioridade dos EUA/União Europeia devido à concentração de recursos estratégicos na zona, à ameaça terrorista e às consequências do “*spillover*” da instabilidade reinante na zona para as áreas adjacentes (em particular a Europa). Se esta tendência se consolidar, a África, o “parente pobre” da conflitualidade, poderá ser alvo de uma atenção decrescente por parte da comunidade internacional, em particular, das intervenções das NU ao abrigo do “*peacekeeping*” (2005: 21-22).

No entanto, apesar dessa realidade e depois de uma relativa acalmia, África continua a ser uma parte do planeta onde a conflitualidade é bastante intensa, com aumento abrupto do número de conflitos e onde as Nações Unidas têm intensificado o seu envolvimento, com o lançamento de missões em vários países a viverem conflitos internos. Na sua Mensagem sobre o Estado da Nação, proferida por José Eduardo dos Santos, o Presidente da República de Angola, na abertura da II Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional no dia 15 de outubro de 2013, considerou que “no plano internacional, a realidade dos factos tem demonstrado que o uso da força ou a ameaça de assim proceder se está a tornar numa perigosa cultura política que em nada tem contribuído para se acabar com a violência. É necessário, portanto, que os Estados façam prova de contenção e capacidade de diálogo, tendo em vista a necessidade da manutenção da paz e da segurança internacionais” (Santos, 2013e).

Não parece haver dúvidas de que o continente africano, bem como o resto do mundo, está a viver uma profunda crise, que de acordo com Alfonso Siliceo Aguilar, “cujo conteúdo é de maior transcendência e que pode denominar-se como uma crise de valores do homem e da sociedade. A crise pode ser descrita como uma inversão da escala valorativa, como uma proeminência dos valores científico-técnicos, económicos, pragmáticos e utilitários, sobre valores como a democracia, a solidariedade, a justiça, a equidade, a paz, a segurança, a liberdade, o bem comum e noutros de igual ou maior dimensão cujo conteúdo refere-se à dignidade do ser humano e do ser social ontologicamente considerados, quer dizer, derivados da essência mesma da natureza humana” (1997: 3).

Este mesmo autor, citando Rubio Siliceo Luís, destaca que a perturbação económica mundial não tem unicamente causas materiais; quem pretender

explicá-la exclusivamente sob este prisma colocar-se-á num ângulo muito reduzido do problema. Num desequilíbrio económico, encontram-se causas históricas, ideológicas e umas espirituais, outras ainda materiais, mas que interessam todas à ordem moral. Na verdade, este mundo parece estar ferido de morte, não só no especto físico (ecológico, com diversas contaminações, destruição da capa de ozono, etc.): está doente de alma. O ser humano conquistou o cosmos, realiza atividades extraordinariamente excepcionais, mas estamos simultaneamente a destruir a Terra. Os seres humanos estão a ser protagonistas de um processo involutivo e autodestrutivo sem precedentes. Neste contexto, Jacinto Rodrigues sustenta que “um novo paradigma começa já a aparecer claramente, diante do falhanço do modelo tecnocientífico que, hegemonicamente, se traduz pelo esgotamento das energias fósseis, pela contaminação do planeta através de materiais tóxicos e não recicláveis e pela exclusão social que tem aumentado o fosso entre países ricos e países pobres e entre classes abastadas e classes desfavorecidas. Assim o esbanjamento, o desperdício e a poluição na biosfera, estão a colocar o planeta à beira de graves crises ecológicas e sociais: mudanças climáticas, desertificação, desflorestação, diminuição da biodiversidade, restrição da água potável e aumento devastador das pegadas ecológicas, interferem e revelam a grave crise social do capitalismo” (2011: 36).

Quer em África quer no mundo em geral, necessitamos de criar e reforçar uma nova cultura, que seja mais humanizante, pois muito do que prevalece no nosso mundo atual corresponde na verdade a uma anti-cultura, cujos resultados destrutivos e alienantes podem perfeitamente ser designados como desumanos. A “cultura” como conceito análogo a diferentes ciências como a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, entre outras, tem como essência: unir, integrar, valorar, fazer germinar, cultivar, numa só palavra, gerar a vida. Contrariamente à cultura, a anti-cultura desune, desintegra, desvaloriza; desarticula e mata de forma paulatina o bem de um só golpe. Os líderes africanos entendendo-se enquanto líder, na opinião de Alfonso Siliceo Aguilar, “aquele que influencia nos outros para o alcance de um fim valioso”, deviam interiorizar alguns pensamentos de Lao-Tsé quando o filósofo chinês advogava que “um líder é aquele que todos criticam, aquele que consiga que o povo diga: o fizemos nós e que aquele

que supera e manda aos demais é poderoso, aquele que se supera e manda a si mesmo, é forte” (1997: 103).

Para além do questionamento dos princípios básicos do Direito Internacional contemporâneo, baseado no tríptico: soberania, autodeterminação dos povos e não ingerência nos assuntos internos dos Estados, que atrás referi, nos dias de hoje e com relação aos países africanos, há um novo questionamento muito mais perigoso e muitas vezes difícil de ser digerido por muitos africanos, aos quais me associo plenamente, por ter construído e servido de argumentos para intervenções estrangeiras do Ocidente. Resulta este do facto de que na maior parte dos países africanos, se não mesmo em todos, os regimes políticos estão crescentemente a ser definidos como sendo de “economia de mercado” e um sistema multipartidário, ou seja, trata-se de sociedades capitalistas. Ora, o sistema capitalista ou economia de mercado como se queira chamar, pressupõe em primeira instância, e a sua essência leva consigo implícita, a existência de cidadãos dotados de capital próprio para realizarem negócios e acumularem riqueza, como acontece em toda parte do mundo.

Por imperativos históricos, os povos africanos, dado terem vivido o triste período de escravagismo e colonial, nunca tiveram acesso aos recursos dos seus países e, em consequência, não se poderiam constituir em homens de negócios. Ora com as independências e com os regimes e sistemas económicos a que acima me referi, decorre todo o processo de formação de empresários nacionais ou homens de negócios, porque como é óbvio, o empresário não pode continuar a ser o homem estrangeiro. Os grandes questionamentos têm vindo sobretudo do exterior desses países e de alguns descontentes internos quanto à forma como os nacionais se têm enriquecido, acusando-os gratuitamente de corrupção, sem que em muitos casos se conheçam os mecanismos estabelecidos em cada país para esses fins. A propósito destas e de outras intimidações exercidas pelo Ocidente aos países africanos, o chefe de Estado de Angola expressou:

“Neste processo de luta contra a corrupção, há uma confusão deliberada feita por organizações de países ocidentais para intimidar os africanos, que pretendem constituir ativos e ter acesso à riqueza, porque de um modo geral se cria a imagem de que o homem africano rico é corrupto ou suspeito de corrupção. Não há razão para nos deixarmos intimidar. A acumulação primitiva do capital nos países

ocidentais ocorreu há centenas de anos e nessa altura as suas regras de jogo eram outras. A acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em África deve ser adequada à nossa realidade”. No caso de Angola, dizia o chefe de Estado, “o cidadão estrangeiro pode criar empresas de direito angolano e integrar-se na economia nacional”; e acrescentou: “que um simples levantamento dos resultados das empresas americanas, inglesas e francesas, no sector dos petróleos ou das empresas e bancos comerciais com interesses portugueses em Angola, mostrará que eles levam de Angola todos os anos, dezenas de biliões de dólares. Assim sendo, questionou: porque é que eles podem ter empresas privadas dessa dimensão e os angolanos não?

“As campanhas de intimidação que referi antes são feitas persistentemente contra os africanos porque não querem ter concorrentes locais e querem continuar a levar cada vez mais riqueza para os seus países.

Nós precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios, para sairmos progressivamente da situação de país subdesenvolvido e Isto não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins pessoais” (Santos, 2013f).

Mas há ainda, em minha opinião, outros fatores não menos importantes que é preciso ter em conta na hora de analisarmos os conflitos e o fraco desempenho das sociedades africanas, sendo um deles o problema da diversidade étnica e cultural de África. Este fator, quando mal equacionado e administrado (e conforme temos referido neste trabalho), cria sérios constrangimentos e compromete seriamente as políticas de harmonização e desenvolvimento dos países. Já se fez notar ao longo deste trabalho que a diversidade etnolinguística, quando mal gerida, e na maioria dos países sobretudo africanos, ela tem sido de facto mal gerida, é uma causadora de guerras civis, as quais têm estado a prejudicar mais as economias dos países do que quaisquer conflitos entre diferentes nações, porque essas lutas são travadas dentro de um mesmo território e, por isso, destroem grande parte do seu capital. Regra geral, deixam um legado de desconfiança que reduz a infraestrutura social e impede o crescimento económico mesmo depois de terminados os conflitos, em virtude da ausência de políticas de reconciliação nacional e falta de programas de integração social. Neste contexto, Carlos Lopes, citando Frank Fanon, sublinha

mesmo que este afirmava que “a falsificação da História e a marginalização pela burguesia nacional na base da etnia, raça ou religião levaria a conflitos e violência organizada” (2009: 96).

Manuel Augusto, Secretário de Estado das Relações Exteriores da República de Angola, quando intervinha no debate aberto do Conselho de Segurança subordinado ao tema “Desenvolvimento Inclusivo para a Manutenção da Paz e Segurança Internacional destacou precisamente que: “Nos países que emergem de conflitos armados, a consolidação da paz deve realizar-se no quadro de um processo inclusivo que permita ultrapassar incompreensões, estabelecer a confiança e lançar as bases para uma paz duradoura, sendo que para tal efeito resulta importante a aplicação de políticas adequadas, com impacto positivo, nomeadamente nos domínios da educação, do diálogo social e da inclusão social e económica” (JA, 2015: 3).

Felizmente para Angola e para os angolanos, no respeitante a políticas de reconciliação nacional e de programas de integração social, esse desiderato parece ter sido bem equacionado e bem apreendido pelo atual executivo angolano desde muito cedo e sobretudo no período pós-2002, na medida em os atores, tanto os internos como os externos, parecem ter estabelecido uma colaboração harmoniosa de interesses, na qual se procedeu à reinserção de forma integral e efetiva de todos os desmobilizados na sociedade civil e se iniciou o processo de descolagem para a modernização e o desenvolvimento do país, embora na prática da vida dos cidadãos não se vislumbre de todo uma adequada igualdade económica, tanto das regiões como das populações. O mesmo Secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, no Fórum já referido considerou de igual forma que, “Angola desenvolve um programa económico e social de reintegração de segmentos da população vítimas do conflito armado, especialmente ex-combatentes e famílias. (...) As políticas de inclusão social que Angola desenvolve comportam igualmente a promoção do género, em especial da mulher rural, que está gradualmente a tomar um papel mais assertivo, ocupando lugar direito na comunidade” (JA, 2015).

Sublinhe-se o facto de que os governantes angolanos, atuais e futuros, têm de continuar a fazer um esforço com vista a dar seguimento e materializar essa tarefa urgente e inadiável, pois este aspeto constitui o fundamento essencial que tornará irreversível o processo de paz e a reconciliação nacional, podendo mesmo

dissipar eventuais tendências conflituosas políticas e sociais. Este é um aspeto que deve constituir quer uma variedade de consciência política dos sujeitos implicados, quer uma cultura política desejavelmente emergindo desses valores, formando um adequado clima de consenso e participação, num compromisso sério, realista, visando a solução de todas as questões identificadas como centrais pelas partes interessadas na estabilização e desenvolvimento de Angola. No entanto, nesta batalha para o desenvolvimento, exige-se vontade política, coerência e sobretudo é preciso evitar comportamentos de “dupla moral”, pois, como sustenta Jacinto Rodrigues, precisamos de “um desenvolvimento ecologicamente sustentado em que a sociedade e o território, a cultura e a civilização terão que, sistemicamente, interagir recriando um metabolismo circular que permita a atividade produtiva dos homens, como uma atividade baseada nas energias renováveis, na reciclagem de materiais e na inclusão social” (2011: 37).

Voltemos ao Secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, ao destacar que “uma governação inclusiva é o melhor garante para se obterem ganhos de representatividade e de efetividade para o desenvolvimento económico, a harmonia social e um desenvolvimento humano efetivo. (...) Por outro lado, a exclusão territorial “é o ponto de partida para a existência de forças centrífugas que podem levar à fragmentação territorial dos Estados. Todas as regiões que compõem um determinado país, sejam tratados de igual modo, assim como os seus habitantes, para reforçar a identidade nacional ou coletiva e salvaguardar a integridade territorial, pois, a inclusão nacional, contribui decisivamente para a coesão e harmonia social e conseqüentemente para a mobilização efetiva dos cidadãos, para os grandes desígnios ligados à paz e ao desenvolvimento harmonioso” (JA, 2015).

No entanto, se é verdade tudo quanto foi dito relativamente às causas subjacentes ao surgimento de conflitos em África, não é menos verdade o que Vicente Pinto de Andrade salienta ao abordar aquilo que considerou serem Fatores-chave da globalização: “a tecnologia da informação contribui para muitas das tendências descentralizadoras e democratizantes do mundo dos nossos dias. Os media eletrónicos têm contribuído para a queda de regimes tirânicos e ditatoriais. (...) Com a entronização tecnológica das comunicações, era suposto a informação válida expulsar a má informação e os honestos e os industriais

eclipsarem os fraudulentos e os parasitas sociais, assim como as pessoas juntarem-se voluntariamente para objetivos de bem comum” (2009: 107).

### **3.2 - Caracterização do Regionalismo e a Dimensão Regional dos Conflitos**

Depois de analisada a vertente étnica, resulta necessário e oportuno considerar o regionalismo em África e a forma como esta variável pode incidir nos conflitos internos nos vários países do continente. Tal como é sabido, a noção de “região” constitui um modelo conceptual dotado de correspondência aproximada com elementos da paisagem e a geografia física de uma porção do planeta. No caso da ciência das relações internacionais, por exemplo, resulta muito importante esta dimensão analítica, já que os Estados se movem numa envolvente social que os circunda e motiva. Um país auto percebe-se e orienta as suas ações de acordo com determinados padrões, associados à sua pertença a uma ou várias regiões geográficas imediatas. A região, assim entendida, constitui uma zona homogénea, com umas características físicas e culturais distintas das zonas vizinhas. Enquanto parte de uma nação, uma região possui unidade suficiente para ter consciência dos seus costumes e ideais e tem, portanto, uma identidade própria que a diferencia do resto do país, o que também se aplica aos estados vizinhos.

O termo “regionalismo”, nesta perspetiva, representa mais ou menos adequadamente a consciência regional, o que o faz atuar como ideologia, enquanto movimento social ou base teórica da planificação e da política interna ou exterior, mas também fundamenta muitos comportamentos conflituosos no seu processo de participação política como entidade, em especial no caso de estados multiétnicos. Este vocábulo pode perfeitamente ser aplicado de igual forma ao trabalho científico de delimitação e análise das regiões, enquanto entidades carentes de limites formais. No que à esfera nacional e internacional diz respeito, uma região pode estar formada por um grupo de províncias ou estados nacionais, que podem possuir ou não uma cultura comum, interesses políticos comuns. De facto, a cada momento surgem organizações formais no que ao nível regional diz respeito, como seja a OUA, hoje Unidade Africana, a SADC, a Comunidade Económica da África Central, etc.

Vários países africanos incluindo Angola, encontram-se inseridos muitas vezes em mais de duas regiões vitais para os seus interesses, o que particulariza

não raras vezes a noção de conflitos regionais antes enunciada, permitindo-nos apreciar os elementos da formação e desenvolvimento dos conflitos em estudo. Em todo o caso, e considerados aqueles enquanto conceitos utilizados nas ciências sociais, a Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais elucida-nos que “região e regionalismo aparecem num ponto intermédio entre a comunidade e a nação. A Jurisdição das comunidades políticas vem determinada pelas fronteiras oficiais, para delimitar as regiões fundamentais. A regionalização é portanto, um modelo, um instrumento heurístico para facilitar a análise, a planificação e a administração; é um fator comum a todos estudos sobre o regionalismo realizados em diferentes disciplinas, em especial a geografia e a etnografia. As regiões podem ser consideradas, pois, como elementos que formam a estrutura de uma área sociocultural maior. O termo «sub-região» aplica-se geralmente à seguinte unidade em sentido descendente” (AAVV, 1979: 161).

No caso em análise, o regionalismo remete-nos para uma mesma realidade. Trata-se, antes de mais, de um reagrupamento de Estados em diferentes zonas; e, mesmo sem sobrevalorizar este elemento do regionalismo, urge dizer que hoje em dia ele constitui um elemento dinâmico, que contribui quer na política interior, quer na política exterior dos Estados, para assentar as bases da materialização de políticas de desenvolvimento interno e de boa vizinhança, bem como duma verdadeira integração económica e política; o que, por sua vez, é um pressuposto da unidade interna dos países e continental, constituindo bem assim um verdadeiro suporte da reinserção global da África no quadro da sua readaptação à nova ordem mundial.

É pertinente dizer também que, tal como opina Joveta José, “o regionalismo vem sendo estimulado pela globalização e os vetores atuantes no âmbito económico da globalização reforçam também a regionalização. A globalização seguindo o seu curso normal, tende a enfraquecer cada vez mais os Estados-nacionais surgidos há cinco séculos atrás ou estes adquirirem novas formas e funções, fazendo com que novas instituições supranacionais calcadas no regionalismo gradativamente os substituam” (2011. 44). Ainda para este mesmo autor e citando Andrew Hurrell, a globalização estimula o regionalismo em quatro cenários: primeiro, porque é mais viável construir instituições regionais do que globais, visando lidar com problemas oriundos da maior integração que

necessitem das ações coletivas dos diversos estados; segundo, porque várias questões consideradas globais são de facto regionais, como alguns temas sobre o meio ambiente ou relativas aos refugiados; terceiro, o regionalismo pode representar um compromisso entre as tendências globalizantes e as tendências opostas, fragmentadoras; em quarto lugar, a globalização, bem como o conseqüente aumento da competição, estimulam o agrupamento regional visando enfrentar os novos desafios.

Recorde-se, por outro lado, o importante facto da dualidade de pertença de vários países africanos a duas ou mais regiões diferentes. Na verdade, e no dizer do destacado etnógrafo angolano José Redinha, isto “vem dada pela distribuição dos povos bantos em África, expressão utilizada pelo linguista alemão Bleek em 1862 para marcar o estreito parentesco existente entre os dialetos falados pelos negros africanos. (...) os bantos são uma família que constitui a quarta parte da população negra africana, um total estimado em mais de 70 milhões de pessoas que vivem em mais da metade do continente africano” (1975: 21-25). Nesta perspectiva, e de forma preliminar pode-se afirmar que, sempre pontualmente, em cada conjuntura das suas vidas como nações independentes, os países africanos devem ter sempre presente essa dualidade de pertença, para orientarem de forma adequada as suas políticas exteriores e de boa vizinhança, por forma a desenvolverem as suas relações com cada um dos países das áreas do ponto de vista bilateral, de forma pragmática, com prioridade para aquelas agendas que mais interessem aos estados e povos, dando ênfase por outro lado a relações de carácter multilateral. Em minha opinião, é de facto claramente perceptível em muitos casos a marginalização estratégica de África pelo mundo desenvolvido, bem como a complexidade e violência crescente dos conflitos que ocorreram e ocorrem após o fim do período da “Guerra Fria”. Tais factos têm despertado os líderes dos Estados africanos para a consciência de que devem assumir a responsabilidade da resolução dos seus próprios problemas, embora não poucas vezes confrontados com ambiguidades derivadas de interesses forâneos.

Neste contexto, não devemos negligenciar que vários países africanos, dadas as suas potencialidades económicas e localização geoestratégica, se têm visto confrontados com conflitos internos de forças rebeldes e secessionistas, quase sempre apoiados por entidades estatais de países vizinhos e não só, e sob as mais

diversas justificações e pretextos, mas que na verdade não poucas vezes visam justificar antiquadas aspirações de hegemonia sobre determinadas localidades e determinados territórios ricos em recursos. Assim sendo, é de todo necessário que, na medida das suas possibilidades de paz interna, os países estabeleçam entre si políticas consequentes de cooperação económica, que beneficiem por igual a todos, suprimam as carências de alguns produtos ou produções, ou ainda serviços que os países podem oferecer-se mutuamente; e que, por outro lado, prossigam promovendo políticas direcionadas à integração económica, já que do ponto de vista das condições geográficas resulta que alguns países ocupam, efetivamente, uma importância geoestratégica de primeira ordem.

Maria do Céu Pinto considera que “na África subsariana quase todas as guerras têm interconexões regionais devido à imbricação de interesses e atores que cruzam, num e noutro sentido, as fronteiras. Há também um crescente envolvimento de forças militares externas. A África ocidental e central exhibe uma preocupante concentração de “estados falhados” (ou em sério risco de assim se transformarem) imersos numa teia de complexas guerras regionais de fundo étnico” (2005: 25). Angola, para citar um exemplo mais visível e pragmático, neste desiderato deve ter sempre presente a referida dualidade de pertença, com vista a orientar adequadamente a sua política exterior e de boa vizinhança, visando desenvolver as suas relações com cada um dos países das áreas geográficas do ponto de vista bilateral. Também se deu início a um processo de políticas mais pragmáticas com os seus vizinhos do norte, com a parte do continente entre o Equador e o Trópico de Capricórnio e nos dois terços do continente contados desde a costa Atlântica até a região dos Grandes Lagos. Nesta perspetiva, e no que diz respeito à resolução de problemas comuns, resulta que o Caminho-de-Ferro de Benguela põe ao Porto angolano do Lobito em comunicação com a grande rede ferroviária centro-africana, que por sua vez está ligada a África do Sul.

O não funcionamento deste esquema, em virtude do conflito angolano, muitas vezes apoiado por países vizinhos, quer do norte quer do sul, e que felizmente terminou há mais doze anos, embora com uma destruição sem precedentes, provocou sérios distúrbios nas economias de ambas estas regiões, especialmente na República Democrática do Congo, Zâmbia e não só. Com a reconstrução dessa importante infraestrutura ferroviária por parte do Estado angolano, volta-se a

corresponder a estas demandas de segurança económica regional. Conforme destacado por António Pires, “o Caminho-de-Ferro de Benguela é, na realidade, com os seus 1348 km em território angolano, a espinha dorsal de todo o sistema de comunicações ferroviárias da África central com o mundo ocidental, a expensas do carácter artificial de soluções denominadas “nacionais”, como por exemplo ao do troço Elizabethville-Luluabougo-Leopoldeville-Matadi, tendo-se vista obrigada a República Democrática do Congo a não operatividade do esquema de Benguela-Lobito.

A existência de Angola como uma unidade politico-geográfica estável, (...) desta vasta parte do continente africano, apresenta-se assim como um elemento positivo do mais alto interesse geral para a sobrevivência dos territórios que lhe rodeiam e aos quais serve dualmente, não como escape das suas produções e porto intermédio das respetivas importações, mas até como abastecedora sobretudo de produtos alimentares” (1964: 63-64).

É de todo necessário e crucial entendermos que a maior parte dos conflitos em África devem ser também entendidos enquanto conflitos etnolinguísticos, fronteiriços e religiosos, entre outros aspetos quer na África austral, quer na África central como ainda noutras regiões, têm sido muito frequentes, sendo por isso necessário discuti-los em modelos de cenários hipotéticos alternativos por parte dos principais atores sub-regionais. Tais abordagens permitiriam certamente evitar que alguns países vizinhos se vejam inclinados a permitir que ações de desestabilização, tanto internas como externas, que afetam a integridade e estabilidade dos países africanos, sejam orquestrados através de vizinhos que constantemente e em várias ocasiões são utilizados enquanto trampolim para este efeito de desestabilização, e como é infelizmente normal assistir-se quer nos conflitos passados ou superados, quer dos conflitos atuais.

Angola constitui certamente um dos exemplos mais recentes, quanto ao envolvimento de países vizinhos nos seus problemas internos. No meu entender, porém, e tal como já referido, tais factos resultam também das partilhas feitas pelas potências ocidentais, que em nada consideraram os interesses das populações autóctones, nem as consequências que sobre elas viriam a ter estas divisões e estas fronteiras políticas artificiais. É por demais evidente que, em muitos casos, as fronteiras políticas separaram populações do mesmo grupo étnico

e por vezes até a mesma etnia ou tribo. Isto explica em parte o facto de as populações atravessarem as fronteiras com a maior facilidade, por vezes mesmo a título definitivo.

Neste quadro, a perceção regional, nas suas múltiplas dimensões, tem de fundamentar a necessidade de paz e sua vinculação ao desenvolvimento económico e social das populações africanas. Assim, esta abordagem adquire para os países africanos um valor aplicado à solução dos conflitos e a um tratamento adequado da incidência dos problemas globais, visando o bem-estar dos povos das regiões a que cada país pertence e do continente de forma geral, pois, conforme opina Joveta José, “o regionalismo é uma iniciativa que reforça a política e economia dos países envolvidos, projetando uma região que, caso desprovida das políticas de integração, não teria o mesmo peso no cenário internacional” (2011: 40).

Exposta conceptualmente nestes termos, na nossa ótica a região, para os países africanos, denota uma dualidade conceptual e o uso operacional da mesma é bastante útil na explicação dos conflitos, dado que é notório que tal conceito inclui ou indica de igual modo duas categorias importantes, as quais em nosso entender requerem também um tratamento teórico para uma melhor interpretação e compreensão da importância do regionalismo geográfico na política interna e exterior dos países: trata-se dos conceitos sistema e modelo. Para fins de investigação científica, operacionalmente a definição de sistema deve ocorrer de tal forma que inclua outras entidades, para além das físicas, como as geográficas já mencionadas, incluindo componentes ideais e mistos, tais como por exemplo a linguagem. Nesta perspetiva, a definição deve excluir aquelas entidades cujos princípios de organização não podem ser especificados, a não ser parcialmente. Neste contexto, e mais uma vez socorrendo-me da Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais em 11 tomos, nº 9, “a definição de sistema deve ser entendido como: algo composto de um conjunto (finito ou infinito) de entidades entre as quais se dão uma série de relações específicas, sendo que é possível deduzir umas relações de outras ou, das relações entre as entidades, o comportamento ou a história do sistema. Um sistema é um emaranhado de relações” (AAVV, 1979: 705-706).

Ao referirmos aos sistemas sociais, e em especial na ciência política e a teoria do conflito, deve-se estabelecer uma distinção terminológica entre o ator como unidade de um sistema social e o próprio sistema. O ator pode ser um indivíduo, bem como um tipo de unidade coletiva, sendo que em ambos casos pressupõe-se que o ator está imerso

num sistema dado, atua numa situação na que intervêm outros atores pertencentes ao mesmo sistema de referência, considerados como objetos, para além da força, ordenadora ou produtora de caos, do ambiente. O sistema, enquanto conjunto, funciona como aberto ou semiaberto; mas este não atua em sentido técnico da palavra, numa relação direta com o seu ambiente. Naturalmente, os referentes do sistema estão intrinsecamente vinculados a problemas conceptuais e a valores ideais particulares.

Quando se diz que um sistema social atua, como é o caso de um governo que mantenha as suas relações exteriores, isto significa que tanto aquele, como os objetos da sua ação constituem o sistema geral de referência e esses objetos são os seus elementos formativos, e não o ambiente, sendo a componente mais influente, isto é, produtora de atividade. Por outro lado, a representação simplificada de um sistema é um modelo, que no caso da ciência política é ideal. Assim, operacionalmente, para os fins a que nos propusemos, o termo modelo implica, conforme destacado por Alfonso Garcia Iglesias, “a aplicação de métodos matemáticos e a modelação representam um determinado interesse para a análise e o pronóstico das vias de solução dos problemas que se apresentam perante a humanidade como consequência do seu próprio desenvolvimento científico-técnico, como um instrumento mais, na busca de estratégias para o uso ótimo dos recursos não renováveis e das forças produtivas (...). Mas a seleção destes indicadores implica uma tomada de posição ideológica, (teoria geral), pois as matemáticas como linguagem formal que são, não são capazes de dar critérios qualitativos sobre o conteúdo e o alcance dos dados, assim como dos indicadores sociais selecionados” (1982: 266-267).

Nesta conformidade e para o tema de que nos ocupamos, a abordagem tanto da categoria “sistema” como da categoria “modelo” está associado conceptualmente com os problemas de integração económica e de concertação política dos países das diferentes regiões do continente africano. Neste contexto, os países africanos se tomados no seu conjunto, são aqui considerados como um sistema, isto é, o sistema dos países africanos, sendo as regiões como por exemplo “austral”, “central”, “oeste” etc., assumidas nessa caso como “subsistemas” do conjunto de países africanos, destacando-se que, como modelo que representa simplifadamente o raciocínio anterior, este é essencialmente um sistema aberto envolto num processo de intercâmbio informativo e material-energético, interdependente com as outras partes do sistema que atua como ambiente. Ou

seja, quer os “subsistemas”, dotados de propriedades emergentes, quer o seu ambiente, não-de relacionar-se com o sistema global, em forma conjunta ou separada.

Nesta perspetiva, a problemática do modelo é visto aqui como parte mais pequena, a representação em simples escala, pois a nossa preocupação está associada ao facto de que África, enquanto sistema de países, enfrenta hoje graves problemas de desenvolvimento económico, político e social, por causa do fracasso das teorias de desenvolvimento (modelos), impostos quer seja pelo colonialismo europeu nos seus quase cinco séculos de dominação colonial, quer seja na subsequente projeção na fase pós-independência dos países africanos, fomentando e agudizando as rivalidades não só entre países, mas também entre etnias no interior dos mesmos países e entre países.

Pode de facto dizer-se que, nos períodos mais recentes, tal como opina João Tchapinga Chitokota, “os países nascentes em quase toda África se viram confrontados com as clivagens que existiam no sistema de relações internacionais dominado pelas potências mais influentes da época EUA e URSS. Esta situação criou a possibilidade de alianças indesejadas para um verdadeiro renascimento político, económico, cultural e social em África. O sistema de partido único adotado pela maioria dos países africanos depois das independências, a política dos golpes de estado inviabilizaram o futuro, porque a incapacidade de construção do consenso foi um fator determinante para o problema da abertura ao pluralismo que é uma chave fundamental para a hermenêutica e compreensão dos dilemas dos processos políticos e sociais em África de hoje” (2013).

De resto, resulta necessário trabalhar para um futuro que passe pela superação das contradições e rivalidades, tanto ao nível dos atores do sistema como no interior, na vida política de cada ator enquanto sujeito político em particular, elaborando modelos próprios que implicam a tomada de posições políticas. Na nossa indagação, “modelo” e “sistema” operam como uma teoria geral, que deve adequar-se às realidades do continente, o que serve como marco teórico que nos permita valorar os mecanismos de integração económica a curto e médio prazos e a perspetiva política a longo prazo, dependendo, para o efeito, da coragem política que os próprios africanos possam demonstrar, sobretudo daqueles que gerem e dirigem os destinos dos nossos países, bem como da capacidade de

resistência às pressões das grandes potências, que não escondem as apetências para continuarem a dominar e explorar o continente.

Nesta perspetiva, e do nosso ponto de vista, constituem desafios urgentes e inadiáveis, os esforços que os países africanos empreendam, levando a cabo um trabalho de fundamentação teórica e formando as bases teóricas sobre as quais devem desenvolver-se as sociedades africanas, já que as ideologias forâneas, todas elas, incluindo particularmente a atual (neoliberal), parecem ter fracassado, e na verdade têm sido fonte de muitas das instabilidades político-económicas e sociais que se observam em todo o continente.

Algumas teorias, segundo as quais o aumento de conflitos étnicos tem lugar em estados fracos e subdesenvolvidos, principalmente na África a sul do Sahara, parecem tender a cair em desuso, na medida em que até há bem pouco tempo conheceram-se estados no norte de África, e não só, que tiveram até tempos relativamente recentes níveis de desenvolvimento bastante interessantes. Porém, por causa das intervenções imperiais, foram orquestradas diversas convulsões sociais, que na sua essência tiveram conotações de base étnicas e estiveram associadas também a uma variedade de nacionalismos que contribuíram para a desagregação de estados, especialmente aqueles governados de forma repressiva e autoritária, sendo que a globalização, por sua vez, encarregou-se de acentuar a decadência económica das nações e conduzir a uma crise geral de governabilidade.

Conforme destacou Jerry Rawlings ex-presidente do Ghana, “o Egipto, a Tunísia e a Líbia tiveram conflitos quando buscavam o desenvolvimento, porque o faziam em detrimento dos seus povos, (...). Estes países parecem muito desenvolvidos, todavia isso se produziu à revelia dos direitos, da liberdade e da justiça para o povo e é isso que causou conflitos” (JA, 2013). Como quer que seja, e sempre que surjam os conflitos, quer étnicos quer outros, é de todo necessário que as forças interessadas se empenham na solução dos mesmos porque, regra geral e de acordo com Maria do Céu Pinto, “os conflitos prolongados criam o terreno ideal para o crime organizado e a corrupção, principalmente porque destroem as estruturas políticas e cívicas. Quando o estado perde os seus mecanismos de controlo, como a polícia e as instituições fiscais, estão criadas as condições para que os “gangs” criminosos criem as suas redes informais (...). No caso de África, “os lucros obtidos com o comércio de pedras preciosas, madeiras e armas ligeiras servem para alimentar conflitos. Todas estas atividades abalam o primado do Direito e a

própria ordem social. Em casos extremos, a criminalidade organizada pode mesmo dominar o Estado” (2005: 29).

Genericamente, entendo que para se estar mais próximo da realidade atual, seja necessário valorizar o facto de que, nos países africanos em geral e nos da África subsariana em particular, não são tão significativos os fatores mal denominados como “tribais”, mas que são na realidade processos etnolinguísticos comuns a todos os povos do mundo, bem como problemas político-ideológicos e estruturais, associados com a história étnica particular de cada região, pois, tal como já anteriormente se teve a ocasião de expor, as potências coloniais interromperam estes processos histórico-naturais de desenvolvimento étnico e interétnico nos países africanos, tendo imposto outros alheios à vida natural de coexistência e paz das comunidades históricas, as quais resultaram divididas por fronteiras artificiais.

Em África, o processo de descolonização foi sobretudo violento, por ter acontecido num contexto de incomunicabilidade e de ausência dos espaços plurais que permitissem a conjunta afirmação de existência de interesses. Esta situação é em boa medida proveniente da antropologia política colonial, tendo-se por sua vez transformado num fator de exclusão pós-colonial, que germinou e se expandiu por toda África descolonizada. João Chitokota citando Franz Fanon, defende que, se até hoje “a consciência africana está estruturada pelas categorias racistas provenientes dessa antropologia política colonial de hierarquização dos homens, existirá sempre uma incapacidade de desenvolver uma consciência revolucionária e é a razão dos fracassos das revoluções em África, porque se reverteu os pressupostos e objetivos que perseguiram” (2013).

Por outro lado, no seu discurso sobre o colonialismo, Aimé Césaire alerta para que a nova consciência africana não permaneça ancorada no ressentimento sobre o passado, nem tão-pouco numa espécie de solipsismo comunitário. O compromisso com África só tem sentido se partirmos de uma nova afirmação, ou seja, se criarmos novas raízes e a conquista de uma nova e mais ampla ideia da fraternidade. É nesse âmbito que devemos entender o apelo lançado pelo ex-presidente de Moçambique Joaquim Alberto Chissano, na sua nota introdutória à obra de Fátima Moura Roque, com o título Paz, Democracia e Desenvolvimento no Contexto da Nepad, afirmando em particular que a “África é o continente mais

empobrecido do mundo, flagelado por guerras e com os mais baixos índices de desenvolvimento humano. (...). É sentimento comum de todos no continente que não podemos falar em democracia e desenvolvimento sem uma paz sólida, nem falar em paz sem democracia e desenvolvimento. (...) O desenvolvimento económico autossustentável de África deve estar assente na boa governação, caracterizada pela prestação de contas, transparência, estado de direito e separação de poderes” (2007: 7-8).



## **Capítulo IV - Notas Metodológicas, Caracterização das Províncias e Análise Quantitativa dos Dados**

Procedeu-se no primeiro capítulo ao enquadramento teórico das principais categorias tais como “nacionalismo”, “nacionalidade”, “nação”, “etnia” e “raça”, ao que se seguiu, no segundo capítulo, um ensaio da contextualização da situação angolana com a caracterização da estrutura étnica de Angola, bem como uma breve resenha do processo da descolonização e da guerra civil (1974-2002). Por outro lado, fez-se uma caracterização do sistema político angolano desde 1991, bem como da caracterização da situação política e económica e social de Angola no período de 2002-2012

Passou-se depois brevemente em revista, no terceiro capítulo, o conjunto dos conflitos étnicos em África, destacando-se o importante fator que têm sido os regionalismos na gestação e manutenção dos conflitos étnicos naquele continente. O propósito do quarto capítulo consiste em proceder a uma análise de dados recolhidos nas províncias da Huíla, Huambo e Luanda, relacionando-os com a perceção que desta problemática têm governantes, políticos, jornalistas, académicos, homens de negócios e autoridades eclesásticas das três referidas províncias.

Esta discussão parte da ideia central, já anunciada, de que com o fim da guerra civil em Angola, ocorrido em 2002, parecem ter começado a surgir em quase todo o país, particularmente na província da Huíla, fenómenos de discriminação étnica correspondentes àquilo que genericamente podemos designar como tribalismo, entendido este, para efeitos do presente trabalho, como forma de aproveitamento político visando atingir finalidades de natureza privada, nomeadamente posições de destaque na sociedade. Neste contexto é desejável que o regime político, com apoio da sociedade civil, adote políticas que favoreçam e estimulem a integração étnica dos povos de Angola, promovendo a identidade cultural angolana; em particular, na província da Huíla, visando em última instância assegurar e fortalecer quer o sistema político, quer o desenvolvimento económico-social, quer ainda a consolidação da construção da nação angolana.

Afigura-se neste âmbito relevante explorar a natureza destas perceções por parte das categorias socioprofissionais em análise, de facto incluindo destacadas figuras da sociedade civil angolana. Visa-se a construção de um modelo que evidencie possíveis discriminações étnicas em Angola, muito particularmente na província da Huíla, assegurando dispositivos que contemplem políticas de integração étnica a médio e longo prazo, bem como a elaboração de um diagnóstico e prognóstico tentativo reportando-se às linhas principais de conflitualidade interétnica em Angola, a partir desta província. É de salientar que raras vezes o tema da integração étnica e da possibilidade do surgimento de conflitos interétnicos (e sua influência na estabilidade política e no desenvolvimento socioeconómico de Angola) tem sido tratado, quer nos círculos académicos, quer na esfera política. Em parte, talvez isso se deva ao facto de tais abordagens poderem não satisfazer os elementos mais conservadores da sociedade angolana ou de se ter vivido um passado recente bastante atribulado, com uma guerra civil que chegou a ser considerada nalguns setores do mundo ocidental como um conflito etno-tribal entre Kimbundos e Ovimbundos.

Parecem existir evidências razoáveis de que, em Angola, quer a guerra contra o regime colonial quer a guerra civil pós-independência, terminada em 2002, contribuíram para a promoção de um certo grau de unidade das populações em torno de um objetivo comum, a conquista da independência nacional e o alcançar da paz, que reforçou os laços de solidariedade e de inter-relação existentes entre os diferentes grupos étnicos do país e que vieram a constituir parte essencial dos fundamentos e alicerces para o processo da construção da nação, criando as condições necessárias para o seu aparecimento e desenvolvimento.

#### **4.1.- Explicação Metodológica**

A fundamentação epistemológica deste estudo assenta nas evidências anteriormente referidas, tendo sido indagados 68 indivíduos, mediante entrevista aprofundada em contexto real, tendo por base um guião estruturado, sobre as questões que potencialmente incentivam os comportamentos de discriminação identificados, procurando perceber as inúmeras facetas das lideranças do país. De

destacar que há longo tempo dedico um interesse particular, por questões de perfil profissional e de vivência pessoal, ao estudo das pessoas em âmbito multifacetado, a vida real, especialmente na esfera dos conflitos. Foi neste contexto que se adotou a pesquisa qualitativa, tal como destaca Easterby-Smith et al., enquanto “suporte emocional, fator-chave para a finalização com sucesso desta investigação (...) em que o estilo pessoal, criatividade e a abordagem adotada são determinantes” (2010: 18).

O presente trabalho tem como base empírica o recurso a uma metodologia qualitativa: a entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista é caracterizado pela utilização de um guião estruturado de perguntas-base, elaborada na sequência da análise das teorias e hipóteses que constituem o “estado da arte” do estudo sobre a temática em causa. Frequentemente, e desejavelmente, as respostas a estas questões iniciais conduzem à formulação de novas hipóteses e a novos questionamentos sem, no entanto, se perder de vista os objetivos globais da pesquisa pelo constante retorno à grelha-base inicial.

No que diz respeito à investigação qualitativa, segundo Piergiorgio Corbetta, nesta modalidade de investigação, “inspirada no paradigma interpretativo, a relação entre teoria e investigação é aberta, interativa. O investigador qualitativo tende a negar deliberadamente a formulação de teorias antes de iniciar a trabalhar sobre o terreno, por considerar que poderia inibir a sua capacidade de compreender o ponto de vista do sujeito estudado, que poderia fechar-lhe horizontes “*a priori*”. A elaboração da teoria e a investigação empírica produzem-se, por tanto, de maneira simultânea (...) os conceitos da investigação qualitativa são (...) conceitos orientadores, marcos de referência abertos, cujo objetivo é orientar ao investigador e fazê-lo mais sensível a temas e problemas concretos no curso da investigação. Estão, portanto, isentos do carácter de explicação e definição derivada da sua operacionalização, própria do enfoque quantitativo” (2010: 41).

Considerando que a utilização de um guião-base de questões assume, de certo modo, uma componente semelhante à utilização de questionários, tomamos a liberdade de recordar que a utilização desta ferramenta, para Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, “consiste em colocar a um conjunto de indivíduos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à

sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões; à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores” (2008: 188).

Por outro lado, dada a impossibilidade de, no âmbito de um trabalho de doutoramento, recolher dados em todas as províncias de modo a possibilitar uma análise alargada do complexo processo de integração étnica em Angola, decidimos adotar uma abordagem metodológica de estudo de caso, concentrando os nossos esforços na província da Huíla. A escolha desta província deve-se ao facto de ter sido aí que, depois da tomada de posse do governador de etnia Ovimbundo, se começou a notar uma confrontação à autoridade do governador, existindo claras evidências de discriminação e atitudes tribalistas da elite representativa da etnia Nhaneka-humbe, coincidindo temporalmente com diversos episódios de confrontações e remoção de governos no norte do continente africano, no âmbito da famosa “Primavera Árabe” (2008).

O estudo de caso afigurou-se adequado às nossas preocupações na medida em que, segundo Maria Teresa de Sousa, se trata daquele que “constitui uma abordagem metodológica de investigação, sendo particularmente adequada para a compreensão, exploração ou descrição de acontecimentos e contextos complexos, nos quais é possível identificar o envolvimento de diferentes fatores. A validade e a fidelidade do estudo de caso repousam em grande parte na riqueza documental, no valor dos testemunhos e nas observações dos investigadores (...) os estudos de caso têm uma particularidade que consiste em permitir a compreensão de fenómenos sociais que estão fortemente ligados uns aos outros” (2011: 297-298).

Acreditamos, de facto, que a abordagem através do estudo de caso é particularmente pertinente na presente pesquisa, porque o fenómeno estudado dificilmente se distingue do contexto no qual ele tem lugar: segundo José Machado Ganchos Pais, “Os estudos de casos (...) orientam-se para uma epistemologia interpretativa. Ao estudar-se um caso, o objetivo não é o de representar o mundo; basta a representação do caso. Aliás, um caso pode não representar o mundo, embora possa representar um mundo no qual muitos casos semelhantes acabam por se refletir” (2003: 109).

Embora a província da Huíla constitua o fulcro do nosso estudo de caso, entendeu-se ser necessário realizar uma pesquisa comparada com as províncias do Huambo, com o objetivo de se detetar eventuais problemas de discriminação contra as minorias étnicas de não-Ovimbundos residentes naquela província essencialmente monoétnica, e de Luanda, com igual intenção de se identificar possíveis discriminações de cidadãos não-quimbundos residentes na capital do país, a sua cidade mais cosmopolita e plural, por congregar todos os grupos étnicos.

Quanto à validade e à fidelidade do estudo de caso, aquelas repousam em grande parte na riqueza documental, no valor dos testemunhos e nas observações dos investigadores. Neste contexto, esta investigação procurou destacar principalmente a dimensão académica do tratamento do problema sob estudo, usando uma abordagem interdisciplinar. Partindo destas premissas, durante esta abordagem do estudo da realidade e comportamento da sociedade angolana, e de alguns dos seus atores relevantes, procurou-se seguir a regra da equidistância na elaboração de modelos, delimitando o objeto de indagação, isto é, reduzindo o estudo do papel dos políticos e das elites étnicas aos aspetos considerados mais relevantes. Procurou-se igualmente alcançar uma compreensão complexa das entrevistas, refletindo sobre o contexto social, político e relacional em que foram apreendidos os relatos, bem como as categorias e relações presentes nestes.

Importa referir que, para a realização deste trabalho de investigação, se recorreu a variedades de investigações que integram diversas componentes, de entre as quais se destacam: a dos estudos exploratórios, a dos estudos descritivos e a da investigação aplicada. A dimensão correspondente aos estudos exploratórios justifica-se pelo facto de, tal como já referido, este tema ter sido até ao presente muito pouco abordado, quer pelos dirigentes políticos quer pela sociedade civil numa forma geral. Também tem sido muito pouco abordado pelos académicos, salvo alguns estudos etnográficos dos povos do sudoeste de Angola, realizados no período colonial pelo etnógrafo José Redinha. A esses acrescentam-se, com maior atualidade, alguns trabalhos de angolanos, nomeadamente os de Rosa Melo. É necessário neste contexto considerar o que aponta Paulo de Carvalho, lançando “o repto no sentido de o Estado angolano financiar um projeto de investigação de alguns anos, que vise elaborar a carta étnica de Angola, com base na identidade

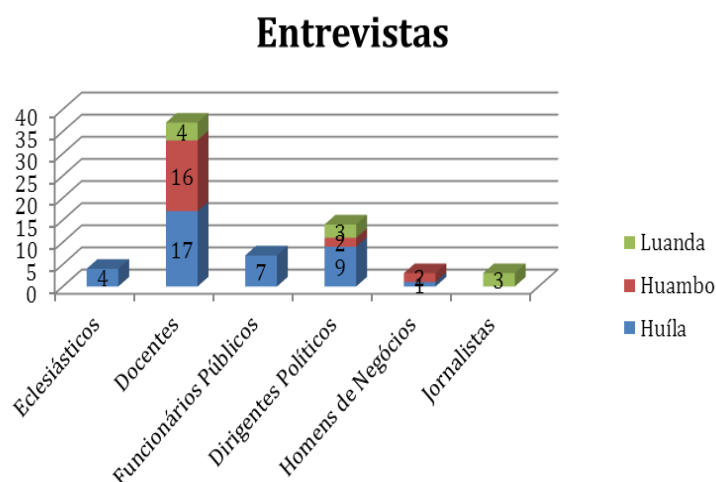
étnica dos povos que habitam o território angolano. Aos investigadores angolanos (designadamente antropólogos, com o auxílio de sociólogos e historiadores) caberá mobilizarem-se tendo em vista a execução deste importante projeto, para o qual poderá eventualmente haver o concurso de investigadores estrangeiros, fundamentalmente na etapa de conceptualização. Enquanto não se fizer esse trabalho, com fundos do Estado angolano, continuaremos a pactuar com distorções e atropelos à identidade étnica dos povos de Angola, que fazem com que as populações se considerem marginalizadas e espezinhadas na sua identidade” (2008b: 175-176).

Quanto à dimensão dos estudos descritivos, é também justificada neste trabalho, antes de mais, pelo facto de ter sido necessário descrever determinados fenómenos de discriminação étnica que se manifestam de forma velada e muito subtil na sociedade angolana, particularmente na província da Huíla, e identificar as suas causas, bem como o estado real desse fenómeno. Enfim, a componente de investigação aplicada foi utilizada com o objetivo de procurar produzir alguns conhecimentos em função dos quais se possa fazer recomendações à sociedade em geral e à elite política angolana em particular, com realce para os governantes da província da Huíla, no sentido de envidarem esforços e abandonarem práticas discriminatórias, promovendo a integração dos diferentes povos de Angola, precavendo-se assim contra eventuais conflitos étnicos, que possam perturbar e comprometer o processo de estabilidade política e socioeconómica, iniciado com o alcance da paz em 2002.

Deste modo, para abordar esta tarefa, empregou-se uma dimensão analítica, plasmada no correspondente instrumento de investigação, que consistiu antes de mais na elaboração de um guião estruturado de perguntas e na realização de entrevistas exploratórias com diversos sujeitos, selecionados pela sua relação com correntes de opinião relevantes e residentes nas províncias da Huíla, do Huambo e da capital do país, Luanda. Esta tarefa teve início no mês de Junho de 2011 e durou aproximadamente um ano, num momento particularmente delicado para Angola e para os angolanos, na medida em que havia então claras tendências conflituosas e, nalguns casos, mesmo a ocorrência de manifestações de grupos opostos ao regime, sobretudo contra o Presidente da República (onde se misturavam alegações,

verdadeiras ou falsas, isso pouco importa no nosso contexto, de demasiado tempo de permanência na governação do país, bem como o seu enriquecimento ilícito, o da sua família e da maioria dos membros do seu governo), enquanto pelo norte do continente vários governos eram “varridos” por movimentos internos, que em muitos casos eram claramente apoiados por potências ocidentais, particularmente os EUA, aliás em total desrespeito pela soberania dos estados e pelos princípios do Direito Internacional Público (DIP).

A amostra foi construída mediante a seleção de sessenta e oito (68) personalidades, consideradas relevantes para o estudo em causa, das três províncias, sendo vinte (20) do Huambo, trinta e oito (38) da Huíla e dez (10) de Luanda. Está organizada em torno de diversas categorias socioprofissionais, designadamente: a) Eclesiásticos de diversas confissões religiosas em particular da igreja católica, b) Docentes, c) Funcionários públicos, d) Dirigentes políticos (quer do partido no poder, quer de partidos políticos da oposição), e) Homens de negócios e f) Jornalistas. Para além do estudo quantitativo exposto no presente capítulo, os dados recolhidos permitiram também a elaboração de um estudo qualitativo, consistindo na transcrição resumida das entrevistas, o qual é exposto no capítulo seguinte.



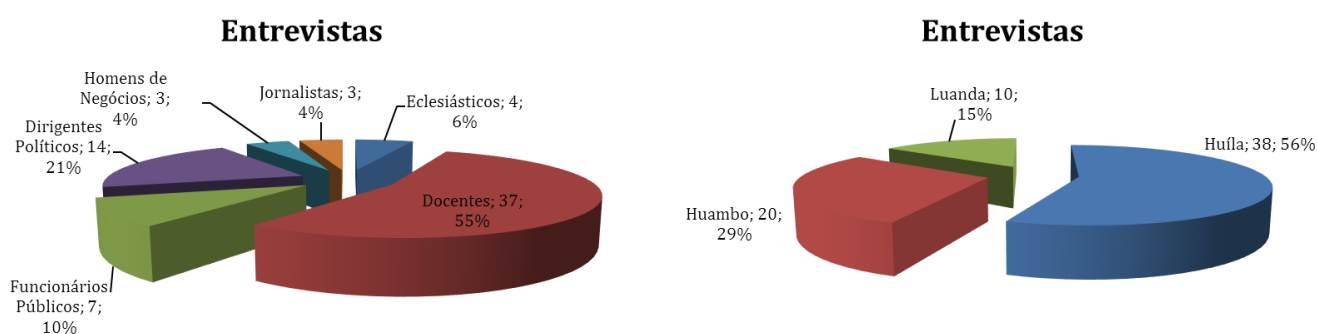
Cruzando a distribuição das entrevistas por província com a sua classificação por categoria socioprofissional, obtém-se o seguinte quadro global:

**Figura 7 - Entrevistados por províncias e por categorias socioprofissionais**

Categorias	Huíla	Huambo	Luanda	Totais Categorias
Eclesiásticos	4	X	X	4
Docentes	17	16	4	37
Funcionários públicos	7	X	X	7
Dirigentes políticos	9	2	3	14
Homens de negócios	1	2	X	3
Jornalistas	X	X	3	3
<b>Totais provinciais</b>	<b>38</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>68</b>

Elaborado pelo autor

A categoria socioprofissional “docentes” assume a maior expressão na amostra, representando 55% do total de entrevistados. Este facto resulta em boa medida de ter sido consideravelmente mais fácil mobilizar este sector para a atividade de pesquisa.



A Huíla foi a zona geográfica onde foram recolhidas mais entrevistas, correspondendo a 56% do total de entrevistados e constituindo esta província a parte principal do nosso estudo de caso. Deve destacar-se que o número reduzido de entrevistados na província de Luanda se ficou a dever fundamentalmente a motivos de carácter prático e operacional, na medida em que a situação ainda muito desestruturada das vias desta cidade, e não só, impediu que as pessoas seleccionadas pudessem honrar os seus compromissos a tempo e horas, o que infelizmente inviabilizou a realização de vários encontros que previamente tinham sido planeados. Todos os sujeitos foram informados sobre os objetivos da

investigação, tendo-lhes sido oferecido garantias de anonimato relativamente às opiniões vertidas.

Estamos convictos de que o facto supra apontado, enquanto um dos grandes constrangimentos verificados durante o período de recolha de dados, não inviabiliza nem retira a pertinência do tema e da investigação em si, na medida em que a mesma permitiu explorar e descrever determinados fenómenos e acontecimentos em contextos complexos, nos quais foi possível identificar o comportamento de determinados atores dos mais diferentes grupos étnicos, o que fornece à investigação um propósito de aplicação parcial da teoria. Não obstante a relevância da investigação efetuada, seria pertinente realizar em Luanda, dada a sua heterogeneidade étnica, um maior número de entrevistas e quiçá recorrendo a uma estrutura de entrevistas mais complexa e completa. Todavia, tal não foi possível devido aos condicionalismos de mobilidade impostos pela desestruturação e caotização da vida naquela na cidade de Luanda, mas também devido ao desinteresse da esmagadora maioria da população política, académica e da sociedade civil letrada, pelas questões ligadas à investigação científica, nesta fase que a sociedade angolana atravessa, resultado sobretudo dos medos criados, quando se abordam questões atinentes a discriminações e tribalismos étnicos.

As sessenta e oito personalidades foram selecionadas em função do interesse da pesquisa, da maior acessibilidade dos entrevistados, do seu conhecimento relativamente aos problemas sociopolíticos e económicos de Angola e da menor onerosidade em termos de tempo, esforço e dinheiro. Os principais critérios de seleção foram os seguintes: localização geográfica nas províncias do Huambo, Huíla e Luanda; maior acesso à informação; conhecimento e capacidade de análise dos problemas políticos e socioeconómicos, e formação de nível superior.

Releva-se que se procurou atingir uma amostra considerável (68) de entrevistados, incluindo desde personalidades de topo na vida política angolana até ao mais indiferenciado funcionário público, e em todos os escalões hierárquicos das estruturas envolvidas. Nestas estruturas foram entrevistados os responsáveis dos departamentos de Ensino e Investigação no caso das Instituições de Ensino Superior bem como docentes, focalizando-se essencialmente a compreensão do fenómeno da discriminação. Este estudo procurou ir ao encontro

do entendimento de diversos autores, como por exemplo Coutinho (2011) que salienta que a dimensão da “amostra” não é fator-crítico de sucesso, não sendo pela vastidão da pesquisa que a qualidade estará assegurada. O tamanho ótimo da “amostra” depende dos parâmetros do fenómeno em estudo e dos resultados entre a intervenção e os grupos de controlo (Marshall, 1996). Já na visão de Woodside (2010), o uso da triangulação de métodos e múltiplos informadores é necessário para confirmar e aprofundar as informações.

Como regra geral, os investigadores qualitativos são relutantes em generalizar a partir de um caso para outro, porque os contextos de casos diferem entre si (Creswell et al., 2007) e, desta forma, o objetivo do estudo de caso não é a generalização dos resultados para uma população, mas comprovar/testar uma teoria (Woodside, 2010; Yin, 2005). Neste contexto, uma melhor compreensão de questões humanas mais complexas é por vezes mais importante do que a generalização dos resultados (Marshall, 1996). A crítica pode ser dirigida a qualquer estudo de caso de ser idiossincrático na sua seleção da população, nos procedimentos de recolha de dados, na manipulação dos mesmos e na análise e seleção dos objetos de estudo da população.

Afigura-se-nos entretanto que rotular um estudo como sendo idiossincrático é basicamente um passo para concluir que os procedimentos de recolha de dados utilizados e as constatações feitas não podem ser replicados. Trata-se todavia duma falsa conclusão, dado que em boa verdade nenhum estudo pode ser replicado perfeitamente (Barañano, 2008). Nesta ótica, em Creswell et al. (2007) este ponto é contornado, através da seleção pelo investigador de casos considerados representativos para inclusão no estudo. Com o presente estudo, porém, e dado tratar-se assumidamente de um estudo de caso qualitativo, em boa verdade nem mesmo esta questão da representatividade se coloca.

O guião de entrevista compreendeu trinta e cinco perguntas, que foram acompanhadas de um diálogo, gravado, com as pessoas entrevistadas (ver guião em Anexos). Resumidamente, o processo e protocolo para a entrevista a todas entidades tiveram o desenho seguinte:

1. Preparação prévia – Contato com as entidades a entrevistar, através de correio eletrónico ou pessoalmente. Em muitos casos foi necessário o envio prévio

do guião de entrevista para análise dos conteúdos a abordar nas entrevistas presenciais.

## 2. Entrevista:

- i. Apresentação detalhada dos objetivos da investigação;
- ii. Informação aos entrevistados acerca da duração prevista da entrevista e da garantia de total confidencialidade da sua participação, i.e., explicitação de que a entrevista se destina exclusivamente a utilização académica e não visa conhecimento de eventuais hierarquias ou outros, de molde a permitir tranquilidade e confiança no processo;
- iii. Entrega da carta de apresentação;
- iv. Realização efetiva da entrevista;
- v. Agradecimento pela colaboração do entrevistado; e
- vi. Apelo à posterior colaboração dos entrevistados mediante o envio, como complemento, de qualquer pormenor que achassem necessário e demais elementos detetados, como por exemplo notas de campo.

Em todas as entrevistas realizadas seguiu-se o procedimento de contato prévio e gravação das entrevistas com permissão dos interlocutores. Foi dada liberdade para as pessoas discorrerem sobre as suas “histórias de vida” mas também foi pedido a todos, e com maior destaque nos casos das entidades de topo na vida política do país, que se pronunciassem sobre a pertinência do tema e da investigação, o que foi correspondido de forma satisfatória tendo o investigador sido encorajado a dar continuidade à investigação e à posterior publicação dos resultados, para conhecimento público.

Tendo presente o contexto social que o tema encerra e o carácter exploratório desta investigação, procedemos ao estudo do conteúdo das entrevistas mediante duas abordagens distintas. A primeira delas correspondeu a uma análise de pendor quantitativo, através da qual se pretendeu identificar as linhas de tendência gerais, bem como eventuais hipóteses a confirmar ou refutar em etapas subsequentes. A segunda consistiu na análise aprofundada e detalhada das entrevistas, que será apresentada no capítulo seguinte.

## 4.2.- Caracterização da Província da Huíla

Posto isto, impõem-se algumas palavras relativas à caraterização sociogeográfica de cada uma das três províncias consideradas neste trabalho. Começemos pela província da Huíla, passando depois à do Huambo e à de Luanda.

**Figura 8** - Mapa das Províncias de Angola



**Figura 9** - Mapa da Província da Huíla



A província da Huíla situa-se no sudoeste da República de Angola e apresenta as seguintes confrontações e limites:

- Norte: as províncias de Benguela e do Huambo;
- Sul: a província do Cunene;
- Este: as províncias do Bié e Cuando Cubango;
- Oeste: as províncias do Namibe e Benguela.

O território integra-se no vasto conjunto de superfícies planálticas do interior angolano, com altitudes entre os 1000 e os 2.300 metros. As altitudes menores correspondem a nivelamento de transição, quer para oeste e nordeste, quer para sul e sudeste, sendo a zona de altitudes intermédias, 1.400-1.800 metros, correspondente à parte sul do planalto centro. As superfícies de altitude mais elevada, 1.900-2.300 metros, fazem parte do planalto da Humpata, destacando-se a do Bimbe, que constitui a mais elevada aplanção do sudoeste angolano. O clima varia entre o tropical de altitude, no centro norte e planalto da Humpata, e semiárido nas áreas de altitude menor. Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam na província da Huíla 2.354.398 pessoas, sendo 1.117.342 do sexo masculino e 1.237.056 do sexo feminino.

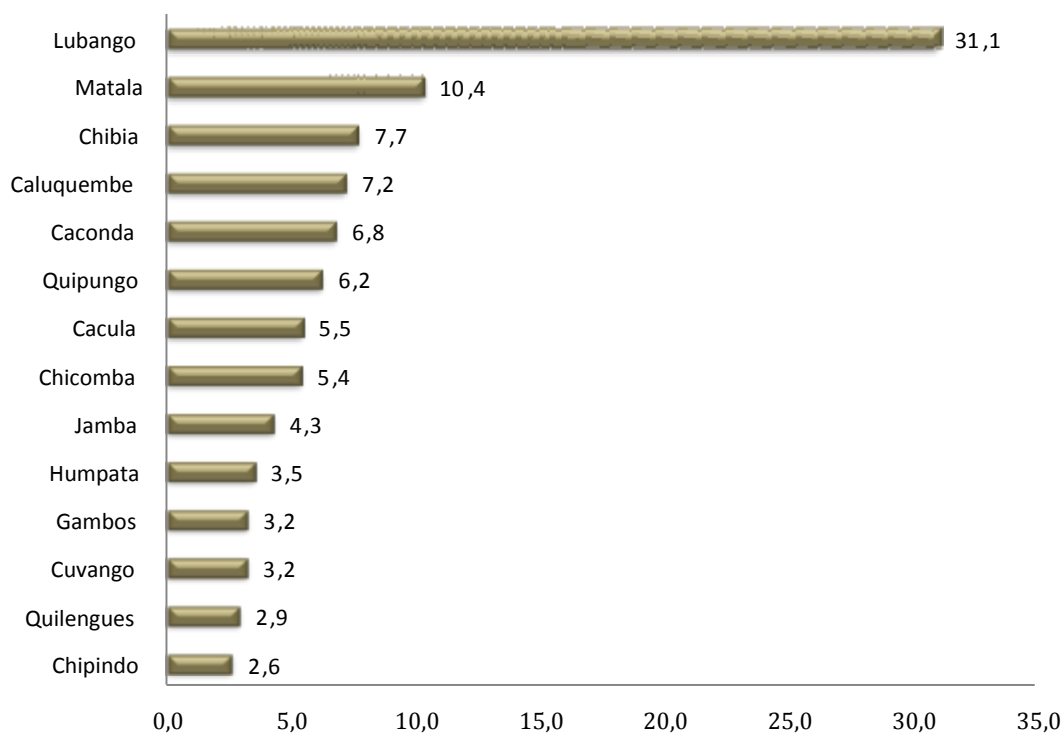
**Figura 10** - População residente na província da Huíla, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014

Província/Município Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
<b>Huíla</b>	<b>2 354 398</b>	<b>100,0</b>	<b>1 117 342</b>	<b>100,0</b>	<b>1 237 056</b>	<b>100,0</b>	<b>90,3</b>
<b>Área de residência</b>							
Urbana	781 380	33,2	371 853	33,3	409 527	33,1	90,8
Rural	1 573 018	66,8	745 489	66,7	827 529	66,9	90,1
<b>Município</b>							
Lubango	731 575	31,1	349 818	31,3	381 757	30,9	91,6
Cacula	128 411	5,5	61 074	5,5	67 337	5,4	90,7
Chibia	181 431	7,7	84 654	7,6	96 777	7,8	87,5
Caconda	159 908	6,8	76 550	6,9	83 358	6,7	91,8
Caluquembe	169 420	7,2	81 508	7,3	87 912	7,1	92,7
Quilengues	68 682	2,9	32 660	2,9	36 022	2,9	90,7
Cuvango	75 805	3,2	36 578	3,3	39 227	3,2	93,2

Quipungo	146 914	6,2	67 431	6,0	79 483	6,4	84,8
Matala	243 938	10,4	115 105	10,3	128 833	10,4	89,3
Chicomba	127 273	5,4	60 783	5,4	66 490	5,4	91,4
Jamba	100 910	4,3	47 667	4,3	53 243	4,3	89,5
Chipindo	61 385	2,6	29 267	2,6	32 118	2,6	91,1
Gambos (ex-Chiange)	75 988	3,2	34 831	3,1	41 157	3,3	84,6
Humpata	82 758	3,5	39 416	3,5	43 342	3,5	90,9

O município do Lubango é o mais populoso, concentrando 31% do total da população da província. Seguem-se, os municípios da Matala 10%, Chibia 8% e Caluquembe 7%. Estes 4 municípios concentram 56% do total da população residente na província.

**Figura 11** – Distribuição percentual da população residente na província da Huíla por município



**Fonte:** INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares.

Tal como referido nos capítulos anteriores, Angola é um país cujo povo é constituído por várias etnias e comunidades histórico-naturais que mantêm, desenvolvem e integram um rico e diversificado património cultural. Este património confere ao país um carácter distinto, do qual resulta uma identidade própria e única que pensamos poder e dever ser preservada, enriquecida e

desenvolvida, com vista a consolidar um firme sentido de identidade, orgulho e unidade nacional, constituindo uma força vitalizadora do processo de desenvolvimento.

Neste contexto, a Huíla é etnologicamente uma província multicultural e multilingue, o que significa que a sua população tem uma identidade bastante heterogénea, pois é habitada por uma diversidade de comunidades étnicas, destacando-se Ganguelas, Nhanekas-humbes, Ovimbundos, Hereros e Sans e até mesmo Tchokues, conferindo-lhe esse facto uma das estruturas étnicas mais complexas do país, em termos da multiplicidade de grupos e subgrupos étnicos, culturas e línguas locais faladas. As razões desta multiplicidade de grupos étnicos na província da Huíla são históricas e quanto a mais de um aspeto o poder colonial europeu está associado a esta problemática.

Estudos realizados pelo autor no quadro deste doutoramento indicam que, por altura da formação dos distritos em Angola, e no caso particular do distrito da Huíla, o governo português, para além das questões geográficas, teve de igual forma em conta a questão relacionada com o rendimento económico das populações. Nesta conformidade, a comuna da Huíla (designação atribuída a atual província da Huíla) e arredores, habitada por aquela altura essencialmente pelos grupos étnico-linguísticos Nhanekas-humbes. Do ponto de vista económico, com exceção do gado não dispunham de mais recursos, sendo a agricultura, basicamente relativa ao sorgo (massango e massambala), bastante fragmentária. Ora, do ponto de vista das trocas comerciais com o poder colonial, esta situação não podia obviamente despertar um interesse visível, pois, salvo o gado, que também existia de certa forma em quantidades diminutas para uma verdadeira atividade comercial, esta região não tinha outra atividade económica de realce. Esta realidade histórica levou a que as populações locais (Nhanekas ou Muílas, Humbes e outros) fossem do ponto de vista de atividades económicas bastante atrasadas e ligadas sobretudo à pastorícia, quando comparadas a outros povos, que tinham uma riqueza relativamente mais desenvolvida e assente sobretudo na agricultura. Deste modo, o poder colonial teve a necessidade de anexar territórios de outras províncias para fazer da Huíla um distrito, com dimensões económicas e geográficas aceitáveis.

Foi assim que territórios como Caconda e Caluquembe, que faziam parte da província de Benguela, foram anexadas ao distrito da Huíla, com o objetivo de dar reais possibilidades económicas e de trocas comerciais ou seja, conferir maior peso na balança comercial de transações, entre o poder colonial e as populações locais. Outras localidades ainda, como o Cuvango e a Jamba, com uma faixa territorial bastante considerável e com um peso económico destacável, por praticarem a agricultura e a pesca por aquela altura, também foram anexadas ao distrito da Huíla, o que foi visto pelos naturais da comuna da Huíla como uma ameaça real à sua existência e entendido como uma dupla opressão, quer do poder colonial, quer pelo grande volume de pessoas que se juntou ou foi agregada ao distrito. Esta realidade histórica conferiu e confere à província da Huíla, uma complexidade étnica, cultural e até racial bastante acentuada, bem como dos problemas que lhe são associáveis, quer no passado, quer na atualidade, constituindo este desiderato o interesse do nosso trabalho, na medida em que tem constituído fonte de especulações relativamente aos fenómenos de discriminação étnica e racial entre as sus populações desta província.

Quanto à estrutura familiar e social desta província, ela encontra-se afetada por conseqüências de fenómenos recentemente verificados, nomeadamente os decorrentes dos efeitos da guerra e dos que se seguiram ao processo de paz, tendo ambos contribuído para fenómenos de migração interna. Os estudos do governo da província da Huíla espelhados na Proposta de Plano de Desenvolvimento da província da Huíla, 2013-2017, têm apontado que uma grande parte da população da Huíla vive apenas metade das suas vidas nos lugares de nascimento ou residência, constituindo este fenómeno (migração), um elemento de importância determinante, para a compreensão da dinâmica demográfica e socioeconómica da população huilana. Os mesmos estudos adiantam ainda que a cidade do Lubango representa o principal aglomerado populacional de toda a província, concentrando aproximadamente 43% da população total, sendo que a densidade populacional da província corresponde a aproximadamente 42 hab/km<sup>2</sup>, registando uma distribuição bastante irregular no território, destacando-se: município do Lubango, 450 hab/km<sup>2</sup> (valor máximo) e o município do Kuvango, 10 hab/km<sup>2</sup> (valor mínimo) (2012: 7-9).

### 4.3.- Caracterização da Província do Huambo

Consideremos seguidamente o caso da província do Huambo. Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam nesta província 1.896.147 pessoas, sendo 899.690 do sexo masculino e 996.457 do sexo feminino.

Figura 12 - Mapa da Província do Huambo



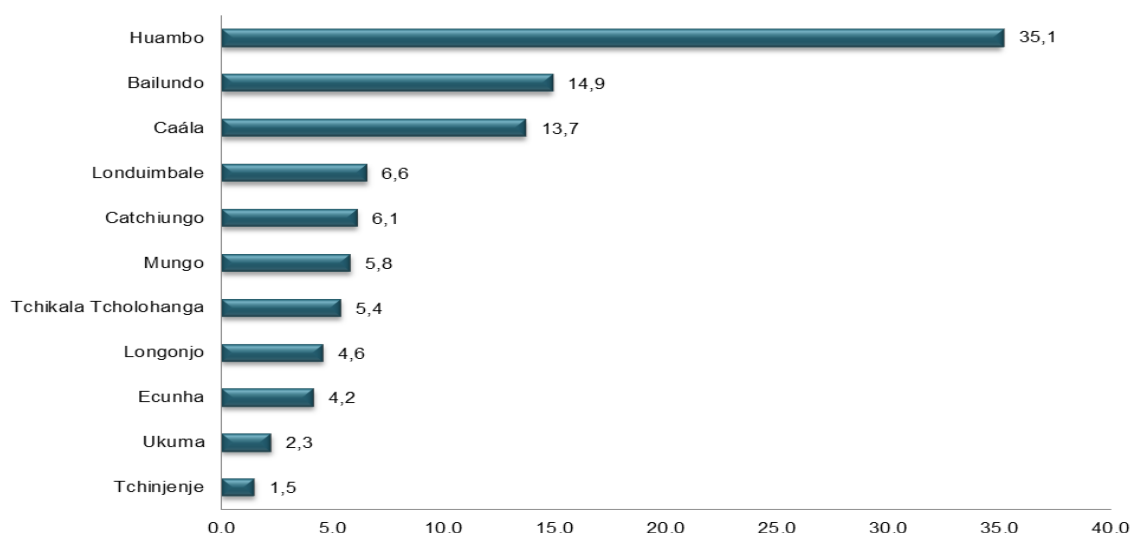
Figura 13 - População residente na província do Huambo, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014

Província/Município Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Huambo</b>	<b>1 896 147</b>	<b>100</b>	<b>899 690</b>	<b>100</b>	<b>996 457</b>	<b>100</b>	<b>90,3</b>
<b>Área de residência</b>							
Urbana	885 297	46,7	422 828	47,0	462 469	46,4	91,4
Rural	1 010 850	53,3	476 862	53,0	533 988	53,6	89,3
<b>Município</b>							
Huambo	665 574	35,1	318 177	35,4	347 397	34,9	91,6
Tchikala Tcholohanga	101 914	5,4	48 270	5,4	53 644	5,4	90,0
Catchiungo	115 622	6,1	55 069	6,1	60 553	6,1	90,9
Bailundo	282 150	14,9	133 100	14,8	149 050	15,0	89,3
Caála	259 483	13,7	123 768	13,8	135 715	13,6	91,2
Ecunha	78 848	4,2	37 266	4,1	41 582	4,2	89,6
Ukuma	42 687	2,3	20 159	2,2	22 528	2,3	89,5
Longonjo	86 795	4,6	40 860	4,5	45 935	4,6	89,0
Mungo	110 429	5,8	51 564	5,7	58 865	5,9	87,6
Londumbale	124 448	6,6	58 226	6,5	66 222	6,6	87,9
Tchinjenje	28 197	1,5	13 231	1,5	14 966	1,5	88,4
<b>Fonte:</b> INE, RGP 2014, Resultados Preliminares.							

O município do Huambo é o mais populoso, concentrando 35% da população da província. Seguem-se, os municípios do Bailundo 15%, Caála 14%, Longuimbale 7% e o Catchiungo 6%. Estes 5 municípios concentram 77% do total da população residente na província.

O município do Tchinjaenje registou o menor número de residentes com 2% da população da província. Seguem-se outros cinco municípios com uma população inferior a 6% cada um, nomeadamente Tchikala Tcholoonga, Longonjo, Ecunha e Ukuma. Estes cinco municípios concentram apenas 17% da população da província.

**Figura 14** – Distribuição percentual da população residente na província do Huambo por município, 2014



**Fonte:** INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares.

A província do Huambo possui uma área de 35 771 km<sup>2</sup> e de etnia predominantemente umbundo. A sua capital é a cidade de Huambo e dista de Luanda por 600 km. É limitada pelas províncias de Kwanza-Sul (Norte), Bié (Este), Huíla (Sul) e Benguela (Oeste).

Do ponto de vista económico, Huambo está essencialmente voltada para a área de extração mineral e agropecuária, que representa 76% da atividade económica da província, enquanto a área industrial ainda tenta se recuperar após a Guerra Civil. As principais produções de agropecuária são: citrinos, batata, batata-doce, arroz, feijão, trigo, hortícolas de toda a espécie, gado bovino, cavalari, caprino, suíno e ovino. Na área de mineração existem: manganês, diamante, volfrâmio, ferro, ouro, prata, cobre, urânio, entre outros. A província possui indústria de

Metalomecânica, Química, Materiais de Construção, Têxtil, confeções, Couro e calçado, Alimentar, Bebidas e tabaco, Madeira e mobiliário. Mas todas as áreas não estão funcionando a plenas capacidades. A província luta para voltar a ter o segundo maior parque industrial do país, o que acontecerá caso toda a sua capacidade industrial volte a ser utilizada, como foi no passado.

A maior altitude da província (e do país) situa-se no Morro Moco, com mais de dois mil metros de altitude, e desta zona irradiam numerosos rios e riachos em direção ao litoral e países vizinhos. Pelo território da província passa o extenso caminho-de-ferro de Benguela (CFB), vindo do litoral (Lobito) e vai até à fronteira com a República Democrática do Congo. Antes da independência nacional, esta era a via preferida para o escoamento dos minérios e mercadorias vindas do Congo e Zâmbia e tal como já fiz referência, espera-se que venha a jogar um papel importante no actual contexto económico, político e social dos países da região.

A maioria da população de Huambo é de origem Ovimbundu, sendo Wambo Kalunga fundador do reino do Wambo, tendo sido a província com maior população de Angola até antes da Guerra Colonial (na época chamava-se Nova Lisboa), lugar que passou posteriormente a ser ocupado pela província de Luanda.

Relativamente ao estudo realizado à província do Huambo sobre o tema em análise, foram indagados um total de vinte (20) entrevistados, sendo dezasseis (16) docentes universitários, dentre os quais um (1) luso descendente, treze (13) pertencentes ao grupo étnico ovimbundo, todos naturais da província do Huambo, apenas dois residentes sendo um (1) da etnia bakongo, natural da província do Zaire, um (1) da etnia tchokwe, natural da Lunda Sul, dois (2) altos funcionários da administração provincial, todos naturais da província do Huambo e dois (2) agentes económicos da província do Huambo, sendo um natural da província vizinha do Bié.

#### 4.4.- Caracterização da Província de Luanda

Finalmente, consideremos também o caso da província de Luanda. Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam nesta província 6.542.944 pessoas, sendo 3.205.346 do sexo masculino e 3.337.598 do sexo feminino.

Figura 15 - Mapa da província de Luanda



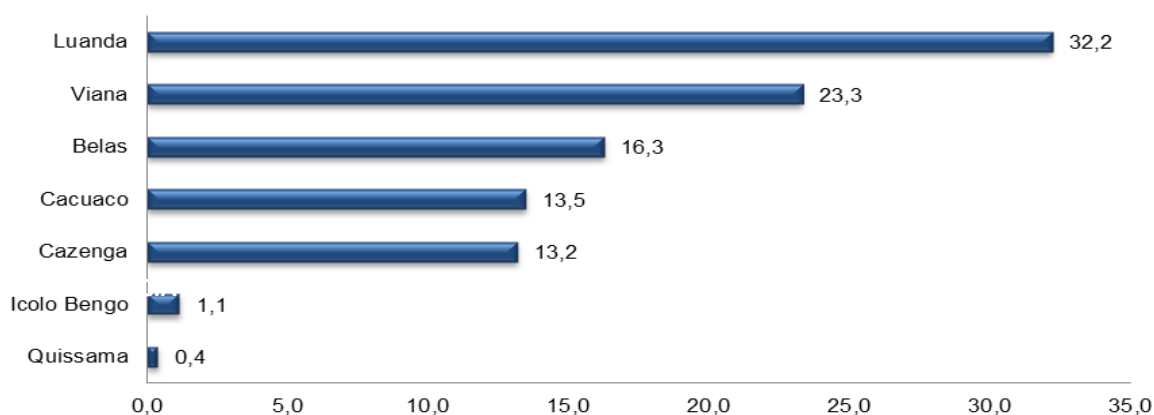
Figura 16 - População residente na província de Luanda, por município, área de residência, sexo e índice de masculinidade, em 2014

Província/ Município Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>Luanda</b>	<b>6 542 944</b>	<b>100</b>	<b>3 205 346</b>	<b>100</b>	<b>3 337 598</b>	<b>100</b>	<b>96,0</b>
<b>Área de residência</b>							
Urbana	6 377 246	97,5	3 121 563	97,4	3 255 683	97,5	95,9
Rural	165 698	2,5	83 783	2,6	81 915	2,5	102,3
<b>Município</b>							
Cazenga	862 351	13,2	423 909	13,2	438 442	13,1	96,7
Cacuaco	882 398	13,5	431 046	13,4	451 352	13,5	95,5
Viana	1 525 711	23,3	747 359	23,3	778 352	23,3	96,0
Luanda	2 107 648	32,2	1 030 224	32,1	1 077 424	32,3	95,6
Belas	1 065 106	16,3	521 733	16,3	543 373	16,3	96,0
Icolo e Bengo	74 644	1,1	37 922	1,2	36 722	1,1	103,3
Quissama	25 086	0,4	13 153	0,4	11 933	0,4	110,2

A Figura 16 mostra que o município de Luanda é o mais populoso, concentrando cerca de 32% da população residente da província, seguem-se, os municípios de Viana 23% e Belas 16%. Estes 3 municípios concentram cerca de 72% do total da população residente na província. Os municípios de Icolo e Bengo

e da Quissama apresentam os menores números de residentes com 1,1% e 0,4% da população da província, respetivamente.

**Figura 17** - Distribuição percentual da população residente na província de Luanda por município, 2014



**Fonte:** INE, RGPB 2014, Resultados Preliminares.

Luanda é, em área territorial, a menor província de Angola, com 24.651 km<sup>2</sup> de área. Sua capital é Luanda, a maior cidade e capital de Angola. Luanda é também a província de Angola mais industrializada e com o maior crescimento económico, por ter sofrido poucos efeitos da guerra civil e também por ter beneficiado do êxodo das populações a partir das suas áreas de origem para Luanda. Com a estabilidade económica e social dos últimos anos, Luanda tem contado com numerosos novos investimentos. Pela reforma administrativa de 2011, a província viu alargada a sua área, passando a contar com sete municípios: Cacuaco, Belas, Cazenga, Ícolo e Bengo, Luanda, Quiçama e Viana. Os anteriores municípios de Ingombota, Kilamba Kiayi, Maianga, Rangel, Samba e Sambizanga passaram a constituir o novo município de Luanda.

Luanda tem uma baía e uma restinga, a Ilha de Luanda, que se estende por mais de catorze quilómetros de praias, restaurantes e moradias de pescadores. O centro da cidade está a sofrer transformações e arranha-céus muito sofisticados que contrastam com os musseques dos arredores da cidade. Acredita-se que mais de 70% da população da capital viva nas zonas suburbanas. Luanda Sul é a zona de maior desenvolvimento habitacional e é o local onde foi construído o primeiro “shopping center” de Angola, o “Belas Shopping” no município de Belas.

A província é semiárida de clima tropical quente e seco. A temperatura média anual da província situa-se entre os 25º C e os 26º C, com o máximo de 27º C,

coincidindo com o período das chuvas. Julho e Agosto são meses mais frescos, especialmente no litoral, onde a temperatura desce um pouco abaixo dos 25º C. O clima da região é influenciado pela proximidade do mar “Corrente de Benguela” e, apesar de não ser demasiado quente, é húmido. Nas zonas não urbanas, a vegetação mais comum é o capim e poucas árvores, com destaque para o imbondeiro (*Adansonia digitata*). O Parque Nacional da Kissama também faz parte da província de Luanda (Wikipédia, a Enciclopédia livre). Todavia, Luanda carrega consigo vários contrastes, pois, ao lado dos prédios decrepitos e arranha-céus, contempla-se em simultâneo opulência e pobreza. O trânsito é caótico: uma mera deslocação de 10 quilómetros pode transformar-se num suplício automóvel de duas horas, sendo este aliás um dos motivos que determinaram que o número de entrevistados nesta província fosse bastante reduzido, apenas com dez (10) entrevistados.

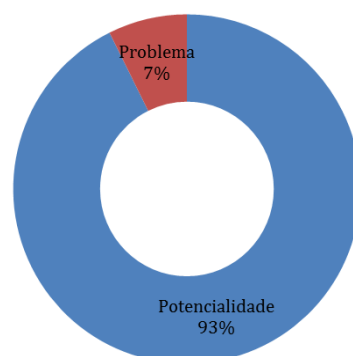
Relativamente ao estudo realizado à província de Luanda sobre o tema em análise, foram entrevistados quatro (4) docentes universitários, dos quais dois (2) da etnia ovimbundo sendo um membro da alta magistratura do país e dois (2) da etnia kimbundo, três (3) jornalistas dos quais dois (2) da etnia kimbundo e um (1) da etnia tchokwe e três (3) deputados pela Bancada Parlamentar do MPLA, dos quais dois da etnia quimbundo e um (1) da etnia kwanhama.

#### **4.5.- Análise Quantitativa**

##### **Questão 1**

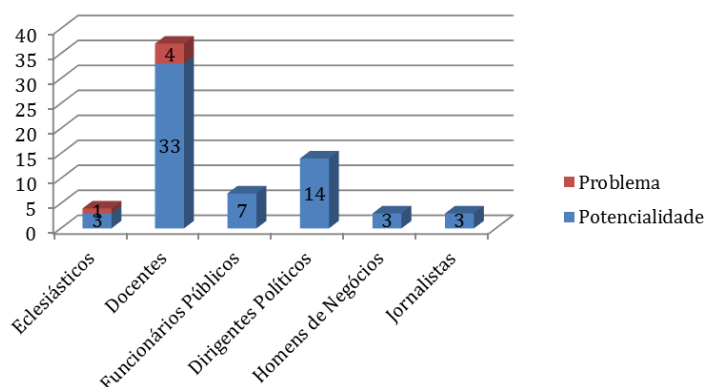
Em termos globais, a esmagadora maioria dos entrevistados considera que a diversidade étnica existente em Angola constitui uma potencialidade e ao mesmo tempo uma riqueza deste povo.

1. Como governante, político, académico ou entidade religiosa, qual é a sua visão global sobre a nossa diversidade étnica?



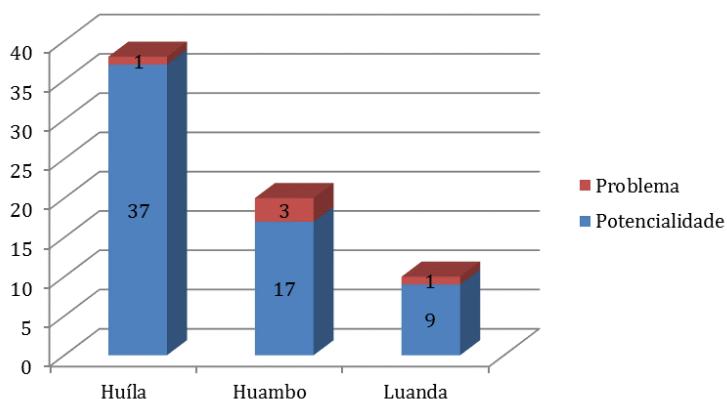
A referência à possibilidade de a diversidade étnica angolana constituir um problema apenas emerge nos entrevistados pertencentes às categorias “eclesiásticos” e “docentes”, representando 25% e 11% do total de entrevistados por categoria, respetivamente, dado considerarem que ainda se notam as diferenciações entre o norte e o sul, onde as etnias minoritárias lutam pela sua visibilidade, embora genericamente existam esforços, quer pelo lado dos governantes quer pelos intelectuais, de veicular ideários defendendo que em Angola existe “um só povo e uma só nação”.

1. Como governante, político, académico ou entidade religiosa, qual é a sua visão global sobre a nossa diversidade étnica?



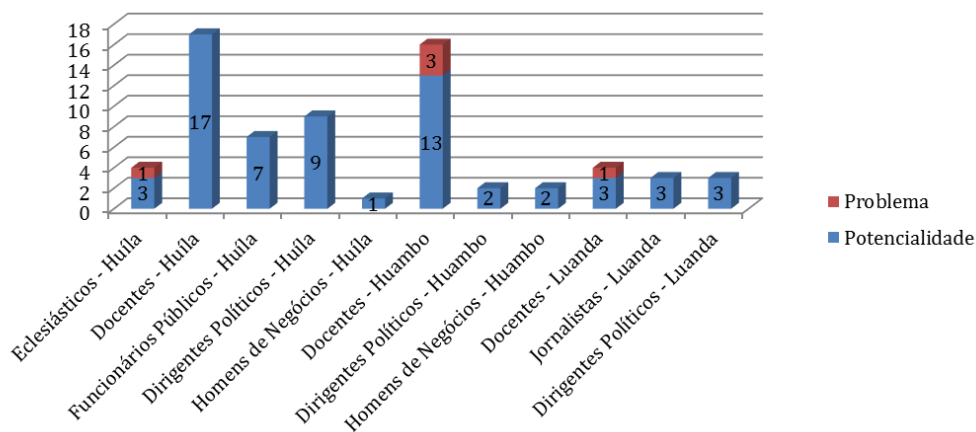
No que concerne à distribuição geográfica, podemos observar que a condição de “problema” é referida em todas as regiões, sendo mais expressiva na região do Huambo, com 15% do total de respostas, sendo que esses 15% correspondem exatamente aos três residentes não naturais dessa província, espelhando claramente as discriminações de que se queixam aqueles não naturais.

**1. Como governante, político, académico ou entidade religiosa, qual é a sua visão global sobre a nossa diversidade étnica?**



Como podemos constatar no gráfico em baixo, foi junto dos docentes do Huambo que encontramos o maior número de referências à diversidade étnica angolana como constituindo um problema. Esses três entrevistados são precisamente os residentes não naturais do Huambo que se consideram discriminados.

**1. Como governante, político, académico ou entidade religiosa, qual é a sua visão global sobre a nossa diversidade étnica?**

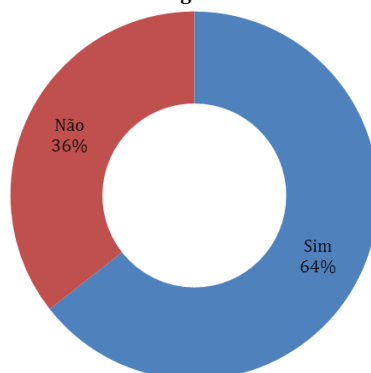


**Questão 2**

A maioria dos entrevistados (64%) considera que a diversidade étnica existente no país tem constituído um obstáculo no processo de construção da Nação angolana, precisamente por causa da exacerbação das discriminações depois do fim da guerra civil em Angola. Ou seja, se por um lado a diversidade étnica no país é percebida como uma riqueza, por outro lado sustenta-se que ela

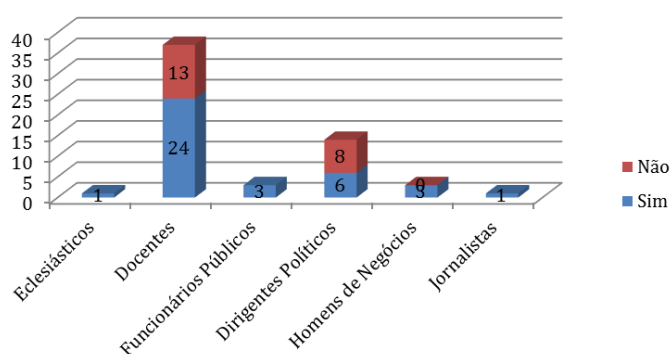
tem sido um obstáculo aos processos de construção e consolidação da nação, na verdade a todos os processos de reconstrução e desenvolvimento da nação. Aqui, a exacerbação das discriminações, bem como a multiplicidade de culturas e línguas locais faladas no país, são apontadas como os principais fatores.

**2. Considera que a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana?**



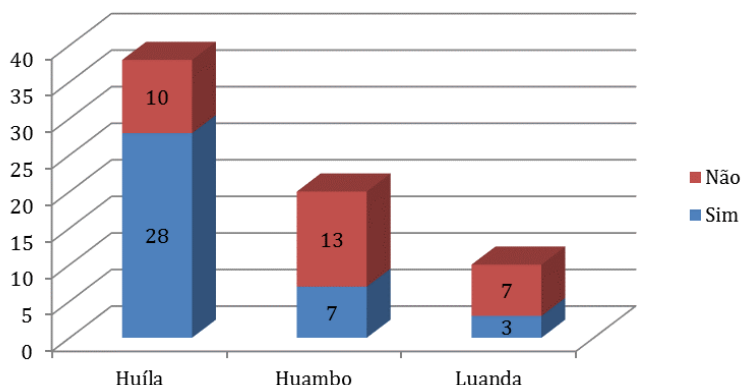
Da análise agregada por categorias socioprofissionais, salienta-se que a maioria dos dirigentes políticos (57%) não considera que a diversidade étnica constitua impedimento à construção da Nação angolana.

**2. Considera que a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana?**



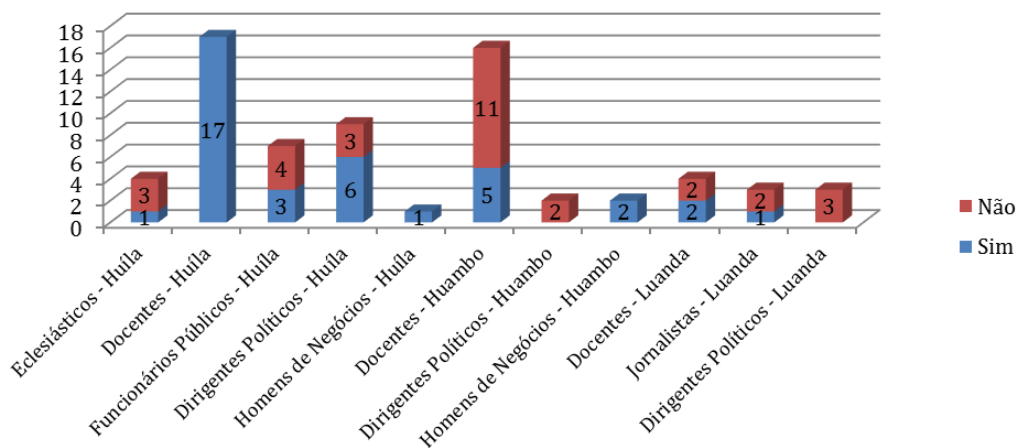
Em termos geográficos, destaca-se que a noção de que a etnicidade não tem constituído impedimento se apresenta preponderante em Luanda e no Huambo. Do total de entrevistados nestas províncias, respetivamente 70% e 65% consideram que ela não é um fator impeditivo. Quanto aos entrevistados da Huíla, 74% afirma que a diversidade étnica é impedimento.

**2. Considera que a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana?**



Da análise mais desagregada, destaca-se, como casos extremos entre si opostos, que a totalidade dos entrevistados “docentes-Huíla” considera a diversidade étnica um fator impeditivo, enquanto para 69% dos “docentes-Huambo” a mesma diversidade não constitui impedimento.

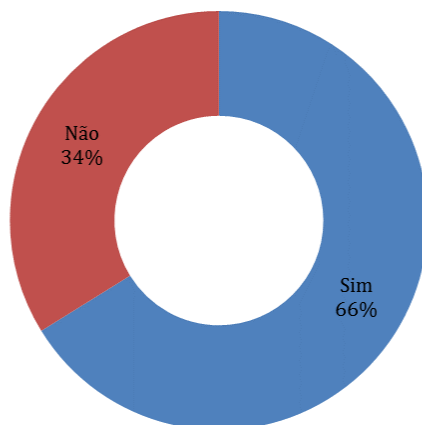
**2. Considera que a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana?**



**Questão 3**

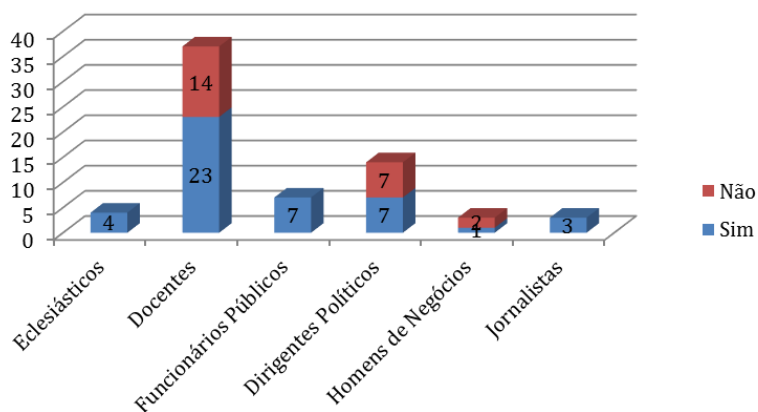
A maioria dos entrevistados (66%) considera que existem clivagens étnicas na sua província após o fim da guerra civil (2002).

**3. Do seu ponto de vista, existem ou não clivagens étnicas na sua província depois do fim da guerra civil terminada em 2002?**



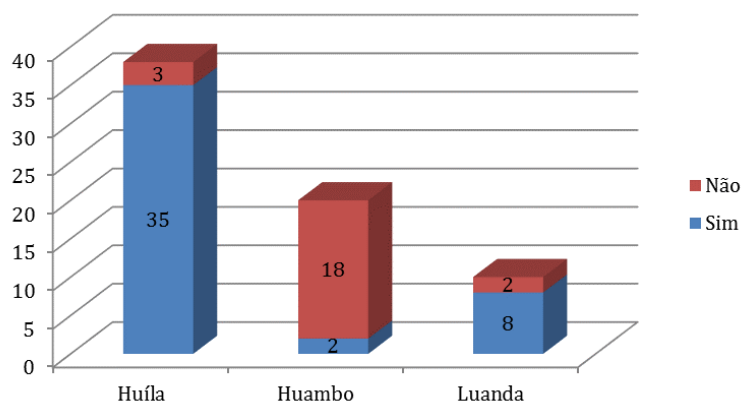
Apenas três das categorias profissionais analisadas apresentam respostas negativas no que concerne à existência de clivagens étnicas: 38% dos docentes; 50% dos dirigentes políticos e dois dos três homens de negócios entrevistados.

**3. Do seu ponto de vista, existem ou não clivagens étnicas na sua província depois do fim da guerra civil terminada em 2002?**



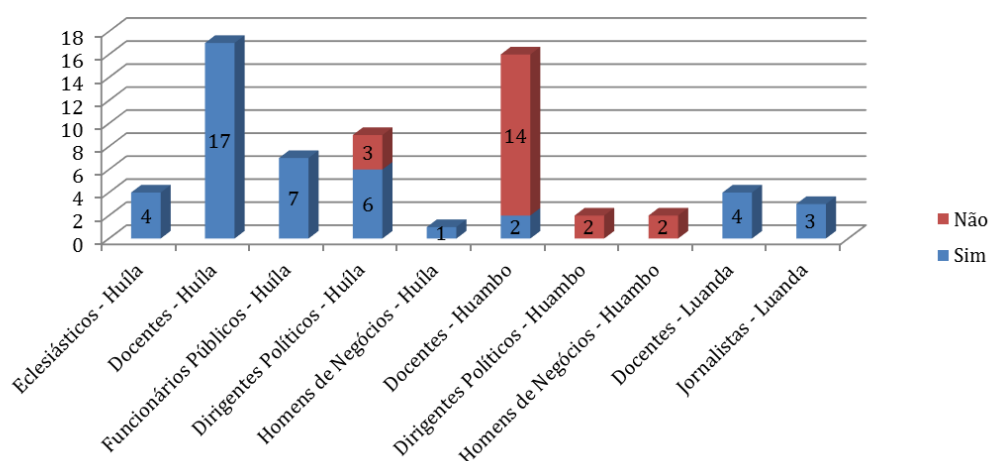
A opinião relativa à existência ou não de clivagens étnicas apresenta-se marcadamente associada a uma componente geográfica: 92% dos entrevistados na Huíla e 80% dos entrevistados em Luanda consideram que sim, enquanto por contraste 90% dos entrevistados no Huambo referem que não.

**3. Do seu ponto de vista, existem ou não clivagens étnicas na sua província depois do fim da guerra civil terminada em 2002?**



Em termos globais, destacam-se nas respostas “não” os entrevistados no Huambo, bem como os dirigentes políticos das restantes províncias.

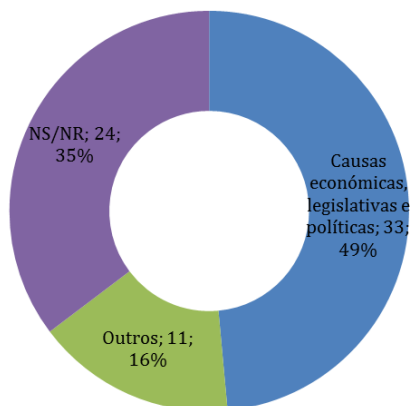
**3. Do seu ponto de vista, existem ou não clivagens étnicas na sua província depois do fim da guerra civil terminada em 2002?**



**Questão 4**

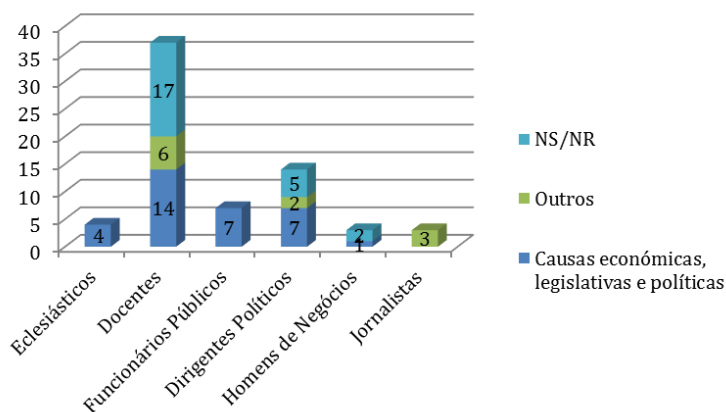
A maior parte dos entrevistados (49%) considera que as clivagens étnicas existentes se devem a causas económicas, legislativas e políticas.

**4. Tem alguma ideia quanto às possíveis causas das clivagens étnicas, depois do fim da guerra em Angola?**



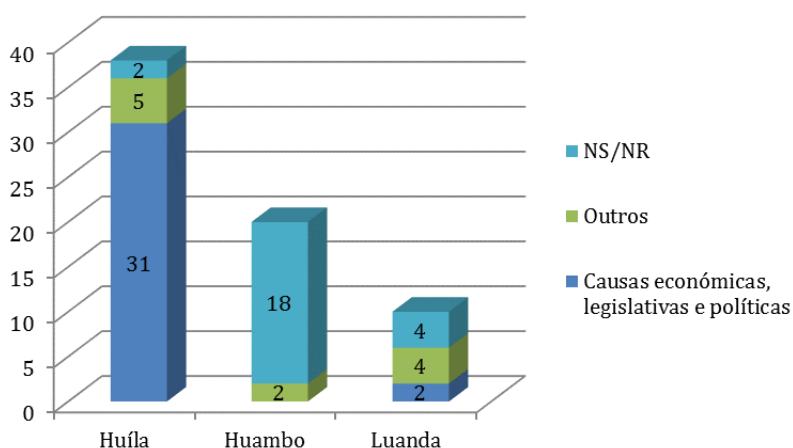
Os eclesiásticos e os funcionários públicos entrevistados foram unânimes em apontar que as clivagens étnicas existentes se devem a causas económicas, legislativas e políticas. Noutros termos, em África, e duma forma geral, o facto de se ascender a um posto governamental ou a outra posição é considerado sinónimo de estar próximo dos recursos e de fácil enriquecimento, estando implícito que, quando as pessoas são indicadas para qualquer missão, em vez de servirem procuram primeiro servir-se, advindo daí lutas intestinas visando ocupar esta ou aquela posição, discriminando aqueles que não fazem parte do “nosso” grupo étnico. Concorre ainda para este fenómeno a fragilidade do poder legislativo, incapaz de adotar leis que possam penalizar severamente aqueles que, no cumprimento das suas funções, usam inadequadamente os recursos postos à sua disposição.

**4. Tem alguma ideia quanto às possíveis causas das clivagens étnicas, depois do fim da guerra em Angola?**



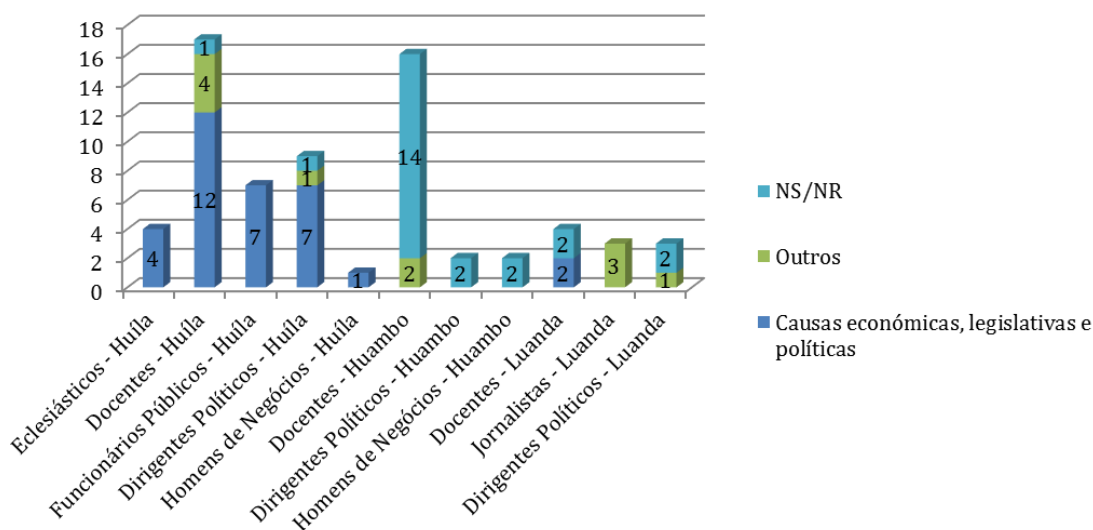
Em termos geográficos, enquanto na Huíla 81% dos entrevistados apontam as causas económicas, legislativas e políticas como responsáveis pelas clivagens étnicas existentes, já as províncias do Huambo e Luanda apresentam uma elevada percentagem de não-resposta (90% e 40%, respetivamente).

**4. Tem alguma ideia quanto às possíveis causas das clivagens étnicas, depois do fim da guerra em Angola?**



Apenas existe unanimidade nas opiniões proferidas pelos eclesiásticos e funcionários públicos da Huíla e pelos jornalistas de Luanda.

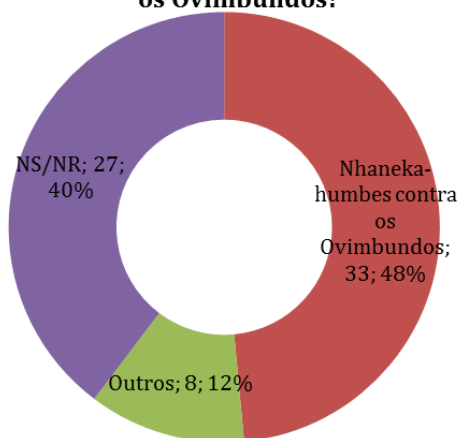
**4. Tem alguma ideia quanto às possíveis causas das clivagens étnicas, depois do fim da guerra em Angola?**



### Questão 5

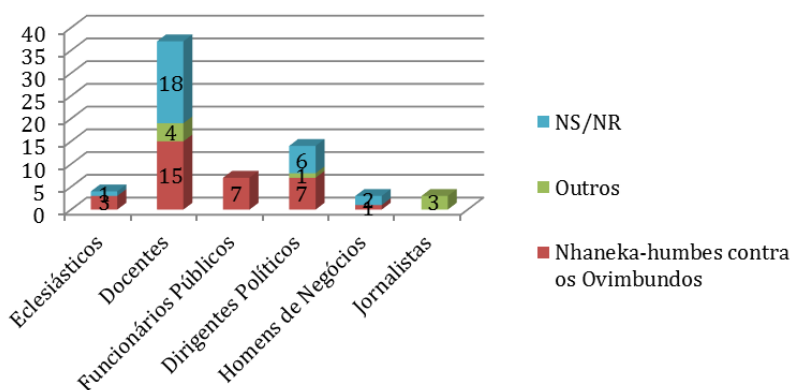
A discriminação étnica mais apontada (48% das respostas) refere-se aos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos.

**5. No caso da província da Huíla, considera mais perceptível a discriminação dos Ovimbundos contra os Nhaneka-humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos?**



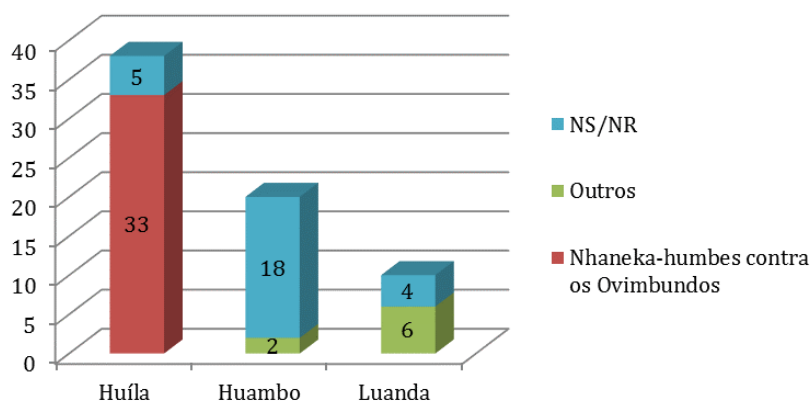
A discriminação étnica dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos é referida por 75% dos eclesiásticos, 40% dos docentes, 100% dos funcionários públicos, 50% dos dirigentes políticos e por um dos três homens de negócios entrevistados.

**5. No caso da província da Huíla, considera mais perceptível a discriminação dos Ovimbundos contra os Nhaneka-humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos?**



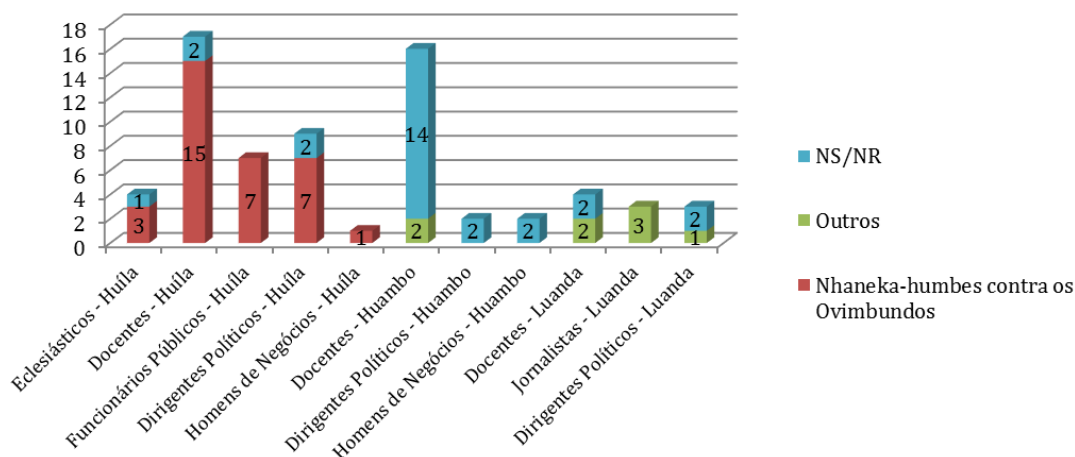
A discriminação étnica dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos é referida por 87% dos entrevistados na Huíla.

**5. No caso da província da Huíla, considera mais perceptível a discriminação dos Ovimbundos contra os Nhaneka-humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos?**



A discriminação étnica dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos apenas é apontada pelos entrevistados na Huíla. Todavia, neste caso trata-se duma opinião esmagadoramente maioritária, devendo recordar-se que esta província constitui o maior segmento do nosso estudo. O problema das discriminações e da unidade dos vários grupos coabitando na Huíla constitui, de facto, o cerne da nossa investigação.

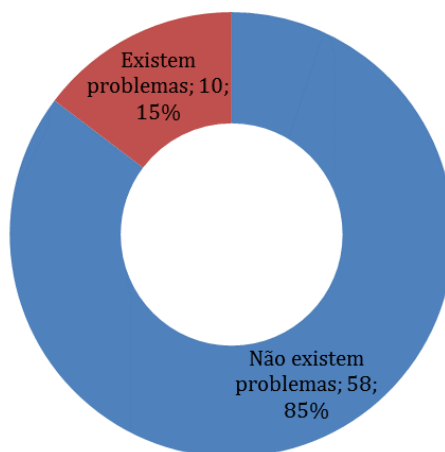
**5. No caso da província da Huíla, considera mais perceptível a discriminação dos Ovimbundos contra os Nhaneka-humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos?**



### Questão 6

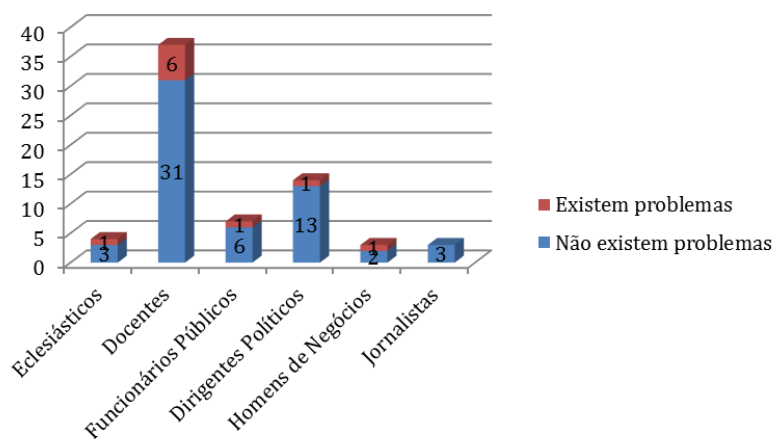
85% dos entrevistados declaram não existirem problemas em governar/trabalhar numa província multiétnica como a Huíla.

#### 6. Como define a sua experiência em governar ou trabalhar numa província multiétnica?



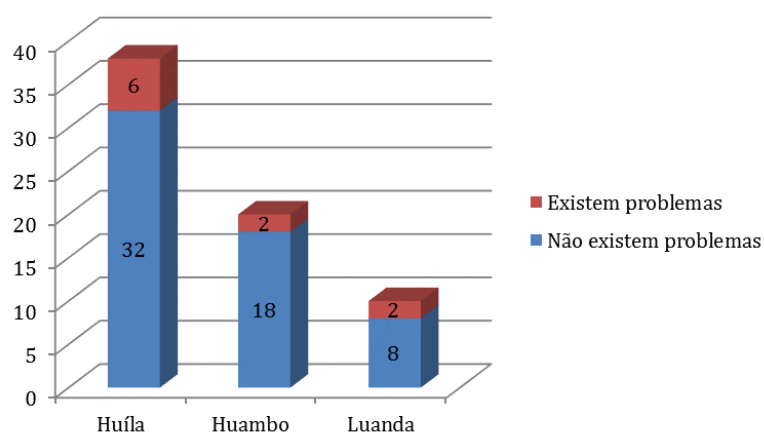
Apenas no caso da categoria profissional “jornalistas” se observa unanimidade nas respostas, sendo apontada a inexistência de problemas.

#### 6. Como define a sua experiência em governar ou trabalhar numa província multiétnica?



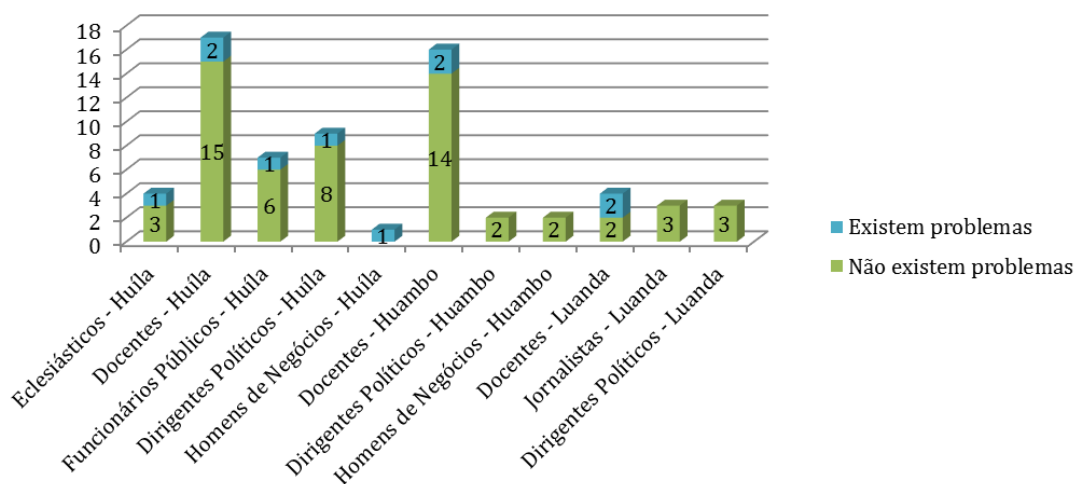
A existência de problemas é mencionada por entrevistados de todas as províncias, assumindo um maior relevo em Luanda (dois dos dez entrevistados).

**6. Como define a sua experiência em governar ou trabalhar numa província multiétnica?**



As referências à não existência de problemas são predominantes na esmagadora maioria das categorias/zonas em análise. Apenas discrepam desta tendência os homens de negócios da Huíla e os docentes de Luanda.

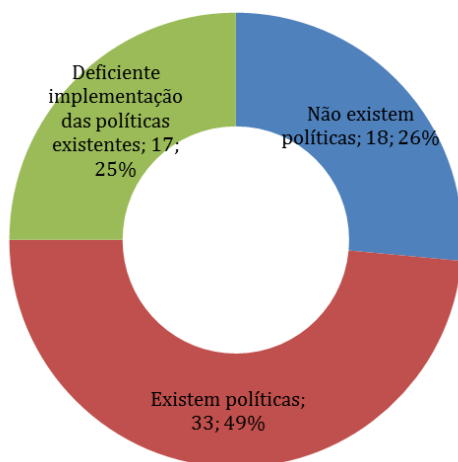
**6. Como define a sua experiência em governar ou trabalhar numa província multiétnica?**



**Questão 7**

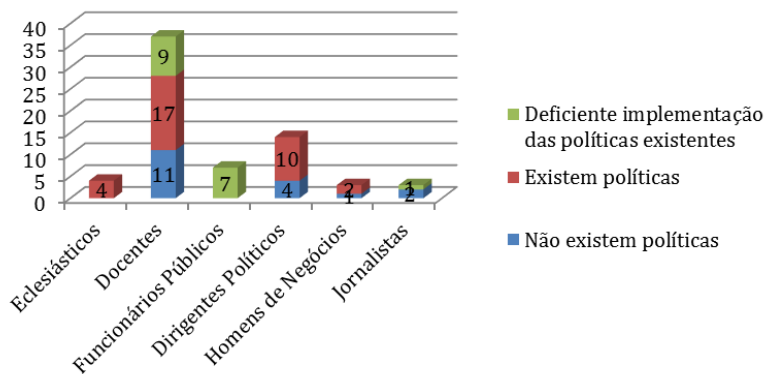
A maior parte dos entrevistados (49%) considera que existem políticas promotoras de ações visando a unificação das diferentes etnias do país.

**7. Considera que existem políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a construção da nação e a recuperação posterior à guerra civil?**



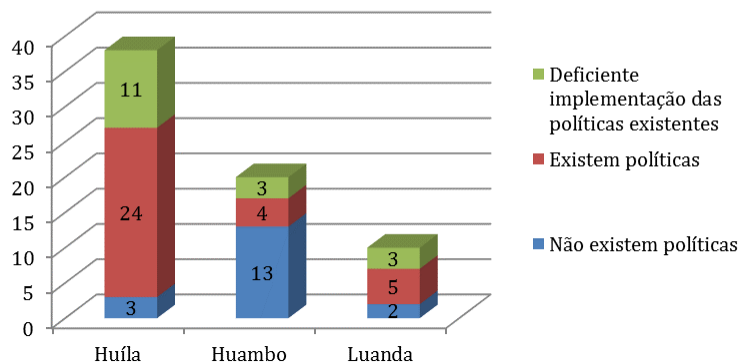
Destaca-se que apenas em duas categorias os entrevistados se apresentam unânimes: eclesiásticos (que consideram existirem políticas) e funcionários públicos (que entendem ocorrer uma deficiente implementação das políticas existentes).

**7. Considera que existem políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a construção da nação e a recuperação posterior à guerra civil?**



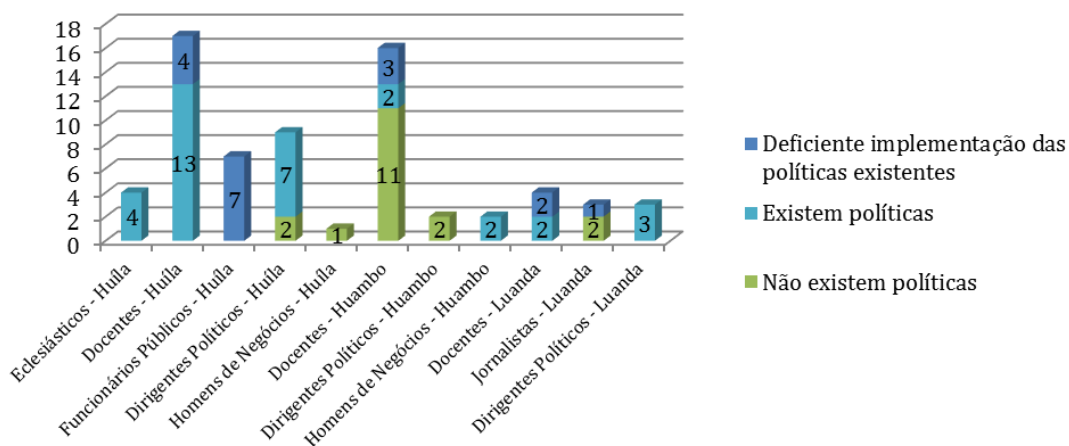
Quanto a esta questão, sobressaem algumas tendências relativas à distribuição geográfica dos entrevistados: enquanto 63% dos entrevistados na Huíla e 50% dos entrevistados em Luanda consideram existirem políticas favoráveis à unificação das diferentes etnias, pelo contrário 65% dos entrevistados no Huambo entendem que estas não existem.

**7. Considera que existem políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a construção da nação e a recuperação posterior à guerra civil?**



Salienta-se que, enquanto entre os docentes do Huambo prevalece a opinião de que não existem políticas, nos docentes da Huíla predomina a noção de que estas existem do ponto de vista teórico, não sendo todavia assim na prática. Parece portanto mais importante, para a determinação do padrão de respostas a esta questão, a pertença geográfica, a qual se sobrepõe claramente aos aspetos de natureza socioprofissional.

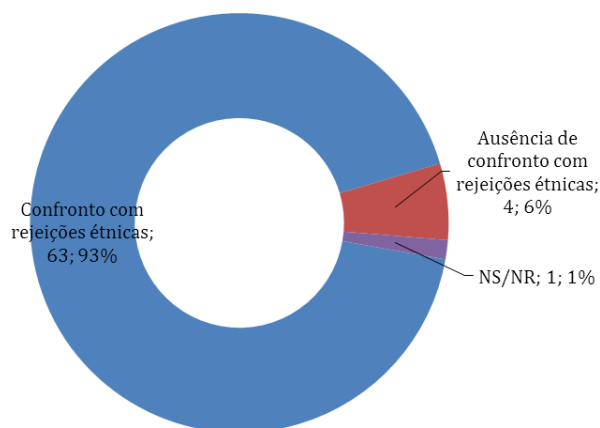
**7. Considera que existem políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a construção da nação e a recuperação posterior à guerra civil?**



**Questão 8**

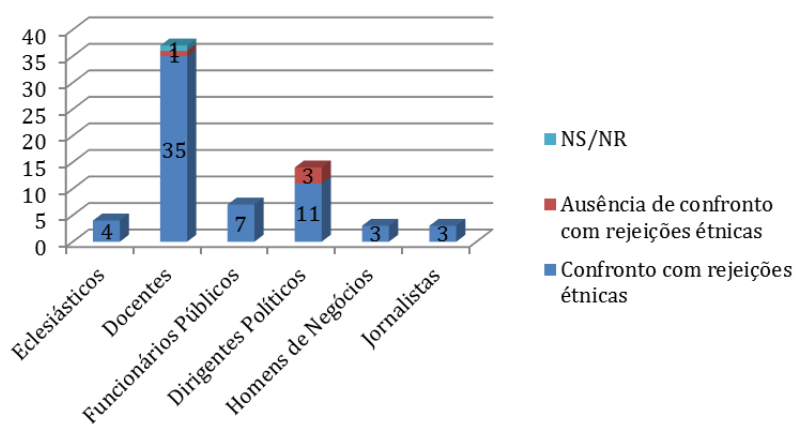
A esmagadora maioria dos entrevistados (93%) considera que a governação do país tem sido confrontada com rejeições étnicas.

**8. Considera que a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas?**



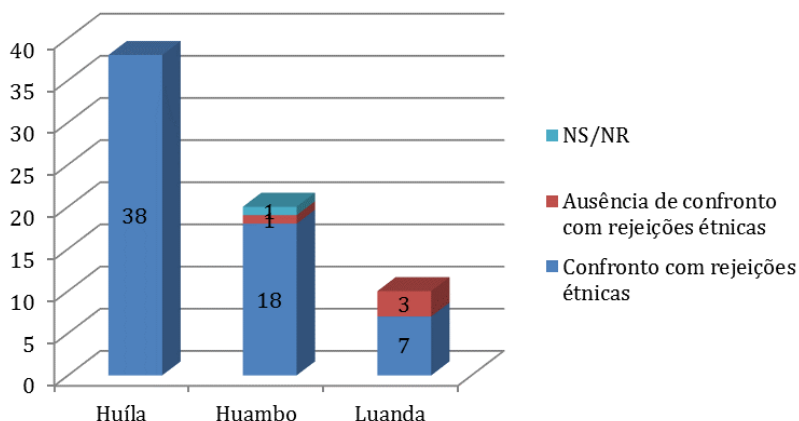
A referência à existência de confronto com rejeições étnicas está patente de modo muito significativo em todas as categorias profissionais analisadas.

**8. Considera que a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas?**



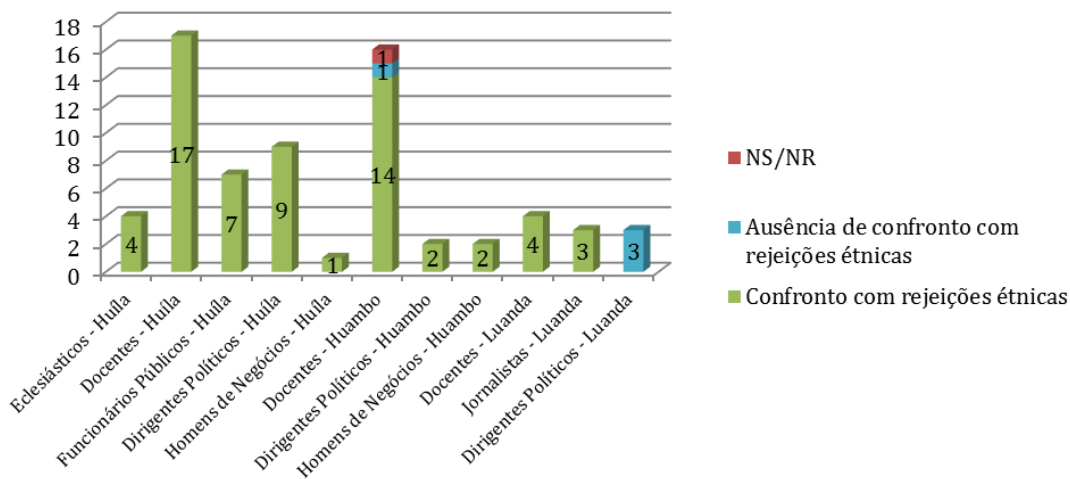
Todos os entrevistados da Huíla são da opinião de que a governação do país tem sido confrontada com rejeições étnicas.

**8. Considera que a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas?**



Os dirigentes políticos de Luanda são o único grupo de entrevistados que, de uma forma unânime, opina pela ausência de confronto com rejeições étnicas na governação do país.

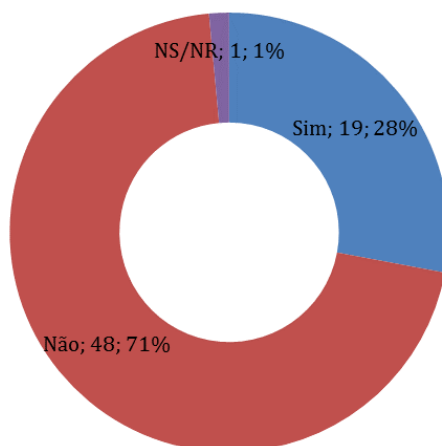
**8. Considera que a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas?**



**Questão 9**

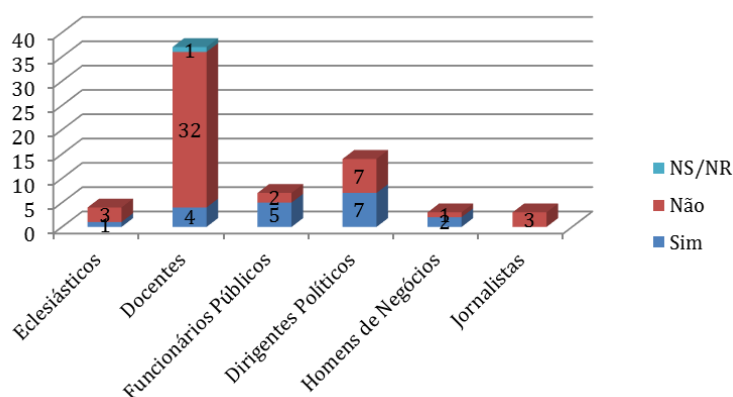
71% dos entrevistados referem nunca terem sentido rejeição resultante de não pertencerem à etnia dominante na localidade de residência.

**9. Pessoalmente, como governante/político ou académico, já se sentiu rejeitado por não pertencer à etnia da localidade onde vive?**



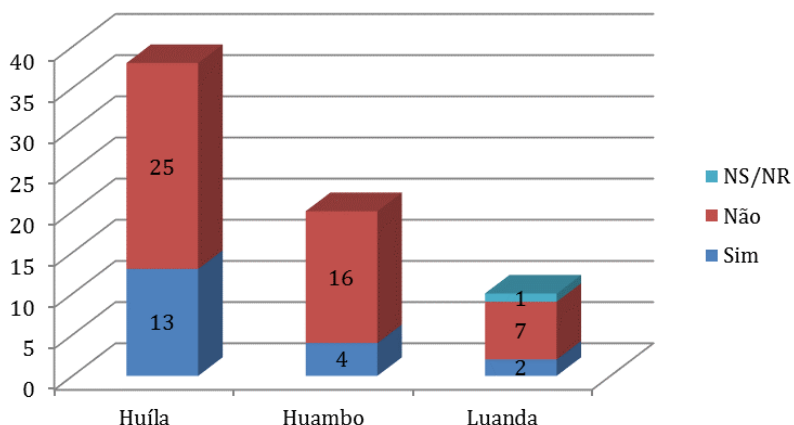
As maiores percentagens de resposta afirmativa à questão sobre a perceção de sentimento de rejeição podem ser encontradas junto dos: funcionários públicos (71%), dirigentes políticos (50%) e homens de negócios (67%).

**9. Pessoalmente, como governante/político ou académico, já se sentiu rejeitado por não pertencer à etnia da localidade onde vive?**



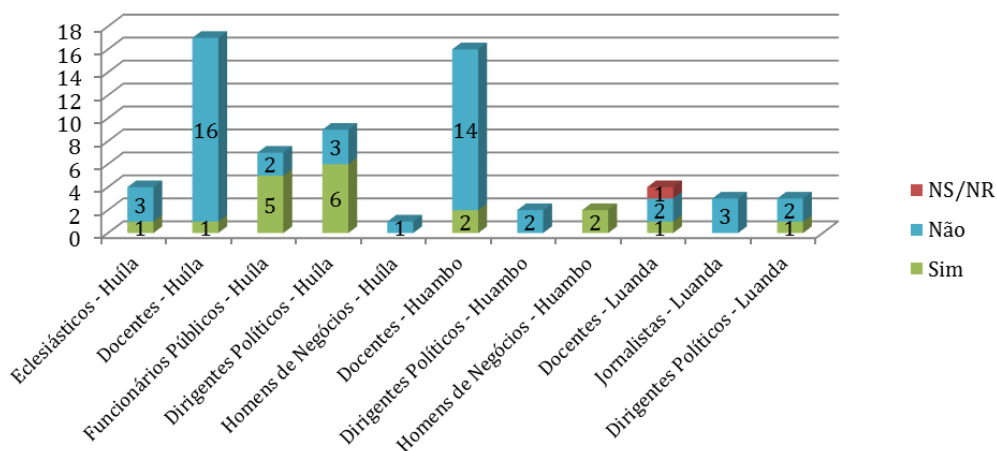
A perceção de sentimento de rejeição está presente em todas as províncias analisadas, com especial destaque para a Huíla, onde corresponde a 34% das respostas.

**9. Pessoalmente, como governante/político ou académico, já se sentiu rejeitado por não pertencer à etnia da localidade onde vive?**



A perceção de sentimento de rejeição é prevalecente nos funcionários públicos e dirigentes políticos da Huíla e nos homens de negócios do Huambo.

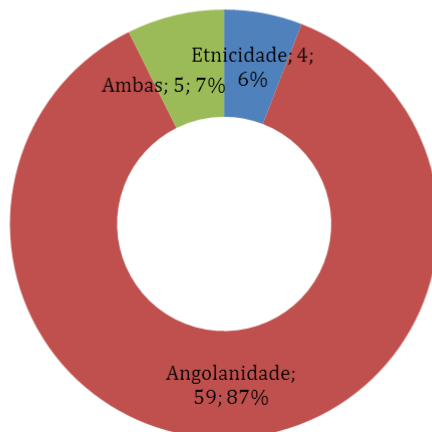
**9. Pessoalmente, como governante/político ou académico, já se sentiu rejeitado por não pertencer à etnia da localidade onde vive?**



**Questão 10**

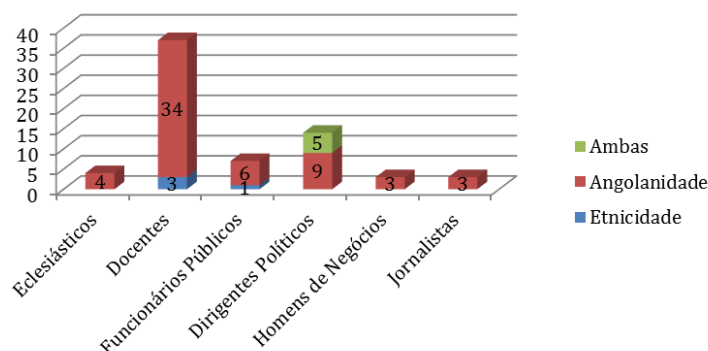
87% dos entrevistados declaram considerar-se sobretudo angolanos, independentemente da etnia.

**10. No seu relacionamento com os outros membros da sociedade, considera-se sobretudo membro de uma etnia, ou para si o mais importante é a angolanidade?**



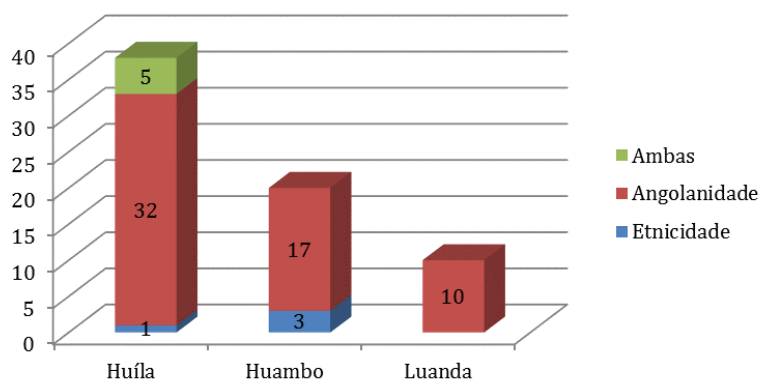
Sublinhe-se que apenas na categoria profissional “dirigentes políticos” se percebe a atribuição duma maior importância à etnicidade: 36% dos entrevistados consideram-se simultaneamente membros duma etnia e angolanos. É de referir a elevada probabilidade de este padrão de respostas ocorrer em consequência da prática continuada, em matéria de nomeação de responsáveis políticos, de um “sistema de quotas” não oficial, noutros termos, de políticas assumidas como correspondendo a uma preocupação de representatividade regional, e concomitantemente de representatividade étnica.

**10. No seu relacionamento com os outros membros da sociedade, considera-se sobretudo membro de uma etnia, ou para si o mais importante é a angolanidade?**



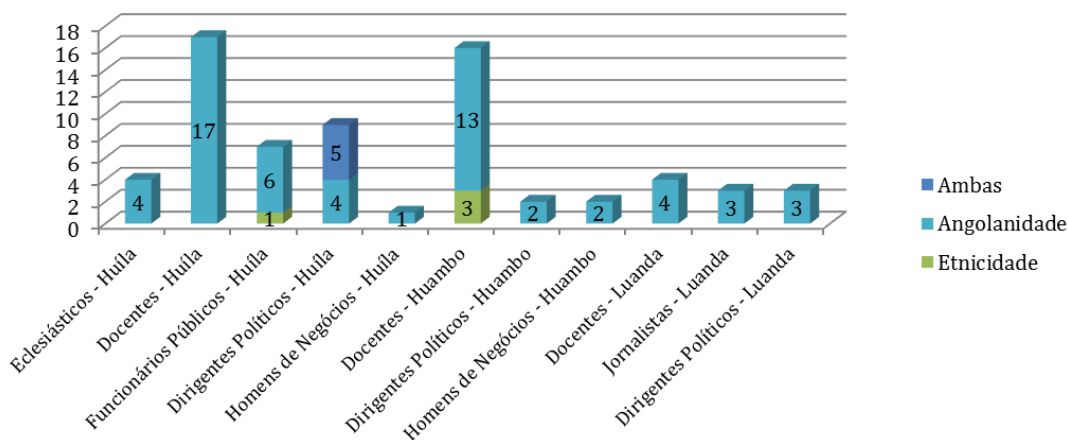
A importância prevalente da etnicidade é mais referida pelos entrevistados da província do Huambo, representando 15% das respostas, sendo os três casos correspondentes a residentes não naturais desta província.

**10. No seu relacionamento com os outros membros da sociedade, considera-se sobretudo membro de uma etnia, ou para si o mais importante é a angolanidade?**



As referências à importância simultânea de ambas, etnicidade e angolanidade, encontram-se exclusivamente entre os dirigentes políticos da Huíla. De novo, isto parece remeter para a referida prática (não consagrada legalmente) de um sistema de quotas nas nomeações políticas. Todavia, deve igualmente sublinhar-se que este traço ocorre apenas nos dirigentes políticos da Huíla.

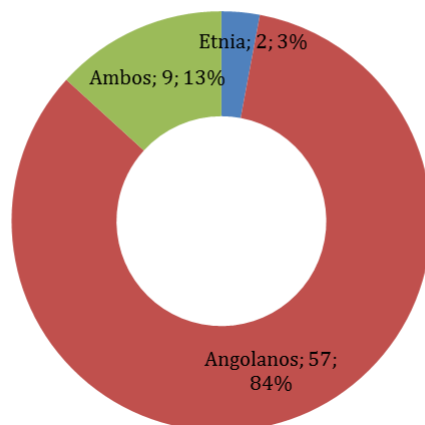
**10. No seu relacionamento com os outros membros da sociedade, considera-se sobretudo membro de uma etnia, ou para si o mais importante é a angolanidade?**



### Questão 11

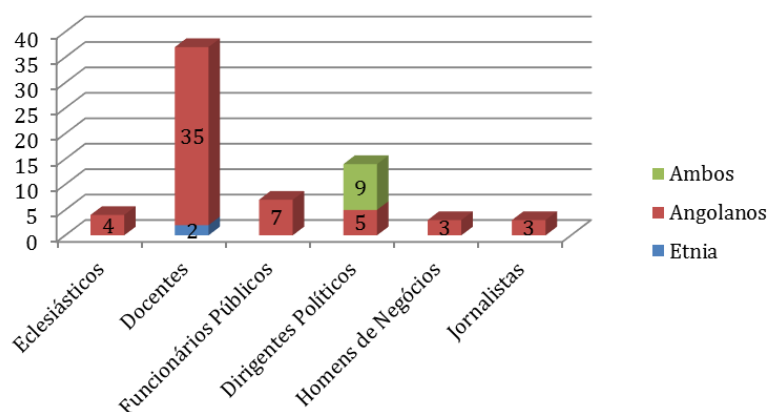
A maioria dos entrevistados (84%) refere considerar os restantes membros da sociedade sobretudo atendendo à sua angolanidade.

**11. Quanto aos outros membros da sociedade, considera-os sobretudo enquanto membros duma etnia ou tão-somente como angolanos?**



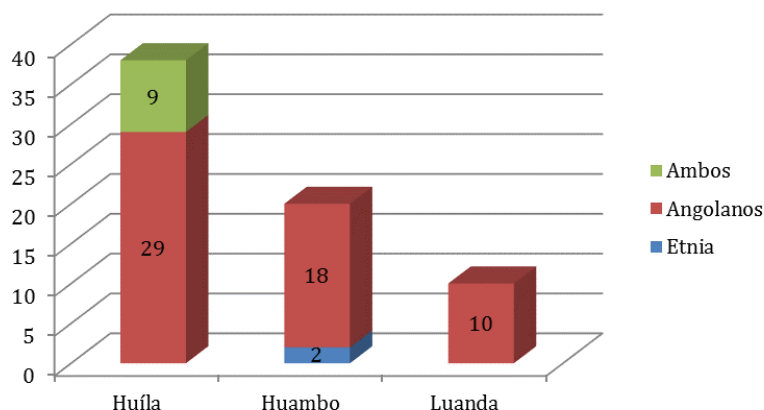
Apenas na categoria socioprofissional “docentes” se encontram menções à etnia enquanto elemento fundamental na relação com outros membros da sociedade.

**11. Quanto aos outros membros da sociedade, considera-os sobretudo enquanto membros duma etnia ou tão-somente como angolanos?**



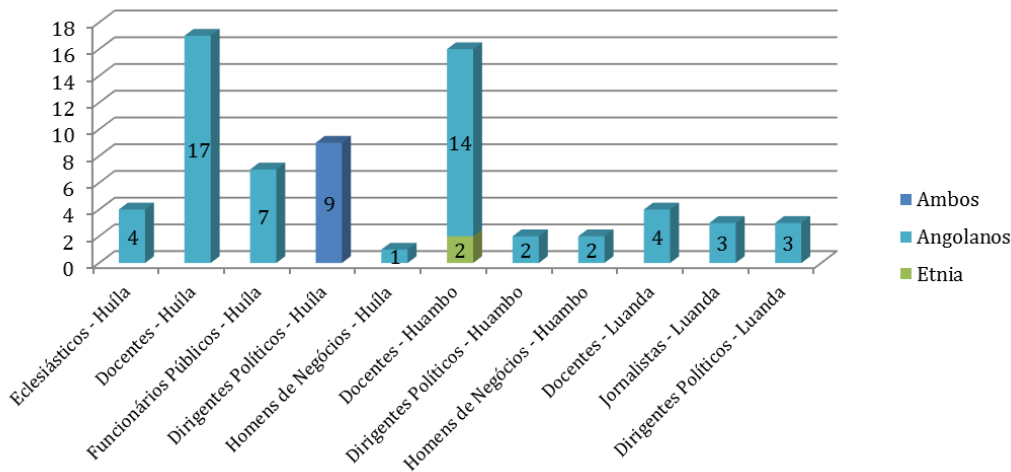
As referências à etnia enquanto elemento fundamental na relação com outros membros da sociedade foram encontradas exclusivamente junto dos entrevistados do Huambo e correspondem a dois dos três residentes não naturais desta província.

**11. Quanto aos outros membros da sociedade, considera-os sobretudo enquanto membros numa etnia ou tão-somente como angolanos?**



Menções da importância simultânea de ambas, etnicidade e angolanidade, no modo como consideram os outros membros da sociedade, encontram-se exclusivamente entre os dirigentes políticos da Huíla.

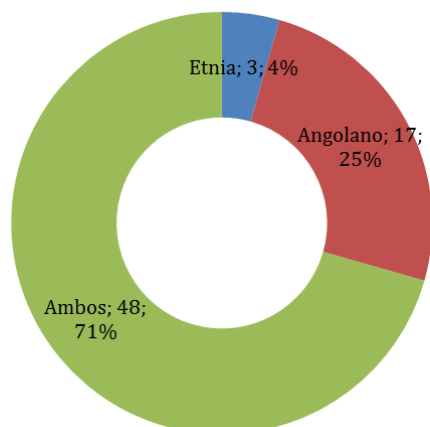
**11. Quanto aos outros membros da sociedade, considera-os sobretudo enquanto membros numa etnia ou tão-somente como angolanos?**



**Questão 12**

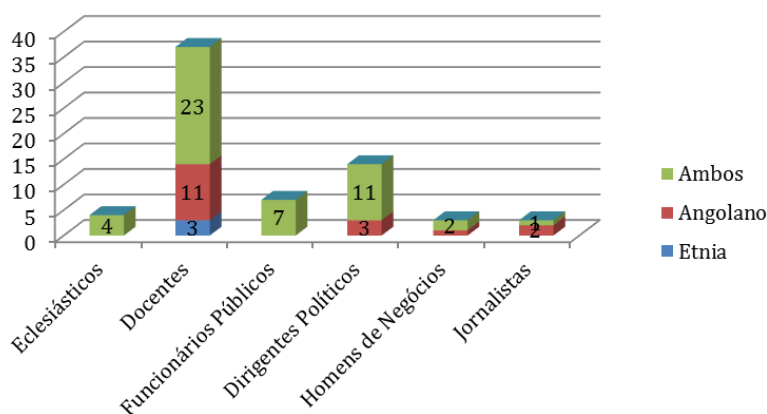
A maioria dos entrevistados (71%) considera que os restantes membros da sociedade os encaram simultaneamente enquanto membros de uma etnia e angolanos.

**12. E os restantes membros da sociedade, em sua opinião, veem-no sobretudo como membro duma etnia ou simplesmente como angolano?**



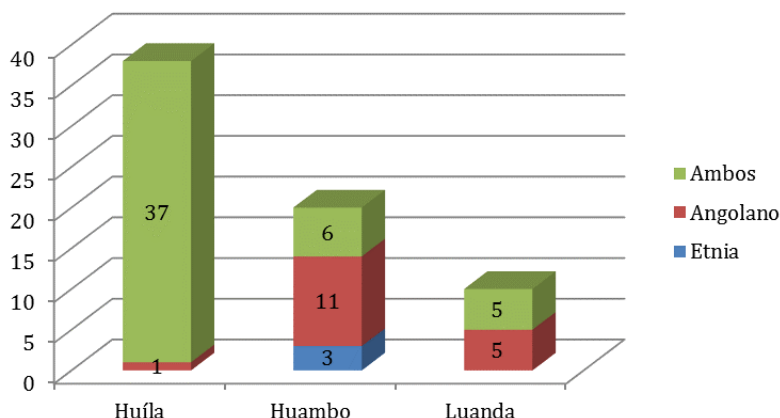
As categorias socioprofissionais em que as referências à estrita angolidade são mais expressivas são: jornalistas (dois dos três entrevistados), homens de negócios (um dos três entrevistados), docentes (30%) e dirigentes políticos (21%).

**12. E os restantes membros da sociedade, em sua opinião, veem-no sobretudo como membro duma etnia ou simplesmente como angolano?**



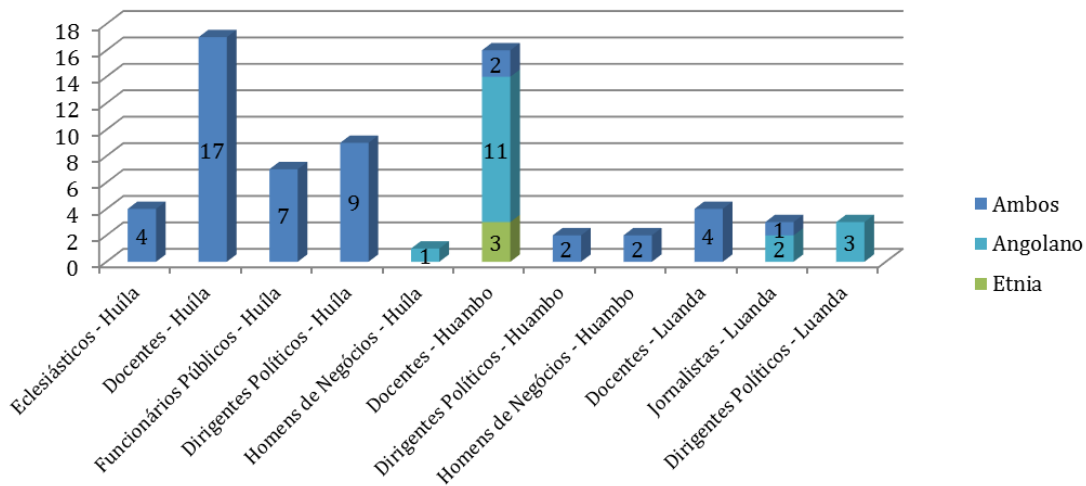
Por províncias, na Huíla predomina a resposta “ambos” e no Huambo a opção “angolano”, enquanto em Luanda as duas opções apresentam igual peso. Entretanto, apenas junto dos entrevistados do Huambo foram encontradas referências à prevalência da etnia, as quais representam 15% do total de respostas da província. De novo, estamos perante o caso dos residentes desta província que todavia não são naturais dela.

**12. E os restantes membros da sociedade, em sua opinião, veem-no sobretudo como membro duma etnia ou simplesmente como angolano?**



Referências à prevalência exclusiva da angolanidade estão apenas presentes nas respostas dos homens de negócios da Huíla, dos docentes do Huambo e dos jornalistas e dirigentes políticos de Luanda.

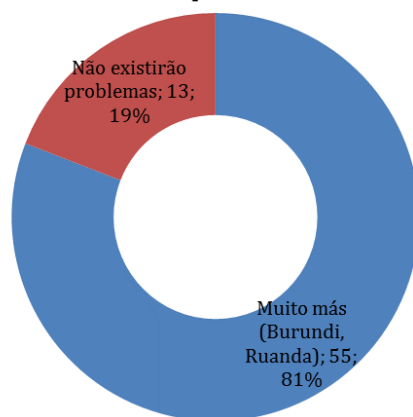
**12. E os restantes membros da sociedade, em sua opinião, veem-no sobretudo como membro duma etnia ou simplesmente como angolano?**



**Questão 13**

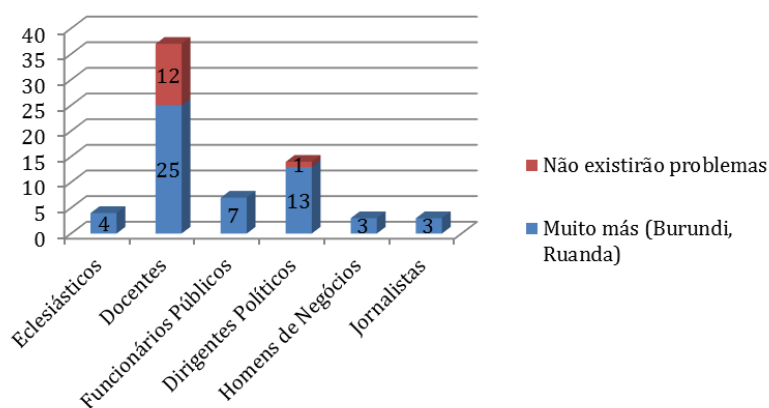
A maioria dos entrevistados (81%) considera que, se não forem acautelados os problemas étnicos no país, poderão advir consequências políticas, económicas e sociais muito severas.

**13. Do seu ponto de vista, que consequências políticas, económicas e sociais podem advir se não se tratar de acautelar os problemas étnicos no país?**



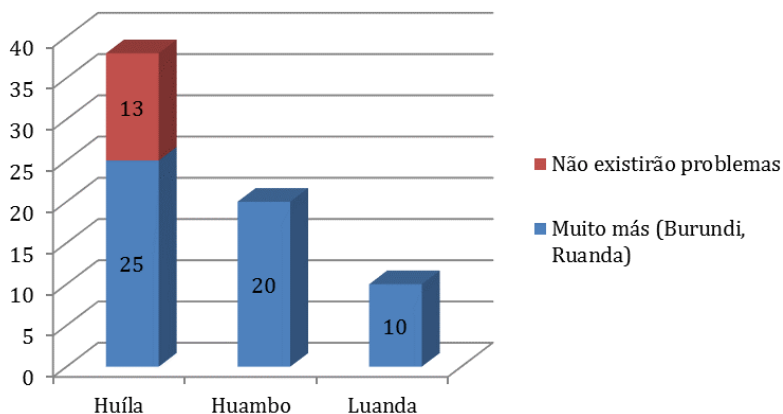
Apenas houve respostas de que não existirão problemas por parte dos docentes (32% dos docentes entrevistados) e dos dirigentes políticos (7% dos entrevistados desta categoria).

**13. Do seu ponto de vista, que consequências políticas, económicas e sociais podem advir se não se tratar de acautelar os problemas étnicos no país?**



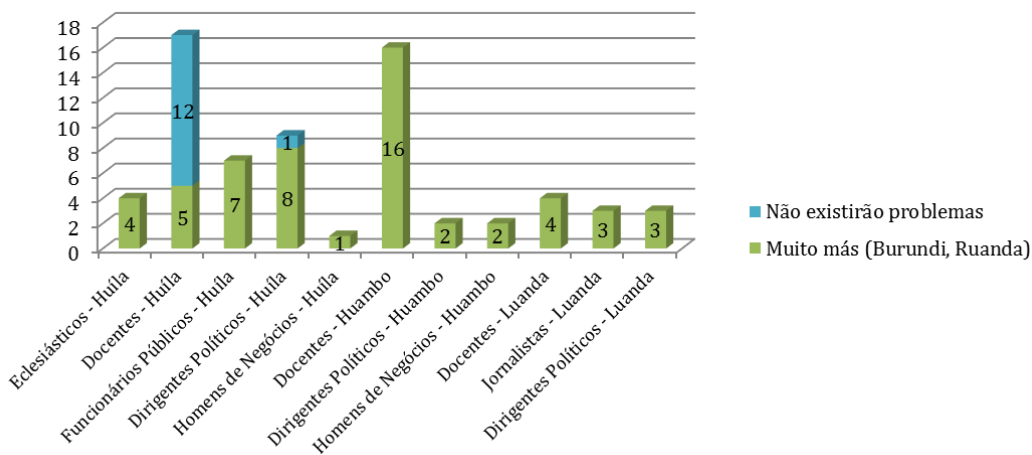
Entretanto, registre-se igualmente que todas as referências da categoria “não existirão problemas” são provenientes de entrevistados da Huíla (34% do total de entrevistados nesta província).

**13. Do seu ponto de vista, que consequências políticas, económicas e sociais podem advir se não se tratar de acautelar os problemas étnicos no país?**



Todos os entrevistados do Huambo e Luanda referem que podem advir consequências muito danosas, no caso de não serem acautelados os problemas étnicos no país.

**13. Do seu ponto de vista, que consequências políticas, económicas e sociais podem advir se não se tratar de acautelar os problemas étnicos no país?**

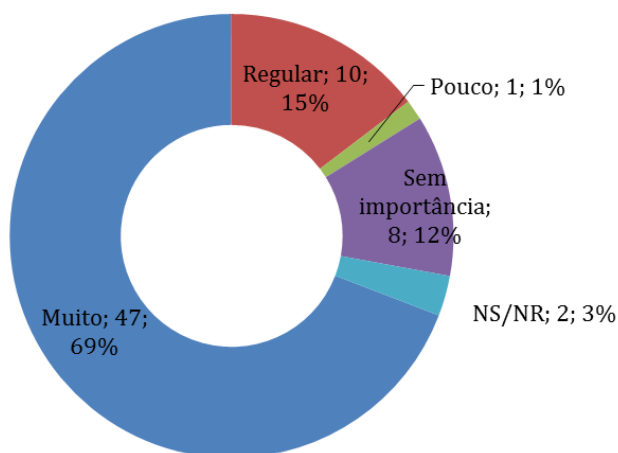


Como se pode observar neste gráfico, parece existir uma persuasão razoavelmente generalizada de que, para se preservar a paz e a tranquilidade no país, deverá ocorrer a tomada de medidas garantindo uma componente material propiciadora de condições de vida a todos os cidadãos, sem que exclusões de base étnica deixem quaisquer grupos de fora do alcance dos efeitos benéficos da paz e da prosperidade entretanto alcançadas.

### Questão 14

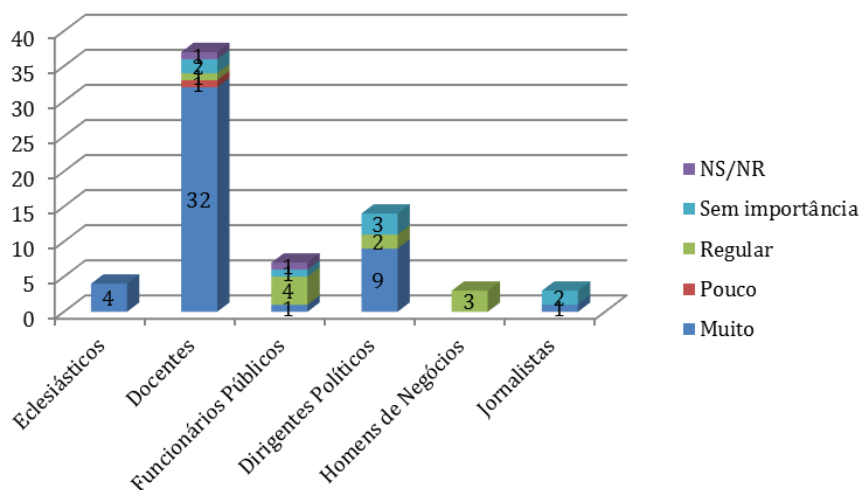
A maioria dos entrevistados (69%) considera que a sua pertença étnica é muito importante.

**14. Em que medida considera importante a sua pertença étnica?**



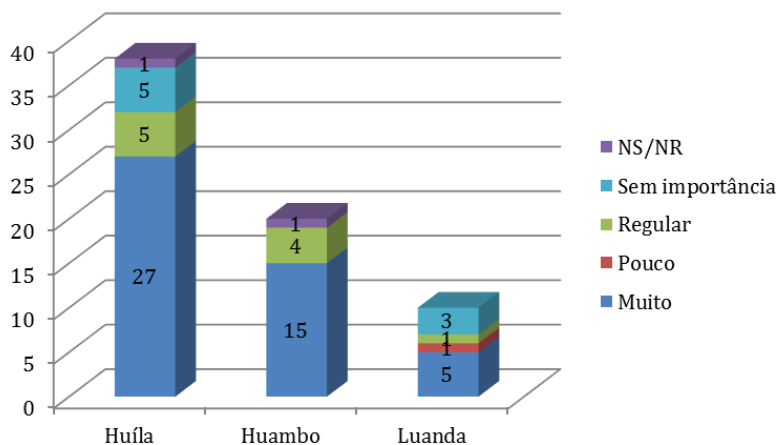
Destaca-se quanto a isto que, dos entrevistados, a totalidade dos eclesiásticos, 86% dos docentes e 64% dos dirigentes políticos consideram a sua pertença étnica muito importante.

**14. Em que medida considera importante a sua pertença étnica?**



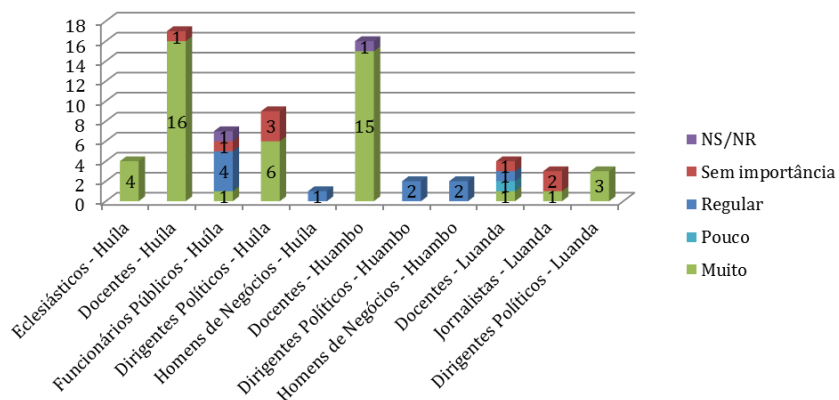
A pertença étnica dos entrevistados é tendencialmente mais percebida como muito importante pelos próprios nas províncias do Huambo (75% dos entrevistados) e da Huíla (71% dos entrevistados). Este padrão de respostas parece genericamente corroborar a ideia de que em Angola a pertença étnica é muito relevante, parecendo assim confirmar-se a ideia duma significativa importância daqueles aspetos.

**14. Em que medida considera importante a sua pertença étnica?**



Os entrevistados que referem considerar a sua pertença étnica sem importância (12% do total) podem ser encontrados nos docentes, funcionários públicos e dirigentes políticos da Huíla, bem como nos docentes e jornalistas de Luanda.

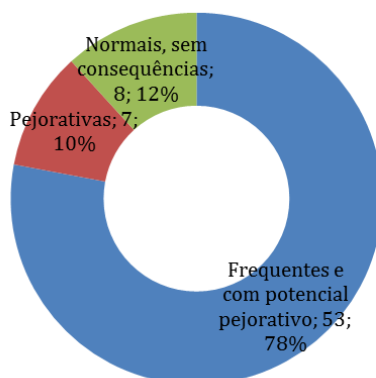
**14. Em que medida considera importante a sua pertença étnica?**



**Questão 15**

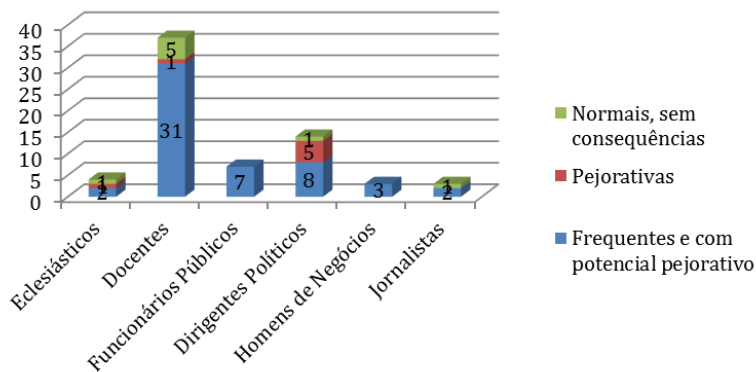
A maioria dos entrevistados (78%) considera que estes tipos de expressões são frequentes e têm um potencial pejorativo.

**15. Qual é o seu ponto de vista sobre as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias?**



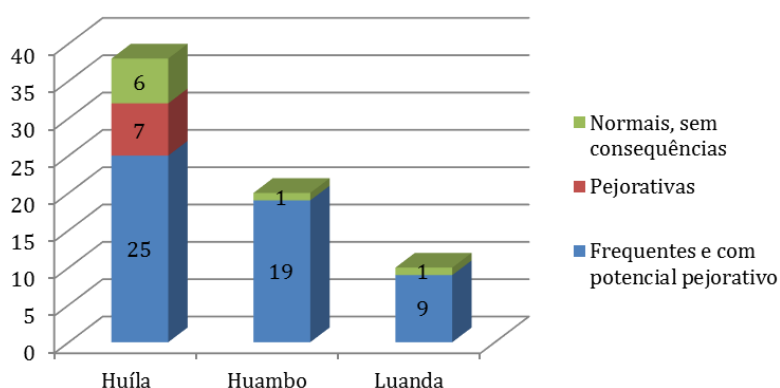
As categorias profissionais que mais demonstram considerar as referidas expressões “frequentes e com potencial pejorativo” são: funcionários públicos (todos os sete entrevistados), homens de negócios (a totalidade dos três entrevistados), docentes (84%) e jornalistas (dois dos três entrevistados).

**15. Qual é o seu ponto de vista sobre as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias?**



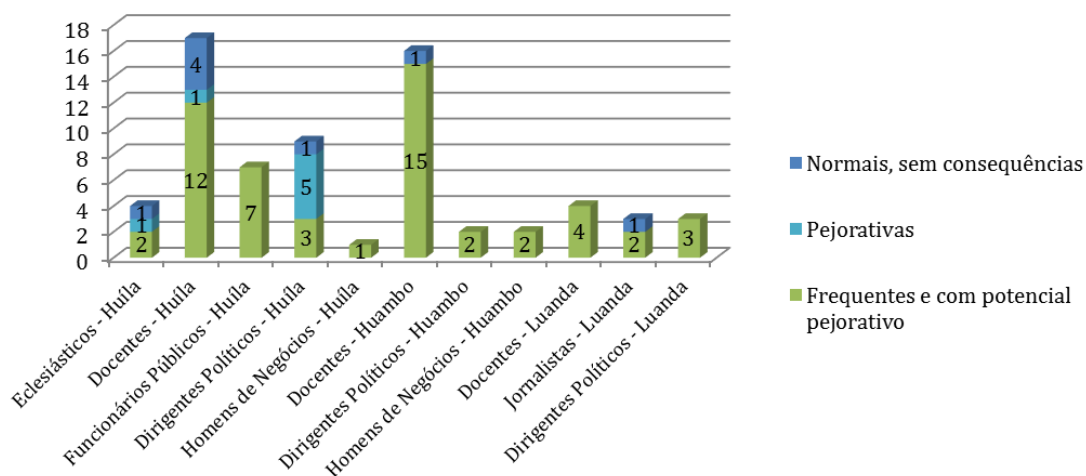
É na província da Huíla que se encontra uma maior percentagem de respostas (16%) indicando ser considerada normal e sem quaisquer consequências a utilização das expressões referidas.

**15. Qual é o seu ponto de vista sobre as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias?**



O maior número de respostas considerando as expressões “normais, sem conseqüências” pode, de facto, ser encontrado no grupo dos docentes da Huíla.

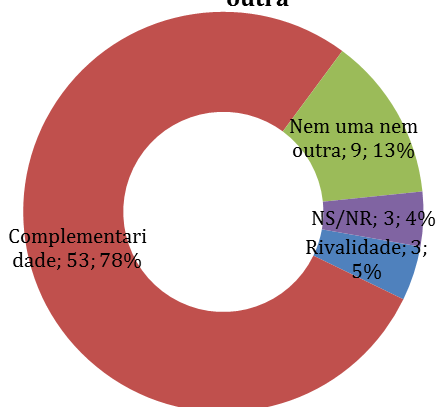
**15. Qual é o seu ponto de vista sobre as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias?**



**Questão 16**

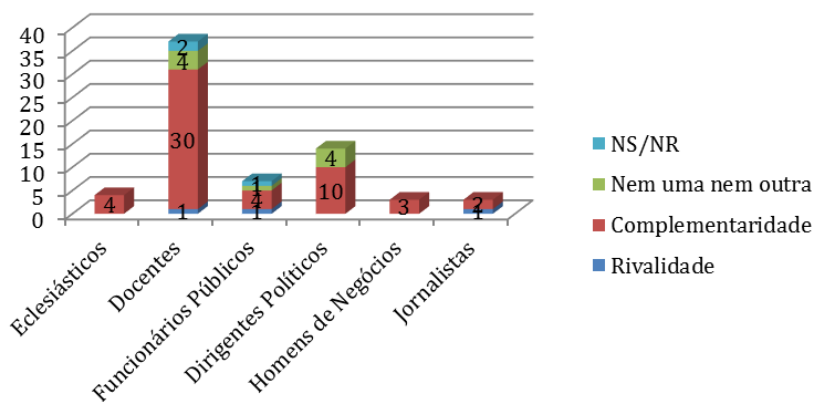
A maioria dos entrevistados (78%) considera que as componentes étnica e nacional da sua identidade são complementares.

**16. As componentes étnica e nacional da sua identidade mantêm entre si relações sobretudo de rivalidade, de complementaridade, ou nem uma nem outra**



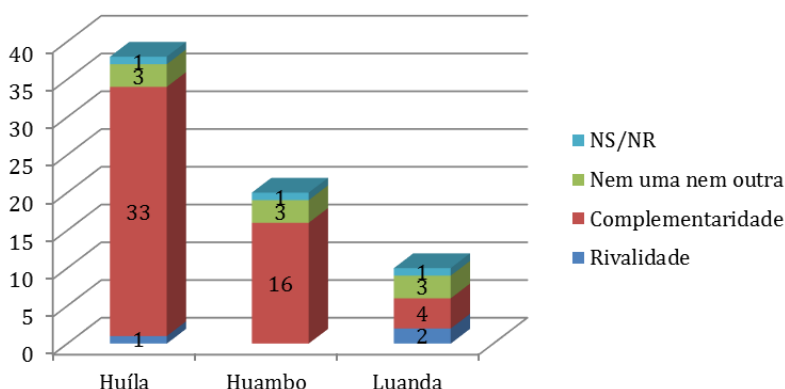
Apenas ocorrem referências à existência de rivalidade entre as duas componentes nos casos dos entrevistados das categorias “docentes”, “funcionários públicos” e “jornalistas”.

**16. As componentes étnica e nacional da sua identidade mantêm entre si relações sobretudo de rivalidade, de complementaridade, ou nem uma nem outra**



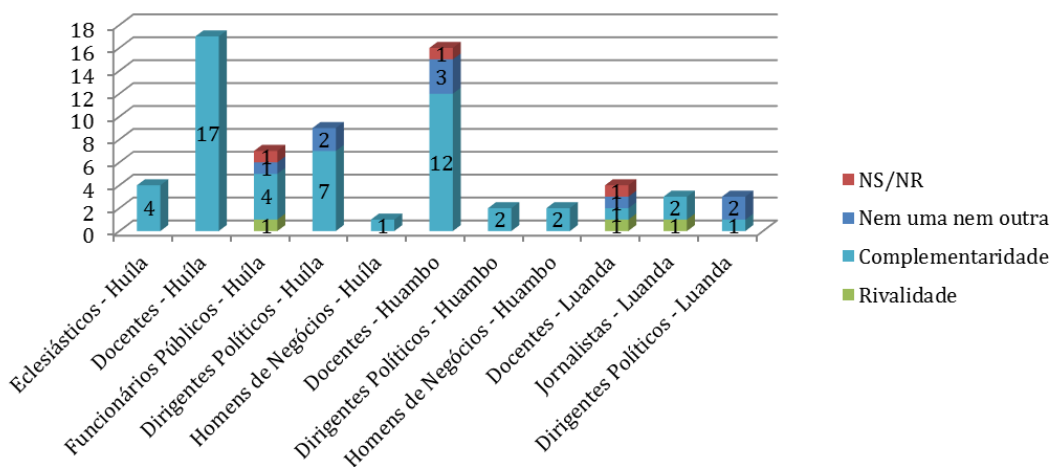
Nos entrevistados da província do Huambo não foi encontrada qualquer resposta apontando a existência de rivalidade entre as componentes.

**16. As componentes étnica e nacional da sua identidade mantêm entre si relações sobretudo de rivalidade, de complementaridade, ou nem uma nem outra**



Pelo contrário, a ideia de complementaridade das duas componentes tende a ser dominante em todas as categorias em análise.

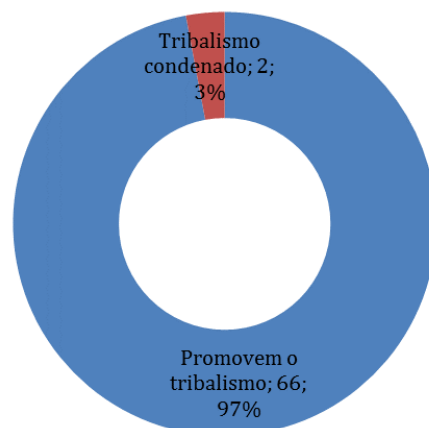
**16. As componentes étnica e nacional da sua identidade mantêm entre si relações sobretudo de rivalidade, de complementaridade, ou nem uma nem outra?**



**Questão 17**

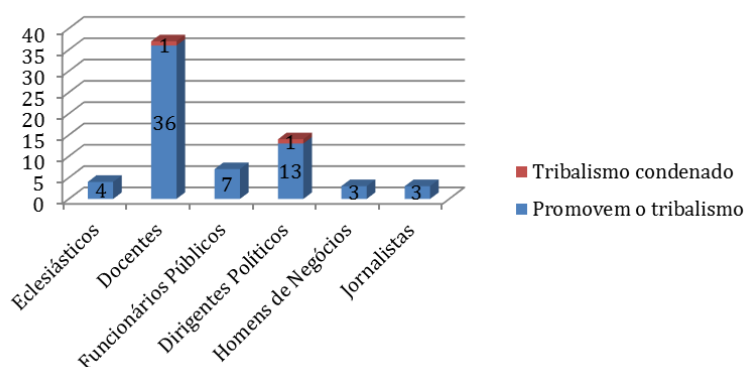
A esmagadora maioria dos entrevistados (97%) considera que existem políticos e outros agentes sociais dotados de influência promovendo o tribalismo.

**17. Considera que existem políticos ou grupos de influência promotores do tribalismo, entendido como aproveitamento político visando atingir fins de natureza privada?**



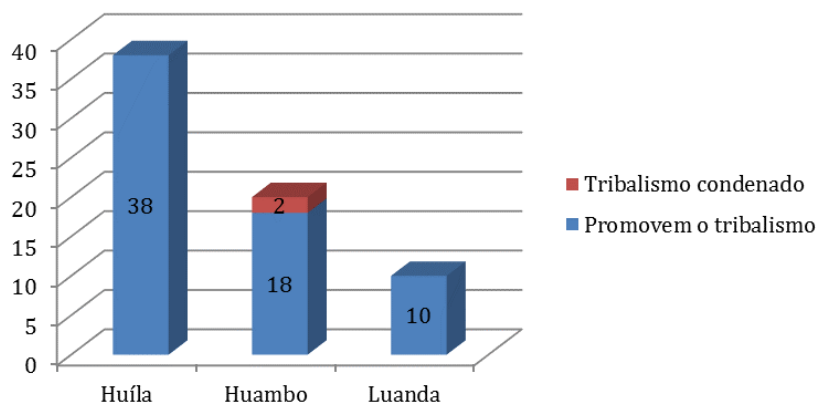
Apenas dois entrevistados referem considerar que o tribalismo está “condenado”: um docente e um dirigente político.

**17. Considera que existem políticos ou grupos de influência promotores do tribalismo, entendido como aproveitamento político visando atingir fins de natureza privada?**



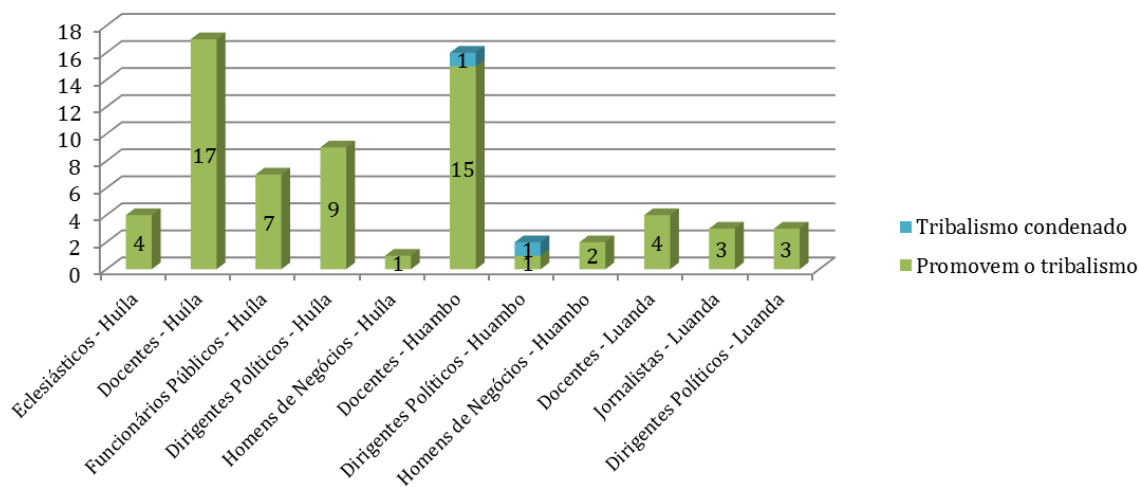
De facto, as duas únicas referências ao “tribalismo condenado” provêm de entrevistados da província do Huambo.

**17. Considera que existem políticos ou grupos de influência promotores do tribalismo, entendido como aproveitamento político visando atingir fins de natureza privada?**



A noção de que vários agentes políticos, entre outros, promovem o tribalismo com as suas ações assume uma forma bastante generalizada na medida em que, embora existam diversos documentos que condenam o tribalismo enquanto aproveitamento político, a prática e o dia-a-dia têm frequentemente demonstrado o contrário, sobretudo da parte de sectores detentores de poder e/ou influência, o que é manifestamente contrário às regras constitucionais básicas da sociedade angolana.

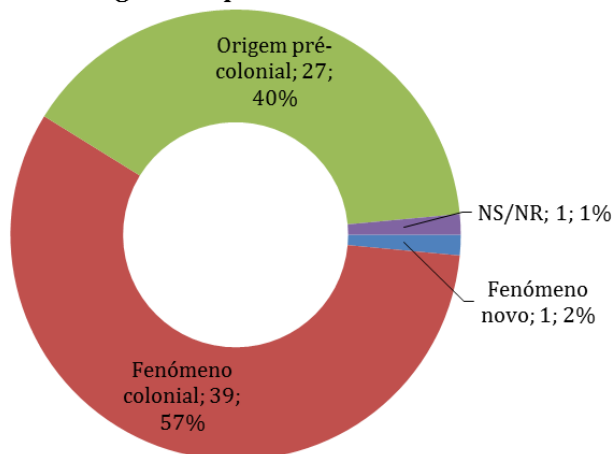
**17. Considera que existem políticos ou grupos de influência promotores do tribalismo, entendido como aproveitamento político visando atingir fins de natureza privada?**



### Questão 18

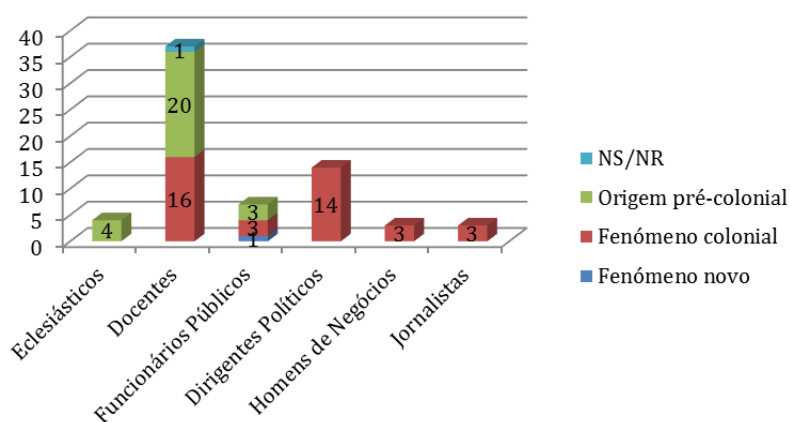
A maioria dos entrevistados (57%) considera que as discriminações étnicas existentes constituem um fenómeno de origem colonial.

**18. Considera que as discriminações étnicas entre os angolanos são um fenómeno novo, ou pensa que têm origens no quadro colonial?**



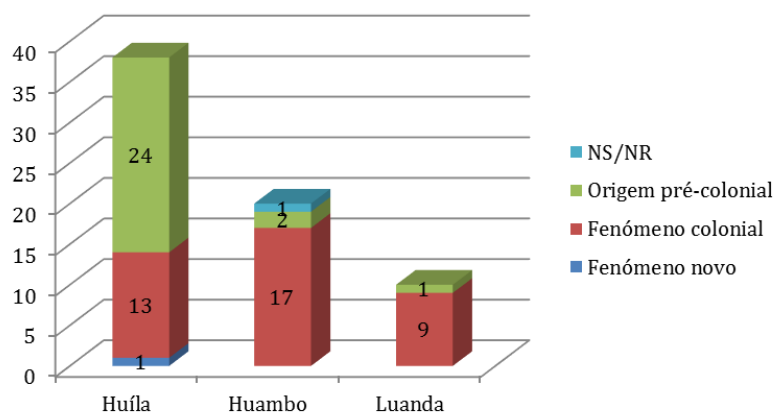
A noção de que as discriminações étnicas existentes têm uma origem pré-colonial assume um destaque preponderante nas categorias: eclesiásticos (todos os quatro entrevistados), docentes (54% dos entrevistados) e funcionários públicos (três dos sete entrevistados).

**18. Considera que as discriminações étnicas entre os angolanos são um fenómeno novo, ou pensa que têm origens no quadro colonial?**



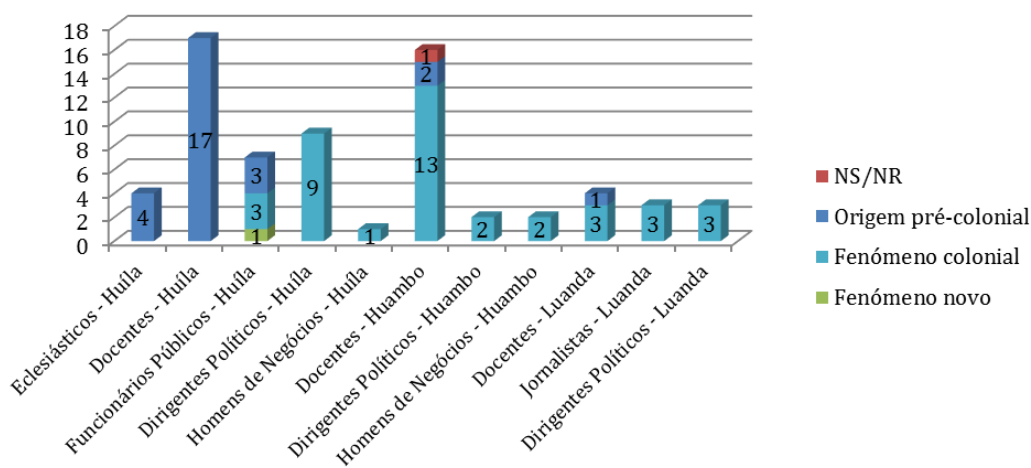
Enquanto na Huíla é preponderante a ideia de que as discriminações têm uma origem pré-colonial (63% dos entrevistados), no Huambo e em Luanda a classificação como “fenómeno colonial” assume uma posição destacada: 85% e 90% dos entrevistados, respetivamente.

**18. Considera que as discriminações étnicas entre os angolanos são um fenómeno novo, ou pensa que têm origens no quadro colonial?**



No conjunto dos entrevistados, apenas um funcionário público da Huíla considera que as discriminações étnicas são um fenómeno novo.

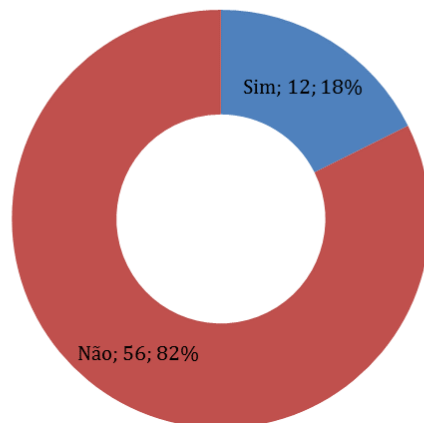
**18. Considera que as discriminações étnicas entre os angolanos são um fenómeno novo, ou pensa que têm origens no quadro colonial?**



### Questão 19

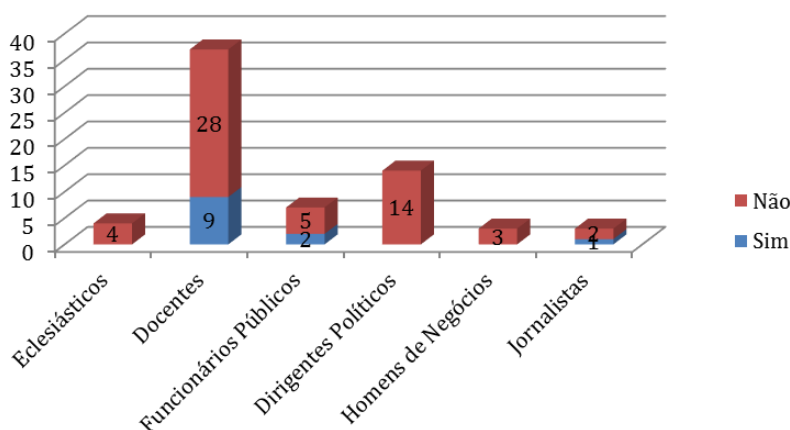
A maioria dos entrevistados (82%) considera que Angola não corre o risco de ter conflitos étnicos graves, semelhantes aos que se verificam noutros países africanos.

19. Na sua opinião podemos ter conflitos étnicos em Angola, semelhantes aos casos graves registados noutros países africanos?



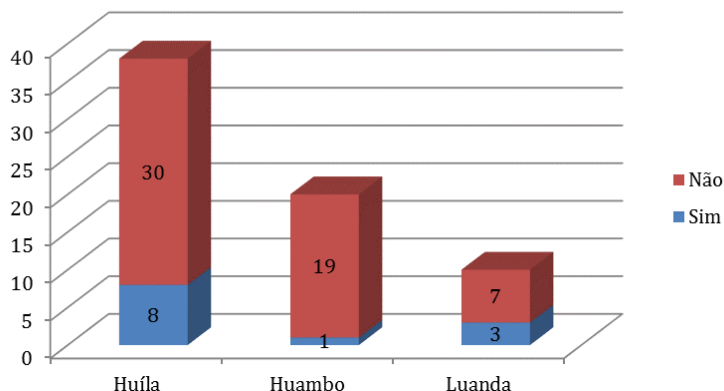
As categorias socioprofissionais que se apresentam, apesar de tudo, mais inclinadas à admissão da possibilidade de emergência de conflitos étnicos semelhantes aos de outros países africanos são: jornalistas, um dos três entrevistados; funcionários públicos, dois dos sete entrevistados; e docentes, com 24% de respostas.

19. Na sua opinião podemos ter conflitos étnicos em Angola, semelhantes aos casos graves registados noutros países africanos?



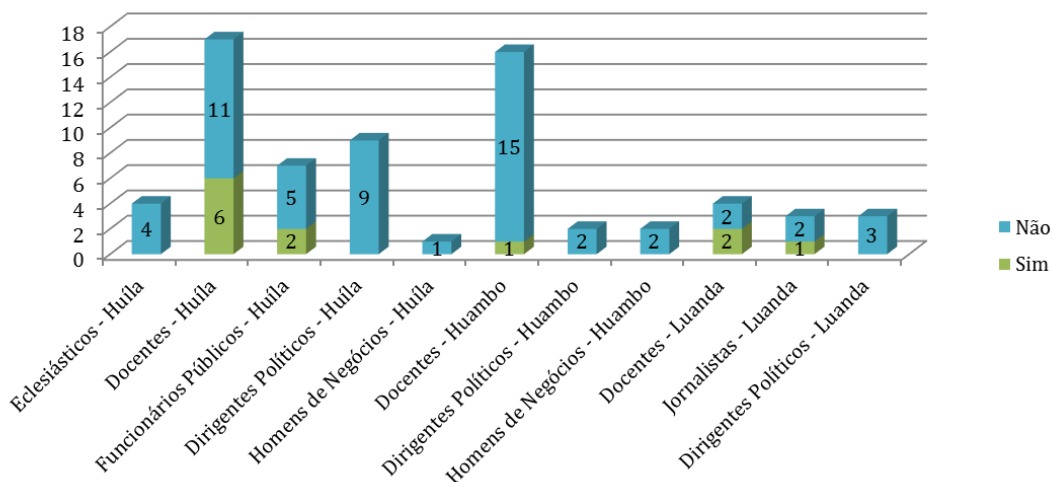
As províncias onde foram obtidas mais respostas positivas foram: Luanda, com 30% das respostas, e Huíla, com 21% das respostas.

**19. Na sua opinião podemos ter conflitos étnicos em Angola, semelhantes aos casos graves registados noutros países africanos?**



De uma maneira geral, os entrevistados tendem a considerar que, apesar das animosidades e de algumas discriminações de facto praticadas por elites étnicas, na maioria dos casos não existe verdadeiro risco de Angola poder vir a ter conflitos étnicos como outros países africanos, e isso sobretudo em virtude do facto de se ter vivido já longos anos de guerra no país. Em suma, dir-se-ia existir em Angola um descontentamento larvar com o estado das coisas, havendo queixas de se ser vítima de discriminação por motivos étnicos, mas os intuitos de mudança tendem a excluir tudo o que possa implicar conflitos violentos ou graves perturbações no país.

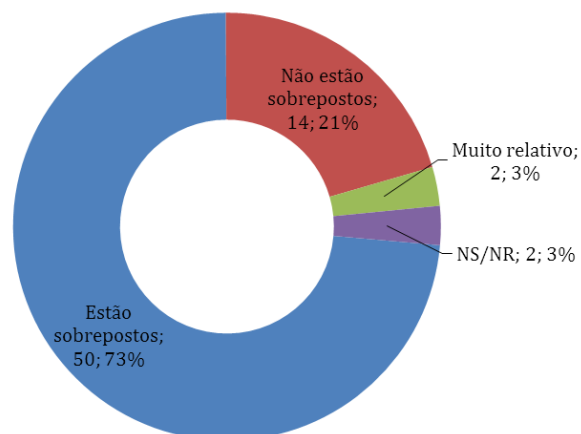
**19. Na sua opinião podemos ter conflitos étnicos em Angola, semelhantes aos casos graves registados noutros países africanos?**



## Questão 20

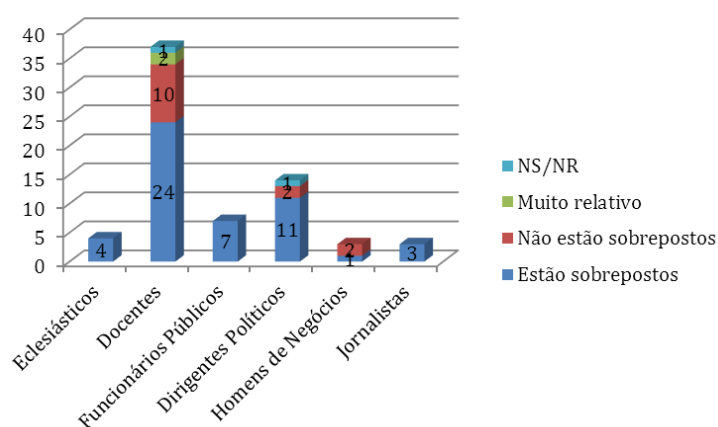
A maioria dos entrevistados (73%) considera que os alinhamentos partidários estão fundamentalmente sobrepostos às afinidades étnicas.

20. Do seu ponto de vista, os alinhamentos partidários estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas?



As respostas de que os alinhamentos partidários não estão sobrepostos às afinidades étnicas apenas surgem junto dos homens de negócios (dois dos três entrevistados), dos docentes (27% dos entrevistados) e dos dirigentes políticos (14% dos entrevistados).

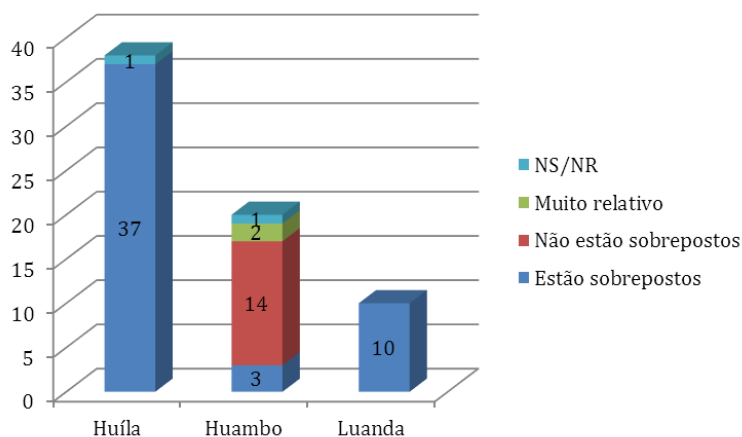
20. Do seu ponto de vista, os alinhamentos partidários estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas?



Todas as respostas apontando a não-sobreposição foram obtidas junto de entrevistados do Huambo, o que pode ser considerado compreensível, na medida em que frequentemente se manifestam tendências para relacionar a etnia Umbundo com a UNITA: assim sendo, os respondentes do Huambo tendem a

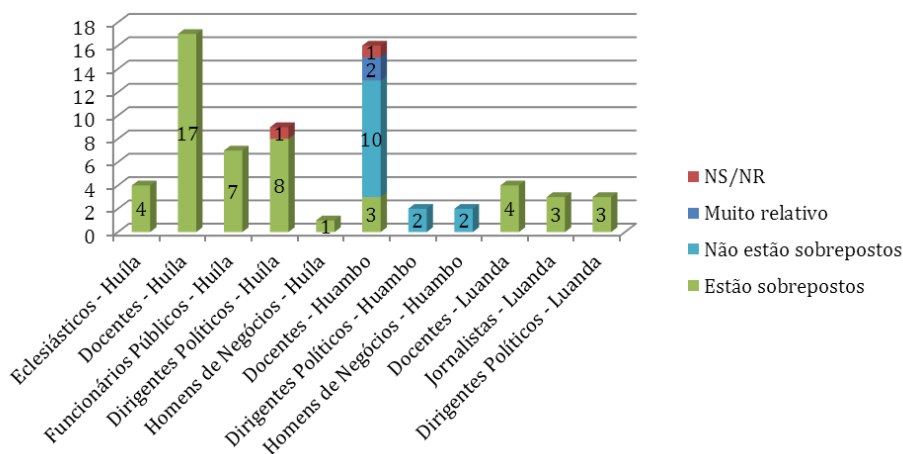
defender-se, evitando a sobreposição das clivagens partidárias com as diferenças étnicas.

**20. Do seu ponto de vista, os alinhamentos partidários estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas?**



Os entrevistados da Huíla e de Luanda são praticamente unânimes na resposta, apontando a sobreposição. Nestes casos, a matriz tradicional de tender a relacionar determinadas regiões do país e as suas populações com determinados partidos políticos (como são os casos da ligação do PRS com os tchokwes, da FNLA com os bakongos ou da UNITA com os ovimbundos) tende a sobrepor-se a tudo o mais.

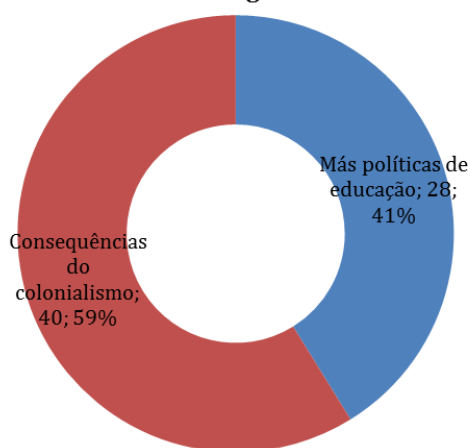
**20. Do seu ponto de vista, os alinhamentos partidários estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas?**



### Questão 21

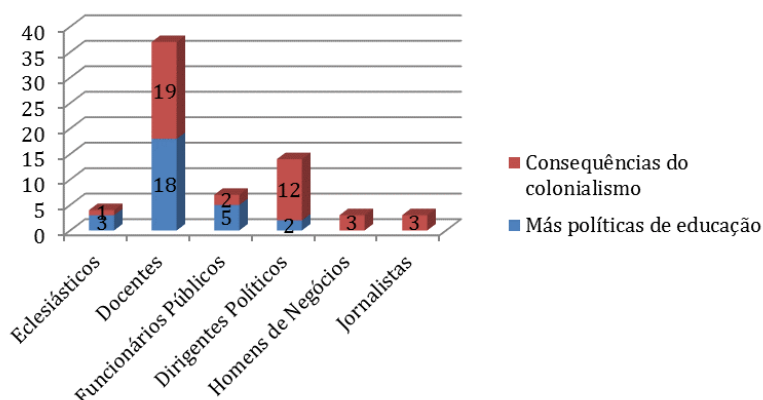
A maioria dos entrevistados (59%) considera que o elevado índice de analfabetismo existente em Angola é consequência do colonialismo.

21. Sinteticamente, qual a sua opinião sobre os elevados índices de analfabetismo ainda existentes em Angola?



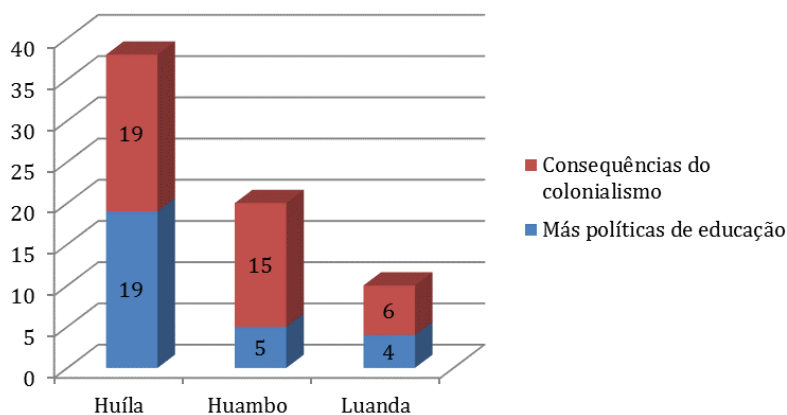
Os dirigentes políticos, os homens de negócios e os jornalistas são mais perentórios em apontar o analfabetismo existente como consequência do colonialismo, com percentagens de resposta afirmativa de 86%, 100% e 100%, respetivamente.

21. Sinteticamente, qual a sua opinião sobre os elevados índices de analfabetismo ainda existentes em Angola?



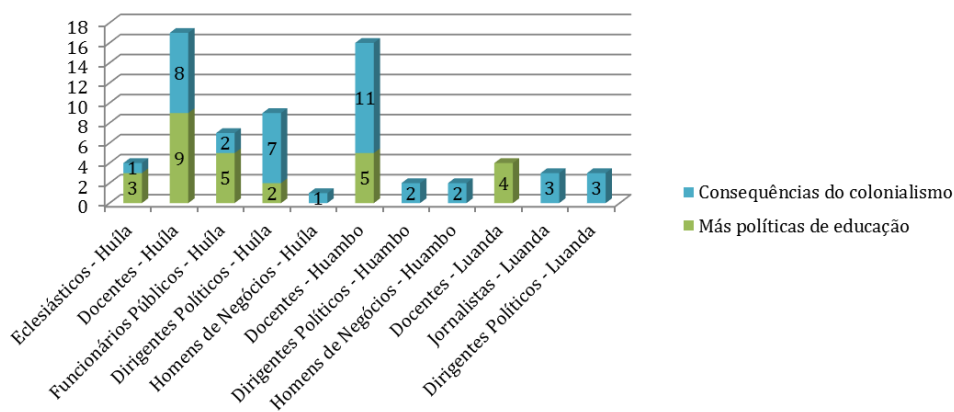
A noção de que o índice de analfabetismo existente é consequência do colonialismo apresenta um maior peso percentual entre os entrevistados no Huambo (75% das respostas) e Luanda (60% das respostas).

**21 Sinteticamente, qual a sua opinião sobre os elevados índices de analfabetismo ainda existentes em Angola?**



A ideia de que os altos índices de analfabetismo existentes se devem a más políticas de educação é preponderante nos seguintes grupos: eclesiásticos da Huíla, docentes da Huíla, funcionários públicos da Huíla e docentes de Luanda. No caso dos eclesiásticos, a tendência prevalente é para considerar que o partido no poder, com um ideário determinado, tentou apropriar-se da causa da alfabetização, tendo porém fracassado. Os dirigentes políticos angolanos, ao pensarem que os religiosos e a igreja são idealistas e não podem por isso ser bons alfabetizadores, alegando-se que a alfabetização é uma tarefa ideológica e política, afastaram de facto um sector profundamente conhecedor da tarefa de educar. Esta opinião é partilhada também por um sector significativo dos docentes da Huíla.

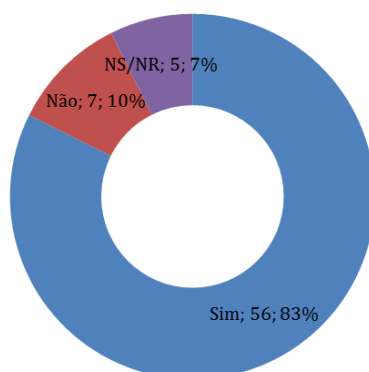
**21. Sinteticamente, qual a sua opinião sobre os elevados índices de analfabetismo ainda existentes em Angola?**



## Questão 22

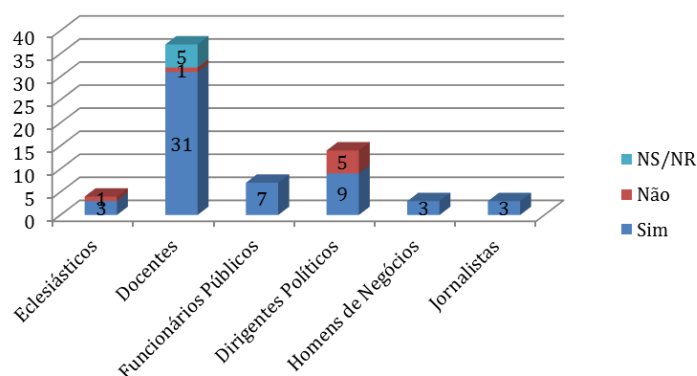
A maioria dos entrevistados (83%) considera que o alto nível de analfabetismo existente em Angola tem sido aproveitado de modo pernicioso por sectores importantes dos agentes políticos.

22. Considera que o elevado índice de analfabetismo na população angolana tem sido aproveitado por políticos para fins perniciosos?



A noção de que o alto nível de analfabetismo existente em Angola tem sido aproveitado de modo pernicioso por políticos apresenta-se preponderante em todas as categorias socioprofissionais.

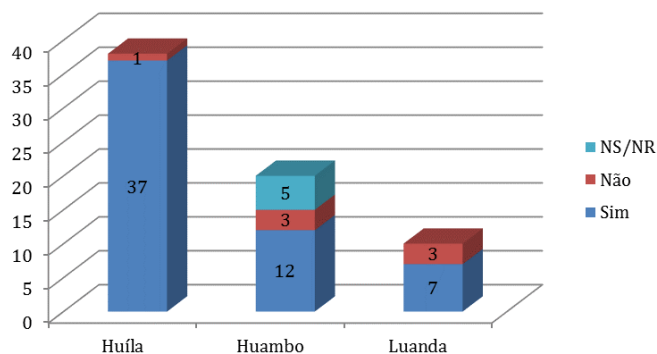
22. Considera que o elevado índice de analfabetismo na população angolana tem sido aproveitado por políticos para fins perniciosos?



A mesma ideia é maioritária em todas as províncias analisadas. A crença é de que o alto nível de analfabetismo existente em Angola tem sido aproveitado de modo pernicioso pela maior parte dos agentes políticos, tendo em conta que é mais

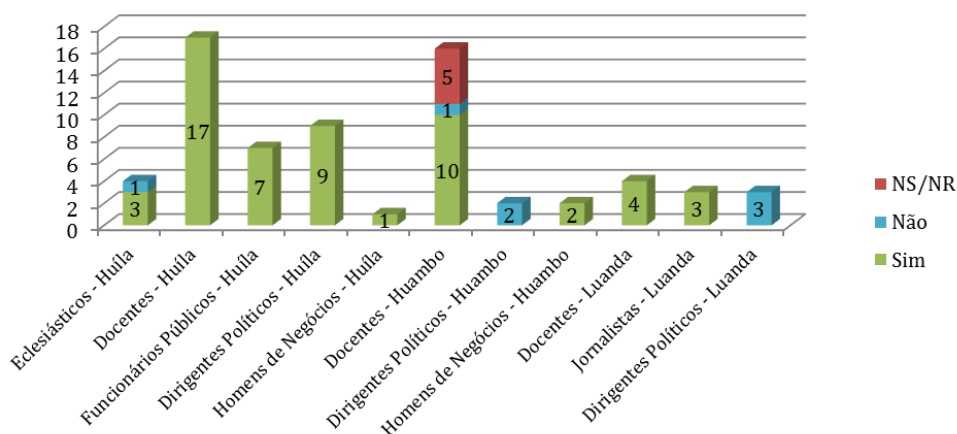
fácil enganar um analfabeto do que um letrado. O sentido de voto da província de Luanda aquando das eleições de 2012, castigando de certa forma o partido do poder, o MPLA, que obteve apenas 60% dos votos daquela urbe cosmopolita, parece confirmar esta ideia, indicando que de certo modo em Luanda o voto é duma melhor qualidade, ou está apoiado em melhor informação.

**22. Considera que o elevado índice de analfabetismo na população angolana tem sido aproveitado por políticos para fins perniciosos?**



As respostas negando que o alto nível de analfabetismo existente em Angola tenha sido aproveitado de modo pernicioso pelos políticos são principalmente oriundas dos dirigentes políticos do Huambo e de Luanda. Todavia, já por contraste os dirigentes políticos da Huíla são unânimes em apontar o aproveitamento político. Deve destacar-se neste caso a aparente importância do fator geográfico: para o mesmo grupo socioprofissional, há uma posição defendida maioritariamente numa província e a posição oposta nas outras duas províncias.

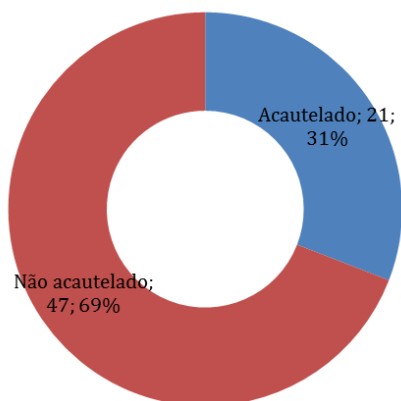
**22. Considera que o elevado índice de analfabetismo na população angolana tem sido aproveitado por políticos para fins perniciosos?**



### Questão 23

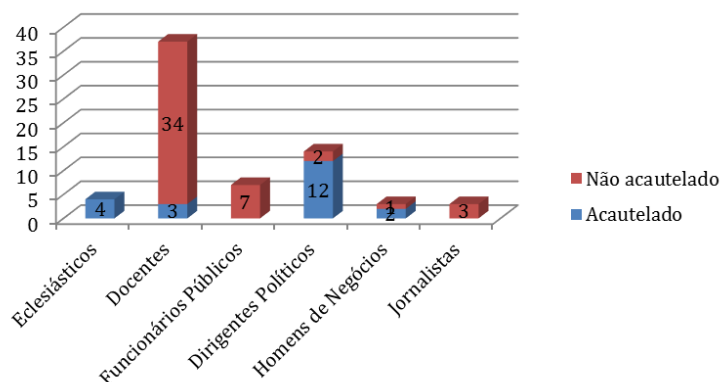
A maioria dos entrevistados (69%) considera que o processo de integração étnica não está devidamente acautelado na lei.

23. Qual a sua opinião sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica: considera que este problema está devidamente acautelado?



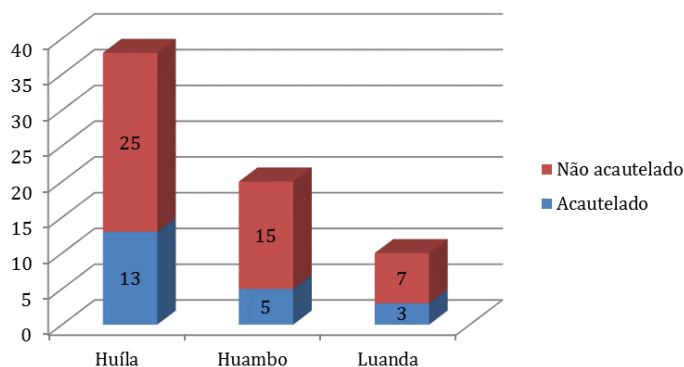
A ideia de que o processo de integração étnica está devidamente acautelado na lei assume um maior destaque nos grupos: eclesiásticos (100% dos entrevistados), dirigentes políticos (86% dos entrevistados) e homens de negócios (dois dos três entrevistados).

23. Qual a sua opinião sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica: considera que este problema está devidamente acautelado?



A noção de que o processo de integração étnica não está devidamente acautelado na lei apresenta-se preponderante em todas as províncias em análise.

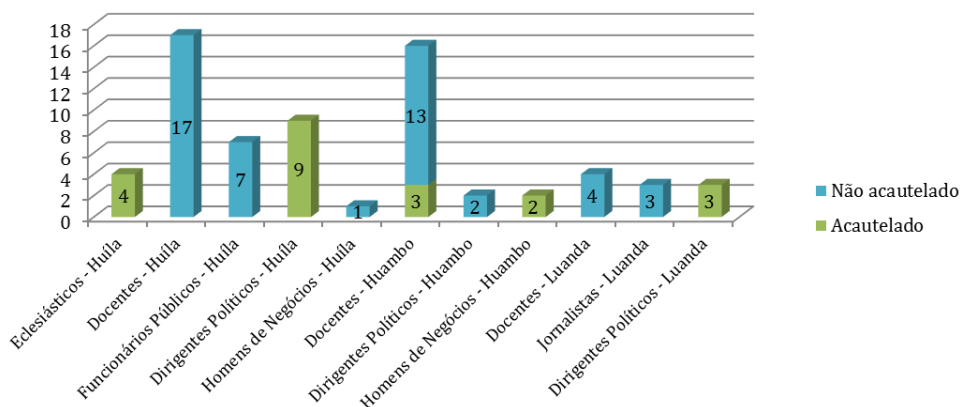
**23. Qual a sua opinião sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica: considera que este problema está devidamente acautelado?**



O padrão das respostas revela tendência para a unanimidade do interior dos diversos grupos socioprofissionais, se estes forem segmentados geograficamente: todos os entrevistados eclesiásticos e dirigentes políticos da Huíla, homens de negócios do Huambo e dirigentes políticos de Luanda referem que o processo de integração étnica está devidamente acautelado na lei. Por seu turno, todos os entrevistados docentes, funcionários públicos e homens de negócios da Huíla, dirigentes políticos do Huambo e docentes e jornalistas de Luanda consideram não estar devidamente acautelado. Considerando globalmente a distribuição, parece mesmo poder dizer-se que o fator da pertença socioprofissional é, neste caso, de maior peso do que a geografia: dirigentes políticos, eclesiásticos e homens de negócios afirmam o acautelamento, os demais grupos negam-no. Todavia, os dirigentes políticos do Huambo discrepam dos do resto do país quanto a este assunto.

Estes factos são muito significativos, tendo em conta as assimetrias regionais: embora do ponto de vista legislativo a unidade nacional seja oficialmente apontada como fator determinante da construção da nação, na prática, as grandes assimetrias que se verificam entre Luanda e o resto das províncias são verdadeiros indícios de que este problema está ainda muito longe de poder ser considerado devidamente acautelado.

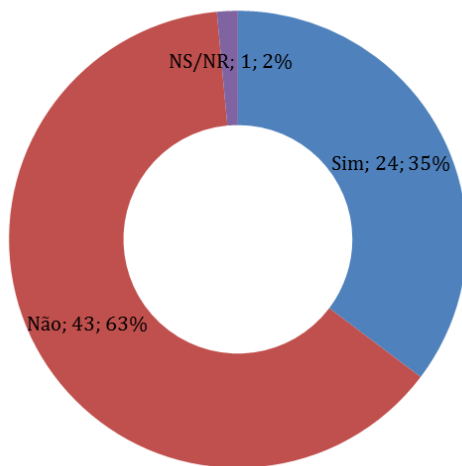
**23. Qual a sua opinião sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica: considera que este problema está devidamente acautelado?**



**Questão 24**

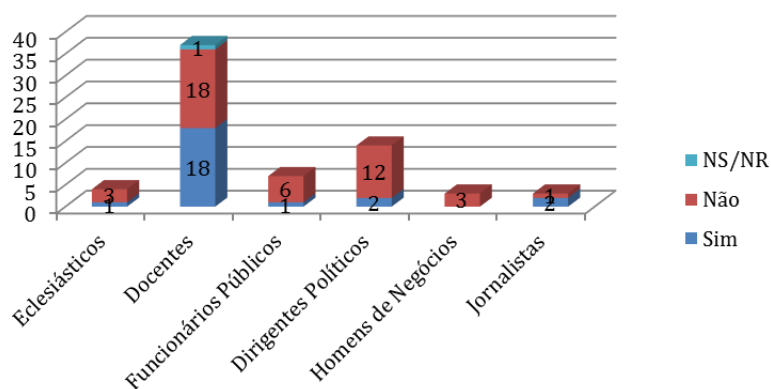
A maioria dos entrevistados (63%) não pensa poder surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes.

**24. Pensa que pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes, daí resultando um “efeito dominó” para as outras províncias multiétnicas?**



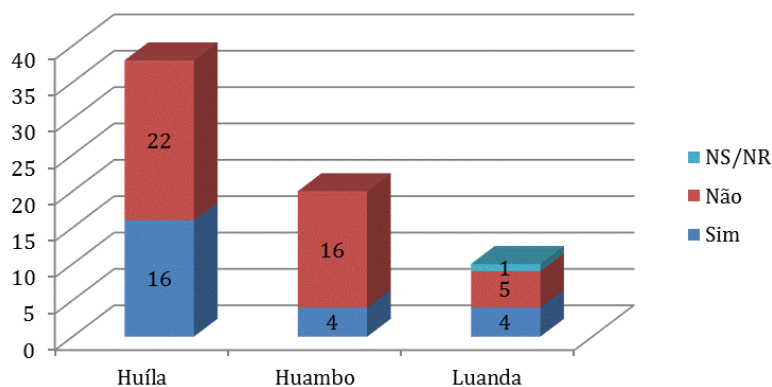
A maior percentagem de respostas afirmativas quanto à possibilidade de emergência dum conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes está presente na categoria dos docentes, com 48% das respostas.

**24. Pensa que pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes, daí resultando um “efeito dominó” para as outras províncias multiétnicas?**



A noção de que não pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes é preponderante nos entrevistados de todas as regiões. Em suma, dir-se-ia que realmente as animosidades tendem a predominar no seio de algumas elites, as quais ainda assim não parecem revelar capacidade para mobilizar as populações com vista a confrontações étnicas.

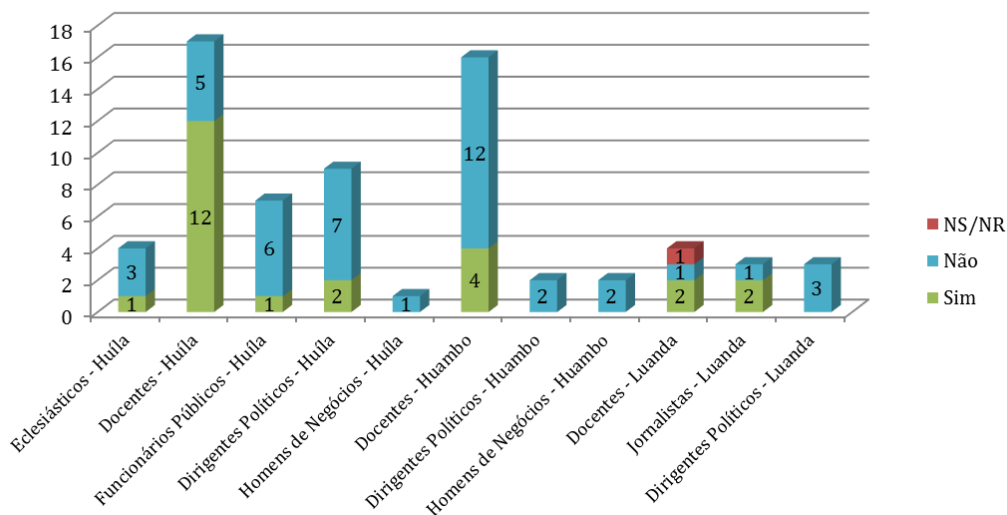
**24. Pensa que pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes, daí resultando um “efeito dominó” para as outras províncias multiétnicas?**



São unânimes em referir que não podem surgir conflitos entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes os entrevistados: homens de negócios da Huíla, dirigentes políticos e homens de negócios do Huambo e dirigentes políticos de Luanda.

Relativamente ao padrão geral, no qual é maioritário o “não”, diverge de facto sobretudo o grupo dos docentes, embora isso não seja verdade para os do Huambo.

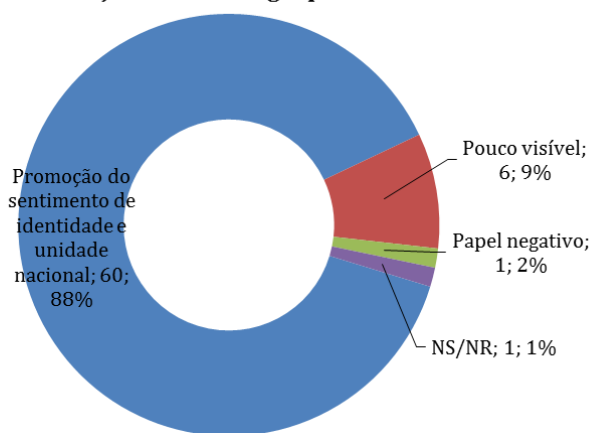
**24. Pensa que pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhanekahumbes, daí resultando um “efeito dominó” para as outras províncias multiétnicas?**



**Questão 25**

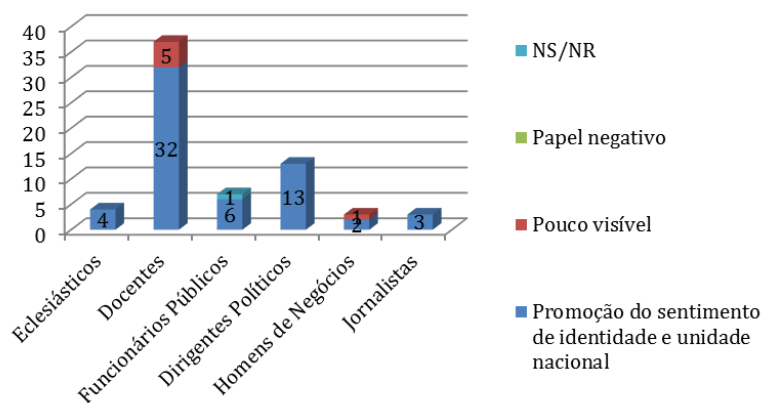
A maioria dos entrevistados (88%) considera que os meios de comunicação social, públicos e privados, têm contribuído para a promoção do sentimento de identidade e unidade nacional.

**25. Em sua opinião, qual é o papel dos meios de comunicação social, estatal e privada, no processo de unificação dos vários grupos étnicos?**



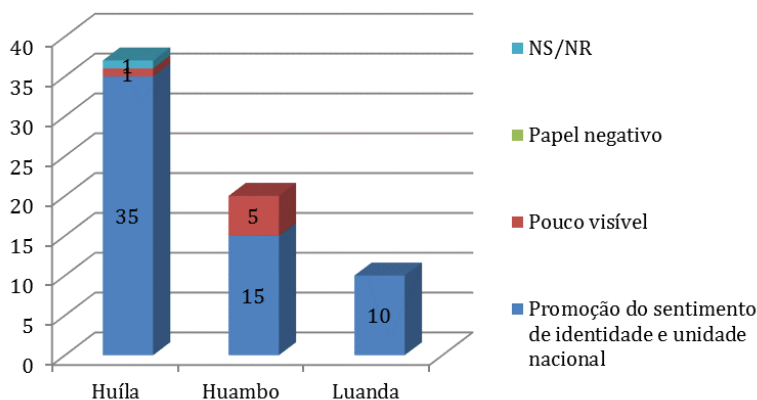
Apenas nas categorias socioprofissionais “docentes” e “homens de negócios” foram encontradas respostas dando nota de que o papel dos meios de comunicação social é pouco visível.

**25. Em sua opinião, qual é o papel dos meios de comunicação social, estatal e privada, no processo de unificação dos vários grupos étnicos?**



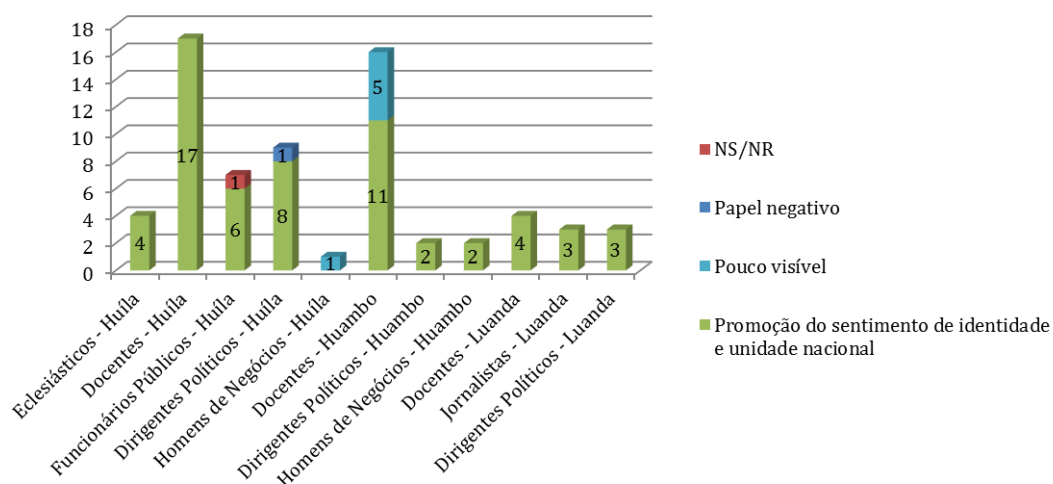
As respostas apontando que o papel dos meios de comunicação social é pouco visível apresentam um maior peso na província do Huambo (25% dos entrevistados nesta província).

**25. Em sua opinião, qual é o papel dos meios de comunicação social, estatal e privada, no processo de unificação dos vários grupos étnicos?**



Os grupos: eclesiásticos, docentes e dirigentes políticos da Huíla; dirigentes políticos e homens de negócios do Huambo, docentes, jornalistas e dirigentes políticos de Luanda são unânimes em referir que os meios de comunicação social têm contribuído para a promoção do sentimento de identidade e unidade nacional.

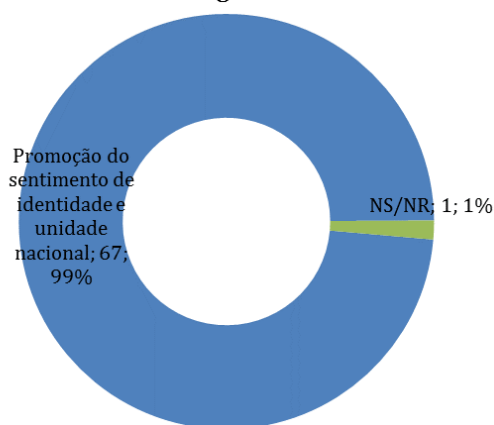
**25. Em sua opinião, qual é o papel dos meios de comunicação social, estatal e privada, no processo de unificação dos vários grupos étnicos?**



**Questão 26**

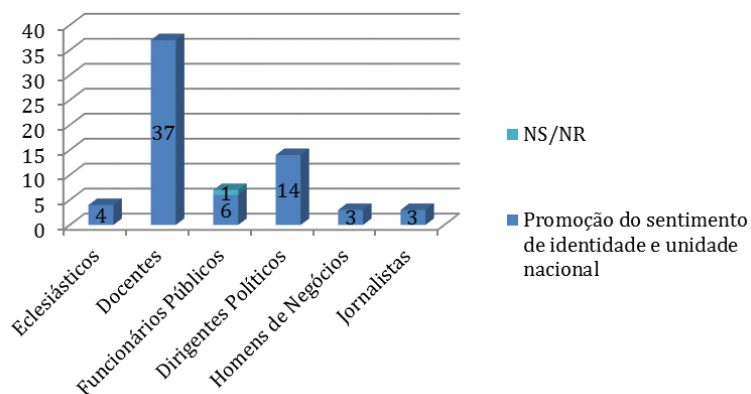
A quase totalidade dos entrevistados (99%) considera que os académicos têm a responsabilidade de promover o sentimento de identidade e unidade nacional.

**26. Que responsabilidade pensa estar reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola?**

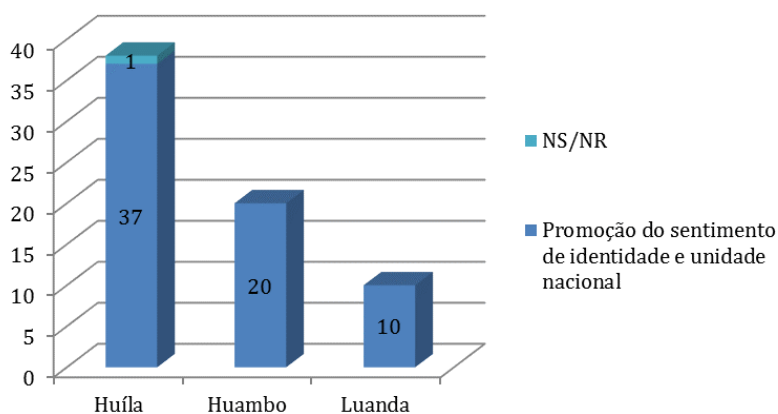


A opinião predominante é comum a todas as categorias profissionais e a todas as províncias em análise.

**26. Que responsabilidade pensa estar reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola?**

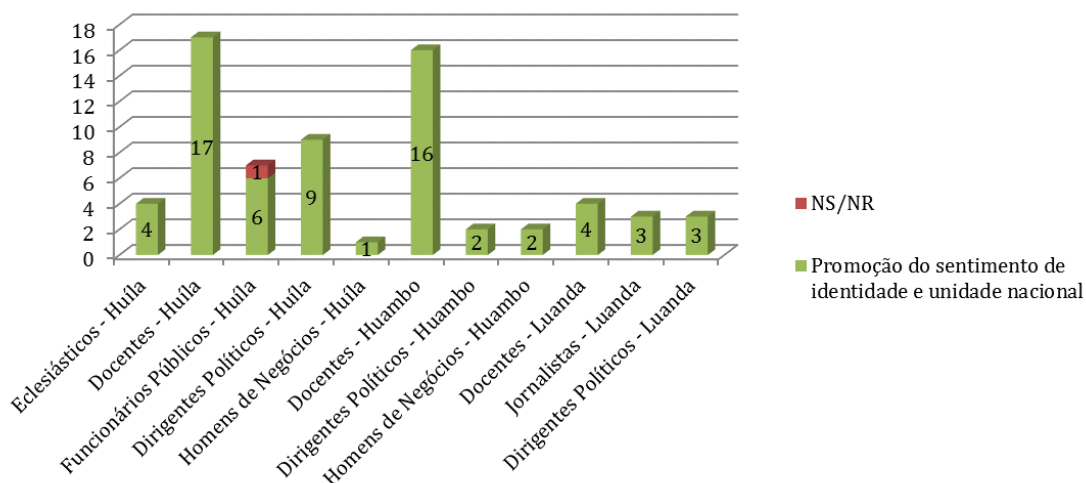


**26. Que responsabilidade pensa estar reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola?**



O único entrevistado que não afirma considerar que os académicos têm a responsabilidade de promover o sentimento de identidade e unidade nacional, configurando aliás uma situação de NS/NR, é funcionário público da Huíla.

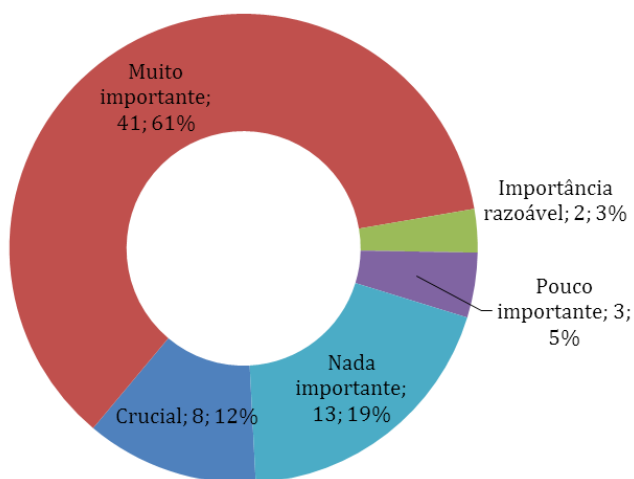
**26. Que responsabilidade pensa estar reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola?**



**Questão 27**

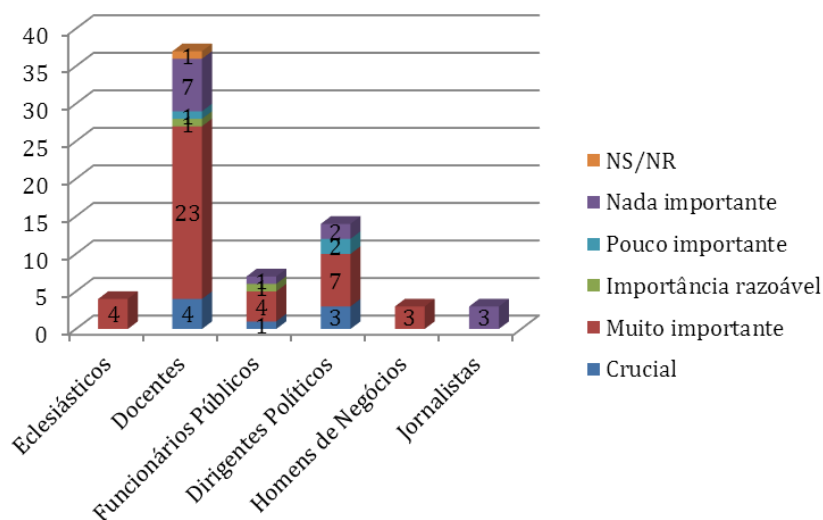
A maioria dos entrevistados (61%) considera que a pertença étnica é muito importante para a sua identidade pessoal. A isto acrescem ainda 12% respondendo que se trata duma importância “crucial”.

**27. Quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal?**



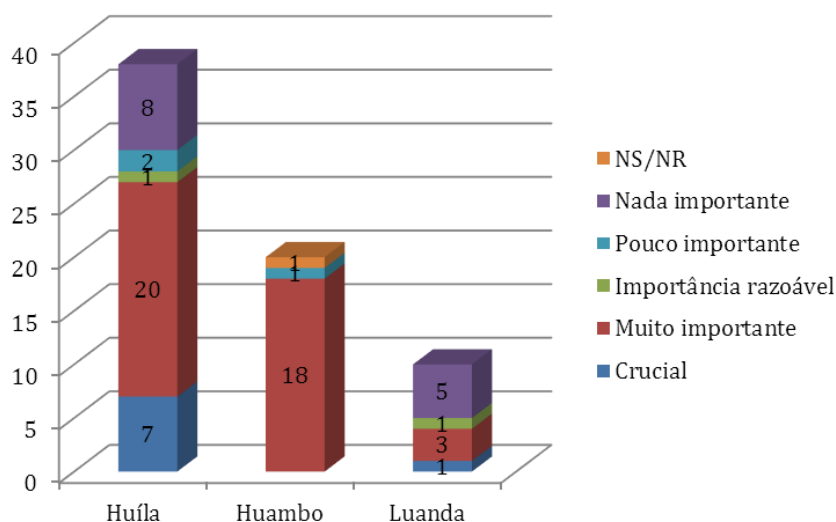
Com exceção dos jornalistas, que são unânimes em responder que a pertença étnica é “nada importante” para a sua identidade pessoal, em todas as outras categorias socioprofissionais prevalece a resposta “muito importante”.

**27. Quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal?**



A resposta “muito importante” assume um peso de 90% nos entrevistados do Huambo, de 53% nos entrevistados da Huíla (mas 71%, adicionando os respondentes de “importância crucial”) e de 30% nos entrevistados de Luanda (40%, incluindo “crucial”).

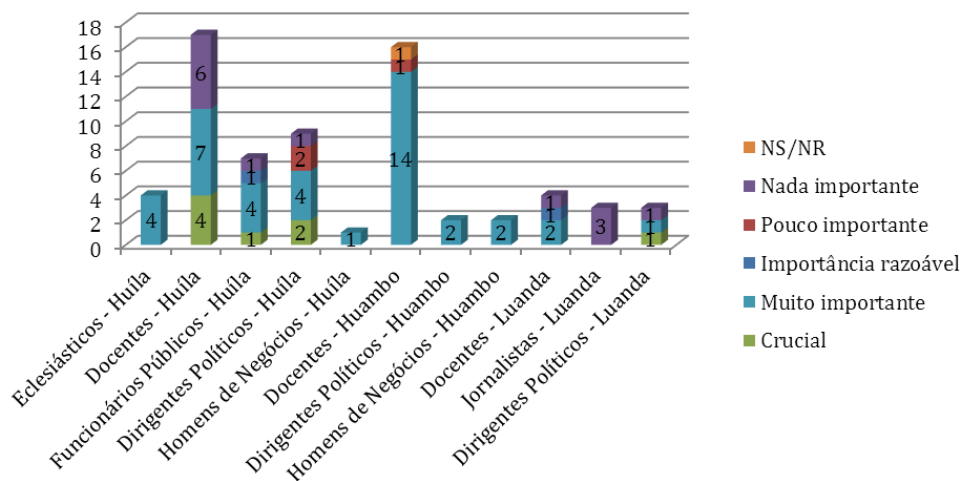
**27. Quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal?**



Os entrevistados que referem considerar que a pertença étnica é crucial para a sua identidade pessoal pertencem aos seguintes grupos: docentes, funcionários públicos e dirigentes políticos da Huíla; e dirigentes políticos de Luanda. Parece, portanto, existir um “foco” principal produtor duma perceção intensa da

importância dos aspetos étnicos: a pertença à região do Huambo, a qual é uma região predominantemente Ovimbundo.

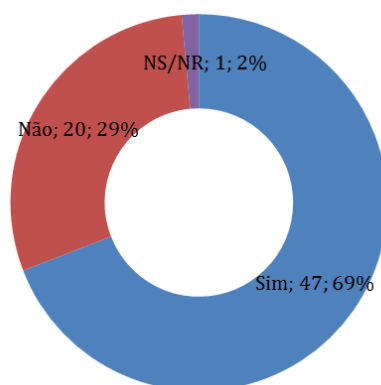
27. Quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal?



### Questão 28

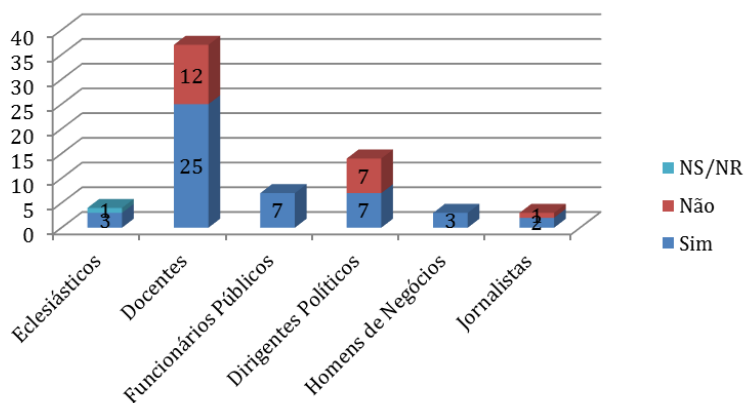
A maioria dos entrevistados (69%) considera que existem políticos e outras elites, nas diversas províncias, que promovem divisões étnicas visando interesses próprios, como o de obter posições de notoriedade.

28. Considera que existem políticos e outras elites, nas diversas províncias, que promovem divisões étnicas visando assumir posições de notoriedade?



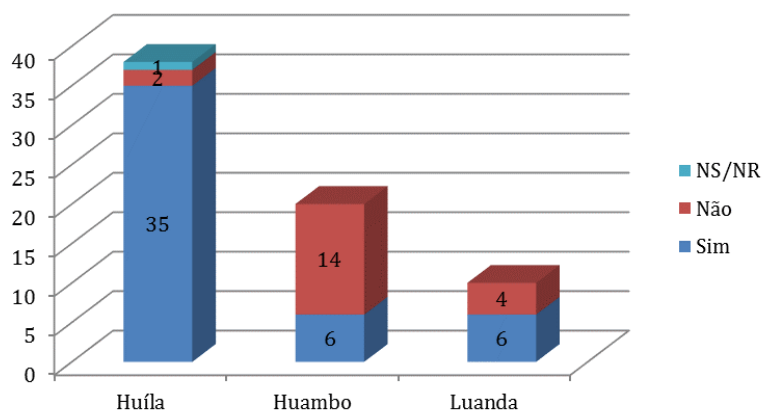
Apenas entre os docentes, dirigentes políticos e jornalistas podem ser encontradas respostas negando a existência de dirigentes políticos e outros, a nível provincial, que promovem divisões étnicas por interesse próprio.

**28. Considera que existem políticos e outras elites, nas diversas províncias, que promovem divisões étnicas visando assumir posições de notoriedade?**



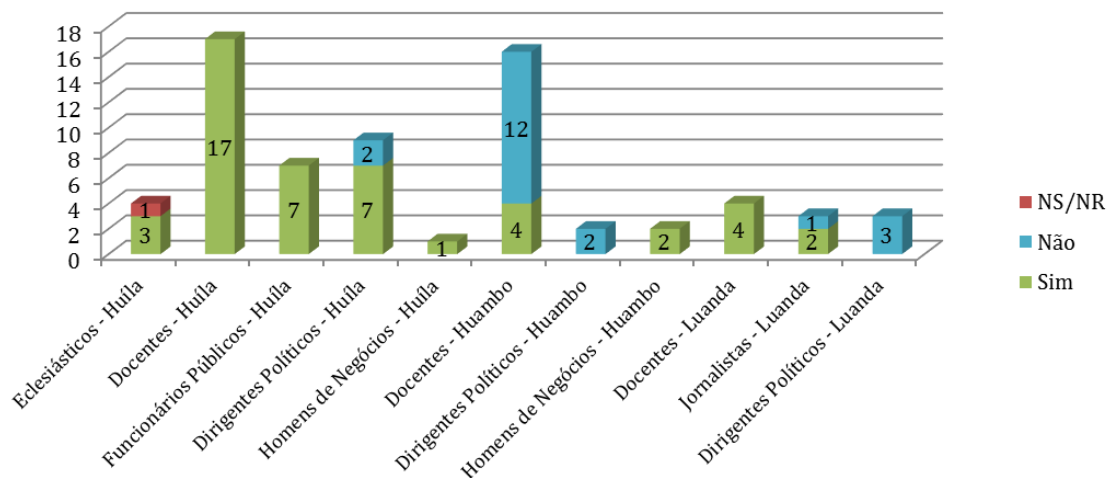
Quanto aos entrevistados do Huambo, 70% negam existirem políticos e outros dirigentes regionais promovendo divisões étnicas por interesse próprio.

**28. Considera que existem políticos e outras elites, nas diversas províncias, que promovem divisões étnicas visando assumir posições de notoriedade?**



A noção de que não existem políticos e outras elites regionais promovendo divisões étnicas por interesse próprio é predominante nos grupos: dirigentes políticos de Luanda (totalidade dos entrevistados), dirigentes políticos do Huambo (totalidade dos entrevistados) e docentes do Huambo (75%). Globalmente considerado este panorama, na Huíla responde-se “sim” e no Huambo “não”. Em Luanda, docentes “sim”, dirigentes políticos, “não”.

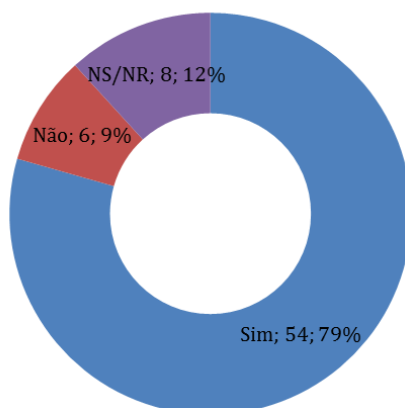
**28. Considera que existem políticos e outras elites, nas diversas províncias, que promovem divisões étnicas visando assumir posições de notoriedade?**



**Questão 29**

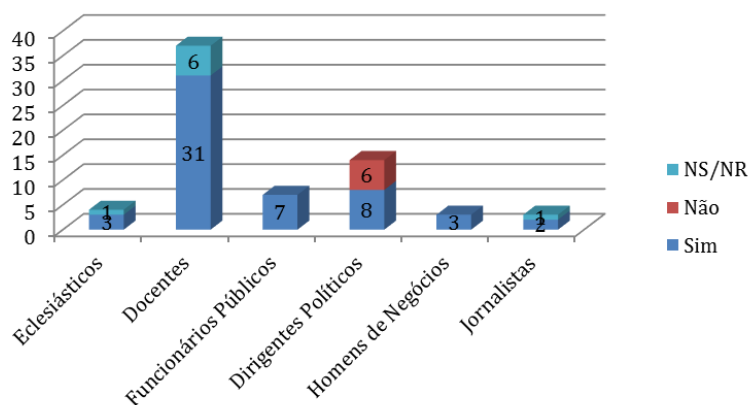
A maioria dos entrevistados (79%) considera que em Angola os líderes políticos tendem a fomentar de forma velada as divisões étnicas, visando interesses próprios, nomeadamente a sua manutenção no poder.

**29. Considera que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos?**



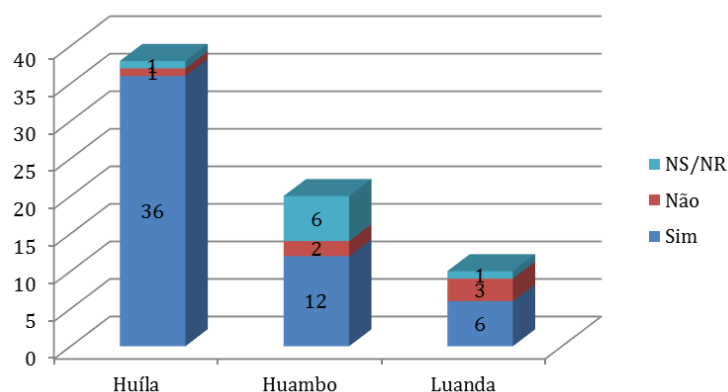
Apenas na categoria “dirigentes políticos” surgem respostas apontando que os líderes políticos não fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos, designadamente a sua manutenção no poder.

**29. Considera que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos?**



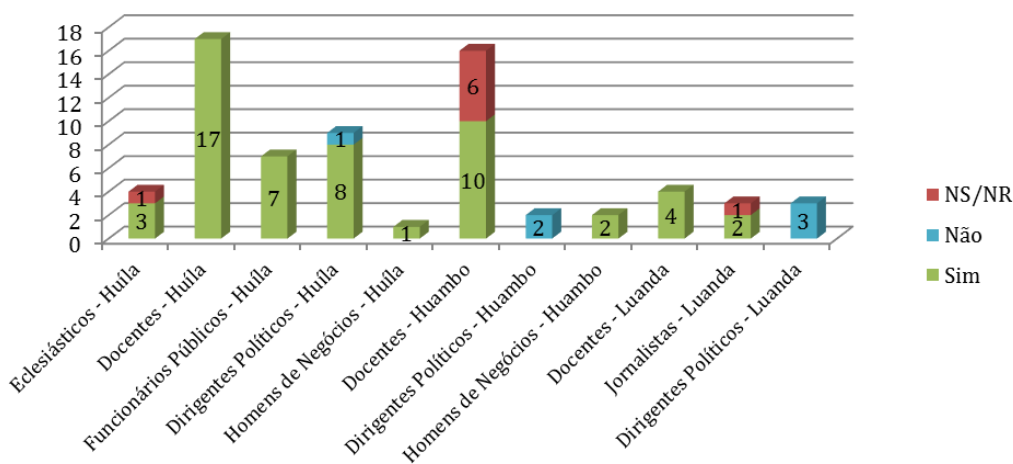
O maior número de respostas negando que, em Angola, os líderes políticos fomentam de forma velada as divisões étnicas pode ser encontrado nos entrevistados da província de Luanda. Este traço da província de Luanda pode muito provavelmente ser explicado pelo elevado peso dos dirigentes políticos neste grupo de entrevistados.

**29. Considera que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos?**



Os dirigentes políticos de Luanda e do Huambo são unânimes em referir que, em Angola, os líderes políticos não fomentam de forma velada as divisões étnicas tendo em vista proveitos próprios, nomeadamente a sua manutenção no poder. Todavia, 89% dos dirigentes políticos da Huíla referem que sim. Globalmente, o maior viés na resposta a esta pergunta é claramente induzido pelo grupo socioprofissional: os dirigentes políticos respondem “não”, com a importante exceção da Huíla, mesmo no caso deste grupo.

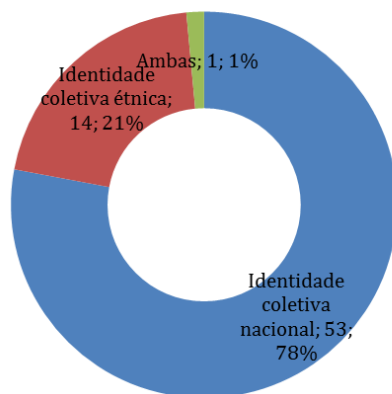
**29. Considera que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos?**



**Questão 30**

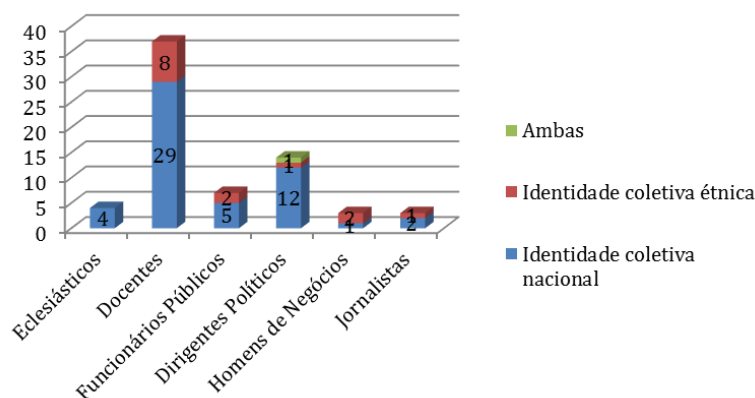
A maioria dos entrevistados (78%) declara que, em seu entender, para a maior parte da população angolana é mais importante a identidade coletiva nacional.

**30.No seu entender, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional ou a identidade coletiva étnica?**



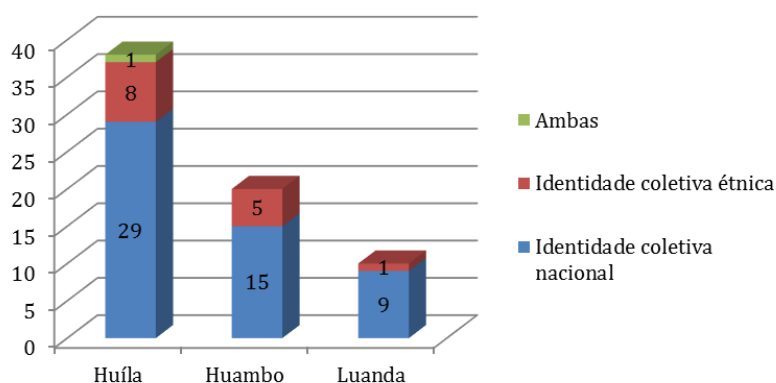
Todavia, apenas na categoria dos eclesiásticos se observa unanimidade na resposta: 4 respostas por “identidade nacional” em 4 entrevistados.

**30. No seu entender, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional ou a identidade coletiva étnica?**



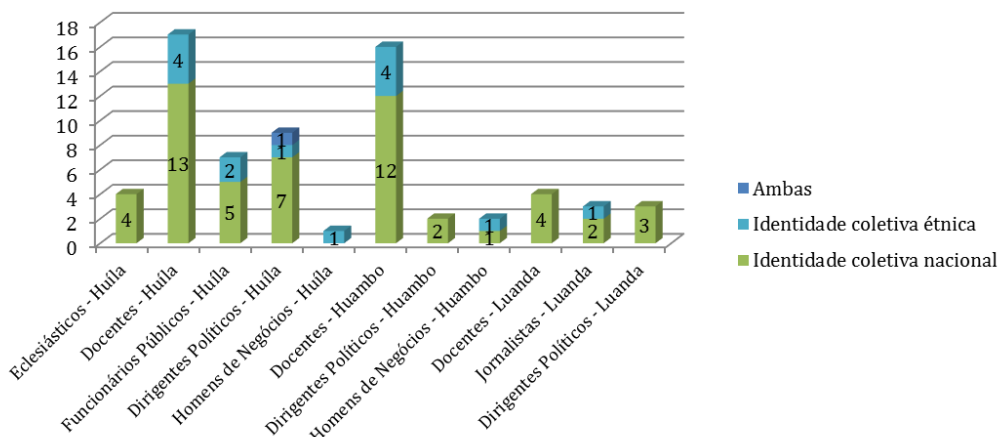
A noção de que a maior parte da população angolana considera mais importante a identidade coletiva nacional prevalece nos entrevistados de todas as províncias, com 75% de respostas no Huambo, 76% na Huíla e 90% em Luanda.

**30. No seu entender, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional ou a identidade coletiva étnica?**



A ideia de que a maior parte da população angolana considera mais importante a identidade coletiva nacional tende a prevalecer em todos os grupos, com exceção dos homens de negócios da Huíla e do Huambo. Destaque-se, em todo o caso, que se trata aqui de grupos de muito reduzida dimensão (total de 3 pessoas em 2 grupos).

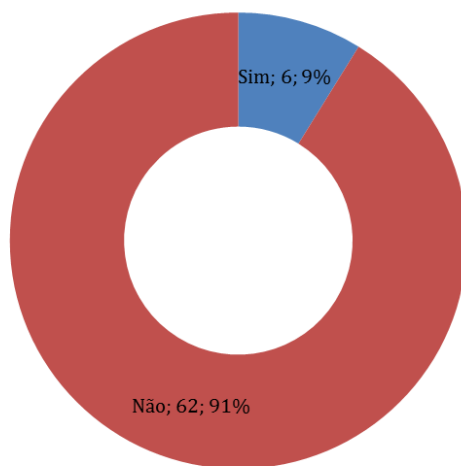
**30.No seu entender, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional ou a identidade coletiva étnica?**



**Questão 31**

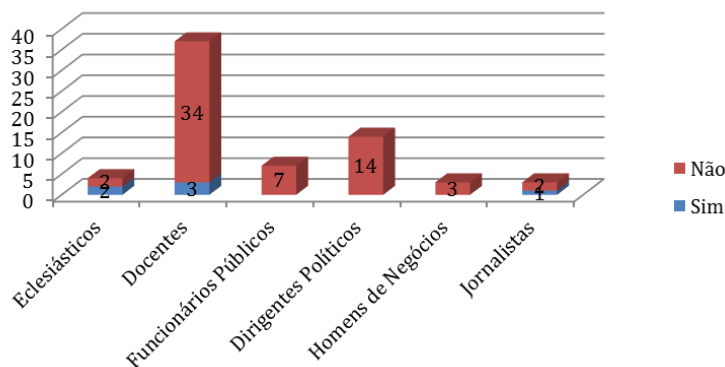
A grande maioria dos entrevistados (91%) considera que os poderes públicos de Angola não devem proceder a um reconhecimento explicitando juridicamente a existência de diversas etnias, correspondente àquilo que habitualmente se designa por “sistema de quotas”. Esse sistema afigura-se à generalidade dos entrevistados constituir ele mesmo uma intolerável forma de discriminação.

**31. Devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, ou pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo um forma de discriminação?**



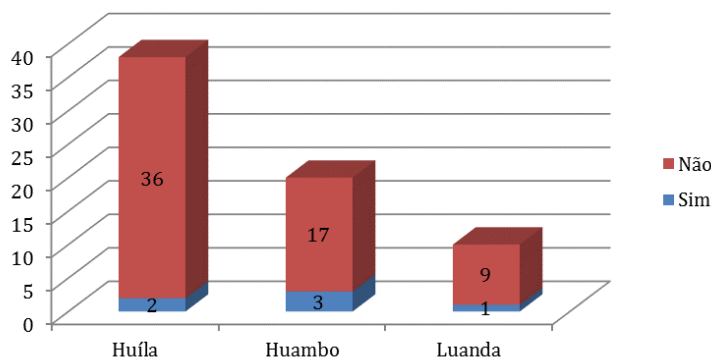
Os funcionários públicos, os dirigentes políticos e os homens de negócios são unânimes em considerar que os poderes públicos de Angola não devem explicitar juridicamente a existência de etnias.

**31. Devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, ou pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo um forma de discriminação?**



A noção de que os poderes públicos de Angola não devem proceder ao reconhecimento jurídico da existência de etnias prevalece nos entrevistados de todas as províncias, com 85% de respostas no Huambo, 90% em Luanda e 95% na Huíla.

**31.Devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, ou pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo um forma de discriminação?**

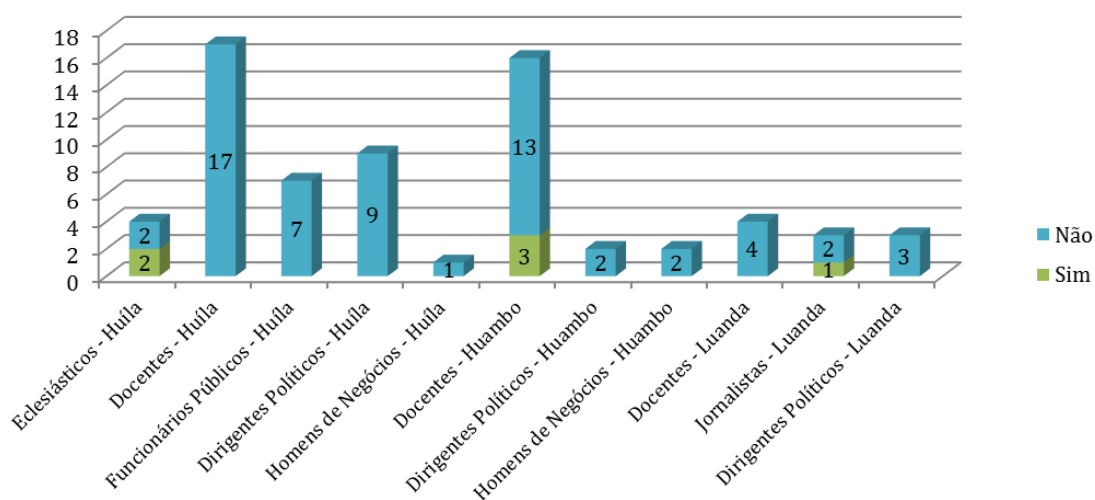


Respostas no sentido de que os poderes públicos de Angola devem reconhecer juridicamente a existência de etnias apenas se encontram nos seguintes grupos: eclesiásticos da Huíla, docentes do Huambo e jornalistas de Luanda. Deve, quanto a isto, destacar-se entre todos o caso de um jornalista de Luanda, o qual defende as quotas, mas declarando ao mesmo tempo que a pertença étnica não tem para si importância, facto que podemos conhecer, dada a unanimidade de respostas à questão 27 (vide supra) neste grupo. Esta aparente dissonância de resposta é interessante e digna de registo: dir-se-ia configurar um

modelo percetivo global em que as quotas são consideradas importantes para “os outros”, os quais tendem desse modo a ser de alguma forma mentalmente “indigenizados”, mas assumidamente não para o próprio.

Note-se que, em virtude do facto de a esmagadora maioria dos entrevistados ter sido unânime em considerar que os poderes públicos de Angola não devem explicitar a existência de etnias, as perguntas 32, 33 e 34 não foram tratadas dado estarem alinhadas com a pergunta 31.

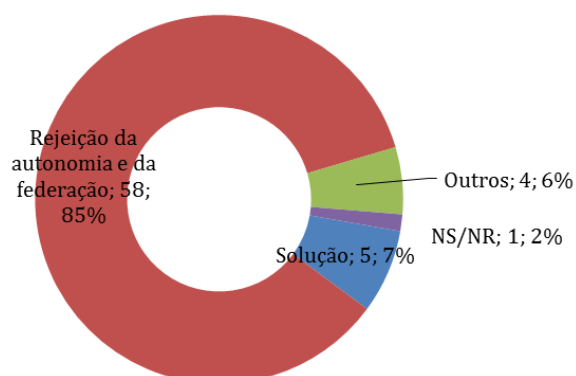
**31. Devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, ou pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo um forma de discriminação?**



**Questão 35**

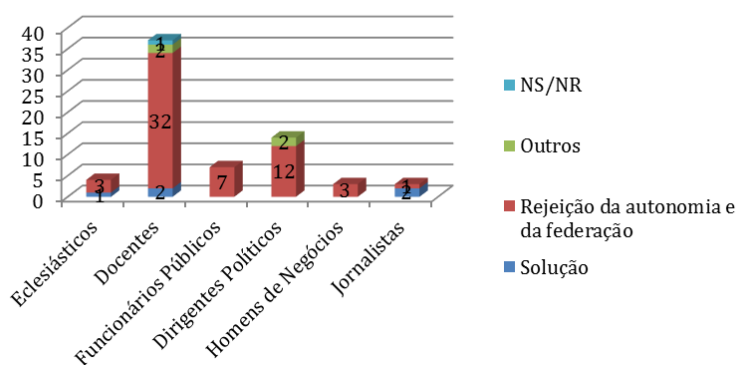
Enfim, a larga maioria dos entrevistados (85%) rejeita também claramente a ideia de autonomia e/ou de federação para Cabinda.

**35. Que opinião tem sobre a situação em Cabinda: a autonomia ou a federação constituiriam uma solução, ou existe um perigo real de secessão daquela província?**



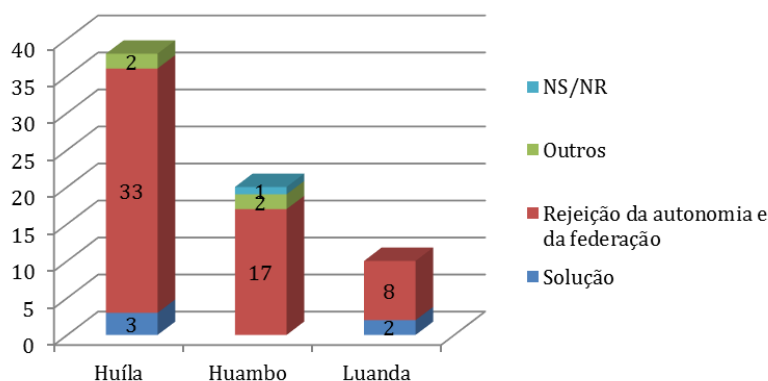
De facto, apenas nas categorias “eclesiásticos”, “docentes” e “jornalistas” são encontradas respostas apontando que a federação seria uma solução para este caso.

**35. Que opinião tem sobre a situação em Cabinda: a autonomia ou a federação constituiriam uma solução, ou existe um perigo real de secessão daquela província?**



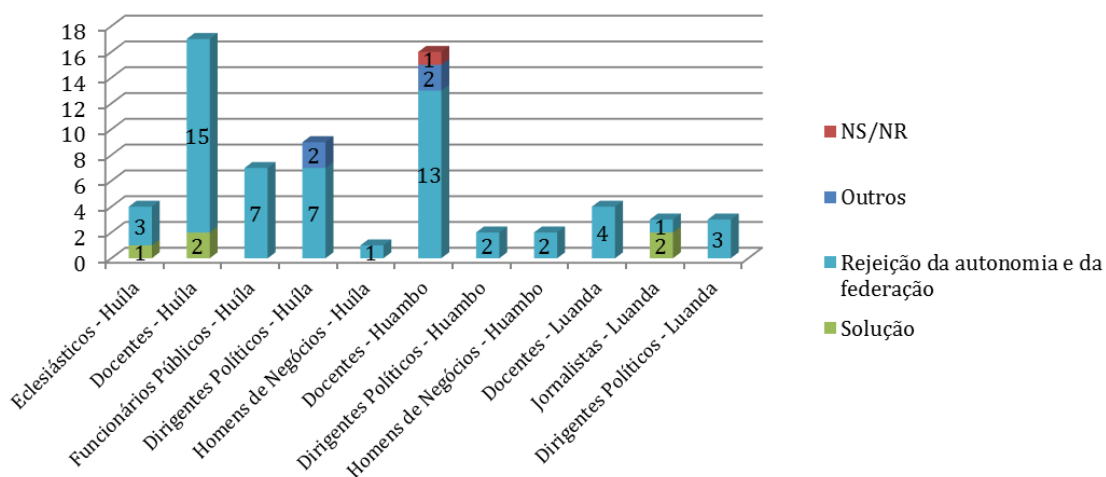
A rejeição da autonomia e da federação prevalece nos entrevistados de todas as províncias, com 80% de respostas em Luanda, 85% no Huambo e 87% na Huíla.

**35. Que opinião tem sobre a situação em Cabinda: a autonomia ou a federação constituiriam uma solução, ou existe um perigo real de secessão daquela província?**



A ideia de que a federação poderia ser uma solução em Cabinda apenas se apresenta predominante no grupo dos jornalistas de Luanda.

**35. Que opinião tem sobre a situação em Cabinda: a autonomia ou a federação constituiriam uma solução, ou existe um perigo real de secessão daquela província?**



Podemos concluir que existe uma clara opinião formada no seio dos angolanos, com exceção talvez de alguns residentes e/ou originários de Cabinda, de que esta parcela do território é e deve continuar a ser parte de Angola, sem quaisquer tratamentos especiais (em virtude do petróleo extraído naquela província ou por outro qualquer motivo). Para além do mais, pode mesmo dizer-se que, se forem concedidos privilégios a Cabinda e não a outras províncias, poder-se-á estar a caminhar, então sim, para a destruição de Angola. É necessário, portanto, evitar-se quaisquer privilégios ou tratamentos de exceção: sendo aplicado o dispositivo da federação a Cabinda, outras províncias tenderão também a reclamar

esses mesmos direitos. É essencial que, pelo contrário, se consolide o princípio de que Angola é “de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste”.

## **Capítulo V - Análise Qualitativa das Entrevistas**

Neste capítulo procede-se à exposição resumida das entrevistas feitas, sendo estas agrupadas por província e por grupo socioprofissional, aliás tal como no capítulo anterior. Diferentemente deste, porém, a apresentação dos resultados da investigação é feita na íntegra quanto a cada entrevistado, da questão 1 à questão 35. Os resumos das respostas estão agrupados primeiramente segundo o critério geográfico (Huíla, Huambo, Luanda), sendo adentro de cada província considerado, como critério suplementar de classificação, a situação socioprofissional.

### **5.1. - Huíla**

#### **5.1.1 - Eclesiásticos - Huíla**

Um primeiro grupo, genericamente denominado “Eclesiásticos da Huíla”, corresponde a um total de quatro (4) entrevistados, sendo dois padres católicos com idades compreendidas entre os 35-45 anos de idade, um alto dignitário da igreja católica, com mais de 70 anos de idade, todos da etnia Ovimbundo, e ainda um pastor de um grupo religioso da etnia Nhaneka. Podemos neste grupo identificar, como perceções dominantes, as seguintes:

1. Sobre a diversidade étnica no país, os três membros da igreja católica consideram que se trata duma riqueza e caracterizam-na como facto multissecular, sobretudo no contexto da era colonial. Na verdade, neste período tinha-se uma visão oposta, de que “somos todos portugueses” de Cabinda ao Cunene, e o poder colonial havia conseguido, durante algum tempo, fazer uma integração na qual o nativo de Cabinda podia estar no Huambo, porque simplesmente era angolano/português, visão essa, que havia propiciado uma certa integração das populações. Dizem também que nos dias de hoje, e no contexto geral, ainda se notam as diferenciações entre norte e sul, no qual as etnias minoritárias lutam para manter ou ganhar visibilidade. Tudo isto se reflete na sociedade angolana, o que não ajuda a construir a unidade nacional, quando se está preocupado em proceder à identificação de quem é do norte, de quem é do sul ou do leste.

No entanto, consideram que existe nisto um lado positivo, que é o esforço que o governo e a camada intelectual têm levado a cabo, no sentido de veicular ideários de que somos de facto um só povo e uma só nação, e procurando que o bem que atinge os do norte atinja também os do sul, e que aquilo que atinge o leste também atinja as gentes que estão pelo mar. Opinam que a diversidade étnica alimenta a cultura, estabiliza a vivência dos diversos povos e protege a dignidade humana. No seu contexto abrangente é de grande importância, porque regenera a própria dignidade humana, tendo em conta o respeito pela diferença. Reconhecem que Angola possui uma diversidade étnica muito forte, mas frisam que precisa duma unidade étnica capaz de superar contrariedades, feridas mal curadas e a excessiva noção de superioridade, em que várias etnias se autoproclamam melhores do que outras. Dizem sermos um país multicultural, mas que a interculturalidade obriga à construção de pontes, impõe eventualmente aproximações, implica também pactos e, no caso concreto do país, ainda não há, infelizmente, nenhum projeto político sério capaz de remediar as fraturas que a própria colonização criou.

Argumentam que as independências em África não conseguiram reparar esse dano. Não conseguiram, nem se visualiza a possibilidade de que se venha a conseguir. Para além mesmo do fator colonial, um segundo fator é a pós-independência, com as suas exigências, surgindo os interesses das elites que em muitos casos, ao invés de ajudarem a remediar o aspeto colonial, pioraram a fragmentação interna, e é mais do que sabido que, ao nível mundial, todos apreciam que a memória coletiva de um povo esteja representada: não nos museus, mas que as pessoas sejam consideradas, emancipadas, embora sempre ligadas à sua comunidade de origem. Ora, se esta expectativa não se realiza, há problemas políticos, problemas económicos, problemas sociais, até problemas religiosos; e esta leitura, infelizmente, tem estado a fracassar.

É essencial fazer-se uma ponte analítica e académica, a partir dessas várias fragmentações que foram ocorrendo, especialmente sobre as grandes linhas da fragmentação. Não só nos referimos a fenómenos endógenos, que também têm de ser considerados. Sobretudo, a partir dessas linhas fragmentadas, deve tentar-se recolher os fragmentos e criar-se uma primeira ponte, a do diálogo. Ou seja, enquanto não se adotar como atitude o diálogo intercultural, a paz é impossível. Um outro fator de análise, que não contradiz o primeiro mas o complementa, é o

facto de que muitas vezes alguns analistas preferem olhar os problemas de África como problemas eminentemente étnicos, e essa perspetiva não espelha a verdade. Pode ser parte do problema, mas o primeiro fator, ou os primeiros fatores existentes são os fatores de gestão das realidades políticas, económicas-sociais e culturais, sendo neste particular que devia haver uma gestão holística, olhando para a diferença dos grupos e procurando alocar uma espécie de uma quota cultural, económica ou espiritual.

Nesta perspetiva, quando falta a gestão da diferença olhando para a necessidade do outro, ou seja, quando um líder, não importa se é um líder de base de um pequeno grupo comunitário, um líder dum organização, o líder dum município, o líder dum nação, quando lhe falha esse sentido de olhar para a diferença do outro e integrar-se na sua personalidade, ultrapassando todos os problemas históricos de acrimónia, más relações, etc.: quando falta isto, surgem problemas. Mas também quando faltam bens e serviços a um determinado grupo, automaticamente o sentimento de memória e de diferença, da parte de quem é discriminado, vem ao de cima, sendo esses os dois vetores importantes. Em resumo, um primeiro vetor consiste em considerar a fragmentação criada pelo processo colonial, o período pós-colonial e o da globalização, com a globalização do capital, este é um facto. Todos estes fatores têm incidência direta na relação de interculturalidade. O fator étnico não parece ser o primordial, do ponto de vista social, porque o mesmo só surge quando o aspeto social, ou a abordagem do ser social, fracassa.

Por último, o pastor dum grupo religioso da etnia Nhaneka-Humbe, e analista de questões socioétnicas, considera termos uma realidade que não devemos negar, que o nosso país tem diferentes povos, não devemos dizer que o nosso país tem um só povo, não; o nosso país é multiétnico, por isso é multicultural. Temos que ter em conta também os povos africanos que foram encontrados aqui, referindo-se aos Koi-Sam, ou simplesmente ao povo Sam, e têm a sua estrutura como povo, e ainda outros povos, os de origem europeia e não só. Argumenta que as portas se abriram e tem de se ter em conta que o nosso país é multiétnico, “e dissemos multiétnico porque somos vários povos” e cada povo com a sua língua com a sua cultura, hábitos e costumes, pelo que inevitavelmente vão ocorrer os chamados “choques culturais”.

2. Relativamente à pergunta sobre se a diversidade étnica constitui um fator impeditivo do aprofundamento e consolidação da nação angolana, o alto dignitário religioso considera que em pequena medida sim, na medida em que o fator educação ainda não é universal, pois que aquilo que se desejava, que “de Cabinda ao Cunene” fôssemos um só povo e uma só nação, na prática não acontece, dado que a educação não está suficientemente aprofundada. Para ele, o analfabetismo ainda faz que o fator étnico impeça a integração que se pretende, a integração necessária para que a reconstrução nacional progrida.

Para o jovem prelado, a diversidade étnica deve ser elo de aprofundamento de laços entre os diversos povos que habitam em Angola. Assim sendo, deve ser motivo de consolidação no processo da construção da Nação angolana. No entanto, acredita que uma má percepção de diversidade étnica é motivo natural para o impedimento do processo da construção da Nação angolana. Entende que muitos dos ditos defensores da cultura, e acima de tudo da democracia, não estão interessados em construir Angola a partir desta perspetiva cultural.

Já o padre considerado polémico, que diz conhecer a realidade africana porque pertence a uma organização que trabalha com 55 países de África, a contar com o Sudão do Sul, como membro da comissão africana de direitos humanos dos povos e que lidam com muitas comunidades, que muitas vezes aparecem para reivindicarem as suas memórias, sustenta que o argumento de que a diversidade étnica constitui um fator impeditivo do desenvolvimento não é mais do que o argumento reciclado duma espécie de neocolonialismo. Este reporta ao colonialismo, o qual dizia que as nossas línguas, as nossas culturas, os nossos hábitos e costumes, as nossas diferenças eram um problema sério para o desenvolvimento da portugalidade ou, enfim, da cultura inglesa, ou da francesa, ou do que se pareça, o que não é verdade. Porquê? Porque o desenvolvimento não se pode fazer sem a dimensão endógena. Nós só nos desenvolveremos se realmente apostarmos no endógeno. Sem isto, estamos a falar do desenvolvimento barato. O desenvolvimento é infraestrutural, está tudo bem, esse pode avançar. Agora o desenvolvimento social, o desenvolvimento cultural, o desenvolvimento da pessoa humana, não pode acontecer neste país, em África, ou em qualquer parte do mundo onde a diferença cultural é chamada à luz do dia, sem esta componente da diferença cultural. Para ele, não se pode desenvolver o país sem entender as suas

línguas, as suas culturas, as suas riquezas, o modo de ser. Se isso for ignorado, tal como está a ser ignorado em muitas partes da África, traz problemas.

Por último, o pastor dum grupo religioso da etnia Nhaneka-Humbe, e analista de questões socioétnicas, considera que a diversidade étnica não constitui um fator impeditivo, mas faz uma breve análise da forma como se alcançou a nossa independência e argumenta que algumas lideranças políticas, algumas formações políticas, sobretudo a FNLA e a UNITA, basearam a sua ação política no etnocentrismo, quer dizer, foram e são factos que vivemos; e esses dois partidos políticos, duma forma geral, ainda não se conseguiram libertar dessa situação, ao contrário do partido no poder desde 1975, que procurou, desde os primórdios da luta armada para a libertação nacional, congregar os diferentes povos de Angola.

3. Relativamente à terceira pergunta, quando indagados acerca da existência ou não de clivagens étnicas na Huíla, depois do fim da guerra civil terminada em 2002, o alto dignitário da igreja católica considera perentoriamente que sim, existem, infelizmente ainda existem. Isto compreende-se também porque a etnia que dá nome à província é a mais pequena, e naturalmente todo o seu esforço é de visar afirmar-se, de pretender toda a província da Huíla, e portanto de que “quem é Nhaneca devia ser o rei”, quem é Nhaneca devia ser isto ou aquilo; essa clivagem realmente existe. Adianta que vive na Huíla há 17 anos e que sempre sentiu isto, mesmo a nível religioso, embora diga compreender tal comportamento, por ser o problema das minorias que querem afirmar-se, e daí haver essas clivagens, porque aqueles que são da etnia local são poucos e, quer seja a nível eclesiástico, quer académico ou mesmo político, sente-se isto, concluindo que não deve haver receios ou medo de afirmar isto mesmo: que existem clivagens étnicas na província da Huíla.

Outros dois (2) padres consideram que as clivagens étnicas existem em Angola de maneira geral, e na Huíla em particular, fazendo duas incursões, a primeira fazendo notar o argumento de que as clivagens étnicas não surgem por si só como fator causante. Elas aparecem por causa de um fator primário, que são as reivindicações das memórias coletivas, ignoradas durante muito tempo, no caso de Angola em geral e na Huíla em particular. Argumentam ainda existirem, de facto, imensas clivagens étnicas na Huíla, pelo facto da expansão dos bens e serviços no tempo colonial ter sido desigual, por um lado; por outro lado, porque o próprio

contexto político foi criando nos Nhanekas o sentimento de que quem “deve governar, é aquele que seja puramente huilano ou Nhaneka”.

Já o pastor de origem Nhaneka é também de opinião de que não se pode dizer que na Huíla não há clivagens, justificando que essas clivagens não são um fenómeno de 2002, mas que elas são centenares, justificando os seus argumentos com recurso às guerras havidas entre os Ovimbundos e os Nhanekas-Humbes, conhecidas como as “guerras do Nano”, se falarmos do “Kanduco” e do “Kaneketela”, homens que faziam incursões na região da Huíla, também conhecidos como os “Ovikueno”, povos vindos do planalto central para atacar, ou seja, antes mesmo da presença do poder colonial, eles, os Ovanhaneka-Kumbi, já identificavam como principais inimigos os Ovimbundos. Os objetivos das guerras do Kanduko e do Kaneketela consistiam essencialmente em levar o gado bem como as mulheres dos Nhanekas e, quando chega o poder colonial, os Nhaneka identificaram os Ovimbundos e os colonos, como seus principais inimigos, usando a expressão como: “ovindele lo novanano veyá okubomba” (os brancos e os do norte, “ovimbundos”, vieram oprimir-nos).

Para ele, numa Angola independente em que todos buscam um espaço político, territorial, para a habitação e não só, nesta busca de espaços na política na governação e na igreja, sobretudo na católica, que se notou como dominada por Ovimbundos porque só se cantava em umbundo e não em nhaneka, surgiu a solidariedade Nhaneka, para que se comesse também a cantar em Nhaneka, evitando o apagamento. Conclui, afirmando que não diria rigorosamente que há só clivagens políticas, porque muitas vezes isto pode ser mal visto, quando um povo quer também conquistar um espaço, quer protagonizar e normalmente esses grupos que buscam protagonismos são alcunhados com diversos nomes, mas depois acabam por ser bem vistos, sendo por isso fenómenos naturais, que contribuem para despertar as lideranças políticas para uma melhor integração das pessoas, quer dizer, de modo a haver inclusão em vez de exclusão.

4. Nas argumentações quanto às principais causas que estão na base das clivagens étnicas depois do fim da guerra civil, em Angola e no caso da Huíla, aponta-se como uma das primeiras o problema da diversidade dos povos, as etnias que compõem a Huíla, que são fundamentalmente os Ovimbundos, os Ganguelas, os Tchokwes e os Nhanecas, estes últimos com vários subgrupos, como sendo os

humbes, os “muquilengues, os handas, mussos”, etc. A configuração desta província nos moldes em que se encontra, com uma maioria de Ovimbundos, deveu-se essencialmente, como já atrás se referiu, ao facto de que, por altura da formação dos distritos em Angola, e no caso do distrito da Huíla em particular, o governo português, para além das questões geográficas, teve de igual forma em conta a questão do rendimento económico das populações.

Nesta conformidade, a comuna da Huíla (designação atribuída a atual província da Huíla) e arredores era maioritariamente habitada naquela altura por Nhanecas-Humbes, os quais, do ponto de vista económico, com exceção do gado não tinham quase mais nada, sendo que a agricultura era bastante fragmentária, uma agricultura de sorgo (massango e massambala). Ora esta situação, real por aquela altura, fez que, do ponto de vista das trocas comerciais com o poder colonial, não houvesse um interesse visível, pois, salvo o gado, que também existia em quantidades algo diminutas para uma atividade comercial, nesta região não havia uma atividade económica de realce, tendo por isso o poder colonial percebido a necessidade de anexar territórios de outras províncias para fazer da Huíla um distrito, sendo Caconda e Caluquembe, que faziam parte da província de Benguela, acrescentadas ao distrito da Huíla, com o objetivo de dar ao território reais possibilidades económicas e de trocas comerciais, o que passou por lhe conferir maior peso na balança comercial de transações, entre o poder colonial e as populações.

Neste contexto, todas as tensões e clivagens que hoje se sentem no território da Huíla, sentimo-las mais pelo lado psicológico das minorias, que querem ascender a uma posição destacada. E, como a província se denomina “da Huíla”, resulta disso a posição de que é a “nossa província”, ou “Otcilongo Tchietu”. Esse facto é ainda aliado ao analfabetismo político, sendo que as razões mais profundas são aquelas que emergiram do poder colonial, que visualizou o peso económico como fundamental, com a agregação de povos e o conferir ao território a categoria de distrito da Huíla, ou província da Huíla, o que é na atualidade.

5. Quanto à questão de a discriminação ser mais dos Nhanecas-Humbes contra os Ovimbundos ou vice-versa, a resposta dos clérigos católicos é que as discriminações são mais dos Nhanecas contra os Ovimbundos, porque estes sempre foram muito mais abertos. Normalmente os Ovimbundos, onde estão,

sempre procuram não arranjar fricções, porque tanto se está aqui na Huíla, como se está em Cabinda a fazer negócios, e quem faz negócio tem que fazer amizades. Daí que os Ovimbundos tenham sempre criado muitas amizades.

No entanto, essas discriminações são mais apontadas ao nível das elites do meio urbano, pelo facto das elites dos Umbundos terem sempre dominado, por constituírem a maioria intelectual, maioria qualificada, porque tiveram acesso às escolas, quer católicas quer evangélicas, produziram quadros que foram o esteio movente da administração pública, e também o capital humano de várias igrejas. Mesmo ao nível das congregações católicas, as congregações femininas na igreja católica falam Umbundo. Ou seja, ao nível das elites o homem umbundo trouxe a sua cultura, o Umbundo é cioso, ciumento, considerado rigoroso, considerado civilizado, considerado reto, considerado conhecedor da palavra de Deus. No entanto, faltou um pouco a visão de um olhar para o irmão encontrado (o Nhaneka).

Quanto ao nível das grandes massas populares, concluem não haver esses vícios de discriminações a grande escala, ao ponto de a maioria dos Nhanecas, no meio rural, em muitos dos casos solicitarem aos seus irmãos, os compadres que falam umbundo, para terem os seus filhos nas cidades, vilas e aldeias, de forma a poderem ter acesso a educação. Essa relação de amizade profunda, de irmandade e quase de sangue, é muito intensa.

Já o pastor Nhaneka argumenta que, se pudermos todos usufruir por igual, não haverá discriminações, fazendo transparecer que o homem Nhaneka discrimina o Umbundo porque ele foi primeiro discriminado quanto ao acesso aos serviços no passado, tendo apelado às elites para que se identifiquem mais com os governados sem exceção, governando com o povo e para o povo. Quer dizer, o povo não deve só ser objeto das ações de governação, mas também deve ser sujeito da governação.

6. Três (3) entrevistados dizem ter uma experiência muito boa e gratificante em trabalhar na Huíla, mas um (1) diz ter experiências negativas e muito más.

7. Quanto à existência de políticas que estimulem ações de unificação das diferentes etnias do país, com vista à execução de tarefas, como é o caso do aprofundamento da construção da Nação e do processo de reconstrução do país depois da guerra civil, este grupo de entrevistados considera que no geral essas

políticas podem existir, mas apenas do ponto de vista teórico e político, porque os nossos governantes são mais políticos, no sentido de que são mais ideológicos, e não políticos no sentido de encontrar políticas consentâneas para se chegar a construir “um só povo uma só nação”. Ou seja, como adiantou um dos nossos interlocutores, não há no país uma discriminação negativa como tal. Consideram que em Angola não existem problemas étnicos ao nível, por exemplo, daqueles que existem na Nigéria, ao nível daqueles que existem ainda como resquícios no Ruanda ou no Burundi. No entanto, ainda segundo o mesmo interlocutor, também não temos políticas direcionadas para as diferenças produzidas pela colonização, quer de maneira ativa, quer de maneira passiva.

Por último, o pastor de origem Nhaneka, interpelado sobre essa questão, considera que nos dias de hoje seria uma “loucura” ou mesmo um suicídio pretender secundarizar a angolanidade e que essa unidade vai ser sempre unidade na diversidade e vice-versa, porque a angolanidade não vai fazer com que o Umbundo desapareça, porque o Umbundo vai ser como tal, enquanto tiver a sua língua e a sua identidade cultural e aí é intocável, sendo esse um princípio consagrado a nível internacional e a nível das Nações Unidas: o Ganguela só vai ser Ganguela enquanto estiver na sua cultura, não se está a dizer que ser angolano é abandonar as nossas culturas a favor das outras, porque alguém já disse que “quem pretende dominar um povo tira-lhe a sua língua e a sua cultura”.

8. No que toca à governação do país, sobre se em determinadas circunstâncias se tem confrontado com rejeições étnicas, ou seja, se é perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos em que não pertencem à respetiva origem étnica, a resposta foi unânime: os quatro entrevistados consideram que sim, a governação do país tem-se confrontado com essas rejeições, embora não haja manifestações saindo por aí, mas há sempre o dizer “mas porquê, mas porquê?” Muito concretamente, na igreja católica houve o caso de Cabinda. Foi um caso clamoroso não só em Angola, mas no continente, e muito recentemente o caso do Cunene, onde se teve de nomear um bispo natural de lá, não porque tivessem rejeitado um qualquer que não fosse de lá, mas porque havia rumores de quererem imitar o caso de Cabinda. A nível do governo ouvem-se confidências e há pessoas que se sentem rejeitadas por não serem do lugar, de pessoas que são alcunhadas de “cooperantes”, por serem de

outras províncias, sobretudo se são Ovimbundos. Os casos mais conhecidos são de pessoas nomeadas para as áreas onde a maioria seja Ganguela, que tem uma viva consciência da sua cultura e da sua origem e em virtude do alto grau de analfabetismo, tanto que em muitos casos, para as pessoas comunicarem entre si, têm de utilizar a língua local.

Consideram que, no caso dos quadros ligados aos serviços das alfândegas, os serviços fronteiriços, há uma experiência de abordagem horizontal e informal com comunidades Kwanyamas (na província do Cunene), e opinam que de facto não se compreende como é que a maior parte dos quadros que estão em posição de mando e tomada de decisão, ao nível do Cunene, têm de vir por exemplo de Luanda. E esta perceção, quer no Cunene quer na maior parte das províncias do país, tem criado e acentuado um fenómeno de clivagens étnicas

9. Questionados sobre se já se sentiram discriminados, foram unânimes em considerar que nunca tiveram problemas por onde passaram. Mas colocam o problema das relações humanas como fundamental para todas as pessoas, e que a vida é feita de relacionamentos, havendo pessoas que sabem fazer bons relacionamentos e havendo também pessoas com relacionamentos difíceis com os demais.

10. Quando lhes foi indagado se, no seu relacionamento com os outros membros da sociedade, se consideram sobretudo membros de uma etnia, ou para eles o mais importante é a angolanidade, todos responderam que o mais importante é a angolanidade: porque, segundo os mesmos, todos servimos Angola. No entanto, o pastor Nhaneka considera que todo o homem tem autoestima e que a autoestima leva-nos a priorizar o eu. A questão de autoestima é fundamental e o pastor não vê nisso nada de reprovável.

11. Este grupo de religiosos declara considerar os outros membros da sociedade sobretudo enquanto angolanos, sendo que o pastor Nhaneka é da opinião de que a autoestima permite identificar também os restantes enquanto membros de grupos étnicos.

12. Estes interlocutores não identificaram claramente se os restantes membros da sociedade os veem sobretudo enquanto membros pertencentes a uma etnia ou os percebem simplesmente como angolanos, admitindo a hipótese de que,

sendo eles membros de determinados grupos étnicos, o mais lógico é que sejam identificados simultaneamente nas duas condições.

13. Quanto às consequências políticas, económicas e sociais que Angola pode experimentar se não forem acautelados os problemas étnicos no país, todos consideram que aquelas podem ser muito severas, na medida em que se conhecem casos de países que não se desenvolveram por não terem sido acautelados os problemas étnicos. Apontam que a nível religioso, económico, político e social, se não se tratar estas questões de forma adequada e os diferentes grupos étnicos começarem a isolar-se, é óbvio que nesse isolamento quem fica isolado pode depois criar grupos e fomentar a guerra. Nós, os angolanos, estamos como que numa posição um tanto ou quanto privilegiada, no sentido de que ainda estamos a tempo de poder fazer a integração.

Sustentam existir tempo para se corrigir, daí que seja importante o aprofundar dessa matéria, para que aqueles que conduzem o seu trabalho quer a nível académico, quer político ou mesmo económico, possam realmente acautelar esse assunto, para que isso não aconteça. Apontam o exemplo da região dos Grandes Lagos e consideram que a instabilidade surgiu por causa da falta da unidade dos povos. Dizem mesmo que Angola está numa posição privilegiada sobre a matéria de integração étnica, pelo facto da colonização portuguesa não ter sido uma colonização que tivesse procurado privilegiar mais uns do que outros, como aconteceu com outras potências colonizadoras europeias.

Para eles, as clivagens poderão conduzir a fragmentações que se observaram no Sudão na Etiópia e Eritreia, e ia acontecer mesmo no Kuazulu/Natal, na África do Sul, se não houvesse uma grande abertura em relação às especificidades do Zulu. Poderão acontecer, se não se acautelar a questão de Cabinda e, no caso da Huíla, se não tomarmos cuidados. Infelizmente, a fragmentação poderá acontecer e será talvez melhor criar uma província Nhaneka e outra Umbundo. Consideram que, ao nível do Cunene, esse diálogo já tinha emergido entre o Cunene do norte e do sul: Cunene do norte predominantemente ligado à porção Nhaneka-Humbe e Mubanga, bem como ao nível do sul, predominantemente Kuanhama. Esse risco existe, concluem.

14. Quando indagados em que medida consideram importante para si a sua pertença étnica: muito, pouco, regular, ou sem importância, apesar de terem

respondido na pergunta anterior que a angolanidade era a mais importante, aqui todos coincidiram em considerar importante a sua pertença étnica porque, segundo defenderam, se quisermos entender sociologicamente uma nação como Angola, devemos entendê-la enquanto ente composto por várias facetas étnicas diferentes, e essas facetas étnicas devem converter-se em riqueza, sendo que essa riqueza faz complementar umas com as outras. Portanto, nessa visão de complementaridade, a importância étnica é profundamente sentida.

15. Quanto às expressões como “Mukwakwiza” (que na língua Tchokwe significa estrangeiro), “Bailundo” (expressão regra geral utilizada pelos Kimbundos para designar as populações provenientes do sul de Angola), “Otchilongo Tchietu” (“a terra é nossa”, expressão regra geral usada pelos Nhaneka-Humbes da parte sul da província da Huíla relativamente aos Ovimbundos da mesma província), ou “Munanos” (“os do norte” ou “de cima”), que no caso da província da Huíla serve para identificar as populações não Nhaneka-Humbes, em particular os Ovimbundos, etc., que são constantemente proferidas por populares e não só, nas diferentes regiões e províncias, os prelados católicos defendem opiniões diametralmente opostas: dois deles, incluindo o alto dignitário e o pastor Nhaneka, consideram serem estas expressões normais, embora muitas vezes tragam consigo implícita uma grande carga pejorativa. Já o outro padre, mais crítico, considera em primeiro lugar serem expressões de discriminação condenável a todos os títulos, e não concorda com essas expressões enquanto fator de discriminação e de humilhação do outro, muito especialmente do homem Umbundo.

16. Quanto às componentes étnica e nacional das suas identidades, se mantêm entre si relações de rivalidade, complementaridade ou nem uma nem outra, todos responderam relações de complementaridade.

17. Relativamente à existência de políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, entendido como aproveitamento político para atingir um fim político ou outro, este grupo de interlocutores, por unanimidade, considera de forma categórica que sim, existe este tipo de políticos embora não convenha citar exemplos, bem como indivíduos que se aproveitam dos seus postos e levam a cabo o tribalismo de forma aberta ou velada, para promoverem os seus interesses; e que

só não vê isso quem não quer, dizendo mesmo que o tribalismo é a arma dos políticos e corresponde ao princípio de dividir para melhor reinar.

18. Para eles, as discriminações étnicas entre os angolanos não são um fenómeno novo e têm as suas raízes mesmo antes do processo colonial. Recordam que Angola é um país, uma nação com varias nacionalidades, porque antes do aparecimento do poder colonial estes reinos eram independentes uns dos outros. Segundo defendem, o poder colonial acirrou essas divisões porque, no mesmo grupo étnico, procurou sempre dividir. No entanto, este fenómeno exterioriza-se mais na era pós-colonial, as discriminações verificam-se mais depois da independência do que durante o processo colonial, porque no processo colonial o padrão era único, e o colonizador que veio cultivar apela de certa forma ao principio da unidade, do mar ao leste. Alertam para a necessidade de se aprofundar os estudos que possam dar indicações claras para os perigos em torno destas matérias e para a imperiosa necessidade de unificação, cortando a possibilidade de ser ter várias nações em Angola, ao invés duma só nação.

19. No que toca a possíveis conflitos étnicos em Angola, semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, e apesar das dificuldades na senda da unidade nacional, todos têm a forte convicção e sensibilidade de que Angola e os angolanos entendem que é possível construir a angolanidade e alimentam a grande angolanidade. Lembram que Angola foi o primeiro território, ao sul do Sahara, que experimentou conviver com a outra cultura, a portuguesa, o que deixou uma marca que não tiveram os Congos, ou pelo menos o grande Congo; e também outros países, se tivermos em conta que no grande Congo o encontro com outras culturas não teve duzentos anos. Por este e outros motivos, entendem que não é possível termos conflitos, ao nível do que outros países do continente viveram e vivem, salvo se surgirem lideranças no país, em grande escala, que promovam essas discriminações. No entanto, fazem notar que, enquanto o país esteve em guerra, as clivagens étnicas pareciam estar adormecidas, embora uma ou outra coisa se pudesse ouvir, mas que na atualidade este fenómeno está um pouco mais explícito, com o caso não só de Cabinda, mas com o caso, por exemplo, dos chamados descendentes do império Lunda-Tchokwe, que promovem ações visando uma autonomia para as Lundas. Concluem que, caso não se abordem claramente essas tendências, dentro de quinze ou vinte anos podemos eventualmente ter problemas.

20. Para os religiosos, os alinhamentos partidários estão nalguns casos ainda sobrepostos às afinidades étnicas, embora em pequena escala, entendendo que no passado muito recente a matriz tradicional era de que o homem Kimbundu estava ligado ao MPLA, o Bakongo à FNLA e o Umbundo à UNITA, o que nem sempre correspondeu a verdade.

21. Quanto aos altos índices de analfabetismo que ainda grassa no país, e no meio rural em particular, este grupo genericamente considera que o analfabetismo persiste em Angola e com altos índices, porque o partido no poder, com a sua ideologia, tentou apoderar-se da alfabetização e fracassou. Ao pensar que os religiosos e a igreja são idealistas e não podem ser alfabetizadores, alegando-se que a alfabetização é uma tarefa ideológica e política, afastaram um sector conhecedor da tarefa de educar. O partido no poder não quer abdicar, e essa teimosia tem de ser denunciada, para que a campanha de alfabetização não fique nas mãos de um partido, mas que seja mais liberalizada, para que os níveis de analfabetismo baixem e para poder mesmo ser vencida esta batalha. Apontam ainda que, para os governantes se manterem mais tempo na governação, a forma mais adequada para o fazerem é mantendo o povo iletrado e analfabeto.

Defendem que, se quisermos resolver o problema do analfabetismo, tem de se valorizar o professor, não se devendo mandá-los para o interior sem casas onde se possa construir uma escola, sem posto médico, vias terciárias, ou seja, tem de existir um projeto integral, uma ação multissetorial, não bastando só construir-se escolas, mas também criar condições para as pessoas que vão aí trabalhar. É necessário conceber bem o desenvolvimento rural, que não passa só pela vacinação de gado e coisas de género; desenvolvimento rural é mais abrangente; colocar escolas sim, mas são precisa outras coisas.

22. Embora tenha havido alguma cautela nos pronunciamentos de alguns interlocutores, sobretudo do alto dignitário católico, de forma genérica consideram que os altos índices de analfabetismo, no seio das populações em Angola, têm sido aproveitados pelos políticos para fins não confessos. Curiosamente, o padre geralmente crítico considera que, todavia, não se chegou ao nível de manipulação política generalizada das populações, pelo menos se comparado o caso angolano com o de outros países. Em Angola, podendo embora haver o caso A ou o caso B, não se trata ainda assim de fenómeno geral. O pastor Nhaneka e ligado ao poder

recorda que os agentes do poder colonial em Angola gostavam de ir aos sítios e apreciavam muito distribuir aguardente (ouwalende) para estupificar o povo. Por isso, não entende porque é que alguns governantes ainda hoje, quando vão para ali ou para acolá, insistem em entregar garrafas de aguardentes, etc., ou seja, querem aproveitar-se da ignorância das massas populares, considerando que é preciso ter em conta que o político é um “maquiavelista”. Todos têm uma certa dose de maquiavelismo, porque os “fins justificam os meios”, tende a haver uma mínima dose de maquiavelismo. Todos têm esta coisa, ou seja, utiliza-se o analfabetismo para fins não confessos.

23. Sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica, este grupo de homens ligados à divulgação da fé considera que esse problema não está devidamente acautelado no país, sobretudo do ponto de vista legal, e dão como exemplo o caso da África do Sul, onde, se uma lei é aprovada num dia, sendo promulgada no dia seguinte pelo Presidente da República, automaticamente essa lei é traduzida pelas onze (11) línguas de trabalho no parlamento sul-africano, as quais representam as principais matrizes. Consideram que isto não é feito hoje em Angola. Questionam-se quando é que, por exemplo, um homem Tchimbundu, um Nhaneka, um Tchokwe ou um Bakongo vai tomar conhecimento da lei que aborda o problema da violência doméstica, aprovada recentemente. Para uma mulher que se confronta com a violência do seu marido, quando é que esta lei vai chegar às mais vastas populações e do meio rural, uma vez que não se traduz as leis em línguas locais? Esse grupo opina em conclusão que, infelizmente, isto não está salvaguardado.

24. As opiniões estão divididas quanto à possibilidade de surgir na Huíla um conflito étnico entre Ovimbundos e Nhanekas-Humbes e daí resultar um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas (provocando manifestações que podem ser aproveitadas, à semelhança do que tem ocorrido no norte de África, com a Primavera Árabe), na medida em que, no caso do alto dignitário católico, entende que nos conflitos étnicos entre os Ovimbundos e os Nhanekas, quer do ponto de vista ideológico, psicológico quer mesmo cultural, os Nhanekas não se atreveriam a enfrentar os Ovimbundos e estes também não têm o poder de domínio ou pretendem dominar quem quer que seja, porque o Otchimbundo é um indivíduo que se habituou a ser estrangeiro. Entende que, por esta razão, não

deve suscitar conflitos; e o Nhaneka também não vai procurar conflitar com o Tchimbundo, porque sabe que os Ovimbundos são muitos.

O padre mais jovem é de opinião que na Huíla isso já acontece, embora de forma implícita. No entanto, considera que, se não se acautelarem as situações que hoje se observam, é de esperar uma reinvenção do Ruanda. Já o padre crítico tem sérias dúvidas, por considerar que o fator “política” neste momento, em Angola, está muito mais avançado do que o fator étnico. O pastor Nhaneka, por sua vez, pensa que o conflito entre Nhanekas-Humbes, nas dimensões em que se coloca a questão, nunca vai acontecer. Vaticina que nunca se irá chegar até aí, por entender que a Huíla não é a primeira província a ter problemas de discriminações. Cita mesmo o problema das Lundas, onde surgiu um partido político, como é o caso do PRS. Adianta que na Huíla não vai haver esses problemas, haverá sempre resmungões e muitas vezes as pessoas querem fazer propaganda, fazer ondas num copo de água. Considera que é necessário, quando surgirem essas questões, sentar-se e ver o que é que se passa. Conclui que, se algum dia o país tiver problemas do género, isso não deve partir da Huíla, porque a história dos Nhanekas-Humbes mostra que esses nunca moveram guerras contra ninguém e que na sua história eles é que sofrem ataques; se hoje eles querem protagonizar, trata-se somente de dizer que devemos distribuir bem, quer na comida, nos rendimentos, como no poder; e aconselha seguirmos o exemplo da Tanzânia com relação ao Zanzibar. Não basta só dizer que este ou aquele é angolano e veio mandar, não; vamos dosear bem.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social estatal e privada no processo de unificação dos vários grupos étnicos, bem como dos académicos a todos níveis, defendem que os meios de comunicação deviam ser imparciais e aclarar sem medo sobre as consequências negativas da discriminação racial, do tribalismo e do regionalismo, muitas vezes impensado. São de opinião que a comunicação social, tal como a temos hoje, deixa muito a desejar no plano da integração étnica e das etnias, querendo priorizar a promoção duma Angola no jornal, no semanário, uma Angola de festas, uma Angola onde apenas a burguesia nascente tem voz, em que os pobres nunca chegarão ao cimo e aqueles que aí estão procuram manter esse seu lugar. Consideram que isto é a preferência do Estado, mas é o Estado que perde. Se foi o Estado que deu esta orientação de a

comunicação social meter na mentalidade das pessoas essa criação da burguesia na sociedade, tanto pelos anúncios, como pela publicidade, como pelos fatos narrados, isto constitui um grande problema, e a comunicação social pode mesmo criar um problema nas etnias e desmotivar a integração das etnias no país.

Segundo este grupo, os meios de comunicação deveriam ter o papel de trazer à tona os valores, a identidade, as memórias coletivas subjugadas por todo o mundo durante muito tempo: esse sim, deveria ser o seu papel. Consideram que não tem havido essa atenção, bastando olhar por exemplo as línguas locais, que só têm trinta minutos do espaço radiofónico. Sustentam que a cultura dos povos de Angola não tem sido bastante valorizada: é desprezada, quiçá, por omissão e não por ato. Não é uma discriminação direcionada, mas uma espécie de discriminação por omissão. E esses fatores todos têm estado a pesar imenso no atual quadro de insatisfação, que vai nascendo nas comunidades e que pode ser perigosa para o futuro.

26. Quanto aos professores, consideram que ainda são aqueles que na sociedade têm um papel muito grande e importantíssimo, na medida em que a mentalidade do professor é a de transmitir conhecimentos e valores aos alunos, sejam desta ou daquela etnia. O papel do professor, se ele for amparado e for ajudado, deverá ser o daquele que vai (poderá e deverá ser aquele que efetivamente vai) ajudar essa integração, porque o professor como tal não tem ideologia, a sua ideologia é a ciência que transmite aos alunos. Os professores são a camada que mais perto está da classe missionária. No trabalho de missionários e de professores, que estão aí à frente dos alunos e ganham o seu salário, aqueles que têm vocação de professor, para além do seu salário, querem também ganhar os seus alunos para uma linha de construção. Portanto, os dois poderão tocar-se e, tocando-se, deverão desempenhar um grande papel nesta Angola que se pretende.

27. Quando lhes foi perguntado quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante ou importância crucial, todos consideraram que a sua pertença étnica é muito importante para a sua identidade pessoal, com exceção do jovem padre, que a considera ser duma importância “razoável”.

28. Relativamente à problemática sobre se existem políticos e outras elites étnicas, na província da Huíla, promovendo divisões étnicas para assumirem

posições destacadas na administração do Estado e noutros lugares de notoriedade, as respostas foram de certa forma evasivas e muito cuidadosas, pois uns pensam que isto é um pouco mais delicado, na medida em que temos hoje um poder que existe há mais de trinta anos. Quanto ao alto dignitário católico, preferiu mesmo não se pronunciar. Já o padre crítico diz que assim, de forma aberta e repetida, de forma metódica e sistemática, não podia fazer essa afirmação: pensa que tem havido, isso sim, focos de afirmações e de debates; e o que tem estado a notar é o fato de que a liderança Nhaneka tem estado a queixar-se de que não tem espaço suficiente para poder avançar, quer ao nível dos espaços de poder político, poder económico, poder cultural, etc. Estão muito atrasados e precisam de recuperar o tempo perdido. De forma que em certas ocasiões ele concorda com algumas reivindicações, mas olhando para outras experiências, dos sul-africanos e outras, não considera que tenha esse espaço assim de maneira contumaz, de maneira aberta, enfim, não tem havido isso, mas sim um discurso que proclama que “otchilongo tchietu” (“a terra é nossa”), ou seja, os outros vieram, eles é que são os nativos. E considera um pouco polémico, por causa das misturas que se verificam, ser muito difícil dizer quem é rigorosamente Nhaneka, quem é rigorosamente “Umbundo”, quem é rigorosamente “Kwanhama” (da etnia kwanhama), quem é rigorosamente “Mumbanja” (da etnia humbe), quem é rigorosamente “Mucubal” (da etnia mucubal), mas que tem havido líderes que se aproveitam politicamente para poderem defender os seus grupos.

O pastor Nhaneka, por seu lado, aponta que é necessário, em primeiro lugar, observar se há injustiçados ou não. É de opinião que na província da Huíla, quando se fala destes termos de divisões, pensa-se logo nos Ovanhanekas. Diz que o que se quer passar é o facto de que os Nhanekas também existem: olhem para eles e só assim é que eles vão estar satisfeitos. Recorre ao líder vietnamita Ho-Chi-Min, que, segundo ele, dizia que “a liberdade não se dá, conquista-se”, pelo que tudo se conquista. E é preciso, sublinha, ter-se isso em conta.

29. Quanto a existirem líderes políticos angolanos que fomentam de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e manterem-se no poder, as opiniões estão divididas. Embora um entrevistado sustente que isto é um pouco mais delicado, na medida em que hoje temos um indivíduo que está há mais de trinta anos no poder, referindo-se certamente ao atual Presidente da República,

outros consideram que este fenómeno pode ser mais visível na dimensão regional, onde alguns líderes, em posição de destaque dentro do próprio partido no poder, em encontros velados têm manifestado receios de que, se um dia os povos da periferia se unem, podem perturbar o seu poder. Mesmo ao nível das igrejas pronunciam-se sobre estas questões e por isso é que receiam que a Rádio Eclésia, por exemplo, se expanda por todo o território nacional, com o medo de que, se isso acontecer, outros povos terão voz, ou poderá pôr-se em causa a sua existência.

30. Relativamente à questão de para a maior parte da população de Angola ser mais importante a identidade coletiva nacional (angolana) ou a identidade coletiva étnica, advogam que, quando se trata de memória, quando se trata de meio de subsistência, quando se trata de terra de origem, a pessoa se reconhece enquanto originário daquela terra primeiro do que enquanto angolano. Essa é, entretanto, uma perspetiva que complementa a outra, não se podendo observar como é que elas se excluem, sempre com a certeza de defender a pátria. Todavia, como bem da nação, é mais importante a angolanidade.

31. Quando foram indagados sobre se devem os poderes públicos de Angola reconhecer explicitamente, juridicamente, a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, por exemplo, com a consagração oficial de “sistemas de quotas”, ou se, pelo contrário, esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, responderam como segue. O alto dignitário sustenta que não constituiria uma forma de discriminação, na medida em que está baseada na noção de justiça, e sobretudo na sociologia cristã, que significa ir junto do outro para elevá-lo, ir junto do outro para fazer como Cristo fez, ao fazer-se escravo para trazer os escravos, para libertar os escravos. Considera que se esta política fosse utilizada, se os governantes angolanos fossem junto daquelas etnias mais pequenas, aquelas etnias menos capazes, como é o caso dos Vátuas, na perspetiva de os fazer grandes do ponto de vista de humanidade e de humanização, de os trazer para o grande banquete, digamos, não seria nada mau. Nesta perspetiva, sustenta o dignitário, seria uma discriminação positiva e não negativa, de exclusão, e poder-se-ia saber o que é que estes pequenos grupos nos podem trazer para o convívio, porque ao deixá-los como estão, de facto, está-se a excluí-los; e se a política deve ser de inclusão, naturalmente que se deve então incluir, e todos caminharmos juntos, cultivar a

mentalidade de angolanidade, a mentalidade de sermos todos angolanos e a contribuir, ou seja, que todos contribuam. Neste sentido, é crucial que se continue a alertar os governantes para que possam dar continuidade e façam uma verdadeira revolução de inclusão na sociedade angolana, para que Angola seja de facto um espaço bom para todos vivermos.

O padre crítico diz acreditar plenamente que se abra um debate para se configurar um sistema de quotas. Segundo ele, o sistema de quotas é transversal, produz um grande equilíbrio porque não vai olhar só, por exemplo, para o Nhaneka, para o Umbundo, para o minoritário, mas também vai olhar para a dimensão do género. Para ele, o ponto de equilíbrio do sistema de quotas é essa transversalidade.

Já o pastor Nhaneka considera que não é preciso o sistema de quotas na verdadeira aceção da palavra, devendo apenas haver representatividade, porque entende que há povos numerosos e povos pequenos: representatividade lá em cima (nacional), representatividade na província, no município, etc. Isso é boa e acaba-se com os problemas.

32. Os dois eclesiásticos que advogam as quotas consideram que, no caso da existência desse sistema, isso não poderia induzir um favorecimento excessivo dos respetivos grupos de beneficiários, porque dizem ir sempre para o lado da justiça, e que pior seria estarmos sem isso. Entendem que não seria favorecimento excessivo, mas sim uma abertura, para que haja desenvolvimento mais acelerado das suas comunidades.

São de opinião que, se for dada alguma atenção, apesar de eventuais encargos financeiros, será o caminho que se deverá seguir para se poder empreender verdadeiramente o processo de integração, a caminhada que todos pretendem, porque a continuar-se como se verifica, uns atingidos e outros permanecendo à margem dos acontecimentos, não é aconselhável. Advertem que este processo não vai se efetivar com as atuais populações, os mais velhos, mas sim com as camadas mais jovens, que entendem melhor as coisas. E hoje já temos pessoas a agrupar-se, sobretudo os nómadas, aqueles que viviam isoladamente, hoje começam a entender que o isolamento só os prejudica. Têm estado a aparecer e começam a beneficiar das possibilidades que o país oferece. Isto tem de ser incentivado, para lhes inculcar também a consciência de contribuir para o bem comum.

33. Quanto às identidades coletivas, se pensam que o respetivo reconhecimento oficial contribuiria para estabelecer uma relação harmónica entre definição étnica e definição nacional, ou se, pelo contrário, a identidade nacional seria lesada com isso, são de opinião que a identidade nacional não seria lesada, antes pelo contrário. Quanto mais as identidades de grupos forem reconhecidas, “este é Umbundo”, aquele é Nhaneka e aquele outro é Nganguela, etc.; e o Nganguela tem essas características e essas características, precisamos delas, e o Umbundo tem essas ou aquelas potencialidades, e essas potencialidades também são necessárias. Ou seja, havendo aqui complementaridade uns dos outros, isto não pode ferir a ninguém.

Segundo os eclesiásticos, quanto mais vincadas forem as nossas identidades, mais contribuiremos para uma Angola maior e forte. Dizem ainda que a identidade nacional não se pode entender como sendo não originária das identidades privadas, porque as identidades privadas divagaram, foram formando uma vaga de identidades que deu origem à nacional. De tal forma que, ao reconhecer-se as identidades locais, isso estimularia também a identidade nacional. Consideram que o importante, na prática, será apenas definir as áreas de interesse, entre a local e a nacional, mas não deixar de promover essa identidade nacional. Isto é, quando mais o cidadão for consciente da sua cultura, quando mais souber que o país o estimula, mais ele também vai estimular o país. Fora disso, haverá sempre o risco de exageros, mas os fatores nacionais existem para isso, enfim, para ajudar a equilibrar um pouco o que é local.

34. Quanto à eventualidade, havendo reconhecimento de identidades étnicas, de eles poderem ou deverem ter uma tradução geográfica, territorial, ou isso poder suscitar tendências separatistas, sustentam que existem pessoas no país que têm medo disso, sobretudo o partido no poder, mas que são medos e receios que não se justificam, embora para alguns isso pudesse conduzir ao federalismo. Consideram que não devia haver razões para receios e confinar-se as etnias às províncias, porque, quer queiramos quer não, as pessoas são Umbundos, Nhanekas ou doutras etnias e nunca o deixaram de o ser, apesar de estarmos na Huíla ou noutra lugar. E se, por qualquer motivo, dissessem que cada um deve ir para a sua província, naturalmente que iríamos para as nossas províncias, mas em Angola esse perigo de facto não existe. Os Ovimbundos estão nas províncias do Bié, Huambo, Benguela,

isto também não se pode negar, embora se possa ter gentes de outras etnias. Assim sendo, não se pode colocar rigor nas fronteiras locais, mas pode-se, isso sim, colocar centros de referência dessas comunidades.

35. Relativamente à situação em Cabinda, e quanto a saber se consideram que a autonomia ou a federação seriam uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão, de independência daquela província, as opiniões deste grupo de personalidades são bastante convergentes e categóricas. Partem da perspectiva de que Cabinda é uma espécie de enclave, não só um enclave geográfico, mas também um enclave cultural. Ele situa-se entre Angola, de que está separado pelo rio Congo, o Congo Democrático com as suas hegemonias políticas, culturais e étnicas e, apesar das discontinuidades, o Congo Brazzaville. Nas suas visões, sustentam que uma autonomia para Cabinda seria o mais lógico, e não uma federação, porque isto suscitaria outros problemas para Angola, como sendo os casos das Lundas, Moxico, Cunene, Kuando-Kubango, Uíge e tantos outros, que seguidamente reclamariam também por federações. E quer as pessoas quer o país não estão preparados, para além de que nem sequer tem condições para um estado federado, ao estilo do Brasil ou dos EUA.

Assim sendo, defendem o princípio de que Angola é de “Cabinda ao Cunene” e consideram que independência não, porque mais tarde ou mais cedo o território de Cabinda seria “engolido” por um outro país, o que o levaria a iniciar outras guerras, sendo por isso de todo viável resolver os problemas com aqueles com que se caminha há vários anos. Aliás, fazem recordar, que o sistema político do país não é Federação, mas sim o Estado Unitário, e por isso está longe de ser confederação, pelo que a grande preocupação deve estar centrada no aprofundamento da democracia e do processo de desconcentração e descentralização, lançando um verdadeiro processo de afirmação da angolanidade: “Angola de Cabinda ao Cunene”. Consideram ainda que Cabinda é um problema das grandes potências, que querem abocanhar as riquezas do território, por isso é um problema aparentemente complexo. Mas, no quadro da desconcentração e da descentralização, deve-se fazer que haja desenvolvimento naquela parcela do território, e que os próprios cabindenses possam também protagonizar na governação, tanto em Cabinda como no executivo central.

Por último, dizem que, olhando para a maturidade que a África tem, se cada povo se tornar independente das suas fronteiras, das fronteiras herdadas do colonialismo, vai ser um caos no continente. E esse é um princípio que deve ser respeitado. Mas, por outro lado, é preciso olhar-se e valorizar as memórias coletivas, para se amenizar os problemas, porque até certo ponto o problema de Cabinda pode ser enquadrado no leque das faltas de respeito à memória coletiva.

### **5.1.2 - Docentes - Huíla**

Uma outra categoria de entrevistados é aqui designada como “Docentes da Huíla”, num total de dezassete (17) elementos. São uns da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e outros do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), com quatro (4). Há dois (2) docentes da Faculdade de Direito e os restantes onze (11) pertencem à Faculdade de Economia. São todos residentes na cidade do Lubango, porém de origens diferentes do ponto de vista das suas naturalidades e etnias, incluindo dois (2) luso-descendentes. Deste grupo de entrevistados podem, genericamente, ser recolhidas as seguintes perceções:

1. No que toca à diversidade étnica no país, consideram que ela é uma realidade histórica em que estamos condenados a viver juntos, e que se trata acima de tudo de saber viver em harmonia e com respeito pela diferença, porque cada um dos elementos desse povo traz o seu contributo em termos de valências, e o importante é sabermos gerir isso nessa diversidade, para que todas as valências sejam aproveitadas para o benefício da nação. Por este imperativo, pode-se dizer que a sociedade angolana é uma sociedade *sui generis*. Muitas vezes cria compatibilidades, mas também cria incompatibilidades, de acordo com a perceção dos seres humanos e isto cria também, por seu lado, algumas adversidades. É nessa ótica que cada um de nós deve compreendê-la, mesmo no contexto dos outros países africanos colonizados por Portugal, em que coexistem povos de diferentes características e em diferentes níveis de desenvolvimento: mais abertos uns aos outros, sobretudo os de cultura urbana, a todas as inovações e influências vindas do exterior (aí incluída a língua portuguesa); e outros mais confinados ao mundo rural, conservando praticamente intactas as suas tradições e formas de vida, com línguas próprias (ainda que de comum raiz bantu) e com comportamentos e práticas sociais perfeitamente diferenciáveis no quadro nacional.

No entanto, esta realidade, inevitável em determinados momentos, cria manifestações expressivas de uns e outros. Em muitos casos situam-se em extremos quase opostos, errando apenas quem pretenda estabelecer entre elas quaisquer hierarquizações ou escalas valorativas, em vez de reconhecer que nessa diversidade está a verdadeira riqueza cultural do país.

2. Quando indagados sobre se a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana, na sua maioria consideram que de certa forma sim, outras vezes não. Segundo argumentam, quando a diversidade é bem concebida e entendida não nos cria incompatibilidades, mas quando é mal concebida realmente cria. Ou seja, declaram que esta diversidade étnica tem constituído alguma dificuldade à unidade nacional, porque geralmente os dirigentes a nível nacional, quando estão nas reuniões onde discutem aspetos fundamentais ligados à nação, defendem as suas origens, as suas etnias e as suas províncias. Aliás, sustentam que hoje essa tendência é bastante generalizada.

Consideram ainda que nos últimos anos o fator impeditivo da componente étnica se tem acentuado, sobretudo depois de terminada a guerra, pois começam-se a notar focos e até mesmo tendências tribalistas, principalmente no seio das lideranças. São de opinião que, enquanto houve guerra, as populações angolanas pareciam estar mais unidas em torno dum mesmo ideal, que era a defesa da pátria. Acabada a guerra, começaram e ainda estão a surgir cada vez mais outros interesses. Ou seja, para eles, até ao momento tudo foi caminhando com tranquilidade em função da justificação do período de guerra, que começa desde a guerra colonial e passa para a guerra civil, facto que até certo ponto ajudou a misturar um pouco as várias entidades étnicas, porque os fluxos migratórios e os casamentos acabaram por diminuir um pouco aquela carga étnica de balcanização do país, em que se pudesse encontrar uma entidade étnica total num determinado espaço e em que não tivesse misturas.

Todavia, se tudo isto é verdade, nalguns discursos, e também nalguns desenvolvimentos elitistas que se verificam hoje a nível do país, já se começa a tentar mexer com certas sensibilidades, mostrando que há determinados grupos que, até certo ponto, se encontram meio marginalizados. Acreditam que existe o perigo, se se continuar com as assimetrias regionais, de que certas elites

provavelmente venham a conseguir manipular as suas entidades étnicas e a partir daí desenvolver-se outro tipo de situações, o que pode desembocar numa certa crispação entre o norte Ambaka, o norte Bakongo e o sul Ovimbundo: essencialmente essas entidades, que são a maioria da população angolana.

Na verdade, ao nível do discurso em si ainda não se levantam esses aspetos, mas se se conversa com algumas pessoas que são do sul ou são Bakongos e que vivem em Luanda, nota-se que elas manifestam claramente que os mecanismos de projeção pessoal funcionam num circuito muito fechado e evidencia-se a ideia do “zairense” ou “zaza”, para designar o Bakongo, e do “bailundo”, referida a todo indivíduo que fica abaixo do rio Cuanza. Até certo ponto, isto começa a causar um certo mal-estar em relação a essa gente, de forma que essas elites bem colocadas, tanto na política quanto noutros departamentos, provavelmente, em caso de alguma frustração, ou se por acaso começarem a ter uma ligação mais próxima com as suas sociedades de origem, podem influenciar “negativamente”. Deve-se procurar algum equilíbrio, e que se olhe para o país como angolanos e não enquanto de A ou de B.

Deste grupo de entrevistados, apenas dois consideram que a diversidade étnica em Angola não tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana.

3. No que toca à questão de existirem ou não clivagens étnicas na Huíla depois do fim da guerra civil, genericamente coincidem em considerar que as clivagens étnicas existem não só nas províncias mencionadas, mas em todo o país; não só durante a guerra civil, mas desde a Independência, por motivos histórico-culturais, designadamente a descontinuidade no ideal da liberdade e no conceito de independência. Para eles, em primeiro lugar deve-se ter presente que a independência de Angola foi proclamada formalmente num único momento (11 de Novembro de 1975), mas em três lugares diferentes (Luanda, Huambo e Ambriz), e com ideais e propósitos políticos e étnicos profundamente contraditórios e antagónicos, os quais prevalecem até aos nossos dias.

Um segundo fator são as concepções ideológicas e político-partidárias, baseadas em grupos étnicos, e que passaram a ser consideradas mais prioritárias do que os valores da identidade nacional. Em suma, o partido político era considerado superior à nação. Ninguém estava mais em altura de pensar e de

projetar o país além das categorias ideológicas exteriores, que apoiavam os movimentos a que se pertencia. Não havia uma entidade nacional superior aos partidos políticos. O que é que isto implicou? Implicou necessariamente que a identidade nacional fosse substituída pela identidade dos partidos políticos

Com a independência e subsequente guerra civil, as etnias, que se consideravam, ou eram consideradas derrotadas, formaram uma espécie de “*guetos*” onde tentavam e tentam, a todo o custo, levar avante as antigas concepções ideológicas. Sublinhavam e sublinham as fronteiras étnicas, com os sentimentos de derrota e insucesso e, ao mesmo tempo, com as saudades de uma prosperidade e um futuro perdidos. De igual forma, com a independência e subsequente guerra civil, as etnias que se consideravam, ou são consideradas vitoriosas, interpretaram essa ocasião como uma oportunidade de estabelecer uma rutura radical com o passado, de superar os limites que as oprimiam e reivindicar, a todo o custo, todos os privilégios que até ao momento eram ausentes. Identificam ainda uma terceira categoria que se tornou indiferente à Independência seguida da Guerra Civil, e são todos aqueles a quem tudo isso não trouxe as condições por que almejavam, nem eliminou completamente aquelas que os ameaçavam. A maioria desses partiu e encontram-se na diáspora.

Um jovem professor de origem Nhaneka opina sobre as clivagens que existem sem dúvida, mas que é um assunto complexo. Enquanto se fala da unidade na arquitetura teórica, na prática não é tanto assim. No caso da Huíla, o que se pode dizer segundo o mesmo é que, até hoje, a Huíla ainda se caracteriza como terra de acolhimento no contexto da guerra e assim o diz a diversidade; e desse ponto de vista, para os menos entendidos, e com outros interesses, parece apenas que a Huíla tem problemas étnicos, mas a leitura deve ser mais profunda, para não se cometerem erros científicos, pois argumenta que a opinião pública, apesar da sua importância, não faz a ciência.

4. Quanto às causas que estão na base das clivagens étnicas depois do fim da guerra em Angola, muito particularmente na província da Huíla, estes entrevistados consideram que na província da Huíla o que se passa é o facto de as pessoas pretenderem de certa forma mostrar que existem, porque numa determinada fase do tempo as pessoas não apareciam, porque provavelmente, do ponto de vista cultural e do ponto de vista social, eram gente pouco letrada e viam

nos outros que ocupavam determinados posicionamentos. Hoje, entretanto, há uma certa ambição, um pouco como quem diz: “eu algum dia tenho de atingir aquele nível”. Neste contexto, organizaram-se. Algumas pessoas conseguiram atingir os níveis pretendidos e, atingidos esses níveis, estão a pretender à força inverter a situação. Quer dizer, havia etnias que tinham certo posicionamento, agora os que representavam a minoria querem inverter o quadro, mostrando que também são capazes de ocupar determinados posicionamentos, e isso acaba por ser de certa forma importante. Isso respeita também ao poder social mesmo, quer dizer, aqueles aspetos que envolvem a sociedade são que procuram serem evidenciados agora. Consideram ainda que o que está mal, em tudo isso, é o facto de os Nhanekas pretenderem remeter os demais para os lugares secundários, como se não existissem, mesmo sabendo que nem sequer representam a maioria na província da Huíla.

Outros ainda afirmam que a razão primeira são os interesses étnicos de certos dirigentes: quando têm necessidade de colocar os seus, excluem outros como sendo promotores do tribalismo, porque isso de clivagens étnicas é coisa de instruídos e políticos, não tanto da sociedade civil ou gente menos instruída, embora hoje a tendência se comece a generalizar por causa da instrumentalização das pessoas, as massas seguindo aquelas vozes que creem ser autorizadas e credíveis. Consideram existir muita coisa que não foi cuidada nem tratada do ponto de vista político no passado, e que o fim da guerra trouxe ao de cima muitas situações adormecidas. Há uma espécie de nacionalismos étnicos que estão a surgir e que não estão a ser cuidados, mas que estão a alterar o conceito de pertença do ponto de vista da nacionalidade.

5. Relativamente ao caso da província da Huíla, se é mais perceptível a discriminação étnica dos Ovimbundos contra os Nhaneka-Humbes ou dos Nhaneka-Humbes contra os Ovimbundos, as respostas são contundentes: grande parte destes consideram que o homem Umbundo não tem nada a temer, porque ele tem todas as ferramentas, está mais bem acomodado social e academicamente, trabalha, e é visível que o homem Umbundo tem rendimentos quer no meio urbano quer no meio rural, ao contrário do se passa na sub-região com relação aos Nhanecas, que de um modo geral se ocupam mais da pastorícia. Consideram que os Ovimbundos são trabalhadores e muitas vezes são travados, por causa da sua

sagacidade, trabalho, etc. Portanto, não se pode dizer que o Umbundo subjuga ou discrimina o Nhaneka, mas o contrário sim.

Um pequeno número, num total de dois (2), consideram que para analisar esta questão em concreto é necessário desenvolver alguns aspetos socioculturais e históricos: neste contexto, consideram que, para além da esmagadora maioria dos angolanos – perto de 90% – ser de origem Bantu, o principal grupo étnico bantu em Angola é o dos Ovimbundo, que se concentra no centro-sul de Angola e que abrange também os municípios do norte da província da Huíla, Caluquembe e Caconda, e parte da província do Kwanza-Sul, o qual se expressa tradicionalmente em Umbundo, a segunda língua mais falada em solo nacional (a seguir ao português), com quatro a cinco milhões de falantes.

Por seu lado, os Kimbundos que falam o Kimbundu, a segunda língua nacional mais falada em Angola, com cerca de um milhão de falantes, estabelece-se maioritariamente na zona centro-norte, no eixo Luanda-Malanje e no Kwanza-Norte. O Kimbundu é uma língua com grande relevância, por ser a língua tradicional da capital, Luanda, e do antigo reino dos N'gola. No norte (Cabinda, Uíge e Zaire) concentram-se os Bacongos, de língua Kikongo, que têm diversos dialetos.

Os Kiokos (Côkwe) ocupam o leste, desde a Lunda Norte ao Moxico, e expressam-se tradicionalmente em Côkwe, língua que se tem vindo a sobrepôr a outras da zona leste do País. Um dos dialetos mais falados dos Côkwe é o Nguanguela, o qual é falada pelos povos guerreiros dos Côkwe, que habitam nas margens do Rio Kubango. Vivem maioritariamente no Município do Kuvango, província da Huíla, e na província do Kuando-Kubango.

Os Hikwanyama (ou Kwanyama), Nyaneka (ou Nhaneka) e Mbundas são outras línguas de origem Bantu faladas também no Sul de Angola. O sul de Angola é ainda habitado pelos Khoisan, povos não bantus que falam línguas específicas desse grupo. Por último, cerca de 3% da população atual angolana é caucasiana (maioritariamente de origem portuguesa) ou mestiça, população que se concentra primariamente nas cidades e tem o português como língua materna. De referir, ainda, a existência de um número considerável de falantes das línguas francesa e Lingala, explicada pelas migrações relacionadas com o período da luta de

libertação e pelas afinidades com as vizinhas República do Congo e República do Congo Democrática.

Com o eclodir da guerra civil, a imigração destes povos do Centro Sul, e não só, principalmente dos Ovimbundos provenientes do Huambo, Benguela e Bié para os municípios da província da Huíla, que ofereciam maior estabilidade, nomeadamente, os municípios da Huíla, Humpata, Chibia e alguns para Quilengues, surge o choque linguístico e cultural. As tradições dos povos aqui residentes (sul da província da Huíla) começam a ser influenciadas pelas tradições dos “Ovimbundos” e “Nganguelas”. Daí que a discriminação étnica passou a ser mútua, por choques de culturas, e também linguística. Fazem ainda notar que, embora tenha havido essa reação compreensível de choque de culturas, não se têm verificado conflitos aguerridos em relação a estas duas etnias. Por último, sustentam que um dos fatores que atualmente constituem elo de unificação destas duas etnias, e não só, são os casamentos e uniões de facto que se verificam por todo o território nacional.

6. Quanto às suas experiências em governar ou trabalhar numa província multiétnica como a Huíla, as opiniões diferem, sendo que uns consideram que é uma experiência um tanto ou quanto dolorosa, porque reaparece sempre a teoria e a possibilidade de as vítimas serem réus. Mas a Huíla, ao invés do chauvinismo e da falsificação da realidade, precisa de um olhar mais sério, para que a opinião não se transforme em mero denominador comum produtor de verdade. Para alguns, o problema da Huíla são erros políticos e religiosos e nada mais. Onde existem privilegiados há sempre vozes contra. Um Nhaneka que apenas favoreça outros Nhanekas, ou um Umbundo que apenas favoreça outros Umbundos, acaba por levantar problemas, ou seja, dissenso. O que está a acontecer, segundo eles, é a “filosofia do não”, que se está a desenvolver de ambos os lados, no sentido de que nada justifica que uma etnia domine outra: ou se promovem políticas de convivência civilizada, onde o que conta é o ser humano, embora com as evidentes diferenças, ou a sociedade que constituímos será uma selva.

7. Quanto à perceção deste grupo relativamente às políticas consentâneas com o estímulo a ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a execução de tarefas, como é o caso com o aprofundamento da construção da Nação e com o processo de reconstrução do país depois da guerra civil, vale dizer que as

opiniões estão bastante divididas. Os que dizem que sim, que as leis existem, num total de treze (13), adiantam os seus argumentos socorrendo-se ao discurso proferido pelo Presidente da República, Eng.<sup>o</sup> José Eduardo dos Santos, na abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, subordinado ao lema “Forja da Angolanidade”, onde segundo esses terá afirmado que “(...) temos de assumir e entender que Angola absorveu ao longo de séculos elementos culturais de povos oriundos do interior e do exterior do Continente, que configuram o seu perfil atual como Nação soberana e independente. Negar ou escamotear essa realidade, que nos coloca numa posição singular no contexto de África, seria negar-nos a nós próprios ou amputar-nos de elementos essenciais para a definição da nossa identidade”.

Outrossim, apontam a Constituição da República, como o instrumento mais importante, onde claramente se encontra plasmado que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, ideologia, grau de instrução, condição económica ou social. A lei pune severamente todos os atos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminação e privilégios com base nesses fatores” [art.<sup>o</sup> 18]. Nesta conformidade, nenhum angolano é juridicamente inferior a qualquer outro nem deverá, evidentemente, assumir-se como tal. Quem vê no outro, angolano, alguém diferente daquilo que postula a lei magna, de forma consciente ou inconsciente interiorizou um discurso colonial invertido, para, de forma intencional, agredir, direta ou indiretamente, outrem por razões estritamente pessoais ou fins políticos definidos, mas não publicitados. Onde está oculto o sentido de alteridade, não poderá estar presente o espírito de angolanidade.

Apontam ainda os elementos económicos que estão a ser levados a cabo, argumentando que estas políticas existem, porque o rumo que o país possui, a todos os níveis, conduz-nos a compreender que não se está a fazer políticas para uma região apenas. E o exemplo maior é quando se constroem pontes no sentido de unir o país inteiro, é quando uma barragem se encontra por exemplo num dado lugar de Angola e vai ter de beneficiar outras áreas que até, por vezes, não têm afinidades no mesmo troço étnico. Nesta perspetiva, consideram que as políticas são nacionais e têm de ser compreendidas assim. A própria evolução da construção

de estradas, no sentido de unir Luanda ao Menongue, capital do Kuando Kubango, ou no sentido de Cabinda ter um porto ou uma ponte para a unir ao Zaire, tudo isso faz ver que há um sentimento de política nacional, onde a economia tem de interagir com outros aspetos, havendo então sectores com maior desenvolvimento de aspetos básicos, ou seja, a Comunidade Económica.

Outros ainda, num total de quatro (4), consideram que, se essas políticas existirem, mas não estão bem definidas, porque houve uma altura em que tínhamos acabado com essas tendências tribais e mesmo rácicas no país e em que convivíamos como irmãos, sendo isso talvez possível por causa da guerra e porque se tinha um objetivo comum. Mesmo numa fase em que se ficou dois ou mais anos sem guerra, depois de 1975, ainda se convivia bem, partilhava-se ideias, etc. Adiantam que os povos, por si mesmos, não possuem no seu núcleo essa tendência tribal ou rácica, mas são as lideranças que têm estado a fomentar esta prática e na ótica do colonizador, que é a de dividir para reinar. Existia um “*slogan*” de unidade nacional promovido pelo partido maioritário, “um só povo uma só nação”, mas a verdade é que, seja como for, houve tendências mais unificadoras numa primeira fase.

8. Relativamente a saber se a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas, ou seja, é perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos em que não são da respetiva origem étnica, este grupo de entrevistados considera que hoje em dia é muito comum esta situação, que se agudizou muito mais nos últimos tempos. Dizem mesmo que, antigamente, alguém de Cabinda podia governar Cunene, o Cunene governar Cabinda, etc., mas hoje em dia já há claras evidências de rejeições. No entanto, são de parecer que, do ponto de vista do governo central, nota-se que há um grande exercício de equilíbrio da distribuição étnica a nível dos grandes cargos de Ministros e Secretários de Estado, ou seja, para esses lugares cimeiros nota-se um grande esforço do chefe do Estado, visando manter um certo equilíbrio a nível do país.

Advogam que o grande problema está ao nível das províncias e citam como exemplo no caso da Huila, onde houve um caso evidente, que foi a presença do governador Francisco Maria Isaac dos Anjos. Assistiu-se aí quase a uma afronta, um litígio dentro do próprio MPLA, uma clivagem entre o governo e o partido,

sendo que a razão fundamental foi étnica, porque as pessoas consideraram que os seus lugares foram ocupados por alguém que nem sequer era da província e o governador, uma vez colocado na Huíla, procurou fazer uma miscelânea dentro do enquadramento do governo da província e ao nível dos municípios, o que não foi do agrado de muita gente, por se sentirem rejeitadas, marginalizadas, a tal ponto que, no momento em que ele foi exonerado, houve pessoas que fizeram festa pelo simples facto de que o governador ter sido exonerado, coisas que não têm explicação. Quer dizer, enquanto lhes foi conveniente, enquanto houve benesses da parte deles, eram amigos, mas quando alguém fosse exonerado, cada exoneração que o governador fizesse, no entender da etnia reivindicativa (Nhaneka, no caso), tinha imediatamente um cariz étnico, o que não foi muito bem assim, de tal forma que na Huíla nota-se ou notou-se um pouco isso. Tal facto acaba depois por se estender pelos municípios, quer dizer, cada ação acaba sempre por provocar uma reação.

Dois outros casos, que apontam como sinais claros de rejeição, foram os casos da província do Kuando Kubango, com o general Eusébio Teixeira de Brito, na qualidade de governador daquela província, que teve rejeições por parte da etnia Nganguela; e ainda ao nível da igreja católica a rejeição do Bispo Dom Filomeno Vieira Lopes, contra quem as populações de Cabinda se levantaram, embora não tenha produzido como efeito a sua retirada daquela província mais ao norte, porque a ação ecuménica foi bastante forte nesse aspeto. Ultrapassou-se o problema e a situação ficou de certa forma estagnada.

9. Quando indagados sobre se pessoalmente, como académicos, já se sentiram rejeitados por não pertencerem à etnia predominante da localidade onde vivem ou viveram, as opiniões genericamente coincidem, porquanto dezasseis (16) consideraram que na área da academia são raras as discriminações étnicas, dado que aqui se lida com gente do país no seu todo, e não só, sendo que estes fenómenos se verificam muito mais na esfera política. Todavia, um (1) dos entrevistados considera que já foi discriminado e rejeitado, destacando mesmo o facto de, segundo ele, ter trabalhado com muitos dirigentes do país que nunca o quiseram promover, apontando até momentos em que o queriam eliminar fisicamente.

10. Questionados sobre se se consideram sobretudo membros de determinadas etnias, ou para eles o mais importante é a angolanidade, as respostas foram óbvias: todos consideram que o mais importante é a angolanidade em primeiro lugar, embora digam que não se podem esquecer das suas origens étnicas, por causa de alguns apertos que as pessoas sentem aqui e acolá, quando se encontram em lugares fora das suas naturalidades.

11. Todos os entrevistados declaram que, no seu relacionamento com os outros membros da sociedade, o que consideram mais importante do seu próprio ponto de vista é a angolanidade.

12. No que toca aos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade, se os demais os consideram sobretudo membros de uma etnia, ou os veem somente como angolanos, este grupo diz claramente que os outros membros da sociedade os veem somente como angolanos.

13. Quanto às consequências políticas, económicas e sociais que podem advir se não se acautelar os problemas étnicos no país, os entrevistados são unânimes em considerar que hoje em dia se assiste à emergência dos chamados nacionalismos étnicos em vários cantos de África, havendo uma letargia política no país quanto a olhar para o assunto de forma rigorosa e madura, assistindo-se apenas a discursos sobre unidade, quando na verdade as partes nem sempre fazem parte do todo, ao invés da harmonia de as partes fazerem parte do todo, e só assim se compreender este todo.

Argumentam que a diversidade também fomenta o desenvolvimento, porque as etnias têm conhecimentos diversos, cada uma tem um “*modus operandi*” diferente, e é na mistura que se podem criar catalisadores para o desenvolvimento do país, nos vários sectores. Ora, o que se tem estado a notar é que, mesmo do ponto de vista de recursos humanos e da sua utilização, há uma certa discriminação. Desta feita, e do ponto de vista das consequências políticas, pode haver fraturas, fissuras e a limitação do debate político. Do ponto de económico é evidente que, quando houver conflitos étnicos, um dos sectores que sofre imenso é a economia, e socialmente experimenta-se a incerteza e a depressão social.

Outros dizem ainda que o país pode desabar, pode fracionar-se porque temos limites fronteiriços muito delicados, particularmente a norte e a leste, onde as tendências para a desagregação, por causa das configurações étnicas, são muito

fortes e, se permitirmos que isso aconteça, pode mesmo desabar a unidade e começar-se a ver situações complicadas no Cunene, situações possivelmente mais tensas até em Luanda, e o país desmembrar-se. Por isso, e por outras razões, constitui um perigo muito grande utilizar políticas que visem destruir o sentido de unidade que já se foi criando ao longo dos anos.

14. Sendo-lhes perguntado em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas: muito, pouco, regular, ou sem importância, as respostas são de certo modo contraditórias, pois consideram antes de tudo ser uma questão difícil de avaliar. Uns dizem que, do ponto de vista de procurar a promoção ligando-se a uma determinada etnia por interesses políticos, económicos e/ou outros, consideram irrelevante ligar-se a uma determinada etnia, ou apegar-se às origens étnicas. No entanto, do ponto de vista da cultura acham crucial que se dê valor às etnias, sem se esquecer que de facto a angolanidade é o mais importante, para se resgatar muitas das coisas que se perdeu por causa da aculturação que se sofreu na convivência com a potência colonizadora, pois afirmam que, nesta perspectiva em particular, há etnias que perderam mais do que outras.

15. Quanto as expressões como “mukwakwiza”, “bailundo”, “otchilongo tchietu”, ou “munanos” (“os do norte” ou “de cima”), etc., que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, o grupo de docentes considera que os termos por si só são termos como outros quaisquer, têm o seu significado na língua de origem, mas começaram a ter um significado depreciativo na medida em que as pessoas começaram a dar um sentido direcionado. Por tal motivo, uns ainda as consideram como expressões infelizes, embora sejam expressões que estão no léxico das expressões populares. Essas palavras só servem realmente para, mais uma vez, identificar os malformados, os agitadores, os marginais ao processo de integração e de unidade nacional, por isso têm que ser combatidas, denunciadas publicamente em fóruns, em palestras, porque determinadas pessoas utilizam essas metáforas perniciosas.

Se é verdade que o “mukuakuiza” é qualquer pessoa que vem de fora e passa pela nossa terra, então é um que veio, tal como outros termos, por exemplo “ovahenda”, que quer dizer alguém que veio e passa, está de passagem, etc., o que poderia não ter um significado depreciativo, se ultimamente não se pusesse relevância nestes termos com significado depreciativo e separatista. O termo, por

si, é um termo que existe na língua e que pode ser usado sem este significado pejorativo. Este é criado por nós, para dar relevância: “ovanano” os de cima, mas os de cima são todos os do norte, da província da Huíla até Cabinda seria assim. Mas não, o de Cabinda já não é munano, o de Luanda, Cuanza Sul, etc., esses não são munanos: o munano só começa a ser a partir daí onde se fala umbundo, o que está errado: ou seja o termo, por si só, é um termo qualquer, são “os de cima”.

Concluem que estas expressões realmente existem e há toda a urgência de combatê-las, porque são tendências claras de tribalismo, racismo, regionalismo, e os documentos programáticos do partido no poder, desde a sua fundação, condenam as discriminações de qualquer género, mas que a sua aplicabilidade é inversa. É inversa, exatamente porque quem sobe no poder vai com o propósito de defender exatamente isso, ou seja, na teoria dizem uma coisa e na prática fazem o contrário.

16. Todos os entrevistados afirmam que as componentes étnicas e nacionais das respetivas identidades mantêm entre si relações de complementaridade.

17. No que concerne a existência de políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, os entrevistados sustentam que foi em nome do patriotismo que os angolanos se associaram, em atitudes nobres, para se defenderem de outros povos, protegendo a sua terra e os seus bens, quer na luta contra o colonialismo, quer também contra a invasão Sul-Africana. Dizem ter sido também em nome do patriotismo que, através de atitudes reprováveis, há quem combata outros, que fazem parte da mesma sociedade, provocando conflitos que dão origem à xenofobia, à discriminação, à segregação (de facto e de jure), ao racismo, ao etnocentrismo, ao separatismo ou à megalomania nacional. Ou seja, para eles este tipo de políticos, e não só, infelizmente existe e é com muita pena quando se assiste a determinadas pessoas, que até numa determinada fase eram os píncaros, os guias, os mostradores do caminho e agora fazem aproveitamentos políticos destas divisões, dividindo para reinarem, ocuparem alguns postos, algumas posições que forneçam algum relevo às suas etnias, ou a eles pessoalmente.

Sustentam que em Angola, hoje em dia, isso nem sequer se esconde e com a campanha eleitoral de 2012 este fenómeno ficou mais claro. Consideram que, no caso da Huíla, as pessoas mais avantajadas de conhecimentos, visando ter

melhores posições, procuram bases nas suas origens visando diminuir outras, sendo aí que estão os grandes problemas, porque o povo em si não se caracteriza por discriminações, sendo os dirigentes políticos, até certo ponto, os principais causadores desta situação, porque não olham a meios para atingirem os fins.

18. Consideram que as discriminações étnicas entre os angolanos não são um fenómeno novo, nem têm origens no quadro colonial, sendo que elas foram acirradas e utilizadas bastante pelo poder colonial. Ou seja, antes da chegada dos europeus já existiam rivalidades há anos, porque antes da própria colonização África era caracterizada por algumas guerras entre grupos de diferentes áreas e essas guerras correspondiam à lei do mais forte, sobretudo por causa daquela escravatura patriarcal, no sentido de apanhar escravos para mandar para outros territórios, ou no sentido de alargar o poder dos seus reinos ou impérios. Isso existiu desde tempos imemoriais. Mas essas rivalidades, que já existiam e aliás eram conhecidas, fruto de estudos que os antropólogos fizeram naquela altura (e porque a antropologia era uma ciência posta ao serviço do poder colonial, estava ao serviço do colonizador), essas discriminações foram sendo aproveitadas, para acirrar ainda mais as rivalidades étnicas no período colonial. Para tal efeito, o colonizador jogava, pretendendo dividir para melhor reinar, opondo povos contra outros e incentivando intrigas entre os mesmos, de tal forma que colocou todos os grupos uns contra os outros e ele aparecia aí como o intermediário, que supostamente fazia pazes gerindo bem a situação, porque não havia coesão entre os grupos étnicos no sentido de se agir contra o colonizador.

Defendem que aquilo que se está a viver agora é a manifestação de um quadro novo, embora no período colonial, e de forma intencional, o poder colonial tivesse feito um aproveitamento dessas situações. Destacam o facto de que nos cafezais no norte de Angola os que trabalhavam, como contratados, eram os povos do sul. Tiravam-se os povos do sul e levavam-se para o norte, tiravam do interior e levavam-se para as pescas e coisas do género. Sendo assim, como começou a fomentar-se o princípio de que havia etnias que trabalhavam mais do que outras, isso acabou por criar um desenvolvimento desequilibrado do país. Fazem notar que algum desenvolvimento da agricultura, que se estava a processar no centro de Angola, era fruto de uma convivência mais próxima do poder colonial, da mesma forma como a urbanidade das pessoas do litoral era mais desenvolvida do que a

das pessoas do interior, e isso tudo serviu de base para desenvolver essas situações.

Consideram ainda que mesmo as igrejas, de forma indireta, acabaram por dar início a essa situação, pois havia a igreja católica, que veio com o poder colonial e estava virada para determinados objetivos, e depois apareceram as igrejas evangélicas, que deram um outro carisma à formação e educação das pessoas, o que também criou uma separação, porque mesmo entre os evangélicos e os católicos há uma pequena rivalidade, concluíram.

19. Relativamente à questão de podermos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, as opiniões dos académicos estão divididas, porquanto uns, num total de quatro (4), pensam que já foi mais difícil admitir este facto, mas hoje de facto são visíveis os sinais e as emoções humanas que comportam uma dimensão de irracionalidade; que, se explode um conflito étnico, pode chegar na mesma às dimensões de outros que já ocorreram. Dão mesmo o exemplo do Quênia que, não tendo antes sinais evidentes de conflitos étnicos, teve todavia um conflito pós-eleitoral meramente étnico, por terem aparecido duas figuras que alimentaram o ódio étnico, que foram os candidatos presidenciais.

Outros dois (2) consideram ainda que ninguém está isento disto: é como a chuva ou catástrofes naturais, só que catástrofes naturais, como chuvas, são fenómenos naturais, este é o termo. Agora esses conflitos são induzidos: se os órgãos de Estado e da soberania não se acautelarem, esses fenómenos podem realmente ocorrer. Avançam mesmo como a máxima de que se a “barba do outro está a queimar, acautele-se ou ponha de molho a sua, porque também se pode vir a queimar”.

A maioria dos docentes, porém, num total de onze (11), é de opinião que só podemos ter conflitos étnicos em Angola, semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, se nós quisermos, porque para eles o partido maioritário, no poder, conseguiu sempre ter as maiorias porque o veículo que ele utilizou e utiliza para interagir com a população é a língua portuguesa (comunidade idiomática), sendo este o fator de unidade nacional em todo o país. Nos outros países, infelizmente, a maioria das etnias foram educadas a comunicar e a conviver na sua própria língua e esta miscelânea criada aqui no nosso seio, esta aculturação

que houve no seio dos angolanos, não permite que venha a ocorrer esta quebra entre os mesmos, a ponto de se chegar a lutas étnicas, para além de que temos casamentos interétnicos abundantes. Ressaltam que, mesmo apesar das manifestações de lutas e exclusões entre os Nhanecas e os Ovimbundos, o facto é que estas são as duas etnias que mais se cruzam do ponto de vista de casamentos, de maneira que a ocorrência desta separação de sangue, chegando-se a uma guerra étnica, parece corresponder a uma possibilidade muito remota.

Concluem que a dimensão dos conflitos dos Congos e da Nigéria tem outras profundezas. No caso da Nigéria tem razões de natureza religiosa, sendo para tal efeito uma situação com uma particularidade muito delicada e muito acentuada, por causa da globalização; e por isso uma situação muito distante, numa possível comparação com Angola. A religião em Angola não é uma ferramenta que possa levar à divisão, enquanto no caso da Nigéria hoje parece mesmo conduzir-se para a destruição do Estado, com as fronteiras territoriais a serem postas em risco, tal como aconteceu com o sul do Sudão. Quanto ao Congo, existem muitas afinidades dos grupos étnicos daquele país com as de Angola e as possibilidades de o Congo influenciar Angola são muito fortes, pelo que tem havido políticas de contenção, dado que a instabilidade no Congo leva ao regresso de muitas pessoas e inclusive à entrada ilegal.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, os docentes consideram que os alinhamentos partidários em Angola ainda estão, sim, sobrepostos às afinidades étnicas. Sustentam que essa tendência já foi mais forte, particularmente depois de 1975, e começou a perder-se essa ligação tão intensa a partir de 1995-96, período em que se começou a sentir um outro respirar nesse sentido, mas que o ponto de partida foi a ligação étnica. Se tivermos em conta que a origem desses partidos como movimentos de libertação nacional é de ligação étnica, então devemos reconhecer que isso ainda prevalece até aos dias de hoje.

Outros diagnosticam a situação partidária angolana do seguinte modo: o PRS (Partido de Renovação Social), com grande incidência no leste do país, em particular na região das lundas; a FNLA, com a parte norte, sobretudo Uíge, Zaire (os Bakongos); o MPLA, partido no poder, que soube de certa forma espalhar-se mais ou menos entre todos os grupos étnicos do país, sendo que o núcleo

fundamental não deixa de ser Kimbundu, ou seja, como partido de massas, moderno, orientado para a conversão do país num estado unido, na sua diversidade etno-racial e moderno na sua vida social; e a UNITA que está basicamente aliada aos Ovimbundos.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, apontam que há uma certa má vontade e temos o Estado a fazer muito pouco para dirimir esse mal. Consideram que hoje em dia conseguir uma escola ou obter professores não constitui algo muito difícil, mas tem-se estado a fazer muito pouco para diminuir os altos índices de analfabetismo no país. Devia-se fazer mais e as estruturas deviam funcionar melhor, porque tem-se tido inclusive apoios tanto de ONGs como da UNICEF e acredita-se que não é difícil, até porque as populações locais colaboram e, se colaboram no trabalho voluntário, desde que se coloque aí elementos mínimos ou contribuições mínimas, mesmo como adobes, pode-se erguer uma escola e começar-se a funcionar. Para certos casos ainda é preciso trabalhar um pouco mais e todos devíamos trabalhar mais, para podermos diminuir o analfabetismo, isto é possível.

Concluem que os altos índices de analfabetismo são graves, porque são a porta de entrada para muitos males. A escola é o meio por excelência de integração e de humanização. Fora desse horizonte, a educação étnica, que é fechada e sem horizontes, vai sempre proporcionar mentalidades medíocres e míopes. Na educação tribal ou étnica nunca se fala dos outros dignamente, apenas se fala “de nós”, e quem está fora desse “nós” é um potencial inimigo. E as exclusões começam assim.

22. Este grupo de docentes é unânime em considerar que os altos índices de analfabetismo, no seio das populações em Angola, têm sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, na medida em que o analfabetismo, segundo eles, é a porta de entrada para muitos males de que enfermamos. O analfabetismo é uma prisão e, sem se sair dela, não é possível falar de desenvolvimento. O analfabetismo torna as pessoas presas fáceis, porque não têm liberdade de consciência, pela falta de capacidade de discernimento para fazer opções. Só os livres podem decidir (optar). De resto, os políticos, aptos às demagogias e a tirarem partido das emoções populares pela via tribal, vão-se aproveitando dessa inocência terrível, o tal véu social, que já não encobre a cabeça, mas a mente. Um povo não esclarecido é

a causa da sua própria perda. A cultura faz falta, é a porta de inserção do ser humano no mundo.

23. Quanto às suas opiniões sobre as leis do país relativamente ao processo da integração étnica, estes entrevistados não pensam que este problema esteja devidamente acautelado. Dizem mesmo que em Angola, e na Huíla em particular, esta questão está a ser camuflada. Não há maturidade nem coragem política para tocar nestas questões e assim evitar-se males maiores no futuro. São questões adormecidas, que o percurso histórico amanhã pode reivindicar, para se construir uma nação onde na verdade as partes se revejam. Um discurso de unidade que não olha para as especificidades de cada contexto é perigoso, porque assenta sobre paradigmas falsos. O país deve-se preocupar mais em construir verdadeiros processos de integração, que sejam de futuro, mas para isso deve haver ética e responsabilidade na política, para que os dirigentes ajam conscientemente. De contrário é o que disse Freud, que o século XX era o século da inconsciência; e o século XXI parece confirmar essa profecia.

24. Relativamente a poder surgir, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes, daí resultando um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, as respostas estão divididas. Há aqueles do grupo que pode ser considerado o mais radical, num total de doze (12), que dizem linearmente que sim, e até já existe um conflito latente e claro entre dois grupos étnicos, alimentado sobretudo pelas figuras políticas praticamente desde 2008, em que os Ovimbundos se sentem protegidos e os Ovanyekas percebem uma espécie de depressão social, pela intimidação e pela calúnia de tribalismo. Sendo assim, e a não se acautelarem certos pronunciamentos de políticos ou governantes de destaque na província, de facto podemos predizer e sustentar, a partir destes dados, a possibilidade de um conflito étnico, o que será um ponto de partida para outras regiões que se confrontam com a mesma situação. Mas de momento está adormecida. O que existe hoje já é um conflito, embora se encontre na tipologia dos conflitos latentes e não eminentemente explosivo. Em todo caso, deve haver um trabalho político sério e devem inclusive ser promovidos seminários ou conferências, que possam dar uma nova dimensão ou visão sobre o assunto em análise.

Na ala mais moderada do grupo de entrevistados, que é minoritária, cinco (5), consideram que essas discriminações não passam disso mesmo, sem grandes possibilidades de evoluírem para um confronto real entre esses dois grupos étnicos da província da Huíla.

25. No que diz respeito ao papel dos meios de comunicação social estatal e privada no processo de unificação dos vários grupos étnicos, estes interlocutores pensam que a rádio e a televisão, como meios de difusão de massas, bem como outros meios de comunicação social, podem contribuir significativamente como facilitadores das expressões oral, escrita e cultural, tanto na aprendizagem das línguas africanas de Angola como na da língua portuguesa. A rádio poderia ainda alargar a utilização da língua portuguesa, em cooperação com as línguas africanas, a outros programas, além dos noticiários. Desta forma, ambas concorreriam certamente para a promoção das várias culturas em Angola e o ensino-aprendizagem do bilinguismo, em contexto de multiculturalismo.

Numa visão prospetiva, a aprendizagem da língua portuguesa, em estreita cooperação com as línguas africanas de Angola, constitui uma necessidade pedagógica e uma necessidade política da maior importância.

26. Relativamente aos académicos, o grupo de docentes defende que a responsabilidade que lhes está reservada neste processo de integração étnica em Angola é extremamente acrescida, na medida em que os intelectuais são figuras que podem ajudar imenso na cultura da paz, porque têm o privilégio de ter todos os dias auditório; e as suas ideias facilmente têm porta-vozes. Por exemplo, na atuação docente o princípio da imparcialidade, o facto de se olhar para cada um como ser humano, não ligado a qualquer tribo ou etnia, é uma atitude que diminui a exacerbação étnica e sublinha a humanidade que partilhamos uns com os outros, sendo mais importante do que a etnia.

Houve quem chegasse a citar como exemplo Karl Popper, que falou muitas vezes do papel dos intelectuais numa sociedade, tendo como paradigma das consequências do apoio dos intelectuais a Hitler e outros monstros da história das dominações e discriminações. Concluem que o papel dos docentes é gigantesco, é um papel de desafiador das consciências, porque têm a tarefa particular, especialíssima, que é a de retirar de muitas mentalidades um sentido mais aproximado a questões de menor importância, fazendo-os ver que o conhecimento

tem uma dimensão humana, nem tem sequer dimensão nacional, apesar de ser importante fazer-se valorizar o que é angolano. Mas, de facto, transporta-se essas pessoas para uma dimensão mais alargada, dentro de um diapasão mais largo, que nem se imagina se as universidades não tivessem esse papel e se fosse um papel inverso. Dizem que os docentes têm estado a construir, e em muitos momentos a cimentar, a unidade dos angolanos.

27. Quanto à questão de quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal, as respostas estão bastante divididas e notam-se três grupos bem distintos, pois uns consideram que a sua pertença étnica em nada é importante para a sua identidade pessoal, num total de seis (6), outros consideram-na muito importante, num total de sete (7), e outros ainda, num total de quatro (4), consideram essa importância crucial.

28. Relativamente à questão de existirem ou não políticos e outras elites étnicas, na província da Huíla, que promovem divisões étnicas para assumirem posições destacadas, todos consideram que na Huíla ocorre esse facto, sim, sendo esse um dos problemas fundamentais na província. Entendem que o tribalismo está a ser promovido pelas elites étnicas, sobretudo, e que o objetivo da promoção dessas divisões étnicas é tão-somente conseguir posições de destaque na administração local. Dizem haver na província pessoas mais capazes, intelectual técnica e humanamente, mas, por serem doutras tribos ou etnias, são preteridos e promove-se a tribo e não a competência. Hoje na Huíla isso está claro, no atual cenário governativo e não só, sendo por isso difícil falar-se da convivência pacífica.

Sobre esta matéria, afirmam que não é só na Huíla: as discriminações existem e acontecem em todas as províncias; esse fenómeno não se regista só na Huíla, mas em todas as províncias, com maior ou menor intensidade.

29. Quanto à questão de os líderes políticos angolanos fomentarem de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e manter-se no poder, a resposta é óbvia: infelizmente não existem dúvidas de que o país, na sua generalidade, está minado por esta praga. Adiantam que no futuro próximo algumas etnias não terão oportunidades ou nenhuma afirmação política, muito menos a oportunidade de governarem, nem nas terras de origem, o que reiteram ser uma rotura ou fratura do país, em termos da unidade que se pretende que

exista, de forma que os cidadãos se sintam todos angolanos e com oportunidades iguais de ascenso.

30. Apesar das grandes dificuldades que se observam no processo de integração dos diferentes povos, a grande maioria deste grupo de entrevistados, treze (13), pensa que para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana), embora um grupo minoritário, de quatro (4), considere que, embora nem sempre visível, é um facto real que para a maior parte dos angolanos a identidade étnica é mais importante. Justificam que o fenómeno dos nacionalismos étnicos, embora não muito estudado, é real nas sociedades africanas, assistindo-se hoje a uma espécie de ressurgimento. Estes nacionalismos étnicos são exclusivos, não inclusivos nem integradores. Outrossim, esta identidade não é atribuída, mas originária, assemelhando-se àquilo que se passa no judaísmo, onde quase ninguém se torna judeu, só tem de nascer judeu. Dizem que as identidades étnicas são um pouco isso e os de Angola são aqueles com quem as pessoas estão próximas por nascimento, falam a mesma língua materna e têm aspirações comuns.

31. No que diz respeito à questão de os poderes públicos de Angola reconhecerem ou não explicitamente, juridicamente, a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, por exemplo, com a consagração oficial dum “sistemas de quotas”, ou pelo contrário poder esse reconhecimento constituir ele mesmo uma forma de discriminação, o grupo de docentes, genericamente, defende que em Angola não se precisa de quotas. De facto, embora não esteja escrito em algum lado, de forma explícita e implícita isto acontece no país, essa distribuição por quotas, visando criar um certo equilíbrio e manter satisfação nos grupos étnicos e nas províncias. Isso já existe. Portanto, em Angola existem outros mecanismos e pontos de partida que permitem a inclusão de todos nos centros de poder, ou seja, para eles o sistema angolano garante a representatividade de todos, quer sejam do litoral, do centro ou do leste. De resto, todos os grupos étnicos são angolanos, devem ser reconhecidos para que, em pé de igualdade, haja um desenvolvimento integral do homem angolano. Mas isso não pressupõe necessariamente a atribuição de quotas. Deve ir para o poder quem tem qualidade, quem tem competências reconhecidas: os

poderes públicos devem atender às competências, as pessoas que exercem poderes públicos têm de ser competentes.

Admitem que esse tema pode não ser prioridade para Angola em termos emergentes. Todavia, constitui um assunto que convém ser tratado de forma mais rigorosa e paulatinamente. O reconhecimento oficial pode evitar que alguns discriminem os outros em nome da unidade. Dizem estar todos conscientes. Sabem que, por exemplo, não é muito fácil, na atual conjuntura, exercer cargos no norte sendo do sul, mas o contrário tem ocorrido com muita facilidade. Havendo um sistema de quotas, ele seria trabalhoso, mas poderia constituir uma forma eficaz de evitar conflitos étnicos. Este reconhecimento, de facto, vai implicar a elaboração de leis justas, que preservem a dignidade e aquilo que é comum. O não reconhecimento oficial é que determina que haja, em parte, tendências de dominação, a tal chamada intra-colonização. A discriminação não é má em si mesma, desde que seja uma discriminação positiva.

Tendo em conta que a categoria dos docentes, grosso modo, é contrária à instituição de um sistema de quotas no país, as perguntas subsequentes (32, 33 e 34), não foram colocadas, por estarem diretamente relacionadas com o estabelecimento daquele sistema.

35. Por último, quanto à situação em Cabinda, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real duma secessão, ou seja, a independência daquela província, os docentes são unânimes em considerar que uma lei não deve ter exceções. Quando a lei tem exceções, destrói-se a própria lei: se for concedido algum privilégio a Cabinda e não forem dados os mesmos direitos a outras províncias, está-se a caminhar para a destruição de toda a Angola. Pensam que tem de se evitar a todo custo dizer que Cabinda seja privilegiada ou diferente de outras províncias, por tudo que há de mais sagrado no país. Cabinda tem que ser Angola, tem que ser integrada em Angola porque, se for cometido o erro de se desanexar Cabinda ou se forem concedidas determinadas regalias ou a federação a Cabinda, vai-se destruir o país, dado que outras províncias também hão-de reclamar o mesmo direito. É essencial que, cada vez mais, se consolide o princípio de que Angola é de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste. Em Angola estão em causa muitos interesses nacionais e internacionais e, se os angolanos não forem competentes, vão perder tudo o que se

conseguiu durante estes anos de luta, que foi gloriosa, mas pode ser tornada ingloria.

### **5.1.3 - Funcionários Públicos - Huíla**

Uma terceira categoria de entrevistados é constituída pelo grupo a que chamei “Funcionários Públicos da Huíla”, num total de sete (7) elementos, todos com um nível superior de escolaridade, com diferentes origens étnicas e naturalidades (6), todos residentes na cidade do Lubango, província da Huíla. Quanto a este grupo de entrevistados, podem-se reter as seguintes perceções:

1. No que diz respeito à diversidade étnica no país, consideram que ela é uma realidade entre as diferentes entidades socioculturais de Angola. Existem infinitamente mais afinidades, proximidades, cruzamentos sanguíneos, diversos laços, alianças do que diferenças ou distinções. No entanto, admitem que esse fator não é suficientemente potenciado. Os tabus, o seguimento da estratégia de “dividir para melhor reinar”, mais recentemente acrescida da estratégia de “concentrar para melhor reinar”, a prossecução da estratégia da “racialização” e “tribalização” dos povos ao longo da colonização, são ainda obstáculo à valorização da diversidade como riqueza.

2. Quando indagado sobre se a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana, este produziu opiniões divididas, na medida em que quatro (4) entrevistados entendem que a diversidade, por si só, não é um fator de impedimento no aprofundamento e consolidação do processo de construção da Nação angolana, mas sim o seguimento das lógicas do passado, como dominação, pondo uns contra outros, a lógica do clientelismo ao invés da meritocracia, a usurpação exacerbada de poderes por grupos dominantes de famílias e por filiação política e partidária, a falta de igualdade de oportunidades, a pobreza material e não material, a ignorância, os baixos níveis educacionais, seja da cultura letrada ou cívica. No entanto, três (3) dos sete entendem que essa diversidade, realmente, constitui ou tem constituído um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação da nação angolana.

3. No que toca à questão de existirem ou não clivagens étnicas na Huíla, depois do fim da guerra civil, os sete entrevistados declaram que existem clivagens

ou animosidades na província da Huíla, sobretudo por via dos discursos e práticas etnocêntricas, que são mais evidentes ao nível das elites, embora provavelmente não ao mesmo nível de intensidade entre as elites políticas/partidárias, económicas, militares, ideológicas, simbólicas e outras.

4. Quanto às noções relativas às causas na base das clivagens étnicas depois do fim da guerra em Angola, muito particularmente na província da Huíla, pensam que na província da Huíla as causas principais consistem sobretudo no facto de que, depois de um período de fechado de controlo político e ideológico da sociedade, que vem desde a colonização, o monopartidarismo até à abertura política, manietada pela lógica da guerra, que se impôs até final em 2002, dificultou a auto afirmação das identidades locais. Assim, depois da guerra as pessoas procuram reencontrar-se até em termos de identidade étnica. O outro fator tem a ver com a influência da mentalidade e visão tribal ou aldeã por parte de elites, o que conduz ao etnocentrismo. Além destes fatores, os problemas de disputa de espaço e poder entre as elites, recorrendo a argumentos etnocêntricos e provocando discriminação, são outras causas apontadas de clivagens.

5. Relativamente ao caso da província da Huíla, sobre se é mais perceptível a discriminação étnica dos Ovimbundos contra os Nhaneka-Humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos, genericamente os sete (7) justificam-se com os seguintes argumentos. Dizem que o discurso é manifestado pelos Nhaneka-Humbe através de expressões como: "...esta é a nossa terra e os outros vieram ocupá-la", ou " nós é que temos de mandar na nossa terra!" (otchilonmgo tchetu). Ainda usam os preconceitos ou fórmulas de estigmatização, como as designações de "kwachas", ou os "unitas", numa lógica de ligar ou conotar os Ovimbundos com a UNITA. Em termos de prática etnocêntrica, por parte de algumas elites Nhaneka Humbe, a realidade principal é o facto de o poder político/partidário estar concentrado num núcleo do mesmo grupo étnico, que aprova as nomeações para cargos de chefia na administração e partidária ao nível da província. Nos últimos anos, aparentemente, têm-se registado mais nomeações das elites Nhaneka Humbe do que outras, segundo aquilo que é veiculado pelo senso comum.

6. Relativamente às suas experiências em governar ou trabalhar numa província multiétnica, como a da Huíla, com exceção de um que diz ter uma

experiência problemática, os restantes seis declaram ter uma experiência interessante e sem grandes problemas.

7. Quanto às suas perceções relativas às políticas que estimulem ações de unificação das diferentes etnias do país, visando a execução de tarefas relativas ao aprofundamento da construção da Nação e à reconstrução do país depois da guerra civil, este grupo de entrevistados considera que as políticas públicas, em termos de intenção, são boas, mas pecam porque não tomam em consideração a realidade social e cultural. Além disso, há sempre dificuldades de vária ordem na implementação em concreto. Para eles, os problemas principais são a excessiva concentração de recursos em Luanda, as assimetrias entre regiões e a lógica da litoralização dos investimentos e da economia, bem como as políticas que não incentivam o desenvolvimento do meio rural; pelo contrário, há êxodo rural, e sobretudo a juventude sai do campo para as cidades, dado não encontrar naquele as condições de atração.

8. Relativamente à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, se ter confrontado com rejeições étnicas, este grupo considera que essa prática é cada vez mais intensa e evidente. Dizem que há 30, ou mesmo 20 anos, não se colocava tanto como agora. As rejeições fazem-se por via do critério de pertença étnica, filiação partidária, posicionamento político e ideológico. Hoje, dificilmente alguém que não fosse Mucongo ou Bakongo pode ser nomeado administrador municipal de Quimbele no Uíge, mesmo sendo militante do MPLA e/ou altamente competente.

9. Quando indagados sobre se pessoalmente, como governantes, já se sentiram rejeitados ou discriminados por não pertencerem a etnia da localidade onde trabalham, as opiniões diferem, pois cinco (5) dizem que sim, já foram discriminados, e outros dois (2) dizem que nunca foram discriminados.

10. Embora todos os entrevistados considerem que, no seu relacionamento com os outros membros da sociedade, o mais importante do ponto de vista do próprio é a angolanidade, todavia um (1) tem o cuidado de acrescentar que não se esquece da sua condição como membro duma etnia.

11. Quando questionados relativamente aos seus relacionamentos com outros membros da sociedade, vendo nos mesmos membros de determinadas etnias ou considerando-os tão-somente como angolanos, as respostas foram

óbvias: todos declaram considerar os outros membros da sociedade apenas como angolanos.

12. Relativamente à questão de os restantes membros da sociedade os verem sobretudo como membros pertencentes a uma etnia, ou se são vistos simplesmente como angolanos, declaram supor serem vistos quer enquanto membros duma etnia, quer enquanto angolanos.

13. Quanto às consequências políticas, económicas e sociais que podem advir se não se acautelar os problemas étnicos no país, estes entrevistados consideram que isto pode levar ao crescimento das reivindicações de autonomia regional e local, por parte de pessoas que até já tenham diferenças políticas e ideológicas. Pode haver aumento das tensões étnicas e regionais; também aumento da exclusão social, económica e política; crescimento de iniciativas de associações ou outro tipo de organizações sociais, em volta de critérios étnicos ou linguístico, mesmo que não seja explicitado formalmente; aumento dos grupos primários informais à volta de critérios étnicos, como já acontece hoje; reconfiguração das cumplicidades étnicas entre as elites; em geral, aumento das desconfianças entre grupos. Concluem, destacando que, se não se acautelar esses fenómenos, o país pode desabar e pode-se mesmo assistir ao que se passou e se passa noutros países; podem surgir revoltas e conflitos étnicos como na Nigéria, Ruanda e Burundi.

14. Quando lhes foi perguntado em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas: muito, pouco, regular, ou sem importância, as repostas divergem: quatro (4) dos sete entrevistados consideram que têm uma importância “regular”, um (1) diz que é “muito importante”, um (1) que não tem importância, e finalmente um (1) não responde.

15. Quanto a expressões como “mukwakwiza”, “bailundo”, “otchilongo tchietu”, “munanos”, etc., que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, o grupo dos sete declara constituírem expressões a combater, porque veiculam tendências claras de tribalismo, racismo e regionalismo, sendo frequentemente pejorativas.

16. Quatro (4) dos sete entrevistados consideram que as componentes étnicas e nacionais das suas identidades mantêm entre si relações de complementaridade, sendo que um (1) diz tratar-se duma relação de rivalidade, um (1) diz não ser nem uma coisa nem outra, e um (1) outro não responde.

17. No que concerne a existência de políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, os sete (7) entrevistados sustentam que existe, sim, este tipo de políticos em Angola.

18. Três (3) dos entrevistados consideram que as discriminações étnicas entre os angolanos têm origens no quadro do processo colonial, outros três (3) advogam que são um fenómeno pré-colonial e um (1) afirma ser um processo novo.

19. Quanto à questão de vir a haver conflitos étnicos em Angola, semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, as opiniões dos entrevistados estão algo divididas: embora com algumas reticências, cinco (5) consideram que não, sendo apenas dois (2) os que afirmam que, se não se acautelar alguns problemas, realmente podemos vir a ter conflitos étnicos.

20. Todos os entrevistados consideram que, de certa forma, os alinhamentos partidários em Angola ainda se sobrepõem às afinidades étnicas, nalguns casos com mais notoriedade do que noutros.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, os interlocutores consideram que os governantes do país são todos cúmplices, e mesmo culpados pelo tão alto índice de analfabetismo em Angola. Dizem ainda ser este um fator de reprodução estrutural da pobreza material e não material. São de opinião que, deste ponto de vista, Angola regrediu, ou seja, os altos índices de alfabetização que se alcançaram nos anos setenta e oitenta já não são os mesmos, e que este índice de analfabetismo tem maior índice em algumas regiões, e por isso também maior incidência em alguns grupos étnicos. O mesmo raciocínio é válido relativamente à estrutura da desigualdade de algumas “raças” em relação a outras, enquanto uma herança colonial. Assim, o maior índice de analfabetos está na população “negra”.

22. As pessoas deste grupo são unânimes em considerar que os altos índices de analfabetismo, no seio das populações em Angola, bem como a falta de informação e a ignorância, têm sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, pois que, quando mais as pessoas forem analfabetas e não informadas, mais facilmente são e serão manipuladas.

23. Quanto às suas opiniões sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica, consideram que a legislação e as políticas públicas em geral

estimulam a manutenção do “*status quo*”, isto é, as questões étnicas são um “tabu”. Nunca alguém foi processado ou julgado por discriminação étnica, mas toda gente diz que a discriminação existe e, segundo afirmam, há poucas pesquisas orientadas no sentido de se aumentar os conhecimentos neste domínio do saber. Concluem afirmando que a Constituição é clara, mas a sua materialização deixa algumas reservas. Em nada valerão excelentes políticas neste sentido, se as atitudes dos dirigentes políticos demonstrarem distância entre o que está escrito e o que é praticado.

24. No que diz respeito às tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, podendo surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhanekahumbes do qual resulte um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, seis (6) dos sete (7) entrevistados consideram que tal facto não é possível, e dizem mesmo que até nas igrejas existem animosidades étnicas por parte das elites religiosas, o que não significa que isso possa descambar em conflito aberto, porque os níveis de integração multiétnica, as relações sanguíneas, as afinidades políticas e partidárias, as amizades, os casamentos interétnicos e outras alianças são muito fortes. Poderia, isso sim, surgir um aumento ou uma diminuição de tensões, ou mesmo, na pior das hipóteses, conflitos localizados. Apenas um (1) dos entrevistados considera ser possível o surgimento de conflitos entre Ovimbundos e Nhanekas-Humbes, caso não se combata realmente as atuais discriminações.

25. No que diz respeito ao papel dos meios de comunicação social estatais e privados no processo de unificação dos vários grupos étnicos, os entrevistados, de forma genérica, com exceção de um, consideram que a rádio e a televisão, como meios de difusão de massas, têm estado a abordar as questões de etnicidade mais do ponto de vista do folclore da identidade cultural-linguística (indumentária, dança, arte, etc.), na medida em que não existe uma pedagogia visando lidar com essa problemática de forma aberta, o que permitiria às pessoas entenderem os diversos fatores relativos a este assunto. Os meios de comunicação social poderiam desempenhar um papel mais importante, para as pessoas identificarem que as coisas que nos unem são infinitamente superiores às diferenças.

26. Os académicos a todos os níveis, com exceção de um, consideram que o seu grupo se encontra numa posição vantajosa, dado trabalham com pessoas de

diferentes origens étnicas, pelo que devem incutir nas pessoas com que trabalham e a quem ministram aulas esse espírito de unidade, a necessidade de unificação da nação. Devem passar a mensagem de que cada angolano é um angolano dentro do seu país, independentemente da sua origem étnica, para além de participarem na produção, atualização e divulgação de conhecimento e debate, na academia e na sociedade, sobre este assunto.

27. Quanto à questão de quão importantes são as suas pertenças étnicas para as suas identidades pessoais, as respostas estão bastante divididas, pois quatro (4) dos entrevistados dizem ser muito importante, um (1) diz não ser nada importante, um (1) diz ser de razoável importância e um (1) outro afirma ser de importância crucial.

28. No que toca à questão de existirem ou não políticos e outras elites étnicas, na província da Huíla, que promovem divisões étnicas com o propósito de assumirem posições destacadas, todos os entrevistados sem exceção afirmam que sim, isso é um facto na província da Huíla.

29. Quanto a questão relativa a os líderes políticos angolanos fomentarem de forma velada as divisões étnicas, visando manter-se no poder, também consideram que, embora de forma camuflada, isto se verifica realmente, contra todas as orientações da política de unidade nacional.

30. Cinco dos entrevistados pensam que, para a maior parte da população de Angola, é mais importante a angolanidade, enquanto dois admitem que, para a maioria dos angolanos, é mais importante a identidade coletiva étnica.

31. No que diz respeito à questão de os poderes públicos de Angola reconhecerem juridicamente a existência de etnias diversas, com a consagração oficial dum “sistemas de quotas”, ou pelo contrário esse reconhecimento constituir ele mesmo uma forma de discriminação, quatro membros deste grupo consideram que reconhecer explicitamente a existência de etnias constitui um grande passo, o que aliás já acontece na sociedade, mas pensam que não deve utilizar-se o sistema de quotas como critério de representação. Dizem que as autonomias locais, ou a descentralização, ou ainda as autarquias, poderiam ser uma fase anterior à possível discussão de modelos de autonomia regional ou de estados, dentro de um estado unitário no futuro. Qualquer opção sobre estes assuntos deveria passar por estudos e pesquisas profundas e aturadas, submetendo os resultados à discussão

da sociedade e incluindo a hipótese de se fazer referendos, se os debates forem inconclusivos e houver falta de consensos.

Os outros três entrevistados defendem que, no quadro do processo da consolidação da nação, todos se devem rever no todo nacional e que as competências devem constituir o critério de acesso a qualquer patamar, quer de direção quer outro.

Tendo em conta, que esta categoria de entrevistados não é pela criação de um sistema de quotas no país, as perguntas subsequentes, nomeadamente as 32, 33 e 34, não foram colocadas, dado estarem diretamente relacionadas com o estabelecimento das quotas.

35. Por último, e quanto à situação em Cabinda, se a autonomia ou a federação seriam uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real para uma secessão daquela província, os sete entrevistados consideram que Cabinda é território angolano e deve continuar a ser parte do território, sendo a décima oitava província e sendo Angola de Cabinda ao Cunene.

#### **5.1.4 - Dirigentes Políticos - Huíla**

Uma quarta categoria de entrevistados da Huíla, designada como “Dirigentes Políticos”, inclui um total de nove (9) elementos, dos quais dois (2) deputados pela bancada parlamentar do MPLA, um (1) vice-governador, três (3) administradores municipais (dos quais um de etnia Nhaneka-Humbe), um (1) diretor provincial, um (1) diretor municipal e um (1) alto responsável e representante de um partido de oposição na província da Huíla. Deste grupo de entrevistados podem, genericamente, recolher-se as seguintes perceções:

1. No que toca à diversidade étnica no país, consideram que ela é uma realidade histórica: os angolanos estão condenados a viver juntos e isso passa sobretudo por saber viver em harmonia e com respeito pela diferença, porque cada um dos elementos desse povo traz o seu contributo em termos de valências. O importante é saber-se gerir tudo isso na diversidade, para que todas as capacidades sejam aproveitadas em benefício da nação. No entanto, esta realidade, inevitável em determinados momentos, cria manifestações expressivas de uns e de outros. Em muitos casos situam-se em extremos quase opostos, errando apenas quem pretenda estabelecer entre elas hierarquizações ou quaisquer outras escalas

valorativas, em vez de reconhecer que nessa diversidade está a verdadeira riqueza cultural do país.

2. Indagado o grupo sobre se a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana, as opiniões estão divididas. Seis (6) entrevistados consideram que, dada a postura de alguns dirigentes de defenderem os seus grupos étnicos, acompanhada dos altos índices de analfabetismo no seio da maioria das populações angolanos, essa diversidade tem de facto constituído um fator impeditivo na construção e consolidação da nação. Todavia, três (3) dos nove entendem que essa diversidade é uma riqueza se for bem aproveitada e respeitada.

3. No que toca à questão de existirem ou não clivagens étnicas na Huíla, depois do fim da guerra civil terminada em 2002, seis (6) dos nove entrevistados coincidem em considerar que as clivagens étnicas de facto existem e visam sobretudo, nalguns casos, salvaguardar interesses pessoais. Dizem não ter medo de errar, devendo afirmar que as clivagens existem e têm estado a atrasar o desenvolvimento. Apontam mesmo que, no caso da província da Huila, isto exigiu da parte do ex-governador provincial, Isaac Francisco Maria dos Anjos, um esforço redobrado, por não ser natural da província da Huíla, e que quando chegou foi tido como estrangeiro, foi combatido e teve de ser muito corajoso para poder executar diversos projetos, que tiveram bons resultados, mas contra a vontade de muita gente por causa das clivagens. Esse grupo conclui, afirmando que as clivagens têm sempre origem nas elites. São as elites que criam clivagens, não são as etnias como tal. São as elites que procuram incentivar este tipo de clivagens.

Três (3) entrevistados deste grupo de dirigentes, entre os quais dois (2) Nhanekas e um (1) Umbundo, consideram não haver clivagens. No entanto, entendem que pode haver grupos de pessoas que pensam serem discriminados na ocupação de alguns lugares políticos ou governamentais, sentindo-se excluídos e querendo conquistar os seus espaços, o que é muito normal que aconteça.

4. Quanto às noções relativas às causas das clivagens étnicas depois do fim da guerra em Angola, muito particularmente na província da Huíla, estes entrevistados consideram que na província da Huíla as causas principais são a pretensão de acesso a lugares de chefia na administração, e em geral lugares de destaque, tudo isso estando muito associado. Ou seja, as razões consistem na

defesa dos interesses pessoais de dirigentes representando uma etnia e, no caso, procurando salvaguardar a sua sucessão no cargo ou no poder e facilitando uma espécie de tráfico de influências no exercício da atividade pública.

Neste ponto, os dois (2) dirigentes Nhanekas coincidem em considerar que não há clivagens étnicas na Huíla. Segundo eles, pode haver é tendências de algumas pessoas que, depois da guerra, procuram rivalizar com os outros. E questionam mesmo: não será que se está à procura de um equilíbrio na província? Se alguém reivindica, não será que está a procura do seu enquadramento ou de obter um representante desta ou daquela etnia?

5. Quanto a ser mais perceptível, no caso da província da Huíla, a discriminação étnica dos Ovimbundos contra os Nhaneka-Humbes, ou dos Nhaneka-Humbes contra os Ovimbundos, com exceção dos dirigentes nhanecas, que preferiram não se pronunciar, para todos os restantes entrevistados as respostas foram claras: afirmam que as discriminações são mais dos Nhanekas-Humbes contra os Ovimbundos.

6. No respeitante às experiências em governar ou trabalhar numa província multiétnica, como a da Huíla, com exceção de um entrevistado, que diz ter uma experiência amarga e problemática, sobretudo nos últimos tempos, os restantes declaram ter uma experiência interessante e sem grandes problemas.

7. Quanto às perceções relativas a políticas promovendo ações de unificação das diferentes etnias do país e visando a execução de tarefas, no âmbito do aprofundamento da construção da Nação e da reconstrução do país depois da guerra civil, dois (2) entrevistados, incluindo uma alta individualidade da oposição, são contundentes em afirmar que essas políticas não existem. Os outros sete (7) membros do grupo consideram que essas políticas existem, se tivermos presente um “*slogan*” de unidade nacional professado pelo partido maioritário, “um só povo uma só nação”, mas que a sua materialização prática, sobretudo nalgumas províncias, deixa muito a desejar.

8. Relativamente ao facto de a governação do país, em determinadas circunstâncias, se ter confrontado com rejeições étnicas, para a minha grande surpresa todos consideram que de facto, hoje em dia, é muito comum esta situação, que se vai até agudizando muito mais nos últimos tempos. Sete deles deram como exemplo claro o caso da Huíla, com o ex-governador Francisco Maria Isaac dos

Anjos, que foi claramente combatido, rejeitado e com sinais claros de um litígio dentro do próprio partido MPLA na província, existindo uma clivagem entre o governo e o partido. Apontam ainda, como sinais claros de rejeição, os casos da província do Kuando Kubango, com o ex-governador, o general Eusébio Teixeira de Brito, que teve rejeições da etnia local, no caso os Nganguelas, e ainda ao nível da igreja católica, com a rejeição do Bispo Dom Filomeno Vieira Lopes pelas populações de Cabinda.

9. Quando indagados se pessoalmente, enquanto governantes, já se tinham sentido rejeitados ou discriminados por não pertencerem à etnia da localidade onde trabalham, as opiniões diferem: seis (6) responderam que sim, de facto já tinham sido discriminados, e apenas três (3) declararam nunca tê-lo sido.

10. Embora todos os nove (9) entrevistados considerem que, no seu relacionamento com os outros membros da sociedade, o mais importante no seu critério é a angolanidade, ainda assim cinco (5) reconhecem que não deixam de dar importância bastante à sua condição enquanto membros de uma etnia. Para estes, previamente à angolanidade está a pertença antes de tudo a um grupo étnico: o sentimento de pertença é bastante grande e profundo.

11. Quando foram questionados sobre se, nos seus relacionamentos com outros membros da sociedade, os consideram sobretudo membros de determinadas etnias, ou os consideram tão-somente como angolanos, as respostas foram óbvias: declaram ser difícil dissociar as duas questões, pois para eles é necessário partir sempre do núcleo da sociedade, que é a família, e todos os indivíduos provêm dos grupos étnicos. Essa multiplicidade de famílias pertencentes a determinados grupos étnicos é que forma um todo, que é a nação angolana, sendo por tal facto necessário ver as duas categorias como importantes: ou seja, membros de uma etnia e de todo o universo, isto é, angolanos.

12. Relativamente aos restantes membros da sociedade, se os veem sobretudo enquanto membros duma etnia ou se são vistos simplesmente como angolanos, pensam que é suposto serem vistos quer enquanto membros de uma etnia, quer enquanto angolanos, a partir do princípio de que, pelo simples facto dos nomes dos indivíduos, muitas das vezes esses nomes ligam as pessoas a determinados grupos étnicos e conseqüentemente a uma família. Logo, as pessoas são identificadas como tal. Daí que, independentemente de serem membros da

sociedade angolana, ou seja, angolanos, o ponto de partida tem de ser enquanto membros de uma etnia, porque a não ser assim, sustentam, as pessoas ficam sem identidade própria.

13. Quanto às consequências políticas, económicas e sociais que podem advir, se não se acautelar os problemas étnicos no país, uma maioria de oito (8) interlocutores considera, antes de mais, que os problemas étnicos no país existem, mas estão bem controlados, estão bem confinados. Apontam mesmo o fenómeno da globalização como algo que traz vantagens, embora também desvantagens, porquanto é um fenómeno que permite interiorizar aquilo que outros povos internos fazem ou não fazem. Referem as novas gerações como aquelas que não se apegam aos problemas ou fenómenos étnicos: consideram que as novas gerações têm uma visão muito diferente e que os problemas étnicos só podem constituir um risco e uma fraqueza no caso de aparecerem líderes aventureiros, que introduzam esse projeto de conflitualidade a partir dos grupos étnicos. Concluem que, para Angola, vai ser difícil um projeto desta envergadura. A liderança que optar por um projeto a sério deste género vai perder, admitindo mesmo que o país vai ser um país mestiço, de misturas; e isto é irreversível. Dizem ainda que o país pode desabar, pode cair naquilo que assistimos hoje noutros países, pode-se provocar revoltas, clivagens, situações menos abonatórias. Por isso, é preciso que os políticos sejam mais cautelosos e façam cruzamentos de quadros, para que se fomente uma verdadeira angolanidade e se materialize o princípio: “de Cabinda ao Cunene, um só povo e uma só nação”.

14. Quando indagados em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas: muito, pouco, regular, ou sem importância, as respostas (e mais uma vez para minha grande surpresa) foram que apenas três (3) dos nove entrevistados declaram que as suas pertenças étnicas não têm importância, sendo que os restantes seis (6) consideram muito importantes as suas pertenças étnicas.

15. Quanto às expressões como “mukwakwiza”, “bailundo”, “otchilongo tchietu”, “munanos”, etc., constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, oito (8) membros do grupo de dirigentes dizem constituir expressões a combater, porque indicam tendências claras de tribalismo, racismo e regionalismo, sendo frequentemente pejorativas: para três deles, são frequentes mas pejorativas;

para cinco, apenas pejorativas. A exceção é um (1) dirigente, que considera tratar-se de expressões normais,

16. Sete (7) dos nove (9) interlocutores consideram que as componentes étnicas e nacionais das suas identidades mantêm entre si relações de complementaridade, sendo que dois (2) dizem não haver complementaridade nem rivalidade nas pertenças.

17. No que concerne a existência de políticos que nas suas ações promovem o tribalismo, todos os nove (9) entrevistados sustentam que, de facto, existe este tipo de políticos em Angola.

18. Todos os nove (9) consideram que as discriminações étnicas entre os angolanos, não são um fenómeno novo, antes têm origens no quadro colonial.

19. Relativamente à questão de podermos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes aos que se registam nalguns países africanos, os entrevistados dizem ser essa uma possibilidade remota. É difícil que isto venha acontecer em Angola, mas, segundo os mesmos, é preciso tomar cautela no sentido de que isso não ocorra, porque realmente, se a governação for bem praticada e em benefício dos interesses da maioria, esse problema não aparece. Todavia, se ocorrer o contrário, podemos ter convulsões sociais muito profundas e problemas reais de natureza étnica ou tribal. Por outro lado, apontam que, se esses fenómenos forem sendo passados para as gerações vindouras, se esse pensamento for transmitido, pode vir a criar-se um mal-estar entre as novas gerações. Portanto, é preciso que os políticos do país, e mesmo pessoas não políticas, mas entendidas na matéria, fundamentalmente os académicos, transmitam e passem a mensagem, de forma a podermos ultrapassar esse tipo de comportamentos. Deve ultrapassar-se essa forma de condução de políticas, centrada em identificar que “esse é dali e aquele é de acolá”.

Concluem, dizendo que é preciso ver este fenómeno não com preconceitos, não com tabus, mas sendo tratado como ele realmente é, porque a questão étnica em Angola é uma realidade que não se pode contornar. Se a curto e médio prazo continuarmos a pensar as coisas de forma impávida, como se tem estado a ver até hoje, a longo prazo podemos vir a ter esse tipo de conflitos

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, com exceção do alto dirigente do partido de oposição, que

preferiu não se pronunciar sobre a questão, os outros oito (8) dirigentes consideram que os alinhamentos partidários em Angola ainda estão, sim, sobrepostos às afinidades étnicas.

Isso é fundamentalmente verdade para os partidos recém-formados. Notou-se isto na recente campanha eleitoral, em que esses partidos, na sua visão e na sua missão, se viraram exatamente para as suas zonas de origem, para aí onde nasceram. Tiveram que correr imediatamente para ali, para poderem encontrar o eleitorado, mas as populações hoje em dia já conseguem captar, conseguem analisar convenientemente os intentos de cada partido político, qual a mensagem que esse partido político traz. Todavia, em parte os políticos, alguns políticos desses partidos têm alguma ligação, alguma componente etnolinguística, para melhor aproveitarem e lá conseguem levar a mensagem em língua nacional ou local. E então é ali, e isto nota-se, as populações e esses partidos políticos, ao se apresentarem, evocam slogans de que fulano é filho daquela localidade, e que seja pois apoiado. O que nos remete para o pensamento de que, de facto, há uma ligação na criação desses partidos políticos e não são poucas as vezes que os cidadãos gostam de se rever no líder da sua etnia, concluem.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, sete (7) dos entrevistados referem que o analfabetismo é uma consequência do colonialismo. Isso está aliado ao facto de que o país, depois da independência, ficou mergulhado na guerra, num conflito que não permitiu que fossem gizados programas que colmassem essa grande lacuna no seio das populações. Mas o analfabetismo é também fruto da pobreza que hoje se vive.

Por outro lado, identificaram ainda os altos índices de analfabetismo com o sul de Angola, sobretudo, em particular na província da Huíla e nos municípios da Chibia, Gambos, Quilengues, Matala, Caala, Humpata, ou seja, onde está concentrada a população dedicada à pastorícia. São detentores desta riqueza (o gado), utilizam os filhos, sobrinhos, mulheres, etc. para cuidar do gado, e evitam por isso a escolarização, sendo este um dos grandes fatores que contribuem para os altos índices de analfabetismo. Consideram imperativo abordar e consciencializar essas populações pastoris, como aconteceu com a província do Cunene, que avançou com grandes programas de alfabetização com as comunidades dos Vátuas, Corocas, etc., inserindo primeiro os seus líderes. Deve-se

tentar sedentarizá-los e construir escolas nas localidades, para irem diminuindo o analfabetismo e também as assimetrias regionais, o que vai por outro lado ajudar a combater as rejeições, porque, quando alguém é professor, vai para essas localidades menos cultas. Se não for da etnia, questiona-se: “porque é que os de fora têm que nos ensinar?”

Por último, refira-se que os nossos entrevistados, incluindo o alto dirigente do partido da oposição, endossam várias críticas ao governo, por considerarem que as políticas educativas no país não são as mais adequadas.

22. Este grupo de dirigentes é unânime em considerar que os altos índices de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, porque a população é maioritariamente camponesa e analfabeta, e vários políticos ganham com isso, apontando que no meio urbano, por exemplo, o quadro já é diferente. Argumentam que nos dias de hoje se assiste ao fenómeno da irreverência da juventude, pois que não é com discursos de mentiras que se consegue enganar aquela. Dizem que o analfabetismo é um fator negativo, que existe no país e no seio das populações, e os políticos aproveitam-se disso para continuar a enganar.

23. Quanto às suas opiniões sobre as leis do país relativas ao processo da integração étnica, afirmam que o problema não é das leis em si, porque quer a lei magna quer outras leis salvaguardam este assunto. Todavia, na prática ainda se tem muitas lacunas, bastando dizer que a legislação produzida para o país tem sobretudo efeitos no meio urbano, não no meio rural, nem mesmo se veicula, porque nem chega àquelas paragens, o que é fruto também do analfabetismo das populações rurais. Concluem que tudo se está a fazer para se salvaguardar os interesses da nação, de modo a que não se caia num descalabro desta natureza, sendo todavia isso um processo que vai levar o seu tempo.

24. Relativamente a poder surgir, em virtude das discriminações étnicas na província da Huíla, um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes, daí resultando um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, as respostas estão divididas. Sete (7) dos dirigentes consideram que conflitos propriamente ditos, provavelmente não: dizem que discriminações, sim, vão existindo, mas conflitos não, porque há um exemplo concreto aquando do conflito armado. As populações locais, que são os Nhanekas, receberam os Ovimbundos nas

suas localidades e coabitam até hoje, e portanto não existe o perigo de que possamos ter surpresas ou problemas de conflitos. O problema, segundo garantem, é das lideranças, que podem ser locais ou não. Portanto, há sempre quem forma a opinião dos demais e, para atingir determinados interesses, por vezes fomenta esses males, como o tribalismo, mas o conflito como tal não existe.

Dois (2) dos dirigentes entrevistados consideram que, se não se acautelar esses fenómenos, nada garante o país contra a possibilidade de ter conflitos do género, sobretudo a médio e longo prazo. Se alimentarem e continuarem a semear esses fenómenos, o caminho poderá ser esse. Por isso, devemos tudo fazer para a unidade, eliminando manifestações que podem provocar esses efeitos de extensão ou “efeito-dominó”, a partir da Huíla.

25. No que diz respeito ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos, estes entrevistados, com exceção do representante do partido político de oposição, consideram que a rádio e a televisão, como meios de difusão de massas, têm jogado um papel importante na educação, na formação e também na informação. Portanto, tem havido um papel positivo, que deve ser melhorado, e trata-se dum processo contínuo. Aí se inclui a existência de programas nas chamadas “línguas nacionais” (locais), que são concebidos no sentido de educar e informar a população para um fim comum.

Já o representante do partido político de oposição considera que o papel dos meios de comunicação social não tem sido positivo, tendo em consideração que aqueles são sempre o meio que tem possibilidade de persuadir, de passar a mensagem para um número significativo de pessoas, e que a comunicação social, hoje tanto estatal como privada, em certa medida está desprovida de linhas editoriais que ajudem de facto na unificação dos vários grupos étnicos.

26. Relativamente aos académicos, o grupo de dirigentes pensa que a responsabilidade que lhes está reservada neste processo de integração étnica em Angola é insubstituível, dado serem os integradores. Eles cultivam o homem para a sociedade, e assim os académicos não podem pertencer a um outro grupo étnico senão ao próprio grupo académico. Os académicos têm uma responsabilidade acrescida, sem tabus e sem preconceitos, para que o seu trabalho possa ajudar os políticos a encontrar políticas viáveis, visando encetar o tratamento em profundidade da questão da integração dos grupos étnicos no país. Os académicos,

concluem, são de extrema importância, por serem os forjadores dos valores de qualquer sociedade.

27. Relativamente à questão de quão importantes são as suas pertenças étnicas para as identidades pessoais, as respostas estão bastante divididas: quatro (4) dizem que a sua pertença étnica é muito importante, dois (2) dizem ser crucial, dois (2) reputam-na pouco importante, e apenas um (1) diz não ser nada importante.

28. Quanto à questão de existirem ou não políticos e outras elites, na província da Huíla, que promovem divisões étnicas visando assumir posições destacadas, sete (7) membros deste grupo de dirigentes considera que sim, isso é um facto, e é possível divisá-lo facilmente, porque é visível para quem está atento. Declaram que, apesar de as orientações existentes ao nível do país serem contrárias a esse tipo de comportamentos, o fenómeno é inegável. Apontam ainda que muitas vezes se ignora o desempenho das pessoas, e até mesmo as capacidades técnicas de alguns quadros, porque têm que deixar de ser aquilo que são, por não pertencerem a este ou aquele grupo étnico. Isso realmente existe, e mencionam o caso do anterior governador, o Eng.<sup>o</sup> Isaac Francisco Maria dos Anjos, que se confrontou com esse tipo de problema. Consideram haver na província da Huíla um grupo de aproveitadores, quiçá descontentes com a sua posição social, mas que não assumem as suas ações claramente, uma situação que começou no leste do país, onde o povo Nganguela, a uma dada altura, dizia que estava menos representados na estrutura política e governativa da província.

Entretanto, dois (2) entrevistados consideram que este tipo de problemas não existe.

29. Quanto à questão de os líderes políticos angolanos fomentarem de forma velada as divisões étnicas, de forma a tirarem maior proveito e se manterem no poder, com exceção de um (1) entrevistado, que pensa que não, todos os outros oito (8) dizem que os atos e os comportamentos indicam que sim: fomenta-se as divisões étnicas como forma de se manter no poder, contrariamente às orientações sobre a política de unidade nacional. Na prática, constata-se que existe essa realidade, e trata-se duma tendência permanente.

30. Apesar das grandes dificuldades que se observam no processo de integração dos diferentes povos, sete (7) entrevistados consideram que, para a

maior parte da população de Angola, é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana), um (1) admite a dualidade das duas categorias de identidade coletiva nacional (angolana e identidade coletiva étnica), por entender que as duas coisas se pressupõem, as duas coisas constituem um binómio que é inseparável, e desvalorizar uma coisa significaria desvalorizar outra. A identidade étnica e nacional, para cada um de nós, estão ao mesmo nível e devem ser tratados com a mesma prioridade. É como a aliança teoria-prática ou prática-teoria: têm de coabitar. Por último, um (1) entrevistado pensa que, para a maior parte da população de Angola, é mais importante a identidade coletiva étnica.

31. No que diz respeito à questão de os poderes públicos de Angola reconhecerem juridicamente a existência de etnias diversas, por exemplo, com a consagração oficial dum “sistemas de quotas”, ou se pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, o grupo de dirigentes coincide plenamente com o grupo de docentes, considerando que em Angola não se precisa do estabelecimento dum sistema de quotas, porque de forma explícita e implícita isto já acontece no país. Essa distribuição pelas quotas, para criar um certo equilíbrio e manter uma satisfação nos grupos étnicos nas províncias, já existe. Por conseguinte, em Angola existem outros mecanismos e pontos de partida que permitem a inclusão de todos nos centros de poder, ou seja, para eles o sistema angolano garante genericamente a representatividade de todos.

Tendo em conta que a categoria dos dirigentes foi unânime quanto ao evitar-se a criação dum sistema de quotas no país, as perguntas subsequentes nomeadamente as 32, 33 e 34, não foram colocadas, dado estarem diretamente relacionadas com o estabelecimento das quotas.

35. Por último, quanto à situação em Cabinda, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, sete (7) dos nove (9) dirigentes consideram não existir perigo de qualquer tipo sobre o território de Cabinda. Nem se discute tão-pouco o federalismo, nem a autonomia e muito menos independência, porque isto não seria a solução. Cabinda é território angolano e deve continuar a ser parte do território angolano. Consideram que não se deve alimentar caprichos individuais para situações pontuais. Pelo facto de Cabinda ter

petróleo, ter riqueza no seu subsolo, tem sido um grande motivo de conflito entre os cidadãos em geral e o cidadão residente, que pensa dever ter um estatuto diferente, melhor do que os outros cidadãos angolanos. Cabinda não deve ser tratada como um ouro na mão. Angola tem 18 províncias e Cabinda é só uma delas.

Todavia, dois (2) dos entrevistados consideram que é preciso abrir um diálogo nacional sobre o problema de Cabinda.

### **5.1.5 - Homens de Negócios - Huíla**

Um último grupo relativo à Huíla, denominado como “Homens de Negócios”, é composto por apenas um (1) elemento. Quanto a esta categoria, podem retirar-se as perceções seguintes:

1. Quanto à problemática da diversidade étnica no país, o entrevistado prefere chamar-lhe diversidade de entidades socioculturais em Angola. Pensa que é uma riqueza pouco explorada, que pode favorecer a maior integração nacional, ou aquilo a que os políticos chamam unidade nacional, sem pôr em causa as identidades locais. Segundo opina, ainda há em Angola uma aparente tendência de esbatimento das distinções ou diferenças étnicas, por fatores exógenos e endógenos. Estas entidades configuram a presença objetiva e viva das antigas e/ou atuais “nações” de Angola, ou angolanas, que correspondem aos espaços sociais e territorial que vêm do passado, ou seja, dos antigos reinos ou estados que existiram no território que hoje se chama Angola. Considera ainda que existe em Angola uma ideologia ou uma pretensão ideológica, de alguns grupos dominantes, visando promover uma “unificação”, uma dita “unidade” nacional, sem que isso signifique a valorização das diferenças destas entidades socioculturais.

2. Indagado se a diversidade étnica em Angola tem constituído um fator impeditivo para o processo de construção e consolidação da nação angolana, declara que a diversidade, por si só, não é um fator de impedimento no aprofundamento e consolidação do processo de construção da Nação angolana, mas sim o seguimento das lógicas do passado: a dominação, pondo uns contra outros; a lógica do clientelismo; a usurpação exacerbada de poderes por grupos dominantes de famílias e por filiação política e partidária; a falta de igualdade de oportunidades; a pobreza material e não material; a ignorância; os baixos níveis educacionais, seja da cultura letrada, seja da cultura cívica.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província do Huíla, considera que existem clivagens ou animosidades por via dos discursos e práticas etnocêntricas, que são mais evidentes ao nível das elites étnicas, provavelmente: não ao mesmo nível de intensidade entre as elites políticas/partidárias, económicas, militares, ideológicas, simbólicas e outras.

4. Relativamente às razões que podem estar na base das discriminações étnicas na Huíla, diz que o discurso é expressado pelos Nhaneka-Humbe através de dizeres como: “...esta é a nossa terra e os outros vieram ocupá-la”; ou “nós somos os que temos de mandar na nossa terra!” (“otchilonmgo Tchetu”). Ainda usam os preconceitos e fórmulas de estigmatização (como “os Kwachas”, “os unitas”), numa lógica de ligar ou conotar os Ovimbundu com a Unita. Em termos de prática etnocêntrica por parte de algumas elites Nhaneka-Humbe, o problema consiste no facto de o poder político e partidário estar concentrado num núcleo do mesmo grupo étnico, o qual aprova as nomeações para cargos de chefia na administração e partidária ao nível da província. Nos últimos anos, aparentemente, têm-se registado mais nomeações das elites Nhaneka-Humbe do que outras, segundo o que é veiculado pelo senso comum; ou ainda, sempre que possível substitui-se na chefia um Ovimbundo ou um Nganguela por um Nhaneka-Humbe.

Quanto ao etnocentrismo do Ovimbundo, através do discurso, é expresso da seguinte maneira: “...nós é que temos a maioria da população, a maioria dos enfermeiros e professores, os padres, os pastores, a cultura do trabalho, o domínio dos ofícios, o negócio, os melhores quadros que se revelam na academia, no sector militar, etc. a nossa língua é que domina e mais falada e ouvida. Os outros são preguiçosos, só sabem andar atrás dos bois”, conclui.

5. Afirma que, trabalhando no terceiro sector ou nas organizações da sociedade civil, não sente tanto e de forma tão direta as animosidades. De facto, nunca sentiu uma rejeição ou discriminação direta. Pelo contrário, diz que se sente bem trabalhando num ambiente diverso e plural segundo várias dimensões, não somente a étnica.

6. Quanto à sua experiência de trabalhar na província do Huíla, considera que é boa e bastante gratificante.

7. Quando interpelado sobre se as leis do país acautelam a problemática da unidade étnica, diz que considera as políticas públicas boas em termos de intenção,

mas que pecam porque não tomam em consideração a realidade social e cultural. Além disso, há sempre dificuldades de vária ordem na implementação. Ou seja, as práticas são diferentes daquilo que está escrito. A excessiva concentração de recursos em Luanda, as assimetrias entre regiões, a lógica da litoralização do investimento e da economia, as políticas que não incentivam o desenvolvimento do meio rural (pelo contrário, há êxodo rural, sobretudo a juventude que sai do campo para as cidades e não encontra condições de atracção). Para além disso, a estratégia de criar uma burguesia angola centrada nalgumas famílias e outros grupos periféricos, e não baseados na igualdade de oportunidade, não ajuda nem ajudará a obter maior integração: inter-regional, inter-racial ou interétnica.

8. Este interlocutor considera que sim, a governação do país confronta-se com rejeições étnicas, e que isso é cada vez mais intenso e evidente. Diz que há 30 ou 20 anos, não se colocava tanto esse problema como agora. As rejeições ocorrem por via do critério de pertença étnica, filiação partidária, posicionamento político e ideológico. Hoje em dia, dificilmente alguém que não fosse Mucongo ou Bakongo poderia ser nomeado administrador municipal de Quimbele no Uíge, mesmo sendo militante do MPLA e/ou altamente competente. A não ser que sempre tenha vivido lá, integrando-se no grupo. Pior um pouco é ainda em Cabinda, no Kuando-Kubango, Moxico, nas Lundas, etc.

9. Quando indagado sobre se já foi discriminado ou rejeitado, o entrevistado responde que rejeição aberta, não. Provavelmente por não trabalhar no sector público, não sente isso de forma direta, mas que ao longo da vida já sentiu na pele discriminação e animosidade étnica em Angola.

10. Relativamente à questão de se considerar sobretudo membro de uma etnia, ou valorizar mais a angolidade, afirma que o mais importante é a angolidade.

11. À semelhança da questão anterior, o nosso entrevistado declara considerar os outros membros da sociedade tão-somente como angolanos.

12. Diz também pretender que os restantes membros da sociedade o considerem apenas como angolano.

13. Pensa que, se não se cuidar dos problemas étnicos no país, haverá um aumento das reivindicações de autonomia regional e local por parte de pessoas que tenham diferenças políticas e ideológicas. Haverá crescimento das tensões

étnicas e regionais; aumento da exclusão social, económica e política; aumento de iniciativas de associações ou outro tipo de organizações sociais em volta de critérios étnico ou linguístico, mesmo que não explícita e formalmente. Existirá crescimento dos grupos primários informais à volta de critérios étnicos, como já acontece hoje. Haverá uma reconfiguração das cumplicidades étnicas entre as elites e um aumento das desconfianças entre grupos.

14. Quando indagado em que medida considera importante a sua pertença étnica, muito, pouco, regular ou sem importância, declarou considerar a sua pertença étnica como de importância “regular”.

15. Relativamente às suas perceções quanto as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, “munanos”, etc., diz que são expressões que configuram “xenofobia” e etnocentrismo. São conceitos que correspondem a uma realidade que repousa na memória dos povos desde há algumas gerações. No Planalto Central, na região dos Ovimbundos do Huambo, também existe a expressão “otcinguendelei”, que tem o mesmo significado que “aquele que chega”. É mais uma prova de que esta noção e esta prática existem.

16. O nosso entrevistado considera que a componente étnica e a componente nacional da sua identidade mantêm entre si relações de complementaridade.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, entende que sim, muitas vezes isso é praticado, embora de forma camuflada e discreta.

18. Quanto ao facto de as discriminações étnicas entre os angolanos serem um fenómeno novo, ou terem origens no quadro colonial, considera que têm origem no quadro colonial, que aproveitou as diferenças para semear a divisão através da “racialização” e “tribalização” da sociedade.

19. Quando indagado sobre se podemos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, disse considerar que não. Todavia, podemos ter, ou temos tido, conflitos localizados: por exemplo, entre o grupo étnico “Ovakahona” nos Gambos (Huíla) e “Oncócuá” (Cunene) e os “Cuvale” do Namibe, os quais têm tido conflitos que envolvem armas e mortes, bem como na região dos Bangala (Malanje) e envolvendo os “Tchokwe”, nas Lundas.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, afirma que se sobrepõem, mas são também um fator

amortecedor das crivagens étnicas, tal como as igrejas cristãs em alguns lugares no nosso País. Quanto mais grupos étnicos estão representados num determinado partido político, mais este aparenta ser nacional. Todavia, se se analisar a distribuição do poder real, verificar-se-á grandes diferenças.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, considera que o seu elevado índice é um fator de reprodução estrutural da pobreza material e não material. Segundo afirma, o analfabetismo tem maior índice em algumas regiões e, por isso, maior incidência em alguns grupos étnicos. O mesmo raciocínio é válido também quanto à estrutura de desigualdade de algumas “raças” relativamente a outras, o que é uma herança colonial. Assim, o maior índice de analfabetos está na população “negra”. Conclui, declarando que isto é inadequado para uma Angola que se deseja moderna.

22. Quando perguntado sobre se o alto índice de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, diz entender que sim, juntamente com a falta de informação e a ignorância. Quanto mais as pessoas forem analfabetas e não informadas, mais facilmente são e serão manipuladas.

23. Quanto às leis do país relativas ao processo da integração étnica, se este problema está devidamente acautelado, considera que a legislação e as políticas públicas em geral estimulam a manutenção do “*status quo*”, isto é, as questões étnicas são um tabu. Nunca ninguém foi processado ou julgado por discriminação étnica, mas todo o mundo fala que esta discriminação existe. Poucas pesquisas são orientadas no sentido de se aumentar os conhecimentos disponíveis neste domínio do saber.

24. Quanto às tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, se pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes, daí resultando um “efeito-dominó” para o resto das províncias multiétnicas, diz considerar que não. Embora até mesmo nas igrejas possam existir animosidades étnicas por parte das elites religiosas, não pensa que isso possa descambar em conflito aberto, porque os níveis de integração multiétnica, as relações sanguíneas, as afinidades políticas e partidárias, as amizades, os casamentos interétnicos e outras alianças são muito fortes. Mas poderiam surgir um aumento ou uma diminuição de tensões ou, eventualmente, conflitos localizados.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, considera que aqueles abordam as questões de etnicidade mais do ponto de vista do folclore (da identidade cultural linguística, indumentária, dança, arte...). Não existe uma pedagogia visando lidar com isso de forma aberta, o que permitiria às pessoas entenderem os fatores relativos a este assunto. Poderia ser algo importante, para as pessoas identificarem bem que as coisas que nos unem são infinitamente superiores às diferenças.

26. No que diz respeito ao papel dos académicos neste processo de integração étnica em Angola, considera que eles, que no dia-a-dia lidam com os estudantes de vários grupos étnicos, devem participar na produção, atualização e divulgação de conhecimento e debate na academia e na sociedade sobre este assunto.

27. Quando indagado sobre quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, declarou sem evasivas que a sua pertença étnica é muito importante.

28. O entrevistado afirmou que na província da Huíla existem políticos e outras elites que promovem divisões étnicas, visando assumir posições destacadas na administração do Estado e noutros lugares de notoriedade.

29. Considera igualmente que os líderes políticos angolanos fomentam isso, de forma velada e não só, também em grupos primários.

30. Este entrevistado considera que, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva étnica, porque as pessoas gostam de se rever neste grupo.

31. Quando indagado sobre se devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, com a consagração oficial dum “sistemas de quotas”, pensa que isso é uma boa ideia, mas não se deve usar o sistema de quotas como único critério de representação. As autonomias locais ou a descentralização, ou ainda as autarquias, poderiam ser uma fase anterior à possível discussão de modelos de autonomia regionais, ou estados dentro de um estado unitário, no futuro. Qualquer opção sobre estes assuntos deveria passar por estudos e pesquisas profundas e aturadas. Deve-se submeter os resultados à

discussão da sociedade, incluindo a hipóteses de se fazer referendos, no caso de as coisas serem complicadas por falta de consensos.

32. Todavia, poderia a existência dum “sistemas de quotas” induzir um favorecimento excessivo dos respetivos grupos de beneficiários? Responde que há os que não se consideram como fazendo parte de um grupo étnico: como ficamos nesse caso? Uma opção como a de quotas iria criar temores por parte de muita gente, por causa do problema das maiorias e das minorias. Há já um grande ressentimento, ou um receio, por causa da omnipresença física, cultural, língua, ocupações e protagonismo das etnias maioritárias.

33. Quanto às identidades coletivas, se o respetivo reconhecimento oficial contribuiria para estabelecer uma relação harmónica entre definição étnica e a definição nacional, ou se, pelo contrário, a identidade nacional seria lesada com isso, declara que se pode construir uma pedagogia para uma abordagem, de forma que esta sirva os dois objetivos: por um lado, a dimensão coletiva étnica ou sociocultural, e por outro lado a dimensão coletiva nacional. Segundo afirma, há movimentações coletivas etno-regionais em torno de organizações formais, informais ou à volta de líderes de referência ou carismáticos: por exemplo, a associação dos “Ovatchipindo” (Chipindo), a associação dos naturais do Cuvango, etc. Se já existem estas evidências empíricas, seriam importante estudar isso e pensar em estratégias para se contornar e potenciar tais factos na perspetiva de unidade e integração, e não rejeitar, controlar ou manipular politicamente estas movimentações.

34. No caso de haver reconhecimento de identidades étnicas, quanto a estas terem uma tradução geográfica, territorial, crê que isso poderia suscitar tendências separatistas. Pensa que isso seria muito mais complicado. Por um lado, por causa das movimentações demográficas e de grupos étnicos pelo país adentro, e dadas as concentrações interétnicas urbanas. Por outro lado, há também o facto de que existiam vários reinos dentro duma nação ou grupo étnico, grupo sociocultural ou ainda grupo étnico linguístico: o reinado de Ngalangue estendia-se entre o Huambo e a Huíla. Quando tentaram recriar os antigos reinos com os atuais sobas, isso deu confusão nas zonas limítrofes.

35. Relativamente a questão de Cabinda, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real

para uma secessão daquela província, diz que Cabinda é Angola e sempre fez parte de Angola, e que os angolanos serão mais fortes caso se mantenham todos juntos.

#### **5.1.6.- Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província da Huíla**

No que concerne aos entrevistados da **Huíla**, estes referem predominantemente que existem clivagens étnicas na sua província, assinalam designadamente a existência de discriminação étnica dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos, apontando as causas económicas, legislativas e políticas como responsáveis por essas mesmas clivagens. Todavia, não consideram existir problemas em trabalhar numa província multiétnica nem se sentem rejeitados por não pertencerem à etnia da localidade onde vivem. Tendem maioritariamente a considerar a diversidade étnica como uma “potencialidade”, mas entendem que a diversidade tem sido um fator impeditivo do processo de construção da Nação angolana e que a governação do país tem sido confrontada com rejeições étnicas, muito embora tenham vindo a existir políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias. Consideram que a angolanidade é o aspeto mais importante na relação com os outros membros da sociedade e dizem perspetivar os outros membros da sociedade como angolanos (embora existam menções da importância paralela da etnicidade e da angolanidade entre os dirigentes políticos desta província), porém referem entender ser olhados pelos restantes membros da sociedade tanto pela angolanidade como pela etnia (“ambos”). Predominantemente referem que o processo de integração étnica não está devidamente acautelado na lei e que podem advir consequências muito danosas deste facto (ainda que os docentes da Huíla tendam a considerar que não existirão problemas), contudo não perspetivam a existência de um verdadeiro risco de Angola vir a ter conflitos étnicos como outros países africanos, nem tampouco poder existir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes (com exceção dos docentes desta província). Consideram que os poderes públicos de Angola não devem proceder a um reconhecimento explicitando juridicamente a existência de diversas etnias, rejeitam claramente a ideia de autonomia e/ou de federação para Cabinda e entendem os alinhamentos partidários como estando sobrepostos às afinidades étnicas. Na opinião da maioria destes entrevistados, a identidade coletiva nacional é mais importante do que a identidade coletiva étnica para a

maior parte da população de Angola. Entretanto, dão eles próprios muita importância à pertença étnica, tanto em termos gerais como enquanto elemento de identidade pessoal e atribuem um carácter de complementaridade às componentes étnica e nacional da sua identidade. Para a maioria destes entrevistados, os elevados índices de analfabetismo são consequência do colonialismo e das más políticas de educação e têm sido aproveitados de modo pernicioso por agentes políticos. Já no que toca às discriminações étnicas entre os angolanos, entendem maioritariamente que estas têm uma origem pré-colonial. Consideram que os meios de comunicação social, públicos e privados, têm contribuído para a promoção do sentimento de identidade e unidade nacional e que os académicos têm a responsabilidade de promover este sentimento, mas que os líderes políticos tendem a fomentar de forma velada as divisões étnicas, existindo políticos e outros agentes sociais influentes a promover o tribalismo e as divisões étnicas por interesse próprio.

## **5.2. - Huambo**

### **5.2.1 - Docentes - Huambo**

Um outro grupo de entrevistados corresponde aos “Docentes do Huambo”, num total de dezasseis (16) entrevistados. Deste grupo recolhem-se as perceções seguidamente enunciadas:

1. Treze (13) dos entrevistados consideram que a diversidade étnica no país constitui uma riqueza e permite a complementaridade de culturas, mas outros três (3), incluindo os dois (2) residentes não naturais do Huambo, opinam que ela tem causado alguns desconfortos no seio das populações, sobretudo no que toca ao tribalismo. Afirmam ainda que antes da independência, em 1975, o problema étnico, em termos de cruzamentos matrimoniais, por exemplo, era um problema muito sério, porquanto algumas familiares não permitiam casamentos de pessoas do sul com os do norte, nem vice-versa. O docente luso-descendente pensa que, pondo de parte alguns casos pontuais, a diversidade étnica em Angola tem correspondido a uma convivência bastante tranquila, havendo uma dissolução duma série de fatores que noutros países africanos constituem problemas, pois que normalmente, pelo facto de as populações serem de etnias diferentes, isso

contém implícitos problemas gravíssimos, mas em Angola, por contraste, vê-se que as etnias acabam por conviver, quiçá em resultado da guerra, que proporcionou a mistura daquelas, sendo que hoje em dia é quase difícil definir áreas absolutamente monoétnicas, havendo indivíduos do sul no norte e indivíduos do norte no sul, indivíduos que não são nem do norte nem do sul, porque são filhos de pais do sul e mães do norte e vice-versa, etc.

2. Quando indagados sobre se a diversidade étnica em Angola tem constituído um fator impeditivo para o processo de construção e consolidação da nação angolana, onze (11) dos entrevistados consideram que não; dois (2) pensam que nalguns casos, sim, constitui um problema; e três (3) acham mesmo que a diversidade étnica no país é um grave problema e tem sido causa de alguns conflitos entre angolanos.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província do Huambo, as opiniões dividem-se, na medida em que doze (12) dos entrevistados, naturais do Huambo e da etnia Umbundo, são perentórios em considerar que nesta província não há discriminações contra ninguém. Dois (2) entrevistados, não naturais do Huambo, são pelo contrário categóricos em considerar que nesta província existem, sim, discriminações não só contra os que vêm de fora, mas também contra Ovimbundos provenientes dos municípios da mesma província; e dois (2) consideram que no passado muito recente houve de facto discriminações, mas na atualidade esse fenómeno vai-se esbatendo.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas no Huambo, as respostas de dois (2) entrevistados que consideram que no Huambo há discriminações diferem, na medida em que um (1) deles pensa que as razões derivam do alto índice de analfabetismo no seio das populações, enquanto o outro é de opinião que a guerra que grassou o país, e o correspondente desrespeito pela vida humana, são as duas razões para as discriminações no Huambo.

5. No que toca a esta pergunta, os dois residentes não naturais do Huambo consideram que as discriminações são essencialmente contra os que chegam de outras províncias, embora existam também discriminações entre pessoas de diferentes municípios da mesma província do Huambo.

6. Relativamente às suas experiências de trabalhar na província do Huambo, com exceção dos dois residentes não naturais do Huambo, que dizem ter tido

amargas experiências, embora a situação tenha melhorado nos últimos tempos, os catorze (14) entrevistados naturais do Huambo consideram que as suas experiências são boas e bastante gratificantes.

7. Quando interrogados sobre se as leis do país acautelam a problemática da unidade étnica, onze (11) foram perentórios em afirmar que o país não tem leis promovendo a unidade nacional, dadas as assimetrias que se registam entre a capital do país, Luanda, e o resto do país. Três (3) dos entrevistados são de opinião que o discurso tem sido de apelar à unidade, ou seja, o discurso é pró-união, e essa é aliás tarefa de quem governa, adiantando que as leis existem, mas na prática não se fazem sentir. Apenas dois (2) dizem que o país tem leis que estimulam a unidade nacional.

8. Relativamente à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, se ter confrontado com rejeições étnicas, ou seja, se é perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas quando os nomeados não são da respetiva origem étnica, catorze (14) entrevistados consideram que sim, essas rejeições existem, citando mesmo casos como os de Malange, Lunda Sul, Cabinda, e Kuando Kubango, portanto isto existe, concluindo que a governação do país se confronta com esse fenómeno. Apenas um (1) entrevistado é de opinião que este fenómeno não se verifica no país e um (1) não responde.

9. Catorze (14) dos entrevistados, Ovimbundos e naturais da província do Huambo, consideram que nunca foram discriminados ou rejeitados, sendo que dois (2), não naturais da província, declaram que sim, já foram discriminados embora não rejeitados.

10. Relativamente à questão de se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou ser mais importante a angolanidade, treze (13) dos entrevistados declaram que para eles o mais importante é a angolanidade, embora quatro (4) considerem que a pertença étnica também deve ser tida em conta. Pelo contrário, três (3) outros, incluindo aqui os dois não naturais do Huambo, são categóricos em afirmar que para eles o mais importante é a sua pertença étnica: pensam-se sobretudo enquanto membros duma etnia.

11. Catorze (14) dos nossos entrevistados consideram os outros membros da sociedade tão-somente como angolanos, sendo apenas dois (2), os não naturais da

província, a dizer que consideram os outros membros da sociedade enquanto pertencendo a determinados grupos étnicos.

12. Onze (11) dos interlocutores pensam que os restantes membros da sociedade os veem sobretudo como angolanos, enquanto dois (2), sendo os não naturais do Huambo, consideram que são vistos nas duas formas, ou seja, como angolanos e enquanto pertencentes a uma etnia. Por último, três (3) são de opinião que são vistos como membros duma etnia, ou seja, Ovimbundos.

13. Todos os docentes entrevistados declaram que, se não se cuidar os problemas étnicos no país, haverá uma hecatombe, porque ir-se-ia mergulhar numa guerra sem precedentes, sendo esse um especto social: do ponto de vista económico, consideram que haveria regiões que se poderiam desenvolver mais do que outras, face aos recursos naturais que detêm, e em detrimento de outras. Isso seria uma guerra que nunca mais terminaria. Consideram ainda que os angolanos nem devem imaginar que isso possa acontecer algum dia. Daí a necessidade de se trabalhar, todos unidos, apoiando os responsáveis do país, no sentido de se incentivar cada vez mais a unidade, sustentam. Todos concluem que é mais sensato lutar-se pela unidade, que não passe pela cabeça de nenhum angolano a possibilidade de divisão por questões étnicas: sempre no respeito pelos usos e costumes de cada uma das regiões, mas devendo vincar acima de tudo o princípio da angolanidade.

14. Quando indagados sobre quanto consideram importantes as suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, com exceção do luso-descendente (que obviamente não pode ser considerado como pertencente a um grupo étnico angolano), todos os restantes quinze (15) entrevistados da província do Huambo consideram as suas pertenças étnicas como muito importantes.

15. Quanto a perceções relativas as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu” (“a terra é nossa”), ou “munanos” (“os do norte” ou “de cima”), etc., com exceção do luso-descendente, que considera serem expressões normais na linguagem popular, todos os demais quinze (15) entrevistados são categóricos em afirmar que se trata de expressões infelizes, pejorativas, e propõem mesmo o estudo da génese das mesmas, por marcarem um distanciamento e um desprezo entre as pessoas. No entanto, um (1) entrevistado

admite ao mesmo tempo que essas expressões são antigas e designam sobretudo povos de outras regiões.

16. Com exceção do luso-descendente, doze (12) dos entrevistados, declaram que as componentes étnicas e nacionais das suas identidades mantêm entre si relações de complementaridade, sendo que outros três (3) optam por “nem uma nem outra”.

17. No que toca à questão dos políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, quinze (15) dos entrevistados são categóricos em afirmar que sim, existe de facto esse tipo de políticos em Angola. Apenas um (1) entende que hoje o discurso do tribalismo vai sendo condenado e é sobretudo um fenómeno do passado. Conclui que, se esses tipos de políticos existem, não o expressam abertamente.

18. No que respeita ao facto de as discriminações étnicas entre os angolanos serem um fenómeno novo, ou terem origens no quadro colonial, treze (13) dos entrevistados consideram que têm uma origem colonial, embora dois destes treze pensem que este fenómeno está bastante acentuado na atualidade. Dois (2) declaram que as discriminações existiam antes do período colonial, porque as etnias já estavam identificadas e cada uma fazia parte de um reino. Apenas um (1), o entrevistado luso-descente, não responde.

19. Quando indagados sobre podermos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes aos que se registam nalguns países africanos, treze (13) consideram que os angolanos ficaram bastante marcadas pelas guerras, não sendo tão fácil o país cair novamente numa situação idêntica, embora o futuro seja escuro e sociologicamente possa surgir algum conflito, sendo por isso necessário, desde muito cedo e de forma constante, gerir inteligentemente a diversidade do país.

Dois (2) são de opinião que no passado se podia divisar tal possibilidade, não sendo isso hoje possível, dados os casamentos interétnicos que se têm verificado no país. Apenas um (1), de origem Bacongo, considera que sim, que dadas as discriminações acentuadas entre os angolanos é possível surgir no país um conflito nas proporções dos registados nalguns outros países africanos.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, as opiniões estão claramente divididas, porquanto dez (10) dos entrevistados consideram que num passado recente os alinhamentos

partidários estavam muito mais sobrepostos às afinidades étnicas do que hoje acontece. Três (3) são de opinião que sim, os alinhamentos partidários estão sobrepostos às afinidades étnicas, na medida em que os líderes sempre pertencem aos grupos étnicos e, assim sendo, há recorrentes tendências de mobilizar em primeira mão a etnia a que os líderes pertencem, e de resto as populações sempre procuram apoiar o “seu”, embora isso não seja a generalidade dos factos. Dois (2) pensam ser muito relativo e um (1) não responde.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, onze (11) entrevistados declaram que o analfabetismo é um desastre nacional, dado que as consequências são múltiplas e porque, com um elevado grau de analfabetismo no seio das populações, não é possível um discurso de nação e evitar a manipulação as pessoas. Daí que seja necessário um esforço crescente para se ir diminuindo esse mal, sobretudo na preparação de base dos professores. Cinco (5) consideram que tem havido um esforço do Estado e da sociedade civil, tendente a diminuir de forma paulatina esse mal.

22. Quanto ao elevado índice de analfabetismo no seio das populações angolanas, se tem ou não sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, dez (10) dos entrevistados consideram que sim, o alto índice de analfabetismo tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, porque é muito mais fácil convencer ou enganar um analfabeto do que os letrados. Quatro (4) dizem não possuir dados para se pronunciarem sobre o assunto, todavia são de opinião que as populações não são estúpidas e não se pode manipular facilmente as pessoas porque elas analisam e pensam. Um (1) diz que não e um (1) não responde.

23. Quanto ao facto de as leis do país acautelarem o processo de integração étnica, treze (13) dos interlocutores pensam que elas não acautelam este problema, sendo que três (3) consideram que a unificação tem níveis, tendo em conta que há aspetos que não são unificáveis e outros sim. Opinam que, embora o discurso hoje apele à unidade e à Constituição da República, reconhecendo a diversidade e o valor de cada povo e cultura, a prática diária deixa muito a desejar, porque demonstra claramente o contrário.

24. Quando lhes foi perguntado se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes e daí resultar um “efeito dominó” para o resto das províncias

multiétnicas, doze (12) consideram que em Angola nunca haverá conflitos étnicos à dimensão daquilo que se passa no norte de África, porque as realidades são completamente diferentes. Ou seja, dizem que fazer eclodir uma guerra étnica em Angola na dimensão do Magrebe árabe não é possível, porque não temos problemas graves em Angola que sejam razão para os angolanos se massacrarem de novo entre si. Quatro (4) consideram que pode surgir, sim, um conflito, embora não na dimensão da Primavera Árabe. Concluem, vaticinando que no caso da Huíla, por causa do roubo de gado entre grupos étnicos, talvez seja possível eclodirem conflitos, mas apenas a esse nível.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, onze (11) dizem que a imprensa e os meios de comunicação social em geral são muito importantes e devem continuar a dinamizar a unidade nacional, porque têm o monopólio da informação e formação, conseguindo chegar aos lugares mais recônditos do país. A mensagem a passar deve ser a de unidade dos povos de Angola. Todavia, cinco (5) pensam que o papel dos meios de comunicação social na unificação dos diferentes povos é muito pouco visível, na medida em que os mesmos estão bastante partidários.

26. No que diz respeito ao papel dos académicos neste processo de integração étnica em Angola, os dezasseis (16) entrevistados consideram que aqueles, por sua natureza, no dia-a-dia lidam com os estudantes, e toda a doutrinação deve ser a de semear a unidade nacional. Por isso lhes está reservado um papel desafiador, em virtude de lidarem diariamente com alunos ou estudantes de vários grupos étnicos. Portanto, devem usar permanentemente uma linguagem unificadora e nunca incentivar a discriminação. Afirmam que devem despertar ou inculcar nos seus estudantes os valores da nação. Concluem, apelando a que os académicos tenham como exemplo de unidade as forças armadas angolanas, que não olham para as origens étnicas.

27. Quando indagados sobre quão importante é a respetiva pertença étnica para a sua identidade pessoal: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, com exceção do luso-descendente as respostas são contundentes, porquanto catorze (14) dizem sem evasivas que as suas pertenças étnicas são muito importantes e apenas um (1) declara que ela é pouco importante.

28. Doze (12) dos entrevistados consideram que não existem na província do Huambo políticos e outras elites que promovem divisões étnicas para assumirem posições destacadas, enquanto quatro (4) dizem que sim, existem tais políticos e tais elites étnicas.

29. Dez (10) dos entrevistados consideram que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirarem o maior proveito e poderem manter-se no poder, enquanto seis (6), dizem não terem argumentos credíveis para considerarem que os dirigentes políticos angolanos fomentam tais discriminações.

30. Catorze (14) dos entrevistados pensam que para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana), sendo que apenas dois (2) consideram que para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva étnica.

31. Quanto a deverem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, com a consagração oficial de “sistemas de quotas”, treze (13) opinam que o referido sistema seria ele mesmo uma forma de discriminação e que o acesso a cargos, ou a qualquer categoria profissional, deve ocorrer com base nas competências de cada um. Três (3) defendem que sim, deveria haver um sistema de quotas.

32. No caso da existência de “sistemas de quotas”, os mesmos três (3) pensam que isso não deveria induzir favorecimento excessivo dos respetivos grupos de beneficiários porque, segundo afirmam, o mais importante é a representatividade.

33. Quanto às identidades coletivas, se o respetivo reconhecimento oficial contribuiria para estabelecer uma relação harmónica entre identidade étnica e identidade nacional, ou se, pelo contrário, a identidade nacional seria lesada com isso, os três (3) consideram que a identidade nacional não fica lesada, porque a identidade nacional é constituída pela identidade étnica.

34. Quanto ao caso de haver reconhecimento de identidades étnicas com tradução territorial, e isso poder ou não suscitar tendências separatistas, os mesmos dizem que a mobilidade das pessoas é espontânea e não se compadece com limitações de qualquer tipo.

35. Relativamente à questão de Cabinda, se a autonomia ou a federação seriam solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, as opiniões dividem-se. Assim, treze (13) consideram que a questão de Cabinda constitui problema e foco de interesse apenas para certas pessoas ou grupos. Dizem que, caso se pense na independência ou autonomia de Cabinda, outras regiões vão requerer o mesmo. Concluem que Cabinda é tão Angola como as outras províncias: é a 18ª província de Angola. Um (1) entrevistado considera que se deve analisar porque é que, em determinadas circunstâncias, as pessoas são reativas e o que as motiva a reclamar. Esse entrevistado conclui que é preciso estudar a história do enclave de Cabinda, porque se desconhece as fontes daquela história e, enquanto isso não fica esclarecido, todo o discurso é nulo, sustenta. Um (1) considera que Cabinda na verdade não é Angola, devendo-se admitir a possibilidade de que a mesma se torne independente. Um último entrevistado preferiu não se pronunciar sobre Cabinda, embora reconheça que existe ali um problema real.

### **5.2.2 - Dirigentes Políticos - Huambo**

A um outro grupo, correspondente a altos funcionários da administração provincial e que designei como “Dirigentes Políticos do Huambo”, pertence um total de apenas dois (2) entrevistados, aliás naturais desta província. Deste grupo podem retirar-se as seguintes perceções:

1. Relativamente à problemática da diversidade étnica no país, ambos consideram que a diversidade étnica em Angola tem produzido uma convivência bastante tranquila e constitui uma riqueza do país.

2. Quanto a ter constituído um fator impeditivo para o processo de construção e consolidação da nação angolana, os dois (2) consideram que não.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província do Huambo, ambos pensam que no Huambo não há discriminações contra ninguém, dado ser basicamente uma província monoétnica.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas no Huambo, dizem não existirem.

5. Declaram não haver discriminações contra ninguém.

6. Relativamente às suas experiências de trabalhar na província do Huambo, consideram que são boas e bastante gratificantes.

7. Quando lhes foi perguntado se as leis do país acautelam a problemática da unidade étnica, curiosamente ambos respondem que o país pode ter leis que estimulam a unidade nacional, mas o dia-a-dia revela o contrário. Apontam as assimetrias regionais, que se registam entre Luanda e o resto do país, como um dos fenómenos que inibem a unidade nacional.

8. Relativamente à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, se ter confrontado com rejeições étnicas, sendo perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos de não serem da respetiva origem étnica, ambos os entrevistados consideram que sim, essas rejeições existem; e apontam as províncias do norte, como Malange, Uíge, Cabinda, e as do leste, como Lunda Sul e Kuando Kubango, como aquelas onde se observa esse fenómeno.

9. Os dois (2) afirmam que nunca foram discriminados ou rejeitados, dado terem sempre trabalhado no Huambo.

10. Relativamente à questão de nos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou para eles ser mais importante a angolidade, ambos consideram que o mais importante é a angolidade.

11. À semelhança da pergunta anterior, os dois (2) entrevistados, quanto aos outros membros da sociedade, dizem considerá-los tão-somente como angolanos.

12. Os dois (2) dizem esperar que os restantes membros da sociedade os vejam tanto enquanto angolanos, como na qualidade de membros duma etnia, ou seja, Ovimbundos.

13. Pensam que, se não se cuidar os problemas étnicos no país, haverá guerras, pelo que todos têm de fazer um esforço de adequar o discurso à prática e evitar a dupla moral, ou seja, falarem de unidade e igualdade entre os povos de Angola e na prática beneficiarem apenas alguns.

14. Quando lhes foi perguntado em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, curiosamente os dois (2) funcionários também consideram as suas pertenças étnicas como sendo muito importantes.

15. Quanto às suas perceções relativamente as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchieta” (“a terra é nossa”), ou “munanos” (“os do norte” ou “de cima”), que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, dizem serem más e frequentemente pejorativas.

16. Os dois (2) entrevistados pensam que as componentes étnicas e nacionais das suas identidades mantêm entre si relações de complementaridade.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, um (1) dos entrevistados é categórico em afirmar que isto sempre existe em qualquer parte, enquanto o outro entende que não.

18. Quanto ao facto de as discriminações étnicas entre os angolanos serem um fenómeno novo, ou terem origens no quadro colonial, ambos consideram que as discriminações têm origem no quadro colonial.

19. Quando indagados sobre se podemos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, ambos declararam que os angolanos já sofreram bastante num passado recente e ninguém quer trilhar os mesmos caminhos.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, ambos pensam que no passado os alinhamentos partidários estavam muito mais sobrepostos às afinidades étnicas, mas que nos dias de hoje isso verifica-se muito pouco, apontando o caso das Lundas, com o PRS, como o caso mais visível.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, ambos consideram que o analfabetismo é um mal e consequência do colonialismo.

22. Quando ao facto de o alto índice de analfabetismo no seio das populações em Angola ser aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, os dois (2) pensam que isso não se verifica.

23. Quanto às leis do país relativas ao processo da integração étnica, se consideram que este problema está devidamente acautelado, ambos são perentórios em responder que não, porque o discurso é contrário à prática.

24. Quando indagados se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes, daí resultando um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, estes interlocutores consideram que não é possível um conflito étnico em Angola,

porque nalgumas províncias as discriminações são apenas de algum grupo de elites locais que querem atingir algum lugar na estrutura da província, mas que ninguém se imagina ou tem coragem de mobilizar as massas populares para essas aventuras, porque fracassam.

25, Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, consideram-no muito importante e consideram que têm desempenhado bem esse papel.

26. No que diz respeito aos académicos, neste processo de integração étnica em Angola, respondem que aqueles por sua natureza lidam com os estudantes de vários grupos étnicos e, portanto, devem usar permanentemente uma linguagem unificadora e nunca incentivar a discriminação. Também consideram que devem despertar ou incutir nos seus estudantes os valores da nação. De igual forma, apelam a que os académicos tenham como exemplo de unidade as forças armadas angolanas, que não olham para as origens étnicas.

27. Quando indagados sobre quão importante são as suas pertenças étnicas para as suas identidades pessoais: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, ambos dizem sem evasivas que as pertenças étnicas são muito importantes para as suas identidades pessoais.

28. Os dois (2) entrevistados consideram que não existem na província do Huambo políticos e/ou outras elites promovendo divisões étnicas com vista a assumir posições destacadas na administração do Estado e noutros lugares de notoriedade.

29. Os entrevistados não pensam que os líderes políticos angolanos fomentem de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirarem o maior proveito e a poderem manter-se no poder.

30. Ambos consideram que, para a maior parte da população de Angola, é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana).

31. Quando indagados se devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, com a consagração oficial de um “sistema de quotas”, ou se pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, os dois (2) declaram que o sistema de quotas seria ele

mesmo uma forma de discriminação e que o acesso a cargos ou a qualquer categoria profissional deve ter como base as competências de cada um.

32. Não foi feita a pergunta.

33. Idem.

34. Idem.

35. Relativamente à questão de Cabinda, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, as opiniões coincidem: dizem ambos que a independência ou autonomia de Cabinda suscitaria tendências separatistas e a atomização do país. Concluem que Cabinda é parte de Angola e deve continuar tal como está.

### **5.2.3 - Homens de Negócios - Huambo**

A um último grupo desta província, também de apenas dois (2) elementos, denominei como “Homens de Negócios”, sendo um (1) natural da província do Huambo e um (1) da província do Bié. Com respeito a essa categoria de entrevistados, podem genericamente registar-se as seguintes perceções:

1. Relativamente à problemática da diversidade étnica no país, ambos consideram que, apesar de algumas adversidades, essa diversidade tem correspondido a uma convivência bastante pacífica e constitui uma riqueza do país.

2. Quando indagados sobre se a diversidade étnica em Angola tem constituído um fator impeditivo para o processo de construção e consolidação da nação angolana, os dois (2) declaram que por um lado sim, porque verifica-se que há determinadas etnias cuja cultura produz um “*modus vivendi*” que dificulta a evolução sob um ponto de vista socioeconómico ou de formação, dando como por exemplo a província do Cunene, onde a cultura prevalecente está associada à pastorícia, o que leva os envolvidos nesta atividade a não se formar, embora não se possa garantir que não se venham a formar um dia. Todavia, o facto é que, segundo várias informações e de acordo com aquilo que se constata, estão mais dedicados à pastorícia por questões culturais e não fazem formação nenhuma. Segundo os entrevistados, isto tem alguma implicação ao nível do desenvolvimento e/ou do

crescimento porque, quando uma região ao nível do conhecimento não se eleva, essa região não se vai desenvolver. Ora, se pensarmos numa conjuntura geral do país, onde se pretende que se tenha o mesmo nível em todo o território, nesse caso não se estará de acordo com visado: haverá pontos altos e outros menos altos, sendo que nesta ótica essa diversidade evidentemente “atrapalha” um pouco, podendo ter uma influência negativa. Consideram ainda os entrevistados que, no âmbito da comunicação entre cidadãos, existem dificuldades por causa dessa diversidade porquanto, quando se fala na questão de formação ou da colocação de alguma língua nacional no nível formativo, todos se perguntam qual delas. E concluem, assim, que existem muitos pontos fracos por causa da diversidade étnica em Angola.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província do Huambo, ambos pensam que no Huambo não há discriminações contra ninguém, dado ser basicamente uma província monoétnica. No entanto, consideram que ao nível do país de forma geral já se viveram momentos em que eram visíveis essas discriminações: com maior frequência, algumas pessoas eram chamadas “sulanos”, outros ainda os “bailundos” e os do sul, às vezes diziam que “esses bakongos não mudam de atitudes”, ou que “são atrasados”, e naturalmente trata-se de questões que às vezes acabam por ser serem ofensivas; e essas ofensas podem provavelmente provocar algumas distorções ou alguma retração, ou induzir reações defensivas das pessoas.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas no Huambo, dizem não existirem, mas ao nível do país pensam que às vezes fizeram-se algumas leituras (e mesmo até hoje se fazem), dando origem a algumas discriminações, o que não se esconde, pois viveram-se momentos no país em que se dizia que todas as populações do sul de Angola eram da UNITA, as pessoas do norte que falassem o Kikongo eram apelidados de “fenelosos” os da (FNLA), alguns ainda mais ao norte sobretudo, os de Cabinda, eram apelidados de “Flecs”, etc. Enfim, as questões partidárias foram fundamentais no aparecimento do fenómeno das discriminações, concluem.

5. Quer o empresário do Huambo quer o do Bié dizem terem sido discriminados, embora não no sentido étnico, porque a maioria é composta por Ovimbundos, mas no sentido de que, quando há uma alteração de governação, as

peças que chegam procuram sempre escolher com quem trabalhar e às vezes, quando há essas escolhas, decorre sempre que é importante, por vezes, maltratar ou discriminar. Acontecem discriminações desnecessárias, que acabam por não ser necessariamente uma discriminação étnica, mas trata-se em todo o caso de discriminação, porque as pessoas, por uma questão de interesse pessoal, preferem outras que lhes convêm; e a verdade é que, ao apresentarem alguma justificação à sociedade sobre porquê “tirar ao A ou ao B”, mesmo por vezes no caso de se estar a trabalhar bem, “pintam” as pessoas de forma a poderem justificar as alterações que pretendem levar a cabo.

6. Relativamente às suas experiências de trabalhar na província do Huambo, consideram que são boas e bastante gratificantes.

7. Quando indagados sobre se as leis do país acautelam a problemática da unidade étnica, argumentam dizendo que sim, existem as políticas, porque o partido maioritário tem estado a adotar políticas interessantes nesse sentido, como é o caso de, por exemplo, determinadas pessoas que são do norte irem governar no sul, uma pessoa do Bié ser nomeada governador da Huíla por exemplo. Isto tem estado a acontecer, embora tenha provocado algumas clivagens, não muito na parte centro-sul, porque aí as pessoas são um pouco mais cultas, mas na parte norte: às vezes tem havido muitos problemas com as pessoas que são indicadas ou nomeadas para cargos diretivos. Citam as expressões que regra geral são usadas, como “mukuakuizas” para designar os que não são da região ou da área. No entanto, consideram que ao nível do partido governante tem havido um grande esforço na transmissão de determinados valores, de que todo o angolano, independentemente da sua etnia e região, possa ir dirigir onde for indicado, em função das suas competências. Mas, por outro lado, dizem que as questões militares acabaram por mostrar isso mesmo, porque hoje, por exemplo, pessoas do Cunene, por causa da sua versatilidade e seriedade, têm exercido funções noutras regiões do país, muito em especial nas forças armadas, com destaque para as forças da guarda presidencial. A nível dos serviços policiais também se verifica muito isso mesmo. Se isto for suficiente, pode-se dizer que há algumas políticas no sentido mencionado.

8. Os dois (2) interlocutores consideram que sim, a governação do país, em determinadas circunstâncias, tem-se confrontado com rejeições étnicas, ou seja, é

perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos em que os nomeados não pertencem à respetiva origem étnica. Quanto a isso, apontam as províncias do norte, como Malange, Uíge, Cabinda, e as do leste, tais como Lunda Sul e Kuando Kubango, como aquelas onde se observa esse fenómeno.

9. Ambos os entrevistados declaram que, apesar de serem Ovimbundos, já foram discriminados e não rejeitados, embora não do ponto de vista étnico, mas sim do ponto de vista de preferência das pessoas.

10. Relativamente à questão de, nos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade, se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou para eles ser mais importante a angolanidade, os dois (2) consideram que o mais importante é a angolanidade.

11. À semelhança da pergunta anterior, ambos os entrevistados consideram os outros membros da sociedade tão-somente como angolanos.

12. Ambos declaram pretender que os restantes membros da sociedade os vejam como angolanos.

13. Respondem que, se não se cuidar dos problemas étnicos no país, pode ser muito grave do ponto de vista de divisão até mesmo das pessoas, porque segundo eles hoje em dia umas pessoas da etnia Umbundo estão casadas com Quimbundos, outros ainda com Quicongos, e vice-versa. Embora se tenha que conferir do ponto de vista de mensuração, e perguntar quantos Umbundos estão casados com Quimbundos, hoje até podemos, de forma imaginária, pensar que é pouco, mas mesmo que seja pouco vai ser uma divisão. E já se imaginou aquela questão de, por exemplo, surgir um conflito étnico e dizer-se “os Quimbundos que fiquem no norte”, e “cada um na sua região”, etc.? As consequências seriam gravíssimas. Sustentam que o país já viveu situações amargas desta natureza durante ocupações de áreas onde estava a UNITA, que consideravam que todas as pessoas do norte eram do MPLA, portanto o suficiente para serem dizimadas. Mesmo no Huambo, segundo os entrevistados, durante o conflito, as pessoas que não soubessem falar Umbundo eram várias vezes interrogadas, enquanto por contraste pessoas que falassem Umbundo eram tidas à partida como pertencentes à UNITA. Concluem que um conflito étnico em Angola seria catastrófico, muito catastrófico, e

que uma das causas pelas quais se deve lutar é, realmente, estas questões não acontecerem nunca.

14. Quando indagados em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, curiosamente ambos os funcionários declaram considerar as suas pertenças étnicas muito importantes.

15. Relativamente às suas perceções quanto as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, “munanos”, etc., que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, dizem serem más e frequentemente pejorativas.

16. Os dois (2) entrevistados, consideram que as componentes étnicas e nacionais das suas identidades mantêm entre si relações de complementaridade.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, ambos os entrevistados são categóricos em afirmar que o problema dos aproveitamentos políticos existe em qualquer parte.

18. No que diz respeito à antiguidade das discriminações étnicas entre os angolanos, se são um fenómeno novo ou se tem origens no quadro colonial, ambos consideram que as discriminações têm origem no quadro colonial.

19. Quando indagados sobre se podemos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes aos que se registam noutros países africanos, os dois (2) consideram que os angolanos já sofreram bastante num passado recente e ninguém quer trilhar os mesmos caminhos.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, ambos consideram que no passado os alinhamentos partidários estavam muito mais sobrepostos às afinidades étnicas, mas que nos dias de hoje isso se verifica muito pouco, apontando o caso das Lundas, com o PRS, como o caso mais visível.

21. Sobre os índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, ambos os entrevistados consideram que a taxa de analfabetismo ainda é elevada. Reconhecem que houve alguns programas do governo no sentido de minimizar e até talvez resolver esse problema. Dizem que atualmente existem alguns programas que visam a mitigação dos índices de analfabetismo. Nota-se que há um grande interesse das pessoas, que pretendem saber ler e escrever, mas na verdade até agora trata-se dum problema muito grave, acentuado mesmo. E,

provavelmente por ser acentuado, está a constituir um grave problema para o próprio desenvolvimento do país.

22. Quando indagados sobre se o alto índice de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado por políticos para fins perniciosos, ambos os entrevistados consideram que todo o político faz isso. A maior parte dos políticos pensam que quanto menos visão as pessoas tiverem, melhor. Por altura da altura das eleições, fazem promessas e depois até às vezes aparecem, a dar coisas sem relevância, para a captação de um voto. E as pessoas, por desconhecimento e ignorância, pensam que isto é bom. Todos os políticos provavelmente têm estado a fazer isso, porque todos os partidos que existem no país, sobretudo os mais fortes, têm uma maioria de apoiantes que são analfabetos; e tomaram como exemplo o próprio MPLA, que tem muita gente analfabeta, assim como a UNITA, FNLA, etc. Dizem mesmo que, quando alguns políticos vão a essas regiões, por causa desse analfabetismo muitas vezes até se expressam na língua local, de forma a passar as suas mensagens.

23. Quanto a leis do país relativas ao processo da integração étnica e se este problema está ou não devidamente acautelado, ambos consideram que as políticas existem, todavia o discurso é contrário à prática.

24. Quando perguntado se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes e daí resultar um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, estes entrevistados consideram que, pelas experiências amargas que os angolanos tiveram, talvez as pessoas não arriscassem, embora haja esta tendência. Diga-se que existe esta tendência de algumas pessoas tentarem fazer surgir um aproveitamento desta natureza, no sentido de poder criar um problema como houve por exemplo no norte de África, porque muitas pessoas, mesmo aquelas ligadas ao MPLA, sobretudo os intelectuais, gostariam de ver um país mudado sob o ponto de vista de governação. Isso não tem estado naturalmente a ocorrer e hoje dá a impressão de que as pessoas querem ver esta alternância a todo custo; e consideram que provavelmente a via mais fácil podia ser esta de, diante dessas questões, fazer surgir um problema étnico, porque alguém sofreu uma discriminação numa determinada altura do processo, e então tentar-se ir para as questões de morte. Todavia, a experiência amarga que se viveu não parece sugerir

que isto aconteça. Consideram que é verdade que todos querem alternância, mas, assumindo que esta alternância poderia trazer guerra, de certeza ninguém vai arriscar.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, consideram ser um papel muito importante e pensam que têm desempenhado bem esse papel.

26. No que diz respeito aos académicos neste processo de integração étnica em Angola, pensam que aqueles que no dia-a-dia lidam com os estudantes de vários grupos étnicos devem ser os porta-vozes da unidade nacional e fiéis guardiães dessa unidade.

27. Quando indagados acerca da importância das suas pertenças étnicas para as suas identidades pessoais: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, ambos declaram sem evasivas que as suas pertenças étnicas são muito importantes.

28. Os dois (2) entrevistados consideram que, tal como noutros lugares, também na província do Huambo existem políticos e outras elites que promovem divisões étnicas de forma a poderem assumir posições destacadas.

29. Os entrevistados não pensam que os líderes políticos angolanos fomentem de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e manter-se no poder. O verdadeiro problema resulta do facto de que as pessoas desejam continuar no poder, de forma a para poderem garantir um certo estilo de vida. Infelizmente é isso, dado que o próprio país ainda não tem políticas tendentes a garantir que os titulares de cargos, quando saídos desses cargos, possam manter o mesmo nível, ou próximo daquilo que tiveram quando ocuparam os cargos.

30. Um (1) dos entrevistados considera que para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana), enquanto o outro pensa para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva étnica, porque as pessoas gostam de se rever no grupo étnico.

31. Quanto a deverem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, com a consagração oficial dum “sistema de quotas”, ou se pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, ambos respondem que o sistema de quotas seria ele

mesmo uma forma de discriminação e que devem ser as competências de cada um a contar para qualquer ascensão a cargos ou categorias.

32. Não foi feita a pergunta, por se relacionar com a pergunta 31.

33. Idem.

34. Idem.

35. Relativamente à questão de Cabinda, quanto a possíveis autonomia e/ou federação, as opiniões coincidem, declarando que Angola e os angolanos serão mais fortes caso se mantenham todos juntos, pelo facto de que hoje há pessoas de Cabinda casadas com pessoas do sul. Do norte a sul, as pessoas do país inteiro convivem, não sendo possível pensar-se em independência ou autonomia de Cabinda, para além de que isto suscitaria tendências separatistas e a atomização do país.

#### **5.2.4- Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província do Huambo**

Para a maior parte dos entrevistados da província do **Huambo** não existem clivagens étnicas na sua província nem quaisquer problemas em trabalhar numa província multiétnica, nem tampouco se sentem rejeitados por não pertencer à etnia da localidade onde vivem. Tendem a considerar a diversidade étnica como uma “potencialidade” e que esta não tem sido um fator impeditivo do processo de construção da Nação angolana. Para a maioria destes entrevistados, a governação do país tem sido confrontada com rejeições étnicas e podem advir consequências muito danosas no caso de não serem acautelados os problemas étnicos, ainda que não exista um verdadeiro risco de Angola poder vir a ter conflitos étnicos como outros países africanos, nem considerem poder existir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes, mas entendem que não têm existido políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias. Consideram mais importante a angolanidade na relação com os outros membros da sociedade, dizem olhar os outros membros da sociedade essencialmente como angolanos e pensam ser vistos pelos restantes membros da sociedade igualmente como angolanos. Entendem que a pertença étnica é um aspeto muito importante, inclusive para a identidade pessoal, e que as componentes étnica e nacional da sua identidade são complementares. Para a maioria destes entrevistados, as discriminações étnicas entre os angolanos e os elevados índices de analfabetismo são consequência do

colonialismo, tendo estes últimos vindo a ser aproveitados de modo pernicioso pelos políticos. Consideram predominantemente que existem políticos e outros agentes sociais dotados de influência promovendo o tribalismo, que os líderes políticos tendem a fomentar de forma velada as divisões étnicas, mas que não existem políticos e outras elites regionais promovendo divisões étnicas por interesse próprio. Na opinião maioritária deste grupo de entrevistados, o processo de integração étnica não está devidamente acautelado na lei, mas os poderes públicos de Angola não devem proceder a um reconhecimento explicitando juridicamente a existência de diversas etnias, rejeitando igualmente a ideia de autonomia e/ou de federação para Cabinda. Consideram que, para a maior parte da população de Angola, a identidade coletiva nacional é mais importante do que a identidade coletiva étnica e que os alinhamentos partidários não têm estado sobrepostos às afinidades étnicas. Referem predominantemente que os meios de comunicação social, públicos e privados, têm contribuído para a promoção do sentimento de identidade e unidade nacional, ainda que uma parte significativa dos entrevistados considere que têm tido um papel pouco visível, e que os académicos têm a responsabilidade de promover esse sentimento.

### **5.3. - Luanda**

#### **5.3.1 - Docentes - Luanda**

Relativamente a um outro grupo de entrevistados, que designei como “Docentes de Luanda”, num total de quatro (4), podem recolher-se as perceções de seguida enunciadas.

1. Quanto à problemática da diversidade étnica no país, três (3) entrevistados consideram que, apesar de algumas adversidades, essa diversidade étnica em Angola tem sido a duma convivência bastante pacífica, constituindo uma riqueza do país. Todavia, há um (1) que considera tratar-se duma diversidade conflituosa, porque algumas etnias tentam subjugar outras.

2. Quanto ao facto de a diversidade étnica em Angola ter constituído um fator impeditivo do processo de construção e consolidação da nação angolana, as opiniões estão repartidas na medida em que dois (2) respondem que não e dois (2) consideram que em certa medida sim.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província de Luanda, todos os docentes afirmam que há discriminações em todas as partes e Luanda não foge à regra. No caso dos docentes da etnia Ovimbundo, esgrimem ainda os seguintes argumentos: que as clivagens étnicas não são de agora, remontam ao tempo colonial, que opunha os povos do norte aos povos do centro, os do centro aos do sul e vice-versa, num esquema de “bola de neve”. Essas clivagens tornaram-se tanto mais fortes quanto mais evidentes e manifestas, aquando do início da luta armada a 4 de Fevereiro de 1961, com a União dos Povos do Norte de Angola, sob a sigla UPNA, agora FNLA. Tais clivagens passaram de simples discriminação social a ódio visceral entre o “norte” propriamente dito e a faixa de Luanda contra o sul, a que vieram desdenhosa e pejorativamente a chamar “Bailundo”. Explique-se porquê: o Bailundo como território constituía um reino, o chamado reino do Bailundo que, aquando da luta colonial empreendida em Angola, a partir de Paulo Dias de Novais, foi o último bastião a cair perante as hostes coloniais em 1890, data em que se fundou a missão Evangélica do Chilume, seguida da missão católica do Bailundo, em 1895.

Pois bem, em vez de ser aplaudido pela sua ousadia e bravura, passou infelizmente a ser perseguido pelos povos do norte, assimilados ou não, junto de quem o branco colono inculcou a ideia de que um povo insubmisso seria, por isso, atrasado e desprezível. Paradoxalmente, e dada a sua densidade populacional, era ali que o colono branco ia colher a sua mão-de-obra barata, tanto para as fazendas de café no Uíge e outras paragens no Golungo Alto no Kwanza-Norte, como nos palmares do Kwanza-Sul, sobretudo, e ainda com alguns resquícios para as fazendas residuais da Huíla.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas em Luanda, um (1) entrevistado diz que seja de supor, teleologicamente, a subsunção de ideias ridiculamente regionalistas do federalismo angolano “cada um deve mandar na sua terra, quer dizer lá onde nasceu, ou onde nasceram os seus antecessores ancestrais”. Um (1) considera que as discriminações em Luanda e no resto país existem, por causa da má distribuição da riqueza, adicionada ao enriquecimento ilícito dos portadores dos poderes público, enquanto dois (2) não respondem.

5. Dois (2) entrevistados declaram que as discriminações em Luanda hostilizam os que provêm das províncias, enquanto dois (2) não respondem.

6. Quando indagados acerca das suas experiências de trabalharem em Luanda, três (3) dizem não ter boas recordações, sendo apenas um (1) a responder que nunca teve problemas de maior.

7. Quanto à questão de as leis do país acautelarem a problemática da unidade étnica, três (3) argumentam dizendo que sim, existem as políticas tendentes à unificação das etnias, mas também é verdade que não passa duma miragem, enquanto não se mudarem as mentalidades. Mudanças do ponto de vista cultural são muito lentas, pois que tudo isso, de pais a filhos e de avós a netos, leva muito tempo. Isto porque os mesmos que se dizem apostados na formação de uma nação são os mesmos que, na esquina seguinte, apontam as baterias para a clivagem contra aqueles que consideram não merecer o seu “mundo”, o mundo deles. Há também um (1) entrevistado que não responde.

8. No que toca à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, se ter confrontado com rejeições étnicas, ou seja, se é perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas quando os nomeados não são da respetiva origem étnica, três (3) dizem claramente que sim e apontam que o exemplo vivo desta questão, conquanto não tão paradigmático, é o caso do Bispo de Cabinda, veementemente rejeitado por ter nascido em Luanda. O que se passa na Igreja passa-se também noutras dimensões, o que não exclui clivagens étnicas. Costuma dizer-se, a níveis politicamente administrativos, que os “munanos” da Huíla deviam regressar às suas terras ou às origens do Bailundo, como se cultural e academicamente os tais não “munanos”, estivessem em dia ou estivessem em condições para assumir uma estrutura político-administrativa moderna tal como é o aparelho do Estado, que então seria assumido por um analfabeto (e isso sem desprimor da sua condição, de que aliás não tem culpa). Um (1) dos entrevistados não responde.

9. Um (1) entrevistado diz já ter sido discriminado, embora não rejeitado, enquanto três (3) afirmam nunca terem sido discriminados.

10. Relativamente à questão de nos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou ser

mais importante a angolanidade, os quatro (4) respondem que o mais importante é a angolanidade. Todavia, não deixam de considerar as suas etnias importantes.

11. Todos os quatro (4) entrevistados declaram que, quanto aos outros membros da sociedade, os consideram tão-somente como angolanos.

12. Também dizem ser possível serem vistos nas duas dimensões, simultaneamente como angolanos e enquanto pertencentes a etnias.

13. Todos consideram que, se não se acautelarem os problemas étnicos no país, a maior certeza é que, sob o ponto de vista político, económico e social, a tendência é o resvalo para uma regionalização, partindo-se daí para as autonomias; e então das independências estar-se-á a um passo, fazendo jus às teses do federalismo. A esta fragmentação, aliás, deve-se procurar evitar a todos os títulos, com a cultura e a transformação da mentalidade dos povos.

14. Quando perguntados acerca da importância das suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, as opiniões dos quatro (4) distanciam-na medida em que dois (2) consideram aquela importante, um (1) diz ser pouco importante e outro ainda (1), considera-a sem importância.

15. Relativamente às suas perceções quanto a dizeres como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, pensam que tais expressões são depreciativas, discriminatórias e evadas de tanta clivagem, que só com a elevação da cultura e transformação das mentalidades poderão ser ultrapassadas, com vista a que se tenha um país ou uma nação deveras civilizada.

16. Quando indagados se as componentes étnica e nacional das suas identidades mantêm entre si relações de rivalidade, complementaridade, ou nem uma nem outra, um (1) entrevistado escolhe complementaridade, outro (1) diz rivalidade, outro ainda (1) considera que nem uma nem outra, e um (1) não responde.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, os quatro (4) docentes consideram que sim, isso verifica-se principalmente nas administrações locais, constituindo isso um importante erro de gestão.

18. Quanto ao facto de as discriminações étnicas entre os angolanos serem um fenómeno novo ou terem origens no quadro do processo colonial, três (3) dos

entrevistados consideram que as discriminações têm origem colonial, enquanto um (1) opina que o fenómeno é pré-colonial.

19. Quando indagados sobre podermos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes aos que se registam nalguns países africanos, dois (2) dos docentes declaram que “Não! Isso não!” Dizem que podíamos tê-los mais cedo, aquando dos movimentos de libertação, enquanto lutavam pelo poder. Hoje em dia, as sucessivas gerações vão-se esclarecendo cada vez melhor, por via das novas tecnologias de informação e comunicação, assumindo portanto uma cultura diferente, o que também vai forçando que Angola se torne cada vez mais num centro, metaforicamente cosmopolita. Como consequência, vão-se esbater as preocupações com o tribalismo e respetivas clivagens. Portanto, no entender dos mesmos não há em Angola clivagens tribais ao nível das de outros países africanos. Antes pelo contrário, a tendência é o seu esbatimento. Por outro lado, consideram também que não, porque em primeiro lugar o povo angolano é submisso e tem medo de voltar a sofrer com os mesmos erros de há anos, vividos por um lado e por outro lado. O povo angolano também tem poucos conhecimentos da gestão política e económica do país: muitos limitam-se a obedecer e fazer pequenos comentários em grupos, que não têm grandes resultados, e a gestão do país é feita com este cuidado, de forma que a diversidade cultural não intervenha no desenvolvimento da mesma.

Outros dois (2) entrevistados consideram que sim, é possível surgirem conflitos à semelhança do que se passa noutros países africanos, na medida em que as clivagens se agudizam cada dia que passa, sobretudo nas províncias do interior e a todos os níveis.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, os quatro (4) consideram que de um modo geral sim, sobretudo no que toca aos movimentos de libertação, hoje partidos tradicionais. É manifesto que o seu alinhamento partidário se tenha escorado em afinidades étnicas. Quer dizer, os líderes desses partidos só puderam fazer vingar as suas ideias lá, onde etnicamente eram tidos como ídolos. Tanto é assim que, partindo dos próprios pleitos eleitorais, o sentido e desejo do voto corresponde à área de que se é oriundo, e tem-se o seu líder como ídolo.

Nas atuais formações políticas, com uma ou outra exceção, já assim não se passa, pois aí a vontade é efetivamente a consciência nacional de se mudar o sistema de governação, e não tanto a tomada do poder legitimada pelas urnas, visando a sua acomodação, o que é manifestamente visível nos partidos tradicionais.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, os quatro (4) docentes consideram há muito que fazer para a sua erradicação, o que em princípio não seria tão difícil como isso, se houvesse vontade política de fazê-lo. Aliás, mais do que o analfabetismo, o próprio sistema de educação, tal como a saúde, ambos pontos nevrálgicos de um povo, nunca mereceram a atenção que se lhes devia. Por sinal, isso resulta provavelmente de interesses inconfessados: “um povo culto dá trabalho”, questiona, procura a ratio, um povo doentio é inerte, e por isso não incomoda, para maior e melhor acomodação dos governantes. A sua “bandeira da felicidade” parece ser esta filosofia.

22. Quando perguntado se o alto índice de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, os quatro (4) entrevistados consideram estar claro que, dentro da política e prática dos interesses, quanto mais analfabeto é um povo, tanto menos pode cobrar.

23. Quanto às leis do país relativamente ao processo da integração étnica, se pensam que este problema está devidamente acautelado, três (3) consideram que, com alguma “cera” legal, tem-se procurado untar esse quadro, mas vezes a mesma derrete, pelo que não acham suficientemente acautelada a integração étnica no país. Um (1), considera que as políticas existem, embora o discurso seja contrário à prática.

24. Quando lhes foi perguntado se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes, daí resultando um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas, um (1) destes interlocutores considera que não. Diz que, pese embora ser o Ovimbundo uma etnia suficientemente dominante, o seu carácter e hospitalidade não lhe vai permitir que isso aconteça; em segundo lugar, porque a etnia Nhaneka-Humbe é de proporções demográficas tão exíguas que não poderia cair num movimento tão avassalador, muito menos ganhar semelhante batalha; em terceiro, porque o nível da consciência nacional despertada na juventude,

população majoritária, não levaria a esse desfecho. Recorda que se tentou isto mesmo após as eleições de 1992, um efeito parecido com as sangrias de Luanda, no Dondo, no Huambo, e com a sexta-feira sangrenta, mas que apesar de tudo, e do respeito pelos mortos que aí sucumbiram, acabou por se esvaír, sendo o movimento hoje comparado a um “Vesúvio”.

Dois (2) consideram que sim, isso pode acontecer, caso não se cuide das discriminações de todo género no país, em particular nas províncias tidas como multiétnicas. Há também um (1) que não responde.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, consideram tratar-se dum papel muito importante. Em abono da verdade, os meios de comunicação social nem deviam ser chamados à colação. No entanto, têm sido no geral prudentes e reservados nos seus pronunciamentos. Tendem a assumir uma postura equidistante, já que vários assuntos ainda são um tabu entre os angolanos.

26. Relativamente à responsabilidade que está reservada aos académicos neste processo de integração étnica em Angola, consideram que, como não podia deixar de ser, o tratamento do processo de integração entre as etnias em Angola é de elevada responsabilidade académica, a todos os níveis. Declaram mesmo que são os académicos que, com o seu condão pedagógico, têm na mão o bastão que pode levar à mudança das mentalidades, sem a qual nada será possível.

27. Quando indagados sobre quão importantes são as suas pertenças étnicas para as suas identidades pessoais: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, dois (2) dizem sem evasivas que as suas pertenças étnicas são muito importantes, um (1) declara ser razoável e finalmente um (1) diz não ter qualquer importância.

28. Os quatro (4) entrevistados pensam que, tal como noutros lugares, também na província de Luanda existem políticos e outras elites que promovem divisões étnicas, visando assumir posições destacadas na administração do estado e noutros lugares de notoriedade.

29. De igual forma, os quatro (4) entrevistados consideram que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e poderem manter-se no poder, pois que não poucas vezes se

assiste a determinados políticos acirrando ódios com injúrias, difamação e calúnias, com vista a ascenderem mais um degrau.

30. Os quatro (4) entrevistados opinam que, para a maior parte da população de Angola, é mais importante a identidade coletiva nacional angolana.

31. Acerca de os poderes públicos de Angola deverem reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, com a consagração oficial de um “sistema de quotas”, ou se pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, os quatro (4) declaram que o sistema de quotas seria ele mesmo uma forma de discriminação e que devem ser as competências de cada um a contar para qualquer ascensão a cargos ou categorias.

32. Não foi feita a pergunta, por estar relacionada com a pergunta nº 31.

33. Idem.

34. Idem.

35. Relativamente à questão de Cabinda, isto é, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, as opiniões coincidem e são de parecer que não, esgrimindo os seguintes argumentos:

Primeiro: que a questão de Cabinda, embora parecendo complicada, não o é tanto assim porque, tanto quanto a histórica genericamente dá a perceber, aquando da partilha da África Austral, na Conferência de Berlim de 1885, Cabinda foi tida como território português adstrito a Angola sem mais formalidades, tendo-se assumido no decurso da sua administração, até 1975, como Distrito de Cabinda, nunca tendo reivindicado algo de diferente disso.

Segundo: tanto quanto se saiba, durante o tempo colonial Cabinda não encetou por si só qualquer oposição, armada ou outra, contra o governo colonial que não fosse através dos demais movimentos de libertação existentes, sendo evidente e concludente que a FLEC, surgida em 1975, mais por oportunismo do que por nacionalismo, pretendia um efeito-dominó, a partir de 25 de Abril, por influência naturalmente do Zaire, agora Congo Democrático, e da França, que estavam com olhos no seu petróleo, assim visando claramente um movimento secessionista.

Terceiro: Cabinda tem uma extensão territorial tão pequena e uma densidade demográfica tão exígua que, a tornar-se independente, mesmo com seu o petróleo e diversas madeiras, dificilmente se governaria com um PIB suficiente para um orçamento condigno de um Estado, o que levaria a que as perspectivas fossem de miséria. De resto, um país não se governa apenas com petróleo ou outras riquezas. É preciso também, para tanto, um capital humano e outras componentes que Cabinda parece não possuir, pelo menos de momento, expondo-se assim literalmente à decapitação pelos vizinhos e outros gaviões, interessados no petróleo e madeiras, para deles se servirem e não para servirem Cabinda. Este secessionismo seria legítimo, como vontade de qualquer outro povo em Angola, mas em nada beneficiaria os próprios, como não beneficiaria qualquer outra cisão angolana.

Quarto: no entanto, o que aqui efetivamente está em causa não é a independência, mas a luta pela maior e melhor distribuição da riqueza, o que pode naturalmente ser ultrapassado com uma dotação orçamental condigna e a institucionalização das autarquias no país.

De resto, a federação seria um caminho para a secessão e, na sequência desta, poderia o tal efeito-dominó estender-se às restantes províncias que, de alerta, apenas estão à espera que uma janela se abra, um dia.

### **5.3.2 - Jornalistas - Luanda**

Da segunda categoria da capital, que designei como “Jornalistas de Luanda”, num total de três (3) entrevistados, podem genericamente reter-se as seguintes perceções:

1. Todos três (3) consideram que a diversidade étnica em Angola, como em toda a África, é uma “riqueza” a preservar, pois enquanto legado ancestral dignifica a identidade cultural dos nossos povos.

2. Quando indagados sobre se a diversidade étnica em Angola tem constituído um fator impeditivo para o processo de construção e consolidação da nação angolana, mostram opiniões repartidas. Dois (2) consideram que não, mas um (1) pensa que de certo modo sim, porque em certas regiões, por motivos que têm a ver com níveis de desenvolvimento das populações, algumas ações tendentes

a consolidar o processo de desenvolvimento nacional ainda chocam com hábitos e costumes dos povos dessas regiões.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província de Luanda, as opiniões são unânimes: os três (3) jornalistas respondem que, em comparação com outras províncias, e até mesmo com muitos países de África, Luanda ainda é uma capital onde esses fenómenos se registam muito pouco, são bastante reduzidas. Mas elas existem porque, se repararmos no aparelho do Estado, a todos os níveis, mesmo no topo, essas discriminações não tendem a desaparecer, mesmo no relacionamento entre as diversas amizades.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas em Luanda, dizem que as causas das discriminações têm a ver com as separações que existiram e a concentração de tudo em Luanda. Neste caso, os de Luanda tendem a pensar que são os melhores, enquanto os do resto do país começaram a emigrar para a capital. Assim, os de Luanda começaram a discriminar os recém-chegados com a ideia de que estão a receber muitos “refugiados”. Em suma, para os entrevistados a guerra deixou algumas sequelas entre os povos depois do seu fim em Angola, sobretudo algumas que têm muito a ver com as filiações partidárias beligerantes, durante o período da guerra civil no país.

5. Os três (3) entrevistados consideram que, por via de regra, as discriminações em Luanda são dirigidas contra os vêm das províncias, os que chegaram. Mas também consideram que hoje em dia a capital, na sua maioria, é habitada por gente que não é nascida em Luanda. E, mesmo se são de Luanda, as suas origens não são genuinamente daí, porque também se sabe que os verdadeiros luandenses são gentes vindas do Soyo, ou seja gentes da etnia Bacongo. Por isso, é difícil determinar quem hoje é verdadeiramente de Luanda, sustentam.

6. Quando entrevistados acerca das suas experiências de trabalharem em Luanda, os três (3) dizem nunca terem sido discriminados, embora vivam sem qualidade de vida e vendo bilionários, de um lado, e pobres abaixo da linha da pobreza, por outro lado.

7. Quando interrogados sobre se as leis do país acautelam a problemática da unidade étnica, um (1) diz que sim, existem as políticas, apesar de que alguns

hábitos cultivados no período da guerra ainda permanecer nas mentes de certos governantes; dois (2) respondem claramente que essas leis não existem.

8. No que toca à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, ser confrontada com rejeições étnicas, sendo perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos em que não são da respetiva origem étnica, os três (3) jornalistas dizem claramente que sim, e citam casos sobretudo como os do leste, com o fenómeno “Mukwakwiza”, que em vários dialetos angolanos significa “estrangeiro”, que predominou nos anos 90 nas Lundas. E muito recentemente, infelizmente, acontecem também no Kuando Kubango a nível da alta hierarquia local, bem como nalguma províncias do norte, como é o caso de Cabinda, concluem.

9. Todos os três (3) jornalistas entrevistados declaram nunca terem sido discriminados.

10. Relativamente à questão de, nos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade, se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou para eles ser mais importante a angolidade, os três (3) consideram que o mais importante é a angolidade.

11. Os três (3) entrevistados respondem que, relativamente aos outros membros da sociedade, os consideram tão-somente como angolanos.

12. Dois (2) jornalistas dizem ser vistos como angolanos, sendo que um (1) se considera percebido nas duas dimensões: enquanto angolano e enquanto “Kaluanda”.

13. Consideram que, se não se acautelarem os problemas étnicos no país, as consequências políticas económicas e sociais serão incomensuráveis. Basta olhar para vários países no mundo que não tiveram este cuidado, e a lista dos exemplos é bastante larga: Bósnia-Herzegovina, Nigéria, Tchechénia, Rwanda, para citar só alguns.

14. Quando indagados em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, dois (2) respondem “sem importância” e um (1) diz ser “muito importante”.

15. Relativamente às suas perceções quanto a expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchieta” ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, um (1) diz que as

expressões são naturais e normais: todos dissemos que “a terra é nossa” porque queremos preservar o que é nosso, no nosso espaço. A expressão “estrangeiro” não é uma expressão ofensiva. Quanto a “Bailundo”, provavelmente resulta do facto de as pessoas não conhecerem bem a geografia, assim chamando a todos que vinham do sul “Bailundos”. Portanto, as expressões em si não têm problema nenhum. O grande problema são os contornos que queremos atribuir, porque pretende-se utilizar as expressões de forma pejorativa e aqui devemos eliminar essas expressões, porque dividem e discriminam as pessoas.

Dois (2) consideram que tais expressões são depreciativas, discriminatórias e evitadas de espírito de clivagem.

16. Quando indagados sobre o facto de as componentes étnica e nacional das suas identidades manterem entre si relações de rivalidade, complementaridade ou “nem uma nem outra”, todos os três (3) entrevistados consideram que mantêm relações de complementaridade.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, os três (3) jornalistas pensam que sim, existem esses políticos que promovem o tribalismo visando assumir posições destacadas.

18. No que diz respeito ao facto de as discriminações étnicas entre os angolanos serem um fenómeno novo, ou terem origens no quadro do processo colonial, os três (3) entrevistados declaram que as discriminações têm origem no quadro colonial.

19. Quando indagados sobre a possibilidade de termos conflitos étnicos em Angola semelhantes àqueles que se registam nalguns países africanos, dois (2) dos jornalistas respondem que não, porque segundo eles o povo de Angola já viveu experiências amargas neste especto, fomentadas por agitadores do momento político da época (usando expressões como “correr com os Bailundos”, “sulanos”, “com os do norte”, “sexta-feira sangrenta”, etc.) e dizem acreditar muito piamente que não gostariam que isso se repetisse.

Um (1) entrevistado considera ser muito prematuro responder que sim ou não, dizendo que é necessário acautelar tais fenómenos, porque tudo é possível.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, os três (3) consideram que de um modo geral sim, ainda se assiste à sobreposição dos alinhamentos partidários às afinidades étnicas.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, os três (3) jornalistas consideram que eles têm muito a ver com o paupérrimo sistema de ensino instaurado pela potência colonial em todas as suas ex-colónias e, para isso, basta compará-lo com o implementado pelas demais potências coloniais nos países vizinhos de Angola. De qualquer forma, pensam que com um pouco de esforço de todos, e sobretudo da vontade política de quem governa, pode-se a curto e médio prazo erradicar o analfabetismo em Angola

22. Quanto ao facto de os elevados índices de analfabetismo terem sido aproveitados pelos políticos para fins perniciosos, os três (3) entrevistados respondem estar claro que é mais fácil enganar um analfabeto do que um letrado.

23. Quanto às leis do país relativas ao processo da integração étnica, ou seja, se este problema está devidamente acautelado, os três (3) consideram que as leis não o acautelam, embora também digam que não precisamos de leis concretas sobre integração étnica. O que precisamos é a inclusão social no seu especto mais genérico.

24. Quando indagado se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes e daí resultar um “efeito-dominó” para o resto das províncias multiétnicas, um (1) destes interlocutores considera que não, sendo que dois (2) respondem que todas as tendências para discriminações étnicas poderão desembocar em conflitos em qualquer província. Por isso, trata-se dum mal a combater, tanto a nível individual como coletivo.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, declaram ser um papel muito importante, ou mesmo um papel preponderante. Também consideram que eles deviam fazer um trabalho mais objetivo e promovendo a unidade nacional, ao invés de estarem colados aos trabalhos de partidos políticos.

26. Relativamente à responsabilidade reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola, pensam que aqueles devem desempenhar um papel importante e não podem falhar nessa esfera de unidade nacional, porque lidam com todos os povos do país, e devem espelhá-lo nesta tarefa.

27. Quando indagados sobre quão importantes são as suas pertenças étnicas para as suas identidades pessoais: nada importantes, pouco importantes,

importância razoável, muito importante ou importância crucial, os três (3) dizem sem evasivas que as suas pertenças étnicas não têm qualquer importância.

28. Quando lhes foi perguntado se existem políticos e outras elites, na província de Luanda, promovendo divisões étnicas como forma de assumirem posições destacadas na administração do Estado e noutros lugares de notoriedade, dois (2) dos entrevistados consideram que, tal como noutros sítios, na província de Luanda também ocorrem esses casos; e concluem mesmo dizendo que em Luanda até organizam encontros para concertarem divisões étnicas. Existe um (1) que é de opinião de que os agentes políticos, em Luanda, não precisam recorrer ao fomento das divisões políticas como forma de atingirem o poder, mas sim manter a estreita fidelidade partidária.

29. Dois (2) entrevistados consideram que os líderes políticos angolanos, sim, fomentam de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e manterem-se no poder, enquanto um (1) não responde.

30. Dois (2) dos entrevistados consideram que para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade nacional angolana, enquanto um (1) considera mais importante a identidade étnica, porque as pessoas sentem-se muito mais valorizadas na sua etnia.

31. Quando indagados se devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, com a consagração oficial de um “sistemas de quotas”, ou se, pelo contrário, esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, dois (2) declaram que o sistema de quotas seria ele mesmo uma forma de discriminação. Existe um (1) favorável ao estabelecimento dum sistema de quotas no país como forma de combater as discriminações.

32. Quando lhe foi perguntado se, no caso da existência dum “sistemas de quotas”, isso poderia induzir um favorecimento excessivo dos respetivos grupos de beneficiários, este jornalista diz entender que, tendo em conta que existe nas sociedades africanas um pendor acentuado de divisões étnicas, este sistema poderia induzir a este favorecimento, evidentemente.

33. Quanto às identidades coletivas, se pensa que o respetivo reconhecimento oficial contribuiria para estabelecer uma relação harmónica entre definição étnica e definição nacional, ou, pelo contrário, a identidade nacional seria lesada com isso,

diz acreditar que este reconhecimento, bem acompanhado com políticas sólidas de fomento do sentimento nacional, iria estabelecer uma relação harmónica entre definição étnica e definição nacional.

34. O entrevistado também opina que, de modo geral e para evitar que haja tendências separatistas, as identidades étnicas não devem ter uma tradução geográfica. Reconhece igualmente que, em concreto, existem povos da mesma etnia localizados em várias regiões do país.

35. Relativamente à questão de Cabinda, se a autonomia ou a federação seriam uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, dois (2) jornalistas são de parecer que a solução do problema de Cabinda passa por uma autonomia genuína, visto que, mesmo sendo parte integrante do território que hoje configura Angola, se trata duma parcela com características especiais. Como tal, deve-se conceder um modelo especial de gestão, sem contudo descurar as possibilidades de desanexação, o que acarretaria consequências bastantes nefastas pelo facto de não haver em Cabinda uma corrente unida dos que reclamam a independência. Logo, em caso de ser concedida a independência, não será fácil criar-se em pouco tempo uma sociedade distinta nesta região. Lembram também que Cabinda sempre foi um território cobiçado, sobretudo pelos vizinhos, e uma situação de desestabilização deverá ser aproveitada pelos “abutres”, com tudo o que daí poderá advir.

Um (1) jornalista é de opinião de que não, porque a independência para Cabinda não é a via nem para Angola nem para os cabindas. A maior parte do povo de Cabinda não é a favor da independência, apenas alguns elementos e alguns grupos. A FLEC não é um movimento nem um partido, antes uma ideologia; e matar uma ideologia é muito difícil. O povo está revoltado porque em Cabinda se extrai o petróleo, mas não beneficiam deste recurso na plenitude e continuam a não ter porto (usam o de Ponta Negra). Portanto, deve haver mais justiça social para com o povo de Cabinda. Esta é a questão das Lundas, do Bié e do país no geral. Conclui que deve haver mais justiça social em Angola e com isso se resolvem os eventuais problemas étnicos: seja em Cabinda, seja noutras localidades do país.

### **5.3.3 – Dirigentes Políticos – Luanda**

Numa terceira e última categoria, correspondente aos “Dirigentes Políticos de Luanda”, todos deputados, e também num total de três respondentes, podem registar-se as seguintes perceções:

1. Relativamente à problemática da diversidade étnica no país, todos três (3) consideram que ela é uma riqueza do país que deve ser preservada.

2. Quando indagados se a diversidade étnica em Angola tem constituído um fator impeditivo do processo de construção e consolidação da nação angolana, genericamente respondem que não, e dizem que no passado, durante a penetração colonial, a diversidade étnica constituiu um dos fatores que permitiram a vitória dos Portugueses, dada a estratégia utilizada, que criou desentendimento e levou a que muitos, comprados ou brigando entre si, se entregassem e lutassem ao lado do invasor. Mas hoje em dia este fator não é impeditivo, porque os erros do passado uniram os angolanos, durante a luta de libertação nacional. Os políticos no País tudo fazem para que este fator não constitua um obstáculo para a consolidação da paz e do processo da reconstrução da Nação Angola e da unidade nacional.

3. Relativamente à questão de existirem discriminações étnicas na província de Luanda, as opiniões divergem, na medida em que dois (2) deputados dizem que não há em Luanda discriminações de nenhum tipo, mas um (1) deputado considera que existem discriminações.

4. Quanto às razões que podem estar na base das discriminações étnicas em Luanda, este deputado diz que as suas causas têm a ver com o facto de os Luandenses se considerarem-se superiores relativamente aos demais cidadãos.

5. O deputado que diz existirem discriminações em Luanda considera que, regra geral, as discriminações são contra os que vêm ou vieram das províncias.

6. Quando questionados acerca das suas experiências de trabalharem em Luanda, os três (3) dizem nunca ter sido discriminados.

7. Quando indagados sobre as leis do país acautelarem a problemática da unidade étnica, os três (3) deputados dizem que as políticas existem e estão bem concebidas. Socorrem-se do programa do Governo, do plano nacional e da moção de estratégia do partido no poder, em que a consolidação da Paz e da reconciliação nacional são premissas fundamentais de toda a sua prática. Concluem que só com a

Paz, alcançada em 2002, é que a nação Angolana pôde finalmente retomar a orientação da unidade nacional.

8. No que toca à questão de a governação do país, em determinadas circunstâncias, ser confrontada com rejeições étnicas, os três (3) deputados dizem claramente que não, considerando que as manifestações de rejeição de nomeados são feitas de forma clandestina, por pessoas que não se assumem, e por vezes usam expressões provocatórias, porque conhecem as leis que punem tais comportamentos. É a luta pelo poder, ou o abuso do poder, que os leva a cometer esses atos.

9. Quando lhes foi perguntado se já foram discriminados, um (1) deputado responde que sim, embora não de forma oficial porque, segundo diz, essas pessoas na sua maioria são militantes do partido no poder e recebem a punição de acordo com os estatutos do partido, enquanto dois (2) deputados entrevistados dizem nunca terem sido discriminados.

10. Relativamente à questão de, nos seus relacionamentos com os outros membros da sociedade, se considerarem sobretudo membros de uma etnia, ou angolanos, todos afirmam que para eles o mais importante é a angolanidade.

11. Todos os entrevistados declaram que, relativamente aos outros membros da sociedade, os consideram tão-somente como angolanos.

12. De igual modo, todos pensam ser vistos enquanto angolanos.

13. Consideram que, se não se acautelarem os problemas étnicos no país, as consequências serão graves, na medida em que as populações entrariam em conflitos que teriam como efeitos desentendimentos etno-tribais, a desintegração do país, a degradação económica e conseqüentemente a fome, a miséria e a total destruição do país. Dizem não ser salutar sequer pensar-se em conflitos étnicos nesta fase, em que o país está a recompor-se numa situação de guerra de mais de três décadas. A Paz é um bem indispensável, e falar de conflitos étnicos nesta altura é dar a mão a palmatória, é mostrar ao mundo que somos incapazes de nos governar, mostrar a nossa fraqueza, que somos uma “raça fraca”, atributo que foi produzido e nos foi atribuído por alguns. Os conflitos étnicos levar-nos-iam à neocolonização. A denúncia de atos negativos e as manifestações de repúdio pacíficas, concluem, constituem armas ponderosas para neutralizar possíveis conflitos entre os angolanos.

14. Quando indagados em que medida consideram importantes as suas pertenças étnicas, muito, pouco, regular ou sem importância, surpreendentemente os três (3) declararam considerá-la muito importante.

15. Relativamente às suas perceções quanto as expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, “munanos”, etc., que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias, os três (3) dizem que são expressões tribais, que em nada contribuem para a unidade nacional. Os seus mentores ignoram a realidade política do País, não analisam sequer o que isso pode causar. Ignoram a história da resistência colonial, onde filhos angolanos lutaram para se defenderem do invasor, que os tratava como escravos, gente sem valor, “indígenas”, “pretos”, etc. Essas mesmas pessoas fingem ter amor à Pátria, mas não têm noção do que foi a luta de libertação nacional, onde valorosos combatentes dos diversos partidos políticos deram a sua vida na luta contra o colonialismo português. Consideram esse comportamento contrário àquilo que é a política de combate ao tribalismo, regionalismo e racismo, conforme indica a Constituição angolana.

16. Quando perguntado se as componentes étnica e nacional das suas identidades mantêm entre si relações de rivalidade, complementaridade ou nem uma nem outra, um (1) entrevistado afirma que mantêm relações de complementaridade, enquanto dois (2) optam por “nem uma nem outra”.

17. No que toca à questão de existirem políticos, e não só, que nas suas ações promovem o tribalismo, os três (3) deputados consideram que sim, realmente existem, mas fazem-no sempre de forma fechada, num contexto em que os atingidos por vezes podem aperceber-se, mas não têm como provar tal atitude. A coragem para a denúncia é fundamental, desde que haja provas.

18. Quanto à origem das discriminações étnicas entre os angolanos, se são um fenómeno novo ou tem origens no quadro colonial, os três (3) entrevistados respondem que têm origem no quadro colonial.

19. Quanto a podermos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes aos que se registam nalguns países africanos, três (3) dos deputados consideram que não, porque segundo eles o povo de Angola, conhece claramente a sua história, desde a resistência colonial à luta de libertação nacional, de longos anos até a independência nacional a 11 de Novembro de 1975. Também conheceu uma

guerra interna que destruiu o País há mais de 30 anos, cujos resultados, nomeadamente a Paz, duramente conquistada e alcançada em 2002, são visíveis. O povo angolano é consciente disso e acreditam que não deixará tudo a perder. Se o permitir, entrará numa desgraça total e irreversível.

20. Relativamente aos alinhamentos partidários, se estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas, os três (3) consideram que, dum modo geral, todos os partidos políticos da oposição estão sobrepostos às afinidades étnicas. Segundo eles, o partido no poder, o MPLA, tem uma linha política consubstanciada na Paz, unidade nacional, na liberdade e democracia, justiça e solidariedade e no progresso social; e nele está todo o povo, de Cabinda ao Cunene.

21. Sobre os altos índices de analfabetismo que ainda temos em Angola, os três (3) deputados consideram-nos preocupantes, mas pensam que as instituições estão criadas, o que se deve fazer é intensificar a sua ação, de forma a cumprirem as metas estabelecidas.

22. Quando perguntado se o alto índice de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos, os três (3) entrevistados opinaram pela negativa, esclarecendo que, apesar de muitos analfabetos no seio das populações, o povo angolano sabe distinguir a verdade da mentira. O “ver para crer” é um critério usado pelo povo, que não admite ser enganado. O povo pode ser analfabeto, mas tem o seu discernimento natural que lhe é característico e compreende a realidade objetiva das coisas. Concluem, no entanto, que o combate ao analfabetismo é uma luta de todos nós.

23. Quanto às leis do país relativas ao processo da integração étnica, se pensam que este problema está devidamente acautelado, os três (3) entrevistados da casa-das-leis são categóricos em afirmar que as leis acautelam a integração dos povos de Angola; e socorrem-se da Lei Magna angolana que, segundo declaram, não estabelece diferenças entre os seus filhos. São todos iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos, mas alertam que é preciso que se compreenda que em poucos anos de Paz não é possível que se cumpram os programas duma só vez. O programa concebido é amplo; e nele consta uma série de ações que serão levadas a cabo a médio e longo prazo. Concluem que esses programas vão atenuar as diferenças que se verificam hoje entre os angolanos.

24. Quando lhes foi perguntado se, dadas as tendências para discriminações étnicas na província da Huíla, pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-Humbes e daí resultar um “efeito-dominó” para o resto das províncias multiétnicas, os três (3) entrevistados consideram que tal fenómeno não é possível em Angola, porque as realidades são completamente diferentes, a par de que as populações hoje não embarcariam em atos de violência.

25. Relativamente ao papel dos meios de comunicação social no processo de unificação dos vários grupos étnicos do país, pensam ser um papel muito importante, mesmo fundamental. Os “Mídias” jogam um importantíssimo papel na mobilização e na sensibilização das populações, informando sobre a realidade do País, no âmbito político, económico e social.

26. Relativamente à responsabilidade reservada aos académicos neste processo de integração étnica em Angola, dizem ser uma responsabilidade muito grande, coletiva e individualmente. Devem ensinar, investigar e analisar os fenómenos políticos, económicos e sociais, visando encontrar respostas e sugerir a solução. Quanto mais qualificados, mais o País tem capacidade para resolver os diversos problemas que afligem as populações.

27. Quando indagados sobre quão importantes são as suas pertenças étnicas para as suas identidades: nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, ou importância crucial, as respostas são divergentes, porquanto um (1) diz ser crucial, um (1) diz ser muito importante, e outro ainda declara que a sua pertença étnica não tem qualquer importância.

28. Quando foi perguntado se existem políticos e outras elites, na província de Luanda, que promovem divisões étnicas com o fito de assumirem posições destacadas na administração do Estado e noutros lugares de notoriedade, os três (3) entrevistados responderam que, tal como noutros lugares, na província de Luanda também existem políticos e outras elites que promovem divisões étnicas.

29. Os três (3) entrevistados pensam que os líderes políticos angolanos não fomentam de forma velada as divisões étnicas, com vista a tirar o maior proveito e manterem-se no poder, embora um (1) diga que é notória a existência de falta de equilíbrio no sistema de governação, onde algumas províncias estão em desvantagem. Exemplo: Ministros, Vice-ministros, Secretários de Estado, Governadores e Vice-Governadores são da mesma origem étnica, em detrimento de

outras, o que traz descontentamentos étnicos. O povo acompanha esses eventos de forma passiva, sendo necessário que todos participem em pé de igualdade para se poder evitar conflitos étnicos.

30. Os três (3) entrevistados declaram que, para a maior parte da população de Angola, é mais importante a identidade coletiva nacional (angolana).

31. Quando indagado se devem os poderes públicos de Angola reconhecer juridicamente a existência de etnias diversas, visando combater a possível discriminação das mais desfavorecidas, por exemplo, com a consagração oficial de um “sistemas de quotas”, ou se, pelo contrário, esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação, todos os três (3) deputados respondem que o “sistema de quotas” seria ele mesmo uma forma de discriminação.

32. Relacionada com a pergunta 31, não às quotas.

33. Idem.

34. Idem.

35. Relativamente à questão de Cabinda, se a autonomia ou a federação seria uma solução para aquela parcela do território nacional, ou se existe um perigo real de secessão daquela província, são unânimes em considerar que Cabinda é uma província de Angola, tal como as outras províncias. E quer os problemas de Cabinda, quer os problemas do resto do país, não se resolvem com secessões. Concluem que a chave dos vários problemas que hoje afligem o país poderá ser encontrada com a instituição e o funcionamento das autarquias.

#### **5.3.4 Quadro Sinóptico dos Resultados do Estudo, Província de Luanda**

Os entrevistados da província de **Luanda** tendem maioritariamente a assumir a existência de clivagens étnicas significativas, ainda que não apontem quais as suas causas. Consideram a diversidade étnica existente como uma “potencialidade”, que não existem problemas em trabalhar numa província multiétnica e que esta diversidade não tem sido um fator impeditivo do processo de construção da Nação angolana. Tendem a referir que a governação do país tem sido confrontada com rejeições étnicas e que têm existido políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias. Assumem como mais importante a angolanidade na relação com os outros membros da sociedade e dizem ver os outros membros da sociedade como angolanos, todavia referem entender ser

vistos pelos restantes membros da sociedade como angolanos e simultaneamente como angolanos e pertencendo a uma etnia (“ambos”). Consideram poderem advir consequências muito danosas no caso de não serem acautelados os problemas étnicos no país, mas não se sentem rejeitados por não pertencer à etnia da localidade onde vivem, nem consideram que existe verdadeiro risco de Angola poder vir a ter conflitos étnicos como outros países africanos. Tendem a considerar a pertença étnica muito importante, ainda que seja esta a província em que este aspeto apresenta um menor peso (inclusive ao nível da importância para a identidade pessoal), e que as componentes étnica e nacional da sua identidade são complementares. Apontam preponderantemente que as discriminações étnicas entre os angolanos constituem um fenómeno colonial e que os elevados índices de analfabetismo são também consequência do colonialismo e têm sido aproveitados de modo pernicioso pelos políticos. Para a maior parte destes entrevistados os alinhamentos partidários estão sobrepostos às afinidades étnicas e consideram que existem políticos e outros agentes sociais dotados de influência promovendo o tribalismo, tendendo os líderes políticos a fomentar de forma velada as divisões étnicas. Consideram que o processo de integração étnica não está devidamente acautelado na lei, mas que os poderes públicos de Angola não devem proceder a um reconhecimento explicitando juridicamente a existência de diversas etnias. Tendem a referir que os meios de comunicação social, públicos e privados, têm contribuído para a promoção do sentimento de identidade e unidade nacional e que os académicos têm a responsabilidade de promover esse mesmo sentimento, mas consideram existirem políticos e outras elites regionais promovendo divisões étnicas por interesse próprio (embora uma faixa significativa dos entrevistados responda que não). Consideram que a identidade coletiva nacional é mais importante do que a identidade coletiva étnica para a maior parte da população de Angola, que não pode existir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes e rejeitam claramente a ideia de autonomia e/ou de federação para Cabinda.

## **Conclusões**

Ao longo desta investigação procedemos à discussão de um importante grupo de problemas entre si estreitamente inter-relacionados. Primeiramente, ocupámo-nos da elaboração teórica do conjunto de conceitos fundamentais correspondentes à própria ideia de nação e de que forma esses conceitos se encontram vertidos no processo de criação da nação angolana. Quanto a isto, estabeleceram-se as premissas conceptuais e elaborou-se um grupo de definições operacionais, as quais nos permitiram considerar que em Angola as condições ou elementos distintivos do processo de construção da nação são genericamente perceptíveis e se encontram em franco desenvolvimento, desde logo na medida em que são facilmente observáveis: a comunidade territorial, a comunidade idiomática e a comunidade dos vínculos económicos, que constitui uma das premissas incontornáveis para uma unidade territorial duradoura, bem como uma unidade estável da cultura, a qual se desenvolve com a intervenção dos diversos agentes sociais, conduzindo à sedimentação da autoconsciência nacional.

É de referir no entanto que, apesar de visíveis essas premissas no contexto angolano, tal processo se encontra longe de poder ser considerado concluído, na medida em que vários elementos não estão ainda suficientemente enraizados. A título de exemplo, destaca-se o facto de não vigorar ainda plenamente uma língua comum, o que obsta de forma muito relevante à constituição duma verdadeira comunidade idiomática. Em particular, isto é atribuível à existência no território angolano, e com principal incidência no meio rural, de um elevado índice de analfabetismo no seio das populações, o que impede ainda que as mesmas comuniquem entre si na língua oficial, o português. Esse traço constitui um assinalável obstáculo no longo processo de construção e consolidação da nação, exigindo dos órgãos competentes do Estado uma rápida intervenção corretiva, objetivo de todo pertinente e legítimo, dado tratar-se na verdade duma obra coletiva de todas as classes e grupos sociais interessados no alargamento e consolidação dos vínculos ou esferas de comunidade, com vista ao pleno alicerçar da nação angolana.

É essencial ter-se também presente que a existência da nação implica, de igual modo, o consentimento de todos quantos intentam constituir-se em comunidade e partilhar uma cultura comum. De facto, nem a violência física ou psicológica, nem a coação ou a força das armas formam verdadeiramente uma nação. O sentimento profundo da nação deve assim ser forjado a partir do exercício consciente da vontade, da anuência e da escolha livre de imperativos. O passado comum de um povo e a sua vontade de viver juntos são, em última instância, as características relevantes que indicam a existência duma nação. No caso de Angola, de resto como na generalidade dos casos em África, o segundo elemento deve aliás ser considerado como dotado de absoluta precedência. Independentemente do que possa conjecturar-se quanto à que teria sido a trajetória “espontânea” das sociedades existentes previamente ao processo colonial, o facto inegável é este mesmo colonialismo ter realmente unido as populações, cuja unidade ficou aliás reforçada ainda pelas comuns aspirações decorrentes da luta anticolonial, ou correspondente à própria obtenção da independência nacional. Assim sendo, a vontade explícita de viver em comum constituiu-se desde logo, e assim permanece, em núcleo definidor da própria angolanidade. Neste particular, resulta que a paz e a reconciliação geral, bem como a integridade do território, constituem pois indiscutivelmente plenos imperativos nacionais, o que exige de todos os angolanos uma constante ação concertada, bem como políticas integradoras, incluindo o combate a todas e quaisquer medidas de discriminação ou exclusão.

No segundo capítulo começámos por abordar os movimentos migratórios dos povos bantos vindos da África central, entre o rio Níger e o Chade, em direção ao Congo e, em território angolano, até ao sul do Cuanza. Estes fluxos migratórios, que ocorreram a partir do século XIII devido à difusão do ferro e ao desenvolvimento da agricultura com a utilização de novas técnicas agrícolas, conduziram igualmente à migração e divisão dos povos não bantos que viviam, em número apreciável, em Angola, nomeadamente os povos Khoisans. A esse respeito, usámos operacionalmente os conceitos enunciados procurando inteligir a formação e/ou constituição e desenvolvimento da nação angolana, hoje constituída fundamentalmente por povos bantos, alguns grupos pré-bantos e um número apreciável de não-bantos e europeus. Neste capítulo procurámos proceder também a uma breve resenha do processo de descolonização e conseqüente guerra civil,

que eclodiu na década de setenta do século XX e apenas terminou em 2002, depois de longos anos de destruição e mortes. Este exercício constituiu a base para uma análise mais substancial da situação política, económica e social de Angola, bem como dos ganhos da paz no processo de estabilidade político-militar e reconstrução do país, ocorrido no período de 2002-2012. A descrição e caracterização do sistema político angolano, presente neste capítulo, visou essencialmente possibilitar uma melhor compreensão das diferentes adaptações da lei magna angolana, as quais culminaram na promulgação da Constituição de 2010, tendo em vista conferir um cunho jurídico à solução do conflito interno e reforçando o posicionamento de Angola no contexto internacional.

As matérias ligadas à análise das causas do surgimento dos conflitos internos, bem como a questão da dimensão regional dos conflitos nos países africanos, foram abordadas no terceiro capítulo. O regionalismo foi entendido, para efeitos desta investigação, como correspondendo a um dos contextos em que os governos e as diplomacias se devem inserir, identificando políticas pragmáticas de cooperação bilateral e multilateral no sentido de se procurar alcançar um novo equilíbrio de poder, bem como garantir, em todos os momentos, a existência duma solução rápida e duradoura para as necessidades entendidas como vitais pelos diversos países e seus vizinhos, numa base de colaboração e mútuo benefício. De facto, dadas as suas posições geoestratégicas e económicas, a ajuda recíproca de muitos países do continente pode constituir um contributo fundamental para a resolução de vários problemas crónicos com que ainda nos confrontamos em África, nomeadamente na República de Angola. É nossa firme convicção que uma das causas dos conflitos em África continua a ser a fragmentação das nações, das alianças e dos códigos de relação, conduta e respeito pré-existentes, os quais foram destruídos pelas relações impostas pelo poder colonial, sobrepondo-se a todos esses fatores um sistema de colonização com as respetivas exigências. No entanto, parece razoável dizer que as independências, em muitos países de África, não conseguiram reparar esses danos, sendo que o aspeto mais grave corresponde ao facto de nem sequer se vislumbrarem possibilidades reais de que tal desiderato venha a ser conseguido. A má governação e a falta de participação democrática das populações nos destinos dos países africanos constituem outros importantes fatores para a existência de constantes perturbações no continente: persiste a

situação de uma grande disponibilidade de capitais dependentes apenas da vontade de muito poucos, regra geral estreitamente ligados ao poder político desses países, aliada a uma exagerada apetência dos mesmos círculos para canalizarem esses capitais predominantemente para fora do continente africano, enquanto as grandes maiorias continuam a viver na pobreza extrema, em muitos casos com menos de dois dólares por dia. Estes factos devem ser reconhecidos, dado que caracterizam a maior parte dos governos africanos. Trata-se inquestionavelmente duma realidade, evidenciando falta de sentimento patriótico e de vontade política das minorias governativas dos países africanos, conduzindo a um verdadeiro apartheid social, onde estas minorias, por assim dizer, “morrem de congestão por comerem muito, enquanto a maioria morre de fome por não comer nada”.

De acordo com o desenho inicial, procurou-se neste trabalho levar a cabo uma abordagem ao objeto de estudo em que a referência real consistiu na identificação das perceções de diversos grupos de cidadãos, da sua visão e do peso dos paradigmas e quadros perceptivos dos mesmos, e também da forma como tudo isso se projeta nos cenários com que os diversos grupos equacionam as perspetivas de evolução da estabilidade do país. Procurámos, desta maneira, espelhar o núcleo central do sistema de valores e crenças dos sujeitos. Esta aquisição coloca-nos numa posição favorável para, através desta contribuição, podermos antecipar um conjunto de orientações relativas à problemática das discriminações étnicas em Angola. Deve, quer quanto à noção de etnia, quer mesmo quanto às de nacionalidade e nação, destacar-se o quanto se trata com aquelas de sublinhar aspetos eminentemente “performativos” da existência social: uma nação, uma nacionalidade e/ou uma etnia são “verdadeiras” na estrita medida em que sejam percebidas enquanto tal por largos grupos populacionais, os quais procedem por isso de forma a tornar realmente “verdadeiras” aquelas existências. No caso do presente estudo, isso corresponde a considerar como validadas ou desmentidas as hipóteses, na medida em que as opiniões dos entrevistados as confirmem e/ou as desmintam.

Neste contexto, podemos considerar como globalmente validadas ao longo desta investigação as hipóteses formuladas no seu início, tendo sido alcançados os objetivos preliminarmente identificados. Foi posto em relevo neste trabalho, como

traço central, o facto de que genericamente existe uma importante perceção da ocorrência de significativas clivagens e discriminações étnicas em Angola, com particular realce para a província da Huíla e sobretudo depois de 2002, isto é, desde o fim da guerra civil. Na realidade, podemos apreciar as complexas causas que têm estado na base das referidas discriminações étnicas, quer no país em geral, quer na multiétnica província da Huíla, embora nesta última a densidade da forma como as questões étnicas são percebidas tenda a afigurar-se maior do que no resto do país: atente-se em particular no facto de que ali a origem dos conflitos é maioritariamente considerada como remontando ao período pré-colonial, enquanto por contraste em Luanda e no Huambo a responsabilidade pela conflitualidade étnica é assacada ao colonialismo pela maioria dos nossos entrevistados. Em todo o caso, as discriminações étnicas e aquilo que neste trabalho definimos como “tribalismo”, quer no país em geral quer no caso da província da Huíla, não parecem afortunadamente corresponder a um fenómeno generalizado no seio das populações. Trata-se, isso sim, fundamentalmente dum comportamento e duma prática característica de certos governantes e de algumas elites étnicas do país, com o objetivo estratégico de garantirem acesso privilegiado aos recursos nacionais, dada a má distribuição da riqueza e o desenvolvimento regional desigual, facto esse acompanhado ainda de antagonismos históricos e etnolinguísticos e de diversos outros fatores com uma marcada componente regional. Podemos dizer que este grupo de factos há muito tempo esteve e está bastante latente, sendo as populações de diversas partes do país, sobretudo as populações rurais, submetidas a diversas manobras tribalistas, bem como a outras atuações que induzem práticas de discriminação, visando essencialmente fins de natureza privada, quer económicos, quer relativos ao prestígio social.

Podemos também, deste modo, encetar o desenho de um diagnóstico e de um prognóstico tentativo relativamente às principais linhas de conflitualidade interétnica em Angola. No âmbito deste trabalho, tal operação corresponde a considerar validadas as hipóteses de que a adoção, por parte do regime político e com o apoio da sociedade civil, de políticas que favoreçam e estimulem a integração étnica dos povos de Angola, em particular na província da Huíla, pode contribuir para assegurar e fortalecer o sistema político, permitindo outrossim o desenvolvimento económico-social. É de realçar, por outro lado, que a promoção

do espírito de tolerância, respeito e convivência na diversidade coadjuva no processo de integração étnica em Angola, em particular na província da Huíla. Concomitantemente, deve também destacar-se a ideia de que, para além da adoção pelo Estado angolano de políticas permitindo reduzir as assimetrias regionais, é imprescindível que se continue a promover a instrução dos cidadãos, especialmente a partir do processo de alfabetização, de forma que as populações não sejam facilmente manipuladas por interesses ínvios, que em nada ajudam na construção e aprofundamento da unidade nacional. Dessa forma poder-se-á contribuir para a construção e consolidação da nação angolana e a constituição de uma verdadeira comunidade idiomática em Angola.

O problema, porém, permanece: é desejável uma situação na qual se procede a um reconhecimento explícito da existência de pertenças étnicas diversas? Em virtude do padrão geral das respostas obtidas (veja-se particularmente os capítulos quatro e cinco), parece poder-se afirmar que a maioria claríssima da população (e naturalmente sob a reserva de este ser apenas um “estudo de caso”, a nossa amostra não podendo pretender apresentar-se como representativa) rejeita as etiquetas étnicas formais, em face da lei. Rejeita também, e bastante consistentemente, qualquer sistema de quotas, ou de “discriminação positiva”, aliás de qualquer tipo de discriminação formal, produzindo efeitos legais. Rejeita enfim, e “*a fortiori*”, eventuais processos através dos quais diversas parcelas do território angolano pudessem ficar especificamente assignadas a quaisquer particulares grupos étnicos. Ainda assim, a realidade das pertenças étnicas dir-se-ia constituir um dado incontornável para a compreensão global da situação angolana. Registemos, a esse propósito, a existência duma discrepância significativa entre os aspetos relativos a auto-perceção e hetero-perceção, em matéria das questões atinentes às pertenças étnicas. A maior parte das pessoas entrevistadas declara considerar os demais enquanto angolanos, não enquanto membros duma qualquer etnia. Declara também considerar-se a si mesmo/a enquanto angolano/a, mais do que enquanto membro de qualquer etnia; ou, quando muito, admite uma dupla identidade, reconhecendo-se simultaneamente como angolano e como membro de um grupo étnico. Todavia, ao mesmo tempo a maioria dos entrevistados declara também assumir que os demais

membros da sociedade os percebem predominantemente enquanto membros de uma etnia.

Nesta perspetiva, e com base nos resultados adquiridos a partir do processamento dos resultados das entrevistas aplicadas a diferentes personalidades da sociedade angolana, num conjunto escolhido qualitativamente que incluiu eclesiásticos, docentes, funcionários públicos, dirigentes políticos, homens de negócios e jornalistas, afigura-se estarem criadas as condições para a apresentação, embora ainda de forma provisória, do seguinte diagnóstico global e prognóstico tentativo, relativamente às linhas principais de conflitualidade interétnica em Angola.

Desde logo, a diversidade étnica em Angola não deve ser considerada em si mesma uma fraqueza ou um perigo. Pelo contrário, ela constitui uma importante riqueza do país, uma fonte alimentadora da sua cultura e um contributo para estabilizar a vivência dos diversos povos e proteger a dignidade humana.

Em segundo lugar, se a diversidade étnica em Angola pode contribuir para regenerar a dignidade humana, devendo pois ser preservada, deve em todo o caso ter-se sempre presente o necessário respeito pela diferença. No caso angolano, impõe-se ao mesmo tempo cultivar uma unidade étnica global e inclusiva, capaz de superar contrariedades e feridas mal curadas, bem como o excessivo sentimento de superioridade evidenciado por certos elementos de algumas etnias, os quais tendem a procurar proclamar estas como melhores do que as demais.

Como terceiro aspeto, e de forma a contrariar esta tendência, resulta inadiável estabelecer uma adequada igualdade económica: quer do conjunto das regiões, quer das populações em geral. Este último aspeto constitui o fundamento essencial que tenderá a tornar irreversível o aprofundamento da construção da nação angolana, inviabilizando e dissipando eventuais focos de conflitualidades, assumindo contornos étnicos ou outros.

Em quarto lugar, é portanto necessário criar uma consciência política e patriótica séria por parte de todos quantos tenham sido incumbidos em tarefas na administração e gestão dos destinos do país. Por essa forma, far-se-á emergir um conjunto de valores permitindo formar um adequado clima de consenso e participação, num compromisso firme e realista de promoção da unidade nacional,

identificada como garantia central da estabilidade do sistema político e do desenvolvimento económico-social de Angola.

No caso específico da província da Huíla, e segundo a informação obtida a partir do tratamento dos dados do presente estudo, as tendências de discriminação detetáveis têm um sentido prevacente: são exercidas sobretudo por parte das elites étnicas dos nhanecas-humbes da província, tendo como alvo os ovimbundos. Essa tendência de discriminação não é, felizmente, seguida pela maior parte das populações: quer nhanecas-humbes, quer ovimbundos, que aliás realizam entre si frequentes casamentos exogâmicos. Não se perspetiva, assim, como quinto aspeto, que haja relevantes conflitos entre esses dois grupos. Aparentemente, não existe qualquer elite com capacidade assumida para mobilizar correligionários com finalidades de confrontações étnicas.

Do mesmo modo, e em sexto lugar, apesar das inegáveis animosidades e de diversas discriminações praticadas por elites étnicas, não se afigura razoável a possibilidade de Angola vir a ser assolada por conflitos, entendidos estes como de natureza militar violenta, entre diversos grupos étnicos, à semelhança do que tem ocorrido noutros países africanos. Uma razão importante para isso reside no próprio facto de se ter vivido um passado muito recente de guerras no país. Quer dizer, em Angola, apesar do anseio generalizado por mudanças substanciais, seja quanto à gestão da coisa pública, seja no referente à melhoria das condições de vida dos angolanos, a maioria dos cidadãos não se afigura disposta a permitir nem aderir a tais movimentações, caso elas pudessem implicar derramamento de sangue ou graves perturbações no país.

Um sétimo aspeto refere-se a que esse facto não deve, no entanto, constituir motivo para que os governantes de Angola evitem introduzir reformas significativas e substanciais, modernizadoras da vida dos cidadãos do país. A vida em sociedade obedece a uma dialética de difícil cálculo, e nunca se sabe o que o futuro de um mundo tão dinâmico e globalizado nos reserva, sobretudo numa era como a nossa, em que as informações são facilmente disseminadas com recurso a novas tecnologias.

Como oitava linha de reflexão, deve sublinhar-se que Angola é hoje um dos países de maior crescimento económico em todo o mundo, dada a dinâmica do processo de reconstrução que leva a cabo, e com bastante sucesso, depois do fim

da guerra civil terminada em 2002. Entretanto, se este processo é amplamente reconhecido, quer interna quer internacionalmente, dado o impacto positivo que tem na vida das populações, ainda assim diversas vezes se têm levantado no país, questionando o volume abismal dos recursos alocados a investimentos públicos, quer na capital quer nalgumas áreas vitais e tendo impacto direto na vida das populações. Neste quadro, o processo de organização e institucionalização das autarquias locais afigura-se-nos poder constituir uma importante via para o esbatimento das tendências de discriminação económica dos cidadãos e das regiões de Angola, o que irá certamente contribuir para o processo de desenvolvimento multifacetado do país e tenderá decerto a dissipar eventuais alternativas correspondentes a confrontações étnicas e político-sociais.

Entretanto, e por último, a questão relativa à província de Cabinda ainda inspira cuidados particulares: uma larga maioria dos nossos entrevistados (88%) considera que existe um risco de secessão daquela região. Não obstante, existe também uma clara opinião formada no seio dos angolanos (com exceção apenas de grupos reduzidos de angolanos de Cabinda) de que esta província é e deve continuar a ser parte de Angola, sem quaisquer outros privilégios adicionais atribuíveis seja ao petróleo extraído naquela parcela do território, seja eventualmente a qualquer outro motivo. Grosso modo, o problema de Cabinda apresenta-se relacionado com o petróleo que existe e se explora naquela região, todavia sem que isso tenha durante muitos anos beneficiado em adequada medida o “cidadão médio” daquela província. Com a institucionalização das autarquias locais, entretanto, esses problemas tenderão certamente a ficar esbatidos, sendo de esperar que Cabinda e o seu povo continuem a evitar eventuais tentações independentistas. Entendemos esse propósito como fundamental para se poder continuar a falar duma Angola “de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste”, para o bem de todos.



## **Bibliografia**

AAVV (1979), Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, 11 tomos, nº 9, Madrid.

AAVV (1985), A Questão Nacional em Angola, Luanda.

AAVV (1987), Processo de Paz em Angola, Editorial Nzila, Luanda.

AAVV (1990), HISTÓRIA 1º volume, INIDE-Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação, Edições ASA, Portugal.

AAVV (2010), El Atlas Geopolítico, Akal/Le Monde Diplomatique, Madrid.

ABRIL, Molaes de (2012), nota do Coordenador da Comissão de Gestão do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), Jornal de Angola, 16 de março.

ACUÑA, Ramón Luís (1993), Las tribus de Europa, Ediciones B, Barcelona.

AGUILAR, Alfonso, Siliceo (1997), Líderes para el Siglo XXI, McGRAW-HILL/INTERAMERICAN EDITORES, México.

AGUILAR, Renato (2011), “Algumas Soluções para o desenvolvimento de Angola”, in Vidal e Andrade, Eds. e Orgs. (2011).

AMOSSY, Ruth (2005), Imagem de si no discurso: a construção do ethos, Contexto, São Paulo.

ANDERSON, Benedict (1989), Nação e consciência nacional, Ed. Ática, São Paulo.

ANDERSON, Benedict (2012), Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo, Edições 70, Lisboa.

ANDRADE, Mário Pinto de, et al. (2014), *Comportamento Eleitoral dos Jovens Angolanos nas Eleições de 2012*, Centro de Investigação Sol Nascente/ISPSN - Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, 1ª edição, Huambo.

ANDRADE, Vicente Pinto de (2009), “Globalização e crise internacional Implicações regionais”, *Revista Angolana de Sociologia*, Junho, nº 3, Sociedade Angolana de Sociologia, Luanda, pp. 103-118.

ANGOP (2012), “A Paz representa o renascer de Angola”, dissertação na Universidade Agostinho Neto, de José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, por ocasião da sua visita à Angola, Agência de Notícias Angola Press (Angop), Luanda.

ARON, Raymond (1979), *Paz e Guerra entre as Nações*, UNB, Brasília.

BAHU, Helder (2011), “A noção de subalternidade e a distribuição étnica de Angola”, *Revista internacional em Língua Portuguesa - Migrações*, Lisboa, III série, nº 24, pp. 49-61. Disponível em [http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_livro\\_migracoes.pdf](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_livro_migracoes.pdf) (consultado pela última vez em 10/5/2015).

BARAÑANO, A. M. (2008), *Métodos e Técnicas de investigação em Gestão*, Sílabo, Lisboa.

BARROSO, J. M. Durão (2012), palestra sobre o tema “Europa e Angola em 2012: um novo caminho conjunto, Luanda.

BARTH, Fredrik (1998), “Os grupos Étnicos e suas Fronteiras”, in POUTINAT, Philippe, e Jocelyne Streiff-Fenart, *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, UNESP, São Paulo.

BARTOLI, Henri (2003), *Repensar o desenvolvimento, acabar com a pobreza*, Instituto Piaget, Lisboa.

BENDER, Gerald J. (1980), *Angola sob o domínio português: mito e realidade*, Livraria Sá da Costa, Lisboa.

BOUTROS-GHALI, Boutros (1992), *Un Programa de Paz. Diplomacia Preventiva. Establecimiento de Paz y Mantenimiento de la Paz*, Nueva York.

BRAVO, Manuel (coord.) (1996), *Angola: a Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*, Hugin, Lisboa.

BURNS, R. Tom, e Helena Flam (2000), *Sistemas de Regras Sociais*, Celta Editora, Oeiras.

CABECINHAS, R. & AMÂNCIO, L. (2003), “A naturalização da diferença: Representações sobre raça e grupo étnico”, Comunicação apresentada à III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l’Homme, Rio de Janeiro. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1598/1/rcabecinhas\\_lamancio\\_IIRS\\_2003.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1598/1/rcabecinhas_lamancio_IIRS_2003.pdf) (consultado pela última vez em 10/5/2015).

CALLEJA, Eduardo González (2000). Reflexiones sobre el Concepto de Guerra Civil, *Gladius* XX. Disponível em <http://gladius.revistas.csic.es/index.php/gladius/article/view/76/77> (consultado pela última vez em 10/5/2015).

CAMBANDA, Francisco Domingos (1996), “Evolución e Perspectivas del Conflicto angolano: papel de la Sociedad Angolana, el Sistema Internacional e Naciones Unidas”, dissertação apresentada para a obtenção do Grau Académico de Mestre em Relações Políticas Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais “Raúl Roa Garcia”, La Habana, mimeografado.

CARRILHO, Maria (1975), *Sociologia da Negritude*, Edições 70, Portugal.

CARVALHO, Carlos Rosado de (2013), *Universidade Mandume Ya Ndemufayo*, 17

Agosto, Lubango.

CARVALHO, Paulo de (2008a), “Estado, nação e etnia em Angola”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 1, Junho, Luanda, p. 61-72.

CARVALHO, Paulo de (2008b), Texto de apresentação do livro “Homem é Homem, Mulher é Sapo. Género e Identidade entre os Handa do Sul de Angola”, de Rosa Melo, feita no dia 19 de Março, no Lubango (Angola).

CASTRO, Armando (1980), *O sistema colonial Português em África-meados do século XX*, Editorial Caminho, Lisboa.

CHINGULI, Elias de Oliveira (2005), *A Geopolítica do Conflito Étnico na Região dos Grandes Lagos*, Editorial Nzila, Luanda.

CHITOKOTA, João (2013), Trabalho inédito, Lubango.

CORBETTA, Piergiorgio (2010), *Metodologia y Tecnicas de Investigacion Social*, MC GRAW HILL.

COSTA, Jorge, et al. (2014), *Os Donos Angolanos de Portugal*, Bertrand Editora, Lisboa.

COUTINHO, C. P. (2011), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática*, Almedina, Coimbra.

CRESWELL, J. W., W. E. Hanson, V. L. Clark Plano, e A. Morales (2007). “Qualitative Research Designs: Selection and Implementation”, *The Counseling Psychologist*, 35(2), 236–264.

CUNHA, Pedro (2008), *Conflito e Negociação*, 2ª edição, edições ASA, Lisboa.

DAVIDSON, Basil (1992), *The Black Man's Burden; Africa end the Curse of the Nation-State*, Three Rivers Press, Nova York.

DELANNOI, Gil (1993), *Teorias del Nacionalismo*, Ediciones Paidós, Barcelona.

DOUGHRTY, James E. e Robert L. PFALTZGRAFF (1990), *Teorias en Punga en las Relaciones Internacionales*, Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires.

EASTERBY-Smith, M., R. Thorpe e P. Jackson (2010), *Management Research* (3rd ed.), London, Sage.

ECP (2004), *Estratégia de Combate à Pobreza*, Luanda.

ESTERMANN, Carlos (1960), *Etnografia do Sudoeste de Angola*, volume 2, Junta de Investigações do Ultramar, Tipografia Minerva, Vila Nova de Famalicão.

FERNANDES, J. e Z. NTONDO (2002), *Angola: Povos e Línguas*, Luanda, Editorial Nzila.

FILIPE, Celso (2013), *O Poder Angolano em Portugal: Presença e Influência do Capital de um País Emergente*, Grupo Planeta, Lisboa.

GELLNER, Ernest (1997), "Reply to Critics", *New Left Review*, I/221, January-February.

GELLNER, Ernest (2008), *Naciones y Nacionalismo*, Alianza Editorial, 2ª edición.

GIDDENS, Anthony (2008), *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª edição, Lisboa.

GRASSI, Marzia (2008), "Mobilidade, fronteiras e capital social na Angola contemporânea", *Revista Angolana de Sociologia*, Dezembro, n.º 2, Sociedade Angolana de Sociologia, Luanda, pp. 37-52.

GUEST, Robert (2004), *África, Continente Acorrentado: o Passado, o Presente e o Futuro de África*, Civilização Editora, Porto.

GURR, Ted Robert (1996), "Minorities, Nationalists and Ethnopolitical Conflict." In C. A. Crocker, F. O. Hampson e P. R. Aall, eds., *Managing Global Chaos*, Washington, United States, Institute of Peace Press.

HOBBSAWM, Eric (1991), *Nações e Nacionalismo de 1789*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HOBBSAWN, Eric e Terence RANGER (1984), *A invenção das tradições*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HUINGTON, P. Samuel (2009), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa

IGLESIAS, Alfonso Garcia (1982), *Geografia Económica*, Instituto Superior de Relaciones Internacionales, La Habana.

INEA (2007), *Relatório do Instituto Nacional de Estradas de Angola*, Ministério das Obras Públicas, Luanda.

JA (1996), *Jornal de Angola*, "Sobre o Fracasso dos Acordos de Alvor", entrevista concedida pela Advogada Maria do Carmo Medina, 18 de fevereiro, Luanda.

JA (2011), *Jornal de Angola*, "Sucesso de Angola louvado por Obama", referência às palavras do Presidente dos Estados Unidos de América, Barak Obama quando recebia o novo Embaixador Angola, 20 de setembro, Luanda.

JA (2012a), *Jornal de Angola*, referência ao Relatório do PNUD sobre o IDH em Angola no ano de 2013, 16 de março, Luanda.

JA (2012b), Jornal de Angola, “Grandes investimentos nos transportes nacionais: Angola faz recuperação inédita na rede dos Caminhos-de-Ferro”, referências ao Ministro dos Transportes de Angola Augusto da Silva Tomás, numa visita à cidade do Lubango, 15 de agosto, Luanda.

JA (2012c), Jornal de Angola, “Angola pode alcançar objetivos do milénio”, declarações de Mamaoudou Diallo, representante das Nações Unidas em Angola para Alimentação e a Agricultura (FAO), 19 de outubro, Luanda.

JA (2013), Jornal de Angola, “Desequilíbrios económicos causam conflitos em África”, afirmação de Jerry Rawlings ex-presidente do Ghana aquando da sua visita à Nigéria, 13 de maio, Luanda

JA (2015), Jornal de Angola, intervenção de Manuel Augusto, Secretário de Estado das Relações Exteriores da República de Angola, subordinada ao tema: “Desenvolvimento Inclusivo para a Manutenção da Paz e Segurança Internacional”, no debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 10 de março, Luanda.

JOSÉ, Joveta (2011), “A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil”, tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

KANTE, B. (s/d.), “Le Constitutionnalisme à l’épreuve de la transition démocratique en Afrique”, in Constitutionnalisme in Africa, Sanders Institut, Gouda Quint Deventer.

KAGABO, Massimango (1995), África Inventando el Camino, Editorial Colégio Nacional Autónomo de México, Ciudad de México.

KI-ZERBO, Josef (2006), Para quando África? Entrevista de René Holenstein, Campo das Letras-Editores, Porto.

LOPES, Carlos (2009), “África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade”, Revista Angolana de Sociologia, Dezembro, n.º 4, Sociedade Angolana de Sociologia, Luanda, pp. 87-102.

LC (1975), Lei Constitucional da República Popular de Angola, Luanda.

LC (1991), Lei Constitucional da República Popular de Angola, Luanda.

LC (2012), Constituição da República de Angola, Luanda.

LEWWELLEN, Ted C. (2009), Introducción a la Antropología Política, Ediciones Bellaterra, Barcelona.

LUANSI, Lukonde (2003), “Angola: Movimentos migratórios e Estados pré-coloniais – Identidade nacional e autonomia regional”, International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History, Berlin, 24-26 September. Disponível em [https://www.zmo.de/angola/papers/Luansi\\_\(29-03-04\).pdf](https://www.zmo.de/angola/papers/Luansi_(29-03-04).pdf) (consultado pela última vez em 10/5/2015).

LUKAMBA, André (2001), A Globalização e os Conflitos no Sul: O Caso Angolano, Tipografia Orlandi, Roma.

MA (2009), “A reconstrução de Angola”, Meninadeangola.blogspot.com/varias-pessoas-criticam-reconstrução, 26 agosto. (consultado pela última vez em 13/4/2012).

MARSHALL, M. N. (1996), Sampling for qualitative research, Family practice-Oxford University Press.

MARTIN, Terry (2001), *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1912-1939*, Cornell University Press, Ithaca and London.

MILAGRES, Simão e Lutina SANTOS (2013), *Fluxos Migratórios em Angola*, Maiamba Editora, 1ª edição, Luanda.

MILES, David e Andrew SCOTT (2005), *Macroeconomia: Compreendendo a Riqueza das Nações*, Editora Saraiva, São Paulo.

MUANDUMBA, Gonçalves (2013), Relatório apresentado ao Fórum Nacional da Juventude "Diálogo Juvenil", 14 de setembro, Luanda.

MUEKALIA, Jardo (2012), *Angola a Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia*, Sextante Editora, Porto.

NETO, António Agostinho (1975), "Angola 11 de novembro de 1975", Documentos da Independência, Edição do Ministério de Informação, Angola.

NETO, Paulo Alexandre (2006), *Território e Desenvolvimento Económico*, Instituto Piaget, Lisboa.

NGONDA, Lucas Benghy, (2008), "O conceito do desenvolvimento. Uma análise sociológica", *Revista Angolana de Sociologia*, Junho, n.º 1, Sociedade Angolana de Sociologia, Luanda, pp. 23.

NNOLI, Okwudiba (1992), "Conflitos étnicos em África", in AA. VV., *Ciências Sociais em África: alguns projectos de investigação*, Lisboa, Edições Cotovia, pp. 91-128.

OQUENDO, Leyda (1982), *Importancia del Estudio del Problema Étnico en África*, La Habana.

OLIVEIRA, Isaura de (2001), "Pepetela e o nacionalismo angolano: do sonho à desconstrução da utopia", *ESTUDOS LITERÁRIOS / ESTUDOS CULTURAIS*, Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada

(Universidade de Évora, Maio 2001), Associação Portuguesa de Literatura Comparada /Universidade de Évora, CD-ROM, 2004, vol. I. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/57598727/Pepetela-e-o-Nacionalismo-Angolano#scribd> (consultado pela última vez em 10/5/2015).

PACHECO, Carlos (2011), *Angola um Gigante com Pés de Barro*, Editor Assírio Barcelar, Lisboa.

PAIS, José Machado Ganchos (2003), *Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Âmbar, Porto.

PILLAY, Navi (2013), Discurso de Abertura, proferido pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na conferência de imprensa ocorrida durante a sua missão em Angola, a 24 de Abril.

PINTO, Maria do Céu (2005), “Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade”, *Nação e Defesa*, 3ª série, nº 112, Outono/Inverno, pp. 17-32. Disponível em [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1151/1/NeD112\\_MariaCeupinto.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1151/1/NeD112_MariaCeupinto.pdf) (consultado pela última vez em 10/5/2015).

PIRES, António (1964), *Angola essa Desconhecida*, Tipografia da E.N.P., Luanda.

QUIVY, R. e L. V. Campenhoudt, (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.

RAM (2008), “Grandes Lagos - O Regresso da Guerra”, *Revista Além-Mar*, nº 576, I Ano, LIII, Lisboa.

REDINHA, José (1975), *Etnias e Culturas de Angola*, Instituto de Investigação de Angola/Banco de Angola, Luanda.

REDINHA, José (2009), *Etnias e Culturas de Angola*, Editora Associação das Universidade de Língua Portuguesa (AULP), Coimbra.

ROCHA, J. Manuel Alves da (2010), *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola - os Fatores de Competitividade Territorial*, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2ª edição, Luanda.

RODRIGUES, Jacinto (2011), “Desenvolvimento e sustentabilidade ecológica”, *Revista Angolana de Sociologia*, Junho, n.º 7, Sociedade Angolana de Sociologia, Luanda, pp. 35-42.

ROQUE, M. Fátima (2007), *África, A NEPAD e o Futuro*, Texto Editores, 1ª edição, Luanda.

RUIZ, Raul (1985), *Cultura Tradicional Banto*, Edição do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Luanda.

RUZ, Raul Castro (2015), *Discurso integral do Presidente dos Conselhos de Estado e de Governo da Republica de Cuba, na III Cumbre da CELAC no dia 28 de janeiro, São Juan, Costa Rica.*

SABONETE, Fernando Wilson (2010), “Construção do estado-Nação Angolana: relações interétnicas, Nhaneka-Humbe na Guerra Civil”, dissertação apresentada para obtenção do Grau Académico de Mestre em Antropologia, Universidade de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais. Disponível em [http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/1055/arquivo736\\_1.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/1055/arquivo736_1.pdf?sequence=1) (consultado pela última vez em 10/5/2015).

SACKS, Jonathan (2006), *A Dignidade da Diferença - como Evitar o Choque das Civilizações*, Gradiva, 1ª edição, Lisboa.

SANTOS, José Eduardo dos (1989), *Discursos do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos*, Editorial Vanguarda, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2006), Discurso proferido pelo Presidente da República na abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, subordinado ao lema “Forja da Angolanidade”, no dia 11 de setembro, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2011), Discurso sobre o Estado da Nação, IV Sessão Legislativa da II Legislatura da Assembleia Nacional, 18 de Outubro, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2012a), Discurso pronunciado pelo Presidente da República de Angola por ocasião da cerimónia central da comemoração do dia da paz, 4 de abril, Luena, Moxico.

SANTOS, José Eduardo dos (2012b), Discurso pronunciado por ocasião da sua investidura como Presidente da República de Angola, 26 de setembro, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2013a), Entrevista à SIC do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, 07 de junho, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2013b), Discurso de encerramento do Fórum Nacional da Juventude “Diálogo Juvenil”, 14 de setembro, Luanda.

SANTOS, José Eduardo dos (2013c), Mensagem sobre o estado da Nação proferida na abertura da II Sessão Legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional, 15 de outubro, Luanda.

SANTOS, José Eduardo (2014), Mensagem sobre o estado da Nação, proferida na abertura da III Sessão Legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional no dia 16 de outubro, Luanda.

SERRANO, Carlos (2010), “As Elites em Angola, a Informalização do Poder e a Invenção da Tradição”, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, CIEA7, #17: Discursos postcoloniales entorno a África. Disponível em [http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/396/1/As%20Elites%20em%20Angola,%20A%20Informaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Poder%](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/396/1/As%20Elites%20em%20Angola,%20A%20Informaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Poder%20)

[20e%20a%20Inven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Tradi%C3%A7%C3%A3o.pdf](#)

(consultado pela última vez em 10/5/2015).

SINGER, Linda R. (1996), *Resolución de Conflictos: Técnicas de Actuación en los ámbitos empresarial, familiar y legal*, Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona.

SMITH, Anthony (1997), *A identidade Nacional*, Gradiva, Lisboa.

SMITH, Jeremy (1999), *The Bolsheviks and the National Question, 1917-23*, Palgrave-MacMillan, Houndmill, Basingstoke, New Hampshire.

SOBRAL, José Manuel (2003), “A Formação das Nações e o Nacionalismo: Os Paradigmas Explicativos e o Caso Português”, *Análise Social*, ICS, Lisboa, vol. 37 (165), pp. 1093-1126. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434J0eQU4wx7Ro77GX9.pdf> (consultado pela última vez em 10/5/2015).

SODUPE, Kepa e Leire MOURE (2009), “Una Visión Multidimensional del África Subsariana”, in Sodupe, Kepa et al. (Eds), *África Subsariana. Perspetivas sobre el subcontinente en un mundo global*.

SOUSA, Maria Teresa de (2011), *Dissertação para a obtenção do Grau de Doutora em Sociologia Económica e das Organizações*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

SUNY, Ronald Grigor e Terry Martin, Eds. (2001), *A State of Nations. Empire and Nation-Making in the Age of Lenin and Stalin*, Oxford University Press, Oxford.

TSHIYEMBE, Mwayila (1998), *La science politique africaniste et le statut théorique de l'État africain: un bilan négatif*, IPAG, Nancy.

VAN-DUNEM, Belarmino (2014), *Politica Externa dos Estados & diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos*, Universidade Lusíada de Angola, Luanda.

VAN-DUNEM, Belarmino (2010), *Globalização e Integração Regional em África*, Universidade Lusíada de Angola, Luanda.

VIDAL, Nuno & ANDRADE, Justino Pinto de (2011), (Editores & Organizadores), *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, Chá de Caxinde-Angola, Luanda.

WEBER, Max (1971), *Economia y Sociedad*, Tomo I, Instituto Cubano del Libro, La Habana.

WHEELER, Douglas, e René Péliissier (2009), *História de Angola*, Edições tinta-da-china, Lisboa.

WOODSIDE, Arch (2010), *Case Study Research: Theory, Methods and Practice*, Emerald Group Publishing Limited.

YEPE, Roberto (1995), *Estados Unidos en la Post-guerra Fría*, Edición Pinos Nuevos, La Habana.

YIN, R. K. (2005), *Estudo de Caso*, Bookman, São Paulo.

ZAHAR, Renate (1976), *Colonialismo e Alienação: contribuição para a teoria política de Frantz Fanon*, Impretipo (Ulmeiro), Lisboa.

ZIEGLER, Jean (2007), *O Império da Vergonha*, ASA Editores, Lisboa.

## **Páginas da Internet consultadas**

Estatísticas do Banco Mundial:

<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>

Google: <https://www.google.co.ao/>

Google Académico: <http://scholar.google.com/schhp?hl=pt-PT>

Google Livro: [http://books.google.co.ao/bkshp?hl=pt-PT&tab=wp&ei=41WgUs-HludsQa9\\_oDoAw&ved=0CA4QqS4oCw](http://books.google.co.ao/bkshp?hl=pt-PT&tab=wp&ei=41WgUs-HludsQa9_oDoAw&ved=0CA4QqS4oCw)

Portal de Revistas da Universidade de São Paulo:

<http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/16028>

Repositório aberto da U. Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16028>

Repositório aberto da U. Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16028>

Repositório Comum: <http://comum.rcaap.pt>

Repositório Digital LUME: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31730>

Repositório da Universidade de ÉvORA:

<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/5889>

Repositório da Universidade Técnica de Lisboa:

<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6769>

Repositório Institucional da Universidade de Brasília:

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4129>

Repositório Institucional da Universidade Federal de Pará:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4944>

Repositório Institucional de Universidade Federal de Paraíba:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4944>

Revista ABPN:

<https://abpn1.websiteseuro.com/Revista/index.php/edicoes/article/view/403/282>

Revista Angolana de Sociologia RAS: <http://ras.revues.org/231>

SciELO: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>

Taylor Francis OnLine:

<http://www.tandfline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2010.519877#.U71cD9Kkrv8>

Wikipedia: <http://www.wikipedia.org/>

## **Anexos**

### Programa de Pós-Graduação em Sociologia Económica e das Organizações

O presente guião de perguntas de recolha de dados serve de base para realização de entrevistas estruturadas a um grupo de atores políticos da sociedade angolana (Governantes, Políticos, Académicos, destacadas Personalidades Eclesiásticas e da sociedade cível), com o objetivo de explorar as suas perceções sobre possíveis discriminações e conflitos étnicos, bem como indagar problemas políticos, socioeconómicos e etnográficos de Angola na atualidade, e avaliar as possibilidades duma ativa participação da sociedade civil, no garantir da integração étnica em Angola (identidade cultural coletiva e pública), em particular na província da Huíla.

Assim, a linha de investigação está relacionada com possíveis discriminações e conflitos étnicos em Angola e o eixo Temático relacionado com a Integração Étnica em Angola, como Fator de Estabilidade do Processo Político e de Desenvolvimento Socioeconómico: estudo de caso da província da Huíla, realizando-se de igual forma, um estudo comparado das províncias de Huambo (mono-étnica) e Luanda (cidade cosmopolita).

De referir que está assegurada a confidencialidade das opiniões vertidas e que as mesmas serão exclusivamente para os objetivos desta investigação. Desde já agradeço a vossa colaboração, e reitero que as vossas respostas serão de grande importância para o enriquecimento desta investigação.

**Lubango, Junho de 2011**

**O Autor**

**F. D. Cambanda**

**(Doutorando)**

A realidade de África em geral, e de Angola em particular, é caracterizada pela existência de povos diferentes do ponto de vista das suas origens étnicas.

1. Como governante, político, académico ou eclesiástico, qual é a sua visão sobre a nossa diversidade étnica?

2. Considera que a diversidade étnica em Angola tem sido um fator impeditivo no aprofundamento e consolidação do processo da construção da Nação angolana?
3. Do seu ponto de vista, existem ou não clivagens étnicas importantes na sua província depois do fim da guerra civil terminada em 2002?
4. Tem alguma noção sobre quais podem ser as causas que estão na base das clivagens étnicas na sua província depois do fim da guerra em Angola?
5. No caso da província da Huíla, é mais perceptível a discriminação étnica dos Ovimbundos contra os Nhaneka-humbes, ou dos Nhaneka-humbes contra os Ovimbundos?
6. Qual é a sua experiência em governar (ou trabalhar) numa província multiétnica?
7. Considera que existem políticas estimulando ações de unificação das diferentes etnias do país, visando o aprofundamento da construção da Nação e o processo de recuperação posterior à guerra civil?
8. Considera que a governação do país, em determinadas circunstâncias, se tem confrontado com rejeições étnicas? (Ou seja, é perceptível uma rejeição de quadros nomeados para províncias, municípios ou comunas em casos em que não são da respetiva origem étnica maioritária?)
9. Pessoalmente, como governante/político ou académico, já se sentiu rejeitado por não pertencer à etnia da localidade onde vive?
10. No seu relacionamento com os outros membros da sociedade, considera-se sobretudo membro de uma etnia, ou para si o mais importante é a angolanidade?
11. Quanto aos outros membros da sociedade, considera-os sobretudo membros de uma etnia ou tão-somente como angolanos?
12. E os restantes membros da sociedade, vêem-no sobretudo como membro duma etnia ou simplesmente como angolano?
13. Do seu ponto de vista, que consequências políticas, económicas e sociais podem advir se não se acautelar os problemas étnicos no país?
14. Em que medida considera importante a sua pertença étnica? (Muito, pouco, regular, sem importância)

15. Qual é o seu ponto de vista sobre expressões como “Mukwakwiza”, “Bailundo”, “Otchilongo Tchietu”, ou “munanos”, que são constantemente proferidas nas diferentes regiões e províncias? (“Mukwakwiza” na língua tchokue significa estrangeiro; “Bailundo”, expressão regra geral utilizada pelos kimbundos para designar as populações provenientes do sul de Angola; “Otchilongo Tchietu”, “a terra é nossa”, expressão regra geral usada pelos Nhaneka-humbes da parte sul da província da Huíla relativamente aos Ovimbundos da mesma província; “munanos”, “os do norte” ou “de cima”, que no caso da província da Huíla serve para identificar as populações não Nhaneka-humbes, em particular os Ovimbundos.)
16. As componentes étnica e nacional da sua identidade mantêm entre si relações de: rivalidade, complementaridade, nem uma nem outra.
17. Considera que existem políticos ou grupos de influência que nas suas ações promovem o tribalismo, como forma de aproveitamento político visando atingir algum fim de natureza privada?
18. Considera que as discriminações étnicas entre os angolanos são um fenómeno novo ou têm origens no quadro colonial?
19. Na sua opinião, podemos ter conflitos étnicos em Angola semelhantes àqueles que se registaram e registam noutros países africanos? (Exemplos: Ruanda, Burundi, República Centro-Africana, etc.)
20. Do seu ponto de vista, os alinhamentos partidários estão ou não sobrepostos às afinidades étnicas?
21. Qual é o seu ponto de vista sobre os altos índices de analfabetismo que ainda existem em Angola?
22. Considera que o alto índice de analfabetismo, no seio das populações em Angola, tem sido aproveitado pelos políticos para fins perniciosos?
23. Qual a sua opinião sobre as leis do país relativamente ao processo da integração étnica: considera que este problema está devidamente acautelado?
24. Considera que pode surgir um conflito entre Ovimbundos e Nhaneka-humbes na Huíla, daí resultando um “efeito dominó” para o resto das províncias multiétnicas? (Bem entendido, dadas as tendências para discriminações étnicas naquela província e provocando manifestações que podem ser aproveitadas, à semelhança do que tem ocorrido no norte de África.)

25. Em sua opinião, qual tem sido o papel dos meios de comunicação social estatal e privada no processo de unificação dos vários grupos étnicos?
26. Que responsabilidade está reservada aos académicos no processo de integração étnica em Angola?
27. Quão importante é a sua pertença étnica para a sua identidade pessoal? (Nada importante, pouco importante, importância razoável, muito importante, importância crucial.)
28. Considera que existem políticos e outras elites, na província da Huíla, que promovem divisões étnicas para assumirem posições destacadas na administração do estado e noutros lugares de notoriedade?
29. Considera que os líderes políticos angolanos fomentam de forma velada as divisões étnicas visando a obtenção de proveitos, incluindo a manutenção no poder?
30. No seu entender, para a maior parte da população de Angola é mais importante a identidade coletiva nacional ou a identidade coletiva étnica?
31. Devem os poderes públicos de Angola reconhecer de forma explícita, juridicamente, a existência de etnias diversas, ou pelo contrário esse reconhecimento constituiria ele mesmo uma forma de discriminação? (Por exemplo, com a consagração oficial de um “sistemas de quotas” visando combater a possível discriminação das etnias mais desfavorecidas.)
32. No caso da existência de um “sistema de quotas”, pensa que isso poderia induzir um favorecimento excessivo dos respetivos grupos de beneficiários?
33. Quanto às identidades coletivas, pensa que o respetivo reconhecimento oficial contribuiria para estabelecer uma relação harmónica entre definição étnica e definição nacional, ou, pelo contrário, a identidade nacional seria lesada com isso?
34. No caso de haver reconhecimento de identidades étnicas, pensa que eles podem ou devem ter uma tradução geográfica, territorial, ou crê que isso poderia suscitar tendências separatistas?
35. Por último, que opinião tem sobre a situação em Cabinda: considera que a autonomia ou a federação constituiriam uma solução para aquela parcela do território nacional, ou existe um perigo real de secessão daquela província?

## **Abreviaturas e Siglas**

AN-Assembleia Nacional

ANGOP-Agência de Notícias Angola Press

CFB-Caminho de Ferro de Benguela

CNJ-Conselho Nacional da Juventude

CPLP-Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS-Conselho de Segurança

DDR-Desarmamento, Desmobilização e Reinserção

DIP-Direito Internacional Público

ECP-Estratégia de Combate à Pobreza

FAO-Fundo das Nações Unidas Alimentação e a Agricultura

FLEC-Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNJ-Fórum Nacional da Juventude

FNLA-Frente Nacional de Libertação de Angola

IDH-Índice de Desenvolvimento Humano

IFAD-Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

INEA-Instituto Nacional de Estradas de Angola

JA-Jornal de Angola

MINOP-Ministério das Obras Públicas

MNOAL-Movimento dos Países não Alinhados

MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU-Organização das Nações Unidas

OUA-Organização da Unidade África

PAM-Programa Alimentar Mundial

PCHN-Política de Clemência e Harmonização Nacional

PIB-Produto Interno Bruto

PIDE-Polícia Internacional de Defesa do Estado

RDC- República Democrática do Congo

RGPH-Recenseamento Geral da População e Habitação

RPA-República Popular de Angola

SADC-Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SEF-Saneamento Económico e Financeiro

UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Ciência e Educação

UNITA-União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas